



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

O DISCURSO DO IMPEACHMENT DE DILMA NA *FOLHA DE S. PAULO*

Adriano Warken Floriani

Brasília/Março de 2017

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

TESE DE DOUTORADO

O DISCURSO DO IMPEACHMENT DE DILMA NA *FOLHA DE S.PAULO*

Adriano Warken Floriani

Tese apresentada à banca de defesa como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Comunicação.

Prof^ª. Dr^ª. Célia Ladeira Mota (orientadora) - UnB
Prof^ª. Dr^ª. Liziane Soares Guazina- UnB
Prof^ª. Dr^ª. Ana Carolina Pessoa Temer - UFG
Prof^ª. Dr^ª. Albertina Vicentini Assumpção - PUC Goiás
Prof. Dr. Tiago Quiroga Fausto Neto - UnB
Prof^ª. Dr^ª. Maria Jandyra Cunha - UnB (suplente)

Brasília/Março de 2017

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

Tese intitulada *O discurso do impeachment de Dilma na Folha de S.Paulo*, de autoria de Adriano Warken Floriani, aprovada pela banca examinadora constituída pelos seguintes membros:

Aprovado em 29 / 03 / 2017.

Banca Examinadora:

Profª Drª Célia Maria Ladeira Mota – UnB
Orientadora

Profª Drª Liziane Soares Guazina – UnB
Avaliadora Titular

Prof. Dr. Tiago Quiroga Fausto Neto – UnB
Avaliador Titular

Profª Drª Ana Carolina Rocha Pessôa Temer – UFG
Avaliadora Titular

Profª Drª Albertina Vicentini Assumpção – PUC/GO
Avaliadora Titular

Profª Drª Maria Jandyra Cunha - UnB
Avaliadora Suplente

À **Veridiana**, minha companheira, incentivadora e parceira de jornada, e às nossas crianças, **Mariana e Gabriel**, que são o colorido, a música e a poesia no nosso cotidiano.

AGRADECIMENTOS

Aos meus amores, Veri, Nana e Gabo;

Aos meus pais, à minha irmã e sobrinhos, pelo amor, pela amizade e pelo afeto;

À Maria Tereza e Pedro Wilson pela generosidade, pelas contribuições para este trabalho e pela convivência carinhosa com os netos;

À Denise Mantovani e à Carla de Oliveira pela amizade, pelas dicas e pelos livros;

À minha orientadora, professora Célia, a quem eu devo esta tese, e que aceitou, com muita paciência e generosidade, me conduzir nas primeiras incursões pelo universo desafiador e fascinante da análise do discurso;

À professora Thais Jorge, que me incentivou a seguir em frente e possibilitou que esta tese se materializasse;

Às professoras Ana Carolina Temer, Albertina Vicentini, Liziane Guazina, Jandyra Cunha e ao professor Tiago Quiroga, pela disponibilidade e gentileza de aceitarem examinar esta tese;

Aos amigos e colegas de trabalho que inspiram muitas discussões sobre o jornalismo, sobre a política e sobre outras artes.

RESUMO

A presente tese se desenvolve como estudo do campo jornalístico e de suas intersecções com a política a partir de uma análise da dimensão discursiva. Tendo por objeto o texto jornalístico da *Folha de S.Paulo* sobre o impeachment de Dilma Rousseff, a pesquisa busca identificar como o jornal construiu significados que resultaram num discurso político relacionado aos acontecimentos. O objetivo geral é analisar de que forma a *Folha* construiu um discurso sobre o impeachment. Como objetivos específicos, buscamos verificar como o texto jornalístico da *Folha* incorporou intertextualidades do campo político sobre o impeachment, e, ainda, identificar como essa intertextualidade se expressou na (re)construção de um tipo particular de discurso sobre a realidade sociopolítica brasileira do período em questão. Os dados empíricos evidenciam a presença de diferentes tipos de discurso associados aos campos jornalístico, político, jurídico e econômico, recontextualizados pelo jornal, visto como espaço privilegiado de construção da luta simbólica que se travou no período. O estudo concluiu que, ao não apoiar explicitamente o impeachment de Dilma, o jornal utilizou-se de estratégias discursivas para tentar manter o contrato tácito com o universo de leitores, durante um processo que dividiu o país. Ainda assim, os resultados da análise possibilitam concluir que o discurso da *Folha* contribuiu com a construção do discurso hegemônico que ampliou o isolamento político de Dilma e levou à sua deposição.

Palavras-chave: jornalismo; política; discurso; intertextualidade; Folha de S.Paulo; impeachment.

ABSTRACT

The present thesis evolves as a study of the journalistic field and its intersections with politics based on an analysis of the discursive dimension. Having as the object a selection of the daily newspaper *Folha de S. Paulo's* articles about Dilma Rousseff's impeachment, the research seeks to identify how the newspaper constructed meanings that resulted in a political discourse related to events. The overall goal is to analyze how the *Folha de S. Paulo* built a discourse on the impeachment. As specific objectives, we sought to verify how the *Folha's* journalistic text incorporated intertextualities of the political arena regarding the impeachment, as well as to identify how this intertextuality was expressed in the (re) construction of a specific kind of discourse on the Brazilian sociopolitical reality of the period in question. The empirical data show the presence of different types of discourse associated with the journalistic, political, legal and economic fields, recontextualized by the newspaper, seen as a privileged space for the construction of the symbolic struggle that took place during this time. The study concluded that, by not explicitly supporting Dilma Rousseff's impeachment, the newspaper used discursive strategies to try to maintain an implicit agreement with the universe of readers during a process that divided the country. Nevertheless, the results of the analysis make it possible to conclude that the discourse of the *Folha de S. Paulo* contributed to the construction of the hegemonic discourse that increased Mrs. Rousseff's political isolation and led to her deposition.

Keywords: journalism; politics; discourse; intertextuality; Folha de S.Paulo; impeachment.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO1: OS CAMPOS DO JORNALISMO E DA POLÍTICA.....	20
1.1 O Conceito de Campo.....	20
1.2 O Campo do Jornalismo.....	23
1.2.1 Rotinas produtivas.....	29
1.2.2 A notícia como produto simbólico.....	31
1.2.3 Valores profissionais do jornalista.....	36
1.2.4 Novas configurações do jornalismo?.....	39
1.3 O Campo da Política.....	43
1.3.1 Noções sobre a política em tempos de crise.....	49
1.3.2 A cidadania como elo entre política e jornalismo.....	54
1.3.3 Interfaces entre os campos do jornalismo e da política.....	61
CAPÍTULO 2: FUNDAMENTOS DO DISCURSO.....	66
2.1. A análise de discurso.....	66
2.1.1 A abordagem crítica do discurso.....	68
2.2 Discurso e enunciação.....	72
2.3 Conceitos de poder, ideologia e hegemonia na análise de discurso.....	75
2.4 A importância da intertextualidade.....	78
2.5 Discurso e hermenêutica.....	81
2.6 Texto jornalístico: unidade significativa de análise.....	84
2.7 A notícia como discurso.....	88
2.8 O caráter polifônico do texto jornalístico.....	91
CAPÍTULO 3: PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	94
3.1 O enfoque hermenêutico.....	94
3.2 O enfoque discursivo.....	95
3.2.1 Primeira etapa da análise discursiva: enunciação.....	96
3.2.2 A análise textual: polifonia.....	98
3.2.3 A intertextualidade.....	100
3.3 Os significados.....	102
3.4 Corpus e procedimentos de análise.....	103
CAPÍTULO 4: O DISCURSO DO IMPEACHMENT DE DILMA NA FOLHA.....	105
4.1 O impeachment como acontecimento no Brasil.....	105
4.2 O impeachment de Dilma nas páginas da Folha de S.Paulo.....	108
4.2.1 A análise dos episódios.....	114
4.2.1.1 Episódio1: Ecos de uma derrota eleitoral.....	115
4.2.1.2 Episódio2: Cunha faz chantagem ao PT e ameaça Dilma.....	119
4.2.1.3 Episódio3: Cunha aceita pedido de impeachment.....	126
4.2.1.4 Episódio4: Delcídio acusa, segundo IstoÉ, diz a Folha.....	132
4.2.1.5 Episódio5: O maior ato da história, segundo o Datafolha.....	134
4.2.1.6 Episódio6: Os grampos telefônicos de Dilma e Lula.....	140
4.2.1.7 Episódio7: Manifestantes saem às ruas contra o impeachment.....	151
4.2.1.8 Episódio8: Folha defende novas eleições.....	153
4.2.1.9 Episódio9: O dia D na Câmara dos Deputados.....	156
4.2.1.10 Episódio 10: Câmara autoriza o impeachment.....	162
4.2.1.11 Episódio 11: Dilma é afastada e Temer assume.....	169
4.3 Análise dos resultados.....	172
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	176
REFERÊNCIAS.....	186
ANEXO.....	199

INTRODUÇÃO

Na mitologia associada à profissão, o jornalista é tido como um guardião da democracia, um defensor do interesse público, um vigilante contra todo e qualquer poder tirânico e arbitrário que ameace a sociedade. Ou seja, a defesa do interesse público aparece como um dos principais valores associados ao exercício da profissão (DEUZE, 2005).

Embora a noção da imprensa como um “quarto poder” seja estimulante, ela tem seus limites. A Constituição designou oficialmente três poderes, Legislativo, Executivo e Judiciário, com regras precisas sobre seus atos e responsabilidades, mandatos, com membros investidos do poder de tomar decisões impositivas para todos os cidadãos. O mesmo simplesmente não vale para o jornalismo. Seu lugar constitucional está fixado na relação de direitos, como o da “liberdade de imprensa”. Mas o fato de que a mídia é institucionalizada e amplamente controlada por corporações privadas faz dela algo diferente de um poder governamental. As empresas jornalísticas constituem instituições do campo econômico com interseções no campo político. (COOK, 2011).

Wilson Gomes (2004) considera que há três estágios na literatura sobre comunicação e política. Inicialmente, entre os anos 1920 e meados de 1940, há a fase dos estudos dispersos sobre fenômenos da política com presença importante da comunicação de massa ou sobre aspectos da comunicação de massa com incidência na política. Estudos sobre voto, opinião pública e propaganda ganham destaque nos trabalhos de Walter Lippman, Harold Lasswell e Lazarsfeld. A partir dos anos 60 começam a surgir estudos relacionando duas grandezas institucionais: a comunicação e a política.

Em artigo para *International Journal of Communication* 1 (2007, p. 238-266), Manuel Castells apresenta um conjunto de hipóteses sobre a relação entre comunicação e poder no contexto tecnológico que caracteriza a sociedade em rede. Baseado na literatura da comunicação e num certo número de estudos de casos, Castells afirma que a mídia se tornou o espaço social onde o poder é decidido. Isto mostra a ligação direta entre política, mídia política e a crise da legitimidade política numa perspectiva global. Sob estas condições, movimentos sociais se tornam capazes de intervir no novo espaço comunicativo. Não obstante, a mídia e a política tradicionais também investiram neste novo espaço. Como resultado, a comunicação de massa e as redes de comunicação são convergentes.

Ao estudar o papel predominante da mídia política e sua interação com a crise de legitimidade política, Castells observa a relação entre poder e contra-poder, na política formal e na política insurgente, além das novas manifestações dos movimentos sociais. A compreensão desta transformação entre comunicação e poder pode ser vista a partir de um contexto social caracterizado por diversas tendências, entre elas as mudanças enfrentadas pelo estado nacional, tradicionalmente o lugar de poder, que tem sido desafiado em todo o mundo pela globalização, limitando o processo de decisão soberano.

Outra pressão é a da crise de legitimidade da política que enfraquece a influência sobre os cidadãos. De acordo com Castells, a política tem migrado para o que ele chama de *media politics*, que ele considera ser agora o principal canal de comunicação entre o sistema político e os cidadãos, em particular pelas redes televisivas. Até recentemente, e mesmo em nossos dias, a mídia constitui um sistema articulado no qual, em geral, a imprensa escrita produz informação original, a televisão difunde esta informação para audiência de massa e o rádio favorece a interação.

Com isso, a política se tornou uma política midiaticizada. O sistema político se coloca na cena midiática para obter apoio, ou ao menos, para diminuir a hostilidade dos cidadãos que se tornaram consumidores do mercado político. (CASTELLS, 2007, p. 240).

Ao mesmo tempo, existe uma outra tendência política, a que Ramonet (1999) chamou de “personalização”. Segundo ele, “a vida política se tornou um choque pessoal de homens e mulheres, a partir de suas imagens. Não de suas ideias” (1999, p. 135). Leva-se em conta a imagem da figura política, seu caráter, sua capacidade de convencimento, e não apenas a sua política. Neste cenário, a escolha entre candidatos de partidos políticos nas eleições está se tornando uma questão de imagem, ou de *ethos*, no sentido discursivo, influenciado pela visibilidade que alcança na mídia. A questão ideológica seria menos importante.

Acresce a esta crescente personalização o fato de que a comunicação de massa exerce um papel importante na consolidação de um novo modo de regulação social. A grande maioria destes processos depende da disseminação social de discursos, narrativas, ideias, práticas e valores, e de como se posicionam e mobilizam o público em relação a eles. Segundo Thompson (1995; 2002), nas sociedades contemporâneas a comunicação de massa é o campo social primário e o agente dos processos de disseminação de práticas políticas.

Fausto Neto (2004) aponta que os primeiros estudos mediáticos norte-americanos, de base funcionalista, voltados a examinar os efeitos das mídias nas campanhas eleitorais, inauguram a pesquisa sobre as condições de mediatização do discurso político. A tradição europeia, por sua vez, teria se fixado mais, inicialmente, sobre a natureza das mensagens e as características de construção dos discursos políticos. Os marcos conceituais destas análises, no entanto, mantêm problemática teórica de fundo funcionalista, “[...] já que o que estava em discussão eram, dentre outras coisas, aspectos como o funcionamento do código, a performance propriamente dita da mensagem do ponto de vista de aspectos estritamente linguísticos.” (FAUSTO NETO, 2004, p. 109).

A partir dos anos 1960/70, o autor brasileiro considera que há uma evolução neste modelo analítico, principalmente na França, quando estas preocupações não estão mais restritas aos linguistas e aos seus interesses voltados a aspectos lexicais. Neste contexto, aponta Fausto Neto, destaca-se o aparecimento da célebre obra de Roland Barthes, “Mitologias”, como um dos textos pioneiros a indicar as primeiras metodologias voltadas para o trabalho de leituras de mensagens na esfera das mídias, lançando as bases para uma “semiologia das operações discursivas”. O campo da mídia somente se converte numa problemática estratégica para o discurso político, considera Fausto Neto, no final da década de 70 e ao longo dos anos 80. No caso brasileiro, as eleições de 1989 são emblemáticas para os estudos do discurso político a partir de engendramentos de enunciações mediáticas.

Como se observa em várias ocasiões do processo político brasileiro mais recente, o campo das mídias e a TV, de modo particular, não se constitui apenas num dispositivo de representação do que se passa na cena política, mas se converte, segundo estratégias discursivas distintas em dispositivos que não só narram, mas agem sobre o espaço político, avocando a si, muitas vezes, a condição de um poder a partir do qual põe em funcionamento estratégias de onde se aponta os caminhos e dos destinos da política e os dos seus atores. (FAUSTO NETO, 2004, p. 120).

Jornalismo e Política, no entanto, são dois campos sociais distintos que têm suas próprias características de interpretação da realidade. Bourdieu (1991) analisa a emergência das sociedades modernas em termos de diferenciação de campos: a economia, o sistema jurídico, a religião, a arte. São campos que, embora se interpenetrem, são autônomos em suas práticas e configuram *habitus* distintos.

O campo da política é o lugar de especialistas ou profissionais que possam representar parcelas da população e que são capazes de interpretar os jogos de poder entre partidos e entre políticos e o governo central. Na terminologia de Bourdieu, o especialista tem disposição para o jogo político, tem '*habitus*'. Este conceito significa o conjunto de práticas sociais, de usos de linguagens e de hábitos pessoais que legitimam o representante de um determinado campo social. A todo este conjunto de práticas Bourdieu chamou de capital. O capital político marca a capacidade de influenciar a opinião pública em relação a decisões políticas.

Partidos e líderes políticos têm grande capital, mas os jornais impressos também o têm, embora atuando de forma diferente. A afirmação do jornal como espaço legitimado para a divulgação de fatos tidos como relevantes colocou-o como um referente de mundo, assumindo alguma centralidade frente aos processos sociais junto aos quais busca influir. Para Rubim (1998), o jornal integra o processo político do princípio ao fim e a este se mantém ligado.

A constituição e 'autonomização' do campo das mídias (ou da comunicação midiática), em verdade, configuram o ponto de inflexão a partir do qual as conexões entre comunicação e política abandonam suas modalidades 'tradicionais', inclusive aquelas adstritas a uma dimensão instrumental, e redefinem-se em termos de interlocução de campos sociais particularmente conformados. (RUBIM, 1998, p. 83).

Política e comunicação não aparecem, portanto, como momentos e empreendimentos singulares, mas como campos sociais articulados em combinatórias determinantes conjunturalmente (RUBIM, 1998). No entanto, existe uma diferença, que pode ser caracterizada pelos valores sociais e culturais que regem a prática política. Comparando os dois campos, o do Jornalismo e o da Política, é possível ver que, social e discursivamente, eles pertencem a campos distintos. O discurso jornalístico, apesar de sua aparente diversidade de textos, tem uma característica que o marca, e que o transforma num relato factual, não-ficcional. O *ethos* comunicativo é orientado para o estilo coloquial, conversacional. Este estilo se caracteriza pela tradução de um relato de forma a ser entendido pela grande maioria dos leitores ou espectadores. Existe a possibilidade de estabelecer o dialogismo das posições, de aclarar o conflito político.

Já o discurso político se baseia em textos voltados para a conquista de capital simbólico (na perspectiva de Bourdieu) ou para a construção de um *ethos* pessoal, em que o

político busca ter visibilidade e, com isso, persuadir o eleitorado de sua capacidade de atuar no jogo do poder. Esta busca de visibilidade passa cada vez mais pela necessidade de estar presente no noticiário nacional, seja nos principais jornais de cada país, seja pelas redes de televisão e programas de canais a cabo. Esta visibilidade garante ao político uma legitimidade para sua atuação.

Esta distinção entre os dois campos fica mais clara quando se estabelece a diferença entre ordens do discurso, ou formações discursivas, no dizer de Foucault. O termo se refere a práticas de uso da linguagem em situações sociais específicas. Esta relação entre texto e prática sociocultural é o que Foucault chama de discurso. Fairclough (1999), teórico da Análise Crítica do Discurso, e um seguidor de Foucault, afirma que “um discurso é a linguagem usada para representar uma dada prática social a partir de um ponto de vista particular” (FAIRCLOUGH, 1999, p. 18).

A análise linguística foca nos textos, sejam eles escritos, falados ou imagéticos. Já a análise de discurso se preocupa não só com os textos, mas com as práticas sociais e culturais, ou seja, com o modo como os textos são produzidos e socialmente distribuídos e consumidos. A análise, portanto, observa o texto, sua produção e sua enunciação no espaço público.

Luiz Felipe Miguel (2002) analisa a micro-relação entre o jornalista e o político e observa o entrelaçamento de práticas distintas, de agentes que pertencem a diferentes campos e, portanto, se orientam na direção de objetivos diversos. Contudo, devido à dinâmica própria de sua integração, precisam incorporar em alguma medida a lógica um do outro. Para Miguel, o jornalista deve ponderar sobre aquilo que publica, calculando seus efeitos sobre o campo político. Já a fonte, para manter seu acesso privilegiado à imprensa, deve reconhecer o material que é útil ao jornalista e, sobretudo, manter a própria confiabilidade diante dele, não transmitindo informações equivocadas.

O relacionamento entre jornalismo e política é historicamente polêmico e paradoxalmente intercomplementar. Esse intercâmbio está permanentemente envolto em circunstâncias de pressões e contrapressões de bastidores, bem como nos interesses econômicos das empresas jornalísticas, ao mesmo tempo em que o imperativo de informar bem é socialmente cobrado. O público quer afirmações, rejeita meios termos. (MIGUEL, 2002, p. 14).

Para cumprir sua missão de bem informar, o jornalista precisa se equilibrar em corda bamba, movendo-se num campo permeado por tensões provocadas por pares e concorrentes e principalmente por forças políticas e econômicas que o levam a considerar ora os anseios do cidadão-consumidor, ora os anseios do consumidor-cidadão, ambos espremidos entre o mundo da política e do mercado, que disputam a primazia em sua necessidade de dominação e controle social.

Obviamente que o jornalista não é simplesmente uma vítima do sistema e nem está alheio ao jogo do poder que se estabelece nessa confluência de campos sociais, que estão ao mesmo tempo em confronto e em cooperação. Sua ação depende de negociações constantes. A ideologia profissional e o *habitus* são balizadores importantes dos limites que marcam essa atuação do profissional de imprensa em suas relações com os pares, com os chefes, com as fontes e com os públicos, e na seleção e apresentação do que consideram notícia. Assim, a imprensa, como instituição que produz e reproduz os discursos, participa do jogo do poder. Aos jornalistas, cabe lutar diariamente para negociar espaços de autonomia no exercício da profissão ou simplesmente sucumbir ao cinismo.

Apesar das críticas à qualidade da imprensa e dos questionamentos a princípios consagrados da ideologia profissional – como a objetividade e a imparcialidade –, o jornalismo ainda parece ocupar posição central na comunicação mediática, generalizada com a profusão de novos atores e vozes que emergiram e ganharam visibilidade a partir da internet. No emaranhado das múltiplas redes digitais, muitos dos discursos que buscam impor determinadas versões sobre os acontecimentos, surgem referenciados nas notícias de sites e portais jornalísticos.

Como escreve Fausto Neto (in MOULLIAUD; PORTO, 2012, p. 267), nos dias atuais da “sociedade em vias de midiaticização”, o jornalista se “desinstala da mediação” e passa a atuar como “operador dos acontecimentos”. Parece um contrassenso que, num mundo em que viceja uma grande profusão de formas simbólicas mediatizadas, o jornalista precise se empenhar para justificar a relevância do seu papel perante a sociedade, que parece cada vez mais desprezar representantes e intermediários. As fronteiras entre os campos sociais do jornalismo e da política vêm sendo redesenhadas tanto pelo desempenho comunicativo dos três poderes e dos partidos políticos como pelo emprego de comentaristas e especialistas em política por parte dos jornais monitorando o desempenho de governantes, juízes e parlamentares do país.

Cabe destacar que o sistema partidário e o sistema de grupos de interesse também envolvem instituições de diferentes campos sociais, cada uma delas disputando espaços de poder e capital econômico e simbólico. O jornalismo praticado pela chamada grande imprensa está atrelado a grupos econômicos embora também funcione como instituição política, mas de um tipo muito particular, que não se assemelha às instituições que compõem os Três Poderes. O jornalismo precisa de proximidade com o mundo político em favor do próprio negócio, que envolve a produção diária de informação política para sua audiência. (GOMES, 2004).

Embora reivindique a defesa dos ideais iluministas e democráticos e a fiscalização do interesse público, não há neutralidade na linguagem e, muito menos, no discurso, que é, em última instância, o que está em disputa no jogo do poder. Há sempre interesse em jogo, mas, como afirma Gomes, “[...] a sistematicidade do interesse não implica sua perversidade” (2004, p. 162).

No Brasil, a cobertura dos acontecimentos políticos ocupa espaços nobres nos jornais, divididos entre reportagens, entrevistas e colunas de notas e comentários, além das páginas de opinião e o editorial. Tanto a notícia, relato informativo, como o editorial, relato argumentativo, são textos jornalísticos. No caso, voltados para o que se convencionou chamar de cobertura política, que tem como foco as notícias do Palácio do Planalto, da Esplanada dos Ministérios, do judiciário federal, do Congresso Nacional, as posições de lideranças partidárias a respeito de assuntos de interesse dos cidadãos e, sobretudo, o embate de posições pessoais e partidárias em conflitos de poder.

Para as teorias do agendamento há um diferente poder de influência entre os meios de comunicação. McCombs, citado por Wolf (2002), entende que os jornais são os principais promotores da agenda do público, apesar do impacto da televisão, principalmente no curto prazo:

[...] O melhor modo de descrever e distinguir essa influência será, talvez, chamar ‘agenda-setting’ à função dos jornais e ‘ênfaseção’ (ou spot-lighting) à da televisão. O carácter fundamental da agenda parece, frequentemente, ser estruturado pelos jornais, ao passo que a televisão reordena ou ressystematiza os temas principais da agenda. (McCOMBS apud WOLF, 2002, pp. 161-162).

Além da capacidade de agendamento, os meios também atribuem importâncias distintas aos temas, que não são tratados da mesma forma por todos. Ou seja, a tematização

é mais uma característica da imprensa, que amplia a notícia, contextualizando-a e aprofundando-a. Como escreve Wolf, “essa informação permite ou permitiria a passagem para além do acontecimento, para inseri-lo quer no seu contexto social, econômico e político, quer num quadro interpretativo que o associa a outros acontecimentos e fenômenos” (WOLF, 2002, p. 164).

O caso específico da tematização – como exemplo de uma tendência particular de pesquisa, no âmbito mais vasto da hipótese de agenda-setting – designa um desenvolvimento que a hipótese se prepara para explorar, isto é, o problema de como nasce um tema dentro dos mecanismos complexos da informação de massa, de quais são as forças, os processos e as condições que limitam ou realçam a sua evidência social. (WOLF, 2002, p. 164).

A digressão feita aponta uma questão que permeia cotidianamente a prática jornalística e a investigação científica: em que medida ou condições o jornalismo contribui para a transformação social ou para a construção de uma visão hegemônica que favoreça determinados grupos sociais, econômicos ou político-partidários. Esta questão, formulada de forma abrangente, exige a compreensão detalhada de como o discurso jornalístico constrói significados sobre os acontecimentos do campo político. Especificamente, aponta para a necessidade de pesquisar de que forma o jornalismo incorpora discursos do campo político, e, ainda, examinar como essa intertextualidade se expressa na (re)construção de um tipo particular de discurso sobre a realidade.

Esta questão sugere a relevância de aplicar a análise discursiva a acontecimentos políticos com evidência social. Analisando a realidade brasileira atual, um acontecimento destaca-se pelo envolvimento de diversos fatores que inter cruzam explicitamente os campos da política e do jornalismo: o impeachment da presidente Dilma Rousseff em 2016. O referido acontecimento político mobilizou a sociedade em seus diversos segmentos, sendo, ao mesmo tempo, de extrema complexidade, o que justifica o interesse por estudos que busquem elucidar aspectos e elementos envolvidos em sua dinâmica.

O processo de impeachment de Dilma foi deflagrado com a aceitação, em 2 de dezembro de 2015, pelo então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, de denúncia por crime de responsabilidade oferecida pelo procurador de justiça aposentado Hélio Bicudo e pelos advogados Miguel Reale Júnior e Janaína Paschoal, encerrando no dia

31 de agosto de 2016, com a destituição da presidente Dilma Rousseff do cargo pelo Senado Federal.

O fato descrito foi amplamente divulgado pela mídia brasileira nacional e internacional. Interessa, para efeitos do presente trabalho, examinar como um jornal impresso constrói, a partir de sua relação com o campo político, o discurso sobre um importante acontecimento da política, como o processo que culminou na destituição da primeira mulher presidente da história do Brasil. A escolha, para o estudo de caso, recaiu sobre o jornal *Folha de S.Paulo*.

Assim, o **problema de pesquisa** orientou-se no sentido de apreender, mediante a análise discursiva, como um dos principais jornais impressos brasileiros construiu significados sobre o jogo do poder que resultou no impeachment. Nosso **objetivo geral** é analisar de que forma a *Folha de S.Paulo* construiu um discurso político sobre o impeachment. Como **objetivos específicos**, buscamos verificar como o texto jornalístico da Folha incorporou intertextualidades do campo político sobre o impeachment, e, ainda, identificar como essa intertextualidade se expressou na (re)construção de um tipo particular de discurso sobre a realidade sociopolítica brasileira do período em questão.

A escolha da *Folha* para análise do discurso sobre o impeachment se deve, primeiramente, à importância do diário paulista na história da imprensa brasileira, sua relevância como o maior jornal do país em circulação e audiência, em diferentes plataformas e métricas. A *Folha*, além disso, pode ser considerada como o jornal mais influente no campo político, evidenciando capacidade e potencial de agendamento junto aos parlamentares. O diário paulista é a principal fonte de informação entre os 513 deputados federais, segundo levantamento anual feito pelo Instituto FSB Pesquisa (2016). Pelo nono ano consecutivo, o relatório “Mídia e Política 2016” apontou o diário paulista como o preferido dos parlamentares, que indicaram ainda os jornais impressos como mídias mais confiáveis do que os on-line, TVs, rádios e revistas.

A *Folha* situa-se, portanto, numa posição de destaque dentro do campo midiático-jornalístico brasileiro. O Novo Manual de Redação explicita a linha editorial do jornal, que se intitula como “apartidário” e “pluralista”, se propondo a realizar um “jornalismo crítico”. Do ponto de vista político, diz sustentar a democracia representativa, a economia de mercado, os direitos do homem e o debate dos problemas sociais “colocados pelo subdesenvolvimento”. Afirmar adotar atitude de independência em face agrupos de poder,

buscando relação de transparência com a opinião pública. (NOVO MANUAL DE REDAÇÃO, 1992).

Em “História da Folha de S.Paulo: 1921-1981”, os autores explicitam que as teses sustentadas pelo jornal a partir de 1980, quando assumiu a defesa da Constituinte, “sugerem a existência de um projeto político subjacente, o que faz com que se destaque nos horizontes do debate ideológico do Brasil contemporâneo” (MOTA; CAPELATO, 1981, p. 3). Como resultado do trabalho de pesquisa histórica dos primeiros 60 anos do jornal, os autores entendem a *Folha* como

[...] um jornal de ‘classe média’, bastante típico, seja em seus eventuais jacobinismo, fiscalismo em relação ao Estado, reformismo, antipopulismo e democratismo. Como regra geral, suas flutuações acompanham as alterações das chamadas ‘classes médias’ urbanas de São Paulo [...]. (MOTA; CAPELATO, 1981, pp. 4-5).

O nascimento da primeira das Folhas foi caracterizado por mudanças sociais e políticas que culminaram no colapso da Primeira República. A *Folha da Noite* surgiu em 19 de fevereiro de 1921 como jornal vespertino, fundado por um grupo de jornalistas até então integrantes da redação de *O Estado de S.Paulo*. Seus dirigentes o definiam como um jornal popular, direcionado às classes médias urbanas e à classe operária. Em 1925, os dirigentes do jornal apostam em um novo título e criam, em 1º de julho, a *Folha da Manhã*, circulando com esse nome até 1960. Com a Revolução de 1930, os jornais foram empastelados e a empresa se modificou para dar início à sua segunda fase.

Em 20 de janeiro de 1931, passou a denominar-se Empresa Folha da Manhã Limitada, mantendo a *Folha da Noite* e a *Folha da Manhã*. Nessa segunda fase, as Folhas se definiriam como um jornal de defesa de um certo setor da classe dominante – os cafeicultores, despontando o “agrarismo” como seu traço definidor. Seus dirigentes defenderam um projeto de desenvolvimento capitalista no campo. (MOTA; CAPELATO, 1981, p. 8).

Em 1945 nova alteração ocorre na estrutura da empresa, que passa a denominar-se Empresa Folha da Manhã S/A, encerrando a segunda fase de sua história. A liderança de Nabantino Ramos marca o período, conduzindo o jornal a um salto do ponto de vista empresarial. Nabantino definia as Folhas como “um jornal de classe média para a classe média”. No entanto, o ideário do jornal nessa terceira fase se diferencia do das Folhas nos

primeiros anos de sua existência. Caracteriza-se também pelo urbanismo, mas a modernização, a racionalidade, a eficiência no desenvolvimento, o planejamento são agora a tônica do jornal. As Folhas haviam se tornado, acima de tudo, uma empresa moderna. (MOTA; CAPELATO, 1981, p. 8).

Na prática política, o jornal esteve bem próximo da UDN (União Democrática Nacional), por seu antipopulismo e temor do comunismo, escrevem os autores. No período, a intransigente “defesa da ordem” e a ênfase na luta contra as possibilidades de subversão já indicavam a posição que o jornal iria assumir no golpe de 1964. Escrevem os autores: “O jornal, na década de 1950, enquanto ‘formador da opinião pública’, contribuiu na preparação ideológica de seus leitores para a aceitação do movimento militar de 1964.” (MOTA; CAPELATO, 1981, p. 179).

Do final dos anos 50 ao início dos 60, a empresa combateu Juscelino Kubitschek – embora apoiasse o projeto da construção de Brasília, que representava o progresso e o desenvolvimento defendidos pelo jornal –, Jânio Quadros e João Goulart. Em 1960, quando houve a unificação das folhas da Manhã, da Tarde e da Noite, foi criado o lema “Um jornal a serviço do Brasil”. Em 13 de agosto de 1962, já sob o nome *Folha de S.Paulo*, o comando da empresa passa para Caio de Alcântara Machado, Carlos Caldeira Filho, Francisco Rangel Pestana e Octávio Frias de Oliveira, que assumiria como diretor-presidente três meses depois. Frias era proveniente da esfera do capitalismo financeiro e Caldeira, do setor da construção civil.

O jornal passa a se definir como liberal-democrático. Do ponto de vista administrativo, transforma-se numa empresa moderna e lucrativa.

[...] o golpe de 64 foi bem-recebido pela ‘Folha’, bem como o movimento de 1932 o fora, anteriormente, nos tempos de Octaviano A. de Lima. Em editorial, a ‘Folha’ chegou a sugerir ao presidente Humberto Castello Branco medidas para a regeneração nacional. (MOTA; CAPELATO, 1981, p. 189).

A partir de 1974, o jornal decidiu entrar no debate da “distensão” de Ernesto Geisel. A *Folha* pressentira a “abertura” e jogaria nela forte cartada, da mesma forma que em 1979 e 1980 adotaria a tese da Constituinte, da negociação e da necessidade de rotatividade e legitimidade do poder. Apesar disso, o jornal tecia elogios ao desempenho da política econômica dos militares. O Brasil fechara o ano de 1973 com taxa recorde de crescimento

econômico, com inflação descendente pelo nono ano consecutivo e com aumento médio de 20% na oferta de empregos. Era o “Milagre Brasileiro”, sustentado por arrocho salarial e pela limitação das liberdades. A 16 de janeiro de 1974, em editorial que reforçava sua aposta no Governo Geisel, a Folha passa a se referir ao golpe de 31 de março de 1964 como “Movimento” e não como “Revolução”, como o fizera até aquela data. A partir de 1974, dá-se a participação crescente de Otávio Frias Filho, que é o atual diretor de redação.(MOTA; CAPELATO, 1981).

Em depoimento prestado aos autores do livro em 12 de novembro de 1980, Boris Casoy, que foi editor-chefe da Folha, disse que em 1974 houve decisão de investimento em direção a um modelo independente de jornal. A decisão teria sido de Octávio Frias com a colaboração do jornalista Cláudio Abramo, um dos ícones do jornalismo e antigo colaborador da Folha. Em 1978, o Conselho Editorial sistematizou num documento pontos indicativos de posição e avaliação do momento político. O documento traduz a percepção de subordinação da *Folha de S.Paulo* ao sistema capitalista. Ao mesmo tempo, critica o regime autoritário, entendido como expressão política do capitalismo concentracionista. E define ainda a compreensão do espaço político crítico que o jornal se propõe a cultivar e ampliar, enquanto expressão da “nova sociedade civil”.

A partir desse documento, a ‘Folha de S.Paulo’ aprofundará cada um dos pontos levantados, seja através de editoriais, de reportagens, ou de discussões internas ao Conselho Editorial. As posições nem sempre coincidentes de Luís Alberto Bahia, Alberto Dines, Odon Pereira [...], Cláudio Abramo, Boris Casoy e Samuel Wainer, secretariados por Otávio Frias Filho, serão decisivas na fixação da linha do jornal, sobretudo na demarcação dos conceitos de ‘Estado’ e de ‘Sociedade’ com os quais a ‘Folha’ passava a pugnar com maior clareza. (MOTA; CAPELATO, 1981, p. 243).

Em 1984, a Folha publicou a primeira versão de seu Manual de Redação, especificando suas regras, diretrizes e política editorial. Albuquerque e Holzbach (2008), ao analisar as três primeiras edições do Manual de Redação da Folha – 1984, 1987 e 1992 – consideram as publicações como fundamentais na estruturação do novo jornalismo brasileiro pós-ditadura militar. Para os pesquisadores, as edições constituem um “manifesto” no qual o jornal reivindica ocupar um lugar de destaque na nova democracia em formação.

Quando se considera o modo como o manual constrói a relação da *Folha de S.Paulo* com os leitores, instituições políticas e com os jornalistas que trabalham no jornal, um ponto fica claro: o papel central que a categoria ‘mandato do leitor’ desempenha no seu discurso. Ao fornecer um sentido político ao que era entendido, até então, como mera transação comercial (a compra do jornal), o conceito de ‘mandato do leitor’ proporciona à *Folha* uma dupla legitimação. Em primeiro lugar, ele constrói a empresa – e não os jornalistas – como verdadeiro agente do jornalismo, visto que é com ela que o leitor estabelece uma transação comercial. Em segundo lugar, ele permite ao jornal se apresentar como um agente metapolítico, que não se furta a tomar partido, mas que o faz por cima dos partidos políticos efetivamente existentes, em nome de um interesse maior. (ALBUQUERQUE; HOLZBACH, 2008, p. 165).

Na análise das versões do Manual, os pesquisadores evidenciam o papel político assumido pelo jornal ao alimentar um sentimento generalizado de desconfiança quanto ao bom funcionamento das instituições públicas e se propor, mais do que informar, formar a opinião e modificar para melhor as instituições. Na retórica do manual, a *Folha* reivindica exercer ela própria um mandato representativo, cuja lógica é de natureza comercial, e que se expressa na confiança depositada pelo leitor ao renovar sua assinatura ou comprar um exemplar na banca.

Nas sociedades de mercado, cada leitor delega ao jornal que assina ou adquire nas bancas a tarefa de investigar os fatos, recolher material jornalístico, editá-lo e publicá-lo. Se o jornal não corresponde a suas exigências, o leitor suspende esse mandato, rompendo o contrato de assinatura ou interrompendo a aquisição habitual nas bancas. A força de um jornal repousa na solidez e na quantidade de mandatos que lhe são delegados. (NOVO MANUAL DE REDAÇÃO, 1992, p. 19).

Assim, para Albuquerque e Holzbach, a análise do Manual da Redação da *Folha de S.Paulo* fornece uma ilustração do modo bastante particular com que o modelo americano da imprensa como “Quarto Poder” foi interpretado no Brasil: “ela reivindica o exercício de um papel metapolítico, de principal intérprete do interesse nacional, por cima das instituições políticas representativas” (2008, p. 169).

Para analisar o discurso jornalístico sobre o impeachment, foram selecionados 18 textos de editoriais e notícias da cobertura política do jornal *Folha de São Paulo*, a partir de novembro de 2014, logo após a reeleição de Dilma Rousseff à Presidência da República em segundo turno, até o afastamento temporário da presidente pelo Senado Federal, noticiado na edição de 13 de maio de 2016. A análise abrange uma seleção de episódios relevantes

publicados pelo jornal relacionados à cobertura de acontecimentos políticos do país, que culminaram no processo de impeachment. Os acontecimentos mobilizaram toda a sociedade brasileira nos dois últimos anos, dividindo opiniões e culminando com as votações em plenário na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, em sessões polêmicas, com caráter histórico, transmitidas ao vivo e com ampla cobertura mediática.

CORPUS E PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE

Para a pesquisa científica, a metodologia inclui as concepções teóricas de abordagem e também um conjunto de técnicas que possibilitam a apreensão da realidade social. Pesquisar supõe procedimentos metodológicos capazes de criteriosamente resolver e elucidar problemas mediante organização das informações categorizadas e analisadas; por fim, elaborar sínteses acerca da realidade problematizada. Portanto, nesse item serão explicitados os caminhos metodológicos que orientaram o processo de análise crítica do discurso jornalístico sobre o processo que culminou no impeachment da presidente Dilma Rousseff, a partir da ótica da *Folha de S.Paulo*.

A pesquisa tomou a análise do discurso como o caminho para examinar textos e seus significados, a partir da concepção da hermenêutica de profundidade (THOMPSON, 1995), que leva em conta os elementos sociais e históricos nos quais os acontecimentos estão inseridos, constituindo-se como construções simbólicas. Os textos foram selecionados do jornal *Folha de S.Paulo*, incluindo os gêneros opinativos (editoriais) e enunciativos (notícias, manchetes).

Segundo Thompson (1995), as instituições de comunicação de massa produzem formas simbólicas (palavras, imagens) para leitores que, geralmente, não estão presentes fisicamente no local de produção ou de transmissão. Esta mediação implica em um fluxo de mensagens de mão única, sem respostas diretas dos receptores. Compreender, portanto, esta produção é o caminho para a interpretação discursiva que é o objeto da análise. Os fundamentos da análise discursiva serão analisados no segundo capítulo.

Cabe ressaltar que, na perspectiva da Análise Crítica do Discurso, de vertente inglesa, adotada neste trabalho, a metodologia de análise de um tipo particular de discurso, como o discurso jornalístico, envolve, em primeiro lugar, dois focos que são complementares: o evento comunicativo em si e a ordem do discurso. Isto quer dizer que é

preciso olhar para a prática discursiva, ou seja, os textos que a prática gera, observando também os significados que emergem do próprio texto.

Ao examinar o evento comunicativo, a análise considera como ponto de partida o estudo do texto. No caso do jornalismo impresso, os textos apresentam diversas modalidades enunciativas, como entrevistas, relatos ou notícias, colunas de notas, artigos, editoriais, além de manchetes e chamadas. Estes textos fazem parte de uma prática discursiva específica, que envolve os processos de produção e consumo, como a definição de pauta, busca de fontes, seleção de acontecimentos. São as etapas do processo de produção da notícia que obedecem a regularidades produtivas, seus objetivos, seus constrangimentos ou limites profissionais e institucionais, as regras enfim do falar e escrever a partir de uma determinada instituição jornalística.

Para compreender como os textos políticos e jornalísticos entram em contato, intercambiando interpretações, um conceito da análise do discurso é importante: o de intertextualidade. Esta pesquisa tem, portanto, como recurso analítico o estudo da intertextualidade do texto jornalístico sobre a política. A intertextualidade, um conceito que será explorado melhor nos capítulos 2 e 3, nos remete ao que Kristeva afirmava nos anos 1960: “um texto se constrói sempre a partir de outros textos”. Portanto, esta pesquisa visa perceber as estratégias textuais do jornalismo e como ela remete a textos ou enunciados formulados por agentes do campo político, construindo quais significados. A partir destas estratégias, poderemos verificar como a notícia adota pontos de vista políticos, o que garante ao jornalismo uma atuação política.

O ponto de partida é a análise textual. Texto deve ser considerado em sua unidade e como unidade significativa. Ele é uma unidade de análise, ou a manifestação material e concreta de um discurso. Este texto pode ser verbal (oral, escrito) e não verbal (música, vídeo, filme, pintura). Todo texto é a unidade fundamental da linguagem. E todo texto tem seu autor: segundo Foucault, na origem do texto existe um sujeito que se apresenta como responsável pelo que produz. Este sujeito-autor, ao dizer ou escrever de um modo e não de outro, define a maneira como o texto faz sentido não só para ele mesmo como para os outros, para a sociedade em que vive.

A análise de texto, assim, sempre é uma busca do sentido que foi construído pelo autor. E é também a análise das vozes que participam desta construção. Vozes que são implícitas ou explícitas, históricas ou atuais. Este conjunto de vozes é chamado de polifonia,

um termo criado por Bakhtin a partir do estudo da linguagem como interação social. “Na realidade, toda palavra comporta duas faces. Ela precede de alguém e se dirige a outro alguém. Ela serve à interação entre locutor e ouvinte” (Bakhtin, 1981).

Diferente de outras metodologias de análise de textos jornalísticos, a análise de discurso significa um mergulho profundo no texto, a partir da compreensão de que a linguagem não é transparente, mas opaca, e que é preciso caminhar por etapas para apreender tudo o que o texto pode nos informar. Por isso, a análise de discurso é eminentemente qualitativa e não depende de um corpus extenso para produzir resultados.

Esta tese considerou o impeachment da presidente Dilma Rousseff como um grande acontecimento político, seguindo a conceituação de Lorenzo Gomis (1991, p. 40), que distingue o fato que origina as notícias (no sentido que os franceses dão a *fait* e os ingleses a *event*) do acontecimento, uma modalidade diferenciada de fato, dotada de relevância e de solenidade. Como propõe Adriano Rodrigues (1994), caberia ao discurso jornalístico uma forma de regular e enquadrar os acontecimentos suscitando sua característica pública a partir do debate. O processo de impeachment, como grande acontecimento, gerou diversos episódios, que se tornaram nossa referência para a análise textual e discursiva.

Os textos foram analisados de acordo com o quadro abaixo:

Identificação do episódio (evento comunicativo)

1) Enunciação

- Modalidade enunciativa: (gênero: opinativo, noticioso)
- Espaço enunciativo: (local no jornal)
- Cena enunciativa: (elementos gráficos do enunciado – texto, fotos, quadros, etc.)
- Enunciadores: (personagens citados, repórter, empresa)
- Conteúdo das citações: (vozes diretas e indiretas)
- Análise da polifonia: (quantas vozes, quais campos, representando que tipos de discursos)

2) Elementos discursivos

- Palavras-chave: (nomes, substantivos que carregam significados, ideologia)
- Intertextualidade: (manifesta, sequencial, encaixada, mista)
- Cadeias intertextuais: (como o texto incorpora afirmações, informações, comentários)
- Tipo de discurso: (político, jurídico, econômico, etc.)

3) Construção de significados

- O caminho interpretativo da notícia e sua inserção social e histórica.

- Leituras parafrásticas ou resistentes. As primeiras reproduzindo significados dominantes, e as segundas, verificando a existência de possibilidades de mudar a interpretação do fato.

Toda a investigação resultou na organização de quatro capítulos. No capítulo 1, são analisadas as características de cada campo, o jornalístico e o político, de acordo com o conceito formulado por Pierre Bourdieu (2011; 1997; 1991; 1989). Em cada campo, há produtores de bens simbólicos e disputa entre os agentes sociais que se expressam pelo monopólio do poder. As disputas simbólicas são, também, lutas individuais e coletivas portadoras de uma lógica de acordo com a referência do campo onde os agentes se inserem. Ele se estrutura a partir de uma distribuição desigual de capital, seja econômico, cultural, social e simbólico, que define as posições dos agentes no interior do campo.

O campo jornalístico se estabelece a partir do relato da realidade, mas de uma realidade muito seletiva, construída através de inúmeros processos de interação social entre os profissionais do campo jornalístico e outros grupos sociais como as diversas fontes, outros jornalistas, membros de uma comunidade interpretativa, e a própria sociedade, por meio dos valores sociais que marcam as fronteiras entre fatos que são normais ou anormais, legítimos e ilegítimos. (TRAQUINA, 2005).

Já a afirmação da existência do campo político exige considerar que os agentes sociais que atuam hierarquicamente em seu interior têm autoridade para dizer ou agir não simplesmente pela relação direta com os eleitores, mas pela relação interna com os outros membros do campo. A compreensão da noção de campo relativamente autônomo sinaliza que para compreendermos quem é o agente ou o político, ou o que diz e que faz, é necessário investigar a posição que ele ocupa no microcosmo.

O capítulo 2 trata do referencial teórico sobre o discurso, que embasa as análises de textos deste trabalho. Ao adotar a Análise Crítica do Discurso, formulada por Norman Fairclough, como nosso caminho teórico e metodológico, estamos considerando que o texto em análise não é só um enunciado que se materializa num ato de fala com força ilocucionária, ou força de convencimento, no sentido pragmático da linguagem. Sua força de convencimento está na própria prática discursiva, ou seja, numa determinada formação discursiva, que conforma, constrói e mantém uma determinada prática social. No caso em análise, a prática jornalística, que divulga os acontecimentos a partir do processo de mediação.

No capítulo 3, são abordadas e operacionalizadas as categorias de análise adotadas para dar conta do objeto de pesquisa da presente tese, combinando a Análise Crítica do Discurso, pela ótica de Fairclough, com a hermenêutica de profundidade de John B. Thompson. A análise dos textos propriamente ditas envolveu uma etapa de pré-análise, com a tentativa de identificação de referências ao impeachment nas manchetes principais da *Folha de S.Paulo* no período que vai de novembro de 2014 – logo após a reeleição de Dilma – até 13 de maio de 2016, quando a então presidente Dilma foi afastada do cargo, por 180 dias, pelo Senado Federal.

Por fim, no capítulo 4, desenvolvemos a análise dos textos selecionados em nosso corpus de pesquisa a partir de episódios significativos, sob a ótica dos acontecimentos, que marcaram a crise política do processo de impeachment. Com este percurso analítico, buscamos contribuir com o debate sobre o jornalismo político, sob o ponto de vista da produção textual e discursiva, tentando compreender de que forma a dinâmica do campo se relaciona com a prática política, como mobilizadora de opiniões e construtora de estratégias voltadas tanto para contrapor como para eventualmente aderir aos poderes constituídos.

Importante notar que o jornalismo político, em situações de crise de legitimidade das instituições políticas, como a observada no caso estudado, pode ser objeto da mobilização de estratégias discursivas provenientes de outros campos sociais, efetuando deslocamentos e ressignificações que atuam para influenciar os campos político e jornalístico. Vale lembrar que o jornalismo também é uma instituição política, ainda que de um tipo bem particular (COOK, 2011).

As conclusões parciais das análises dos episódios selecionados constituem subsídio para uma interpretação mais abrangente do que foi o processo do impeachment, que representou um momento dramático para a democracia brasileira, com repercussões sociais e históricas que ainda serão sentidas nos anos a frente. Nosso foco foi sempre a pergunta de pesquisa que orientou o trabalho: “como a Folha de São Paulo construiu o discurso político sobre o impeachment”

Nosso objetivo geral foi, portanto, caminhar metodologicamente desvendando as etapas de uma análise crítica discursiva, a partir de categorias que fazem parte do repertório analítico de Norman Fairclough, o pesquisador inglês que sistematizou a análise de discurso com foco no contexto social. Entre os objetivos específicos, procuramos compreender a intertextualidade como uma ferramenta de conexão entre vozes e textos que se

complementam na construção de significados sobre os acontecimentos, a partir do que Fairclough chama de discurso político mediatizado. (1995, p. 177).

CAPÍTULO 1

OS CAMPOS DO JORNALISMO E DA POLÍTICA

O presente capítulo tem o propósito de fundamentar o conceito de campo como instrumento analítico das atividades do jornalismo e da política. Primeiramente, esclarece o conceito de campo desenvolvido pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu e, posteriormente, busca configurar o modo de atuação dos agentes do jornalismo e da política. Os conceitos fornecem um “método de pensamento” que possibilita o desvelamento das estratégias de funcionamento de cada campo e as suas inter-relações.

1.1 O Conceito de Campo

Na perspectiva de Pierre Bourdieu, campos são “espaços estruturados de posições (ou de postos) cujas propriedades dependem das posições nestes espaços, podendo ser analisadas independentemente das características de seus ocupantes (em parte determinadas por elas)” (BOURDIEU, 1989, p. 89). Cada campo, por um lado, possui traços que o estruturam e proporcionam identificação. Nesse sentido, possui especificidades, objetivos e determinados interesses que lhe são inerentes. Por outro lado, têm princípios de regularização e características que permeiam todo campo, seja religioso, científico, econômico, político ou jornalístico.

Em cada campo, há produtores de bens simbólicos e disputas entre os agentes sociais que se expressam pelo monopólio do poder. As disputas simbólicas são, também, lutas individuais e coletivas portadoras de uma lógica referenciada a partir do campo no qual os agentes se inserem. Ele se estrutura a partir de uma distribuição desigual de capital – seja econômico, cultural, social ou simbólico –, que define as posições dos agentes no interior do campo. De forma hierárquica os agentes específicos auferem prestígio e legitimidade relativos às posições dominantes ou dominadas, dependendo do quantum de capital acumulado.

Para Bourdieu, a existência de campos especializados de produtores de bens simbólicos é fundamental na produção das classificações que constituem razões de lutas permanentes entre os agentes. Os agentes sociais distribuídos diferentemente nas estruturas sociais em função do quantum de capital que acumulam vivem cotidianamente a se

classificarem pelo simples fato de se apropriarem de objetos que são também classificados; e também a classificar os outros que se classificam ao se apropriarem dos objetos que eles classificam. (BOURDIEU, 1989).

É preciso salientar que todos os agentes de um campo têm internalizado um mesmo sistema de classificação. Para que um campo funcione é necessária a presença de objetos de disputa e agentes preparados para “jogar” o jogo. Os agentes, para participarem de um determinado campo, têm que internalizar *habitus* formados de acordo com as leis do campo. Cabe ressaltar que, em seus escritos, Bourdieu procurou de forma obstinada desvendar o espaço de dominação, cujos mecanismos estão dissimulados. Assim, o conceito de *habitus* que ele desenvolve corresponde a uma matriz, determinada pela posição social do indivíduo, que lhe permite pensar, ver e agir nas mais variadas situações. O *habitus* traduz, dessa forma, estilos de vida, julgamentos políticos, morais, estéticos. Ele é também uma dimensão que orienta a ação e permite criar ou desenvolver estratégias individuais ou coletivas.

Bourdieu mostra que as diferenças entre agentes sociais nas práticas, nas posições sociais, nas disposições culturais e nas tomadas de posição se constituem em sistemas simbólicos e, como tal, são expressos na linguagem. Um dos conceitos desenvolvidos na economia das trocas linguísticas de Bourdieu (1991), cujo subtítulo na edição francesa é, bem sugestivamente, “o que falar quer dizer”, é o *de habitus*. Por *habitus* se compreende gostos ou afinidades de estilos e é um princípio gerador e unificador que traduz as características de uma posição em um estilo de vida.

Ao desenvolver sua teoria da prática – um termo hoje largamente adotado quando se fala em “práticas sociais”, “práticas culturais”, e que foi inspirado na filosofia marxista da praxis –, Bourdieu utiliza o conceito de *habitus* para definir o conjunto de disposições que leva os agentes sociais a agir ou reagir de uma determinada maneira. As disposições geram práticas, percepções e atitudes que são regulares, embora não coordenadas por alguma regra. Estas disposições são adquiridas por meio de um processo de inculcação, ou de aculturação, que, segundo Bourdieu, configura o próprio corpo e se torna uma segunda natureza.

Ao contrário da expressão “o hábito não faz o monge”, no sentido usado por Bourdieu estas disposições adquiridas são *habitus* que grudam na pele e identificam de fato o pertencimento de pessoas a campos e lugares sociais. O sociólogo francês considera que a importância da postura corporal pode ser vista nas diversas formas pelas quais homens e

mulheres andam pelo mundo, nas suas diferentes posturas, seu jeito de falar e andar, de comer ou rir, enfim, são visíveis nos aspectos mais diferentes da vida (BOURDIEU, 1991).

É importante, porém, lembrar que estes *habitus* não existem por si só, mas são o produto da relação entre atitudes, de um lado, e, de outro, os específicos microcosmos, ou campos. Daí os campos constituírem sempre um lugar de conflitos pelos quais os indivíduos lutam para manter status e poder, ou seja, um certo capital adquirido. Ampliando sua teoria da prática para o campo linguístico, Bourdieu afirma que os enunciados podem ser compreendidos como um produto da relação entre um *habitus* linguístico e um mercado linguístico. Eles são produzidos em contextos ou mercados particulares, cujas propriedades valorizam o produto linguístico. Estes valores dependem, no entanto, da valoração de cada instituição, no interior da qual os enunciados surgem.

Reverendo o trabalho de Austin, Bourdieu lembra que não é no próprio discurso, ou seja, na própria substância linguística, que se pode encontrar o princípio da eficácia da palavra, como sugeria o filósofo inglês. Para Bourdieu, a autoridade de que se reveste a linguagem vem de fora. Pode-se dizer que a linguagem, na melhor das hipóteses, representa tal autoridade, manifestando-a e simbolizando-a (BOURDIEU, 1991).

Em Bourdieu, o social determina o uso da linguagem, que passa a depender da posição social do locutor que, por sua vez, é legitimado para falar. O sociólogo sugere, em vez de atos de fala, a expressão atos de autoridade, ou atos autorizados, porque é preciso estabelecer a relação entre o discurso e as propriedades daquele que o pronuncia, assim como as propriedades da instituição que o autoriza a pronunciá-lo.

Outro conceito importante para Bourdieu é o de estratégia. Todo campo tem um conjunto de estratégias de disputa pela manutenção, conservação ou subversão das finalidades. Os agentes que participam de certo campo têm certo número de interesses em comum próprios e cumplicidades presentes em todos os antagonismos. Esquece-se que a luta pressupõe um acordo entre os antagonistas sobre o que merece ser disputado “[...] tudo aquilo que constitui o próprio campo, o jogo, os objetos de disputas, todos os pressupostos que são tacitamente aceitos, mesmo sem que se saiba, pelo simples fato de jogar, de entrar no jogo” (BOURDIEU, 1989, p. 91).

Portanto, para Pierre Bourdieu estratégia refere-se ao sentido prático para agir que advém da capacidade dos agentes de participarem no jogo em diferentes espaços sociais.

Assim, as ações dos agentes sociais são dimensionadas pela capacidade de participação no jogo e o bom jogador é aquele que aprendeu o sentido do jogo.

1.2 O campo do jornalismo

Traquina (2005) utiliza o conceito de campo social de Pierre Bourdieu para definir o que seria o “campo jornalístico”. Como definiu o sociólogo francês, o campo implica a existência de um número ilimitado de agentes sociais que querem mobilizar, no caso, o jornalismo como recurso para suas estratégias de comunicação. O campo pressupõe ainda um prêmio que os “jogadores” disputam: as notícias. O campo envolve ainda um grupo especializado que reivindica possuir um monopólio de conhecimentos ou saberes especializados, nomeadamente o que é notícia e a sua construção.

Para Bourdieu (1997), a concorrência econômica entre as emissoras e os jornais pela audiência e pelos leitores realiza-se concretamente sob a forma de uma concorrência entre os próprios jornalistas:

[...] concorrência que tem seus desafios próprios, específicos, o *furo* [grifo do autor], a informação exclusiva, a reputação na profissão, etc., e que não se vive nem se pensa como uma luta puramente econômica por ganhos financeiros, enquanto permanece sujeita às restrições ligadas à posição do órgão de imprensa considerado nas relações de força econômicas e simbólicas. Há hoje relações objetivas invisíveis entre pessoas que podem jamais se encontrar, entre *Le Monde Diplomatique*, para tomar um extremo, e a TF1, mas que são levadas a considerar naquilo que fazem, consciente ou inconscientemente, pressões e efeitos que se exercem sobre elas pelo fato de pertencerem a um mesmo universo. (BOURDIEU, 1997, p. 58).

Cabe observar que a concorrência, longe de ser automaticamente geradora de originalidade e de diversidade, tende muitas vezes a favorecer a uniformidade da oferta, como veremos na sequência da discussão teórica deste trabalho. Érik Neveu (2006) considera que recorrer à noção de campo permite pensar o jornalismo na sua relação com outros espaços sociais, sua autonomia ou sua dependência em relação aos campos político, econômico e intelectual. A noção de campo possibilita, nas palavras do autor:

[...] pensar o espaço do jornalismo como um universo estruturado por oposições ao mesmo tempo objetivas e subjetivas, a perceber cada

publicação e cada jornalista dentro da rede de estratégias, de solidariedades e de lutas que o ligam a outros membros do campo. (NEVEU, 2006, p. 63)

Todo jornalista, lembra Neveu, está dentro de uma estrutura empresa-redação-editorial. A hierarquia das editorias varia em função dos contextos sociais e das publicações. Mas áreas como política, economia e finanças tendem a se sobrepor às demais.

O campo jornalístico conquistou historicamente, nos países de democracia representativa, uma autonomia expressa por normas profissionais e garantida (desigualmente) por dispositivos jurídicos destinados a proteger o jornalismo tanto de atentados à sua liberdade pelo poder político quanto de uma subordinação sem limite aos empregadores todo-poderosos (cláusula de consciência, lei anticoncentração). [...] As lógicas do campo econômico vêm hoje repor em discussão tanto essa autonomia quanto esses modelos profissionais do campo jornalístico. (NEVEU, 2006, p. 70).

Mas como definir o jornalismo? Para Traquina (2005), o jornalismo seria o relato da realidade, mas de uma realidade muito seletiva, construída através de inúmeros processos de interação social entre os profissionais do campo jornalístico e outros grupos sociais como: 1) as diversas fontes, que buscam se utilizar das notícias como um recurso social para as suas estratégias de comunicação; 2) outros jornalistas, membros de uma comunidade interpretativa, que compartilham a ideologia profissional do campo jornalístico; 3) a própria sociedade, por meio dos valores sociais que marcam as fronteiras entre normal e anormal, legítimo e ilegítimo, aceitável e desviante. (TRAQUINA, 2005).

Aluno de Max Weber, o alemão Otto Groth foi um dos pioneiros no estudo do jornalismo, tendo se dedicado a sistematizar o que denominou como Ciência dos Jornais (jornalística ou periodística, na tradução brasileira). De acordo com Groth (2011), entende-se como jornalismo duas coisas: “primeiro, o que diz respeito às pessoas, ao grupo dos atuantes no jornalismo profissionalmente (como ocupação principal) e segundo, com relação ao conteúdo, à atividade jornalística e aos seus produtos em conjunto” (GROTH, 2011, p. 323).

Como jornalismo em sentido restrito (próprio), Groth, em sua obra publicada originalmente nos anos 60, entende o conjunto dos que atuam profissionalmente na produção de textos de jornais ou em revistas semelhantes aos jornais, seja direta ou indiretamente (no trabalho para organizações que colaboram na produção de textos).

Segundo esta definição, são jornalistas não só os que fornecem profissionalmente textos para jornais e revistas e que trabalham para agências de notícias e demais, mas também aqueles que o fazem para assessorias de imprensa públicas ou privadas e empreendimentos semelhantes. (GROTH, 2011).

Para o autor alemão, as características essenciais dos jornais são a periodicidade, a atualidade, a universalidade, e a publicidade, que fundamentam as especificidades dessa área do conhecimento. Periodicidade e publicidade seriam características de forma, enquanto atualidade e universalidade, características de conteúdo. Na sequência, desenvolveremos de forma breve cada uma desses aspectos que definem o jornal.

A periodicidade, conforme Groth, domina toda a construção do empreendimento e a sua aparelhagem de produção, tempo, intensidade, divisão do trabalho, número, composição, ocupação das máquinas, como também todo o ritmo da empresa e dos funcionários. O efeito da periodicidade sobre os leitores é o de atar e manter um relacionamento ininterrupto, constante, que se renova e com isso reforça-se permanentemente.

Com o seu retorno periódico, jornais e revistas incitam e coagem os leitores à leitura, os acostumam a eles, ao seu pensar e querer e alcançam por fim uma dependência uns dos outros, uma ligação recíproca, que se intensifica até o tornar-se imprescindível, não só no aspecto comercial, político, de entretenimento e assim por diante, mas também no emocional, psíquico. Este relacionamento duradouro, sobretudo também os vínculos psíquicos, internos, são de significado econômico decisivo para a empresa. [...] A repetição é o meio perfeito para reter o que desaparece, fortalecer o fraco, transformar indiferença e desconfiança em participação e certeza. (GROTH, 2011, p. 166).

Ou seja, a periodicidade dá duração e materialidade ao jornal, formando unidade de conjunto no tempo e no espaço. Outra característica dos jornais é a da atualidade, que designa a tarefa dos diários de “[...] oferecer, de mediar algo atual, portanto, presente, agora, em voga, novo” (GROTH, 2011, p. 223). Mas atual não se confunde com o novo, lembra. Atual seria aquilo que cai no presente ou tem uma relação com o presente, como uma data comemorativa ou que marca algum fato histórico, por exemplo. Trata-se, portanto, de uma relação temporal. Já a novidade designa algo qualitativo, uma relação mental entre sujeito e objeto, envolvendo o que era até o momento desconhecido.

Mas é quando atualidade e novidade se fundem que se tornam algo mais valioso para os jornalistas e o conteúdo dos jornais. Mesmo no caso das opiniões, expressas em artigos e

editoriais, busca-se contextualizar os argumentos, ainda que repetitivos ao longo do tempo, em uma versão voltada para o novo. Cabe aqui apenas pontuar que o ritmo de vida vem se acelerando de maneira geral desde o surgimento dos jornais comerciais na Europa por volta dos séculos XVII e XVIII. A imprensa periódica teria surgido em Bremen, Alemanha (LAGE, 2006). A medida da atualidade, em consequência, se encurtou consideravelmente desde a invenção de Gutenberg (BRIGGS; BURKE, 2004). Em tempos de internet, o atual perde a validade rapidamente, exigindo novos fluxos de reatualizações constantes.

[...] a ânsia por atualidade do jornalista – em parte partindo de si mesmo, em parte sob a influência da concorrência – evoluiu para um impulso que cresceu além da demanda e que se tornou diretamente independente do seu senhor e talvez o tenha tornado escravo. E isto poderia ser um motivo para recobrar a consciência sobre si mesmo e colocar um fim aos exageros frequentes do princípio da atualidade. [...] As forças contrárias que atuam sobre os jornalistas, as necessidades da economia, da política, da vida diária, a curiosidade e o desejo por sensação são fortes demais, os sucessos na luta com a concorrência são tentadores demais. (GROTH, 2011, p. 261).

Outra característica dos jornais é a universalidade, que deve ser entendida como algo potencial. O jornal pode incorporar tudo o que ele sabe sobre o que há e acontece de alguma maneira no mundo. Significa a capacidade e disponibilidade do jornal de mediar para os seus leitores tudo de todas as áreas da vida e da produção humana. Obviamente que o conceito se refere a todas as áreas, mas não à completude do conteúdo e de cada detalhe. Cada jornal só fornece recortes, frações do que há e acontece. Mas apesar disso, a ideia de universalidade orienta a ação do jornalista a buscar em todo lugar tudo o que é do interesse do leitor.

A universalidade também dá forma ao jornal: a separação em editorias, cadernos, os vários títulos, a disposição das matérias, as manchetes. O conteúdo deve ser organizado e trabalhado habilidosamente para que forneça uma imagem mais completa possível do que acontece no mundo físico/natural e social para os leitores.

Com a universalidade, o jornal oferece a cada um a possibilidade de escolher o que é desejado e necessário para os seus interesses e objetivos. Por meio dele cada um fica sabendo do que lhe interessa, [...] cada um recebe aquilo que sua mente pede para se recompor e se enriquecer em uma forma compreensível. Ele também leva muitas coisas a cada um que a própria pessoa nunca teria procurado, mas que ela assim pode incorporar ao seu saber e multiplicá-lo e fortalecer o seu querer. (GROTH, 2011, p. 218).

É por meio da universalidade, conforme o alemão, que o jornal se torna um instrumento socializador, produzindo um efeito de integração social. Uma outra dimensão é a da publicidade, mais uma característica essencial dos jornais, segundo Groth. Publicidade é entendida como o oposto da inacessibilidade e do travamento. Nesse sentido, potencialmente a publicidade significa o “estar aberto”. Como princípio da publicidade, entende-se a máxima, nas sociedades liberais, de que cada um tem o direito de tomar conhecimento sobre aquilo que está oculto e diz respeito à vida em sociedade. Publicidade, portanto, no sentido de tornar público, o que também envolve o sentido da pluralidade e do direito de acesso das diferentes vozes da sociedade ao jornal.

Publicidade está em relação ainda com a capacidade de distribuição de um jornal, com a sua difusão espacial. Assim com tampouco pode haver um jornal mundial, tampouco pode haver um jornal que satisfaça a população total de um país. A equação para Groth é a seguinte: “Extensividade da difusão e nível intelectual mais alto, intensidade da difusão e nível intelectual mais baixo são correlatos” (GROTH, 2011, p. 291).

Isto significa que um jornal de abrangência nacional, ou seja, com publicidade extensiva, tem sua difusão orientada para as camadas sociais mais altas (menos intensiva em direção à base social), ao círculo da indústria, do comércio, do setor bancário, da cultura, do funcionalismo público de alto escalão. Sob estreitamento maior ou menor da seção local, esse tipo de jornal nacional cultiva, sobretudo, o noticiário e comentário político e econômico.

O significado fundamental da publicidade resulta sem mais nem menos do fato de que ela é a porta através da qual os bens imateriais do jornal são enviados e recebidos, através da qual todas as seções de produção da empresa, dos escritórios da direção da editora e da redação até as salas de máquinas e empacotamento, mantêm a ligação com o mundo exterior. A realização das outras características também é determinada reciprocamente pela forma e pela dimensão da publicidade (difusão). Ao procurar manter e elevar a sua publicidade em determinados espaços e camadas sociais, os jornais têm que limitar depois a quantidade e a diversidade do seu material, a medida da sua atualidade e da sua periodicidade, assim como as limitações da universalidade material, da atualidade e da periodicidade escolhidas por ele também limitam a sua publicidade. (GROTH, 2011, p. 313).

Por meio de sua ligação com os públicos, o jornal tornou-se um órgão de controle importante, “pode dizer-se tranquilamente o mais importante, da sociedade moderna de hoje em todas as áreas da vida e da produção” (GROTH, 2011, p. 319). A professora Ana Carolina Temer (2015) considera que o jornalismo desempenha um papel importante na dinâmica da sociedade moderna, já que suas fronteiras são híbridas em permanente adaptação/readaptação aos espaços sociais nas quais estão inseridas.

[...] podemos dizer que o jornalismo envolve uma relação de apreensão dos fatos (o que ocorre na realidade, no mundo sensível) e de devolução desses fatos/acontecimentos à sociedade, por meio de representações/narrativas sógnicas efetivadas em várias etapas e pela ação de diferentes profissionais especializados, inseridos em um esquema de produção capitalista/industrial. Uma vez que o jornalismo trabalha a partir de fatos/acontecimentos apreendidos pelos jornalistas, é da natureza da atividade interagir com vários outros setores da sociedade, em uma relação na qual estão envolvidos jogos de força (relações de poder) de diferentes grupos sociais, com forças de representatividade e poderes diferenciados, que buscam controlar a atuação do jornalismo em benefício próprio, não raro estabelecendo estratégias de visibilidade e de representatividade no conjunto do material jornalístico. (TEMER, 2015, p. 23).

O percurso histórico do jornalista na afirmação do seu ofício passou por um longo período até atingir valorização, legitimidade e reconhecimento social. Ainda assim, persistem dúvidas sobre a legitimidade dessas conquistas e sobre a própria definição de uma identidade profissional do jornalista (FIDALGO, 2005).

Historicamente, a imagem do jornalista provoca controvérsia, suscitando, de um lado, manifestações de despreço e reprovação, e, de outro, reconhecimento, alta consideração e elogio. Este será o caso em sociedades com democracias consolidadas, nas quais há influência da imprensa sobre a opinião pública.

Nos tempos agitados politicamente, sobretudo na política interna, nos quais a nação como um todo participa apaixonadamente dos acontecimentos e das suas avaliações, a influência e o prestígio dos jornalistas aumenta. [...] Qualquer indiferença de um povo por questões públicas, a sua distância aturada ou obrigada da condução da sua história trazem para o jornalismo uma perda de influência pública e diminuem o seu apreço social. (GROTH, 2011, p. 431).

Numa história universal do jornalismo, “[...] cada vez mais visível na era da globalização, dois processos fundamentais marcam a evolução da atividade jornalística: 1) a

sua comercialização e 2) a profissionalização dos seus trabalhadores” (TRAQUINA, 2005, p. 35).

1.2.1 Rotinas produtivas do jornalista

O trabalho do repórter, como função jornalística por excelência, envolve pelo menos três fases: a coleta, a seleção e a apresentação das notícias. Cada uma dessas etapas tem rotinas articuladas e processos próprios de funcionamento. A escassez de tempo e de meios acentua a importância dos valores-notícia, que estão enraizados em todo o processo informativo. (WOLF, 2002).

Num estudo sobre rotinas produtivas do jornalismo em Brasília, realizado entre 1995 e 1996 nas sucursais dos jornais *Folha de S.Paulo* e *O Globo*, além do *Correio Braziliense*, Adghirni (2012) observou fatores externos que afetam o trabalho do repórter, como, por exemplo, o tempo, a disponibilidade e o acesso a determinadas fontes, bem como a alteração das pautas pela proeminência de fatos mais importantes impostas pelas agendas das personalidades. Também podem ocorrer alterações nas pautas por conta de algum acontecimento que redefina o foco do trabalho jornalístico do dia.

As rotinas produtivas dos repórteres de jornal começam com as reuniões de pauta. Cabe ao coordenador distribuir as pautas, orientar, estipular prazos e priorizar assuntos. Durante o trabalho de apuração, pode haver mudanças na pauta originalmente encomendada, cabendo aos próprios repórteres a sugestão de mudanças ou pedir orientações aos editores. Segundo o estudo de Adghirni, na sucursal da *Folha de S.Paulo*, em Brasília, a maioria dos jornalistas costumava ser pautada na noite do dia anterior, dispensando os repórteres de passarem na redação antes de ir para o local de apuração.

Repórteres especiais, que tem mais capital no interior do campo jornalístico, dispõem de certa liberdade (autonomia profissional) para construir pautas, fazer apurações e apresentar as matérias, sofrendo pouca ou nenhuma a intervenção dos editores. A rotina diária de um repórter político que trabalha para os principais veículos nacionais, em Brasília, envolve a cobertura dos Três Poderes. Documentos como o Diário Oficial são importantes fontes de consulta geradoras de pautas.

Quando se reúnem para a cobertura de alguma votação importante no Congresso Nacional ou durante uma entrevista coletiva, os repórteres, inclusive de veículos

concorrentes, costumam conversar sobre o foco das matérias para “combinar o lead”, no jargão jornalístico, o que alivia a pressão que sofrem pela concorrência de uns com os outros e evita a surpresa de não ter alguma informação dada pelo concorrente no dia seguinte. O resultado, no entanto, muitas vezes é de enquadramentos iguais para os acontecimentos em todos os veículos.

Pela nossa observação concluímos que a prática é adotada entre os jornalistas para se proteger mutuamente de eventuais cobranças das chefias. Quando o jornalista trabalha com informação exclusiva ou investiga matéria inédita, ele reserva-se o direito da discricção. (ADGHIRNI, 2012, p. 524).

Ao verificar que os repórteres “batem às portas mais altas do poder na tentativa de obter informações exclusivas e inéditas” (2012, p. 525), Adghirni concorda com a hipótese de Mauro Wolf (2002) de que a vantagem de se trabalhar com fontes institucionais é que elas fornecem materiais credíveis e suficientes para se fazer a notícia, garantindo maior agilidade às empresas de comunicação ao não precisar recorrer a demasiadas fontes para obter dados ou informações com credibilidade. Como observa Wolf, as fontes não são todas iguais e todas igualmente relevantes, assim como o acesso a elas e o seu acesso aos jornalistas não está uniformemente distribuído.

Os estudos sobre o *newsmaking* deram a conhecer este aspecto suficientemente claro e controverso: a rede de fontes que os órgãos de informação estabelecem como instrumento essencial para o seu funcionamento, reflecte, por um lado, a estrutura social e de poder existente e, por outro, organiza-se a partir das exigências dos procedimentos produtivos. As fontes que se situam à margem destas duas determinações, muito dificilmente podem influir, de forma eficaz, na cobertura informativa. (WOLF, 2002, pp. 223-224).

Do ponto de vista dos jornalistas, as fontes devem ser tão credíveis que a informação fornecida exija o mínimo possível do trabalho de checagem e apuração. Caso contrário, a notícia teria de ser verificada a partir de, pelo menos, duas fontes diferentes. Mas se a informação puder ser explicitamente atribuída a uma única fonte, o problema da credibilidade passa do jornalista para a fonte identificada no texto.

Muitas vezes, obviamente, o jornalista tem dificuldade de avaliar a credibilidade das suas fontes. É provável que fontes mais disponíveis, amigáveis e que cooperem com os

jornalistas sejam mais utilizadas do que outras. Mas é também preciso respeitabilidade da fonte, o que reforça a busca por fontes oficiais ou que ocupam posições institucionais de autoridade. Esse aspecto indica que os agentes com maior capital e mais bem posicionados em seus campos sociais tendem a ganhar destaque no noticiário, o que reforça o seu capital simbólico e realimenta o ciclo, como bem observou Bourdieu (1997).

Trata-se, na prática, de interações complexas, envolvendo processos de negociação sujeitos a rearranjos e descontinuidades. De acordo com Wolf, a predominância – organizativa e profissionalmente instituída – das fontes oficiais, institucionais e estáveis, “é temperada por procedimentos que, de vez em quando, ‘ajustam’ a tendência dominante, modificando-a ou equilibrando-a” (2002, p. 226).

Atualmente, em tempos de internet e da pressão do fator tempo, a rotina de produção é voltada, no caso dos jornais, tanto para a versão impressa como para a versão on-line. Muito da apuração do repórter, hoje em dia, passa por um trabalho de garimpagem na internet (sites, bases de dados e perfis pessoas de autoridades e personalidades), além da apuração por telefone, por aplicativos de mensagens, e-mail ou contatos face-a-face com as fontes. É parte do trabalho do repórter também acompanhar e monitorar informações na internet que estão sendo veiculadas por colegas de outros jornais concorrentes.

Como operadores dos acontecimentos (conforme Fausto Neto), jornalistas e veículos, mesmo os impressos, pois também estão no ambiente on-line, utilizam-se de estratégias para ampliar o alcance das matérias e a abrangência de leitores, por meio de postagens nas redes da internet. Para se informar, o jornalista mobiliza redes de relacionamentos que lhe permitem entrar em contato, diretamente ou via agências, com o discurso que os atores sociais produzem sobre a realidade. Esse relacionamento, sem o qual o trabalho de apuração de informações não existiria, induz a uma interdependência complexa. (RUELLAN, 2006, p. 33).

1.2.2 A notícia como produto simbólico

O jornalismo que conhecemos hoje nas sociedades democráticas tem as suas raízes no século 19, com a expansão da atividade comercial da imprensa. Os jornais passam a ser geridos como um negócio lucrativo. Para aumentar suas tiragens, a imprensa aposta num novo gênero, as notícias, baseadas em “fatos” e não apenas em “opiniões”. Traquina

considera que para entender a profissão é preciso antes caracterizar o principal produto do jornalismo contemporâneo, a notícia, uma construção social a partir do “resultado de inúmeras interações entre diversos agentes sociais” (TRAQUINA, 2005, p. 28). A produção da notícia é um processo complexo que se inicia com um acontecimento. Conforme Rodrigo Alsina,

O acontecimento pertence sempre a uma categoria histórica bem determinada: o acontecimento político, social, literário, científico, etc. Ou seja, o acontecimento está definido pela importância que a mensagem traz. No entanto, o fato ocupa um lugar oposto dentro das categorias de importância. O fato nos remete a convenções sociais que foram violentadas. Produz-se, então, a ruptura da lógica do que é cotidiano. Um conhecido aforismo jornalístico diz que o acontecimento é quando um homem morde um cachorro e não o contrário. (ALSINA, 2009, pp. 126-127).

O professor Nilson Lage (2006) define a notícia, do ponto de vista da estrutura, como o relato de uma série de fatos, a partir do fato mais importante ou interessante; e, de cada fato, a partir do aspecto mais importante ou interessante. A notícia deve conter um lide (do inglês lead), que é o primeiro parágrafo no jornalismo impresso, à primeira proposição de uma notícia radiofônica ao texto lido pelo apresentador de telejornal no início de uma notícia na TV. O lide é o relato principal, destacando de forma resumida quem fez o que, a quem, quando, onde, como e por que.

As notícias são construídas pelos jornalistas tendo por base alguns critérios, que são introjetados pelos profissionais, caracterizados como valores-notícia. Galtung e Ruge (1994) são considerados pioneiros no estudo sobre o valor-notícia, espécie de referência construída pela cultura profissional, que orienta a construção e a atribuição de importância das notícias. Eles elencaram 12 aspectos principais: frequência, amplitude, clareza ou falta de ambiguidade, relevância, conformidade, imprevisão, continuidade, referência a pessoas e nações de elite, composição, personificação e negativismo. Diversos autores, como Nelson Traquina, Mauro Wolf, Mário Erbolato e Nilson Lage, já realizaram levantamentos para elencar os elementos que transformam um tema em notícia.

Gislene Silva (2008) entende os valores-notícia como atributos que orientam principalmente a seleção primária dos fatos e também a seleção hierárquica da apresentação dos conteúdos nos diferentes formatos. A autora propõe uma tabela de valores-notícia para operacionalizar análises de acontecimentos noticiáveis/noticiados que envolve questões

como impacto, proeminência, conflito, entretenimento/curiosidade, polêmica, conhecimento/cultura, raridade, proximidade, surpresa, governo, tragédia/drama e justiça. Silva relembra que valores-notícia evoluem com o tempo, não constituindo arquétipos imutáveis.

Naquela que é considerada a primeira pesquisa acadêmica sobre jornalismo, “De Relationibus Novellis”, tese apresentada em 1690 na Universidade de Leipzig por Tobias Peucer, o autor já destacava que o comum e o normal possuem pouco valor informativo. Dione Moura (2012) amplia o foco de análise para os critérios de noticiabilidade que guiam a produção jornalística. Segundo a professora, esses critérios não devem ser tratados como se fossem um conjunto uniforme e compacto de referências. Moura reforça que os critérios de noticiabilidade são um dos aspectos relevantes para investigação na produção da notícia, indo além da compreensão dos valores-notícia, mas também incluindo o foco nas relações entre jornalistas, fontes e públicos, e também na circulação, interpretação e significado social do jornalismo.

Noam Chomsky (1998) elaborou um modelo para explicar a imprensa e os meios de comunicação a partir de um viés sistêmico em termos de causas econômicas e estruturais que acabariam afetando o produto final. O modelo mostra que esse viés deriva da existência de cinco filtros que todas as notícias precisam ultrapassar antes de serem publicadas e que, combinados, distorcem sistematicamente a cobertura dos acontecimentos pelos meios de comunicação.

a) O primeiro filtro, o da propriedade dos meios de comunicação, deriva do fato de que a maioria dos principais veículos pertence a grandes grupos empresariais.

b) O segundo, o do financiamento, deriva do fato de os principais meios de comunicação conseguirem a maior parte de sua receita não de seus leitores, mas sim de publicidade. Logo, o modelo prevê que se deve esperar a publicação apenas de notícias que reflitam os desejos, expectativas e valores dessas empresas anunciantes.

c) O terceiro filtro é o fato de que os meios de comunicação dependem fortemente das grandes empresas e das instituições governamentais como fonte de informações para a maior parte das notícias. Isto também cria um viés sistêmico contra a sociedade.

d) O quarto filtro é a crítica realizada por vários grupos de pressão que procuram as empresas de comunicação para pressioná-las caso saiam de uma linha editorial que esses grupos acham a mais correta, de acordo com seus interesses.

e) As normas da profissão de jornalista, o quinto filtro, referem-se a conceitos comuns compartilhados por aqueles que exercem o ofício. A cultura profissional precisa abrir caminho e espaço nas páginas dos jornais para a publicação de textos com alto grau de imparcialidade.

Por este modelo, Chomsky revela que existe uma tensão permanente entre o jornalista e os ideais iluministas e a lógica da empresa. Traquina (1993) concorda que os jornalistas não são simplesmente observadores passivos, mas participantes ativos no processo de construção da realidade. Da mesma forma, as notícias não podem ser vistas como emergindo naturalmente dos acontecimentos do mundo real. Enquanto o acontecimento cria a notícia, a notícia também cria o acontecimento. As notícias são, portanto, o resultado de um processo de produção, definido como a percepção, seleção e transformação de uma matéria-prima (os acontecimentos) num produto (as notícias).

No mundo de hoje, esse processo se torna ainda mais complexo. Conforme Ruellan, “o rápido desenvolvimento de redes digitais oferece aos públicos a possibilidade de reagir aos conteúdos dos meios de comunicação, com opiniões, comentários ou complementos de informação, o que não é possível na mídia tradicional” (RUELLAN, 2006, p. 37).

A produção do discurso sobre a atualidade, a partir do jornalismo, aparece como resultado de um ajuste entre os produtores de informação, públicos e fontes (RUELLAN, 2006). Nesse sentido, jornalistas e fontes do mundo político não estariam em campos opostos, segundo Ruellan, e sim numa situação de convergência de interesses. Abordaremos esse aspecto ao discutir as interfaces entre os campos do jornalismo e da política.

Atualmente, diversas instituições da sociedade e autoridades públicas estruturam serviços e ferramentas, além de contar com profissionais especializados, voltados para a relação direta com o público e com os jornalistas, caracterizando o que Sant’Anna (2009) chamou “mídia das fontes”. A criação de mídias próprias no âmbito do poder Executivo (TV NBr), Legislativo (TV Câmara) e Judiciário (TV Justiça), para citar alguns exemplos, de acordo com Ruellan (2006), transforma a produção da informação num *continuum* em que intervêm diversos atores, cujo papel é parcialmente intercambiado, às vezes como fontes, às vezes como mediadores.

A transformação no processo de trabalho do jornalista suscitada pelos efeitos do entorno comunicativo da mediatização é caracterizada por Fausto Neto como a passagem da “sociedade dos meios” à “sociedade em vias de midiatização”.

Nela, o dispositivo jornalístico também se complexifica e o jornalista se desinstala da mediação, ensaiando uma outra atividade no sistema tecno-simbólico jornalístico, a de operador do acontecimento. (FAUSTO NETO in MOULLIAUD; PORTO, 2012, p. 267).

Como operadores do acontecimento, construído tendo como referência a dimensão da atualidade mediática (MARTINO, 2009), os jornalistas operam, por vezes, um metadiscurso sobre a realidade. Em um mundo complexo e superpovoado por formas simbólicas mediatizadas, a noção de atualidade revela-se um conceito-chave para pensar o agendamento promovido pelos meios de comunicação. O conceito de atualidade mediática, segundo o pesquisador,

[...] designa a arquitetura da informação ou o sistema de comunicação próprio à sociedade complexa, na qual o indivíduo necessita orientar-se em múltiplas dimensões e para além de seu ambiente imediato. (MARTINO, 2009, p. 3).

Para Martino, a noção de atualidade não se resume às notícias, mas sim envolve toda a atividade cultural mediatizada. Guarda, portanto, uma relação muito direta com a produção e difusão do acontecimento social, mas não está restrita ao presente, podendo incorporar à atualidade o passado e o futuro, enquanto acontecimento mediatizado. Envolve, pois, uma dimensão virtual, “que unifica o campo das existências dos indivíduos, permitindo ultrapassar o espaço-tempo de seus canais sensoriais” (MARTINO, 2009, p. 8).

A atualidade mediática, possibilita, assim, a formação de novos elos, tendo a cultura do presente como sistema de referência e gerando representação social dinâmica e de acesso universal. A atualidade está em relação direta com o agendamento promovido pelos meios de comunicação. Para ser atual, um evento ou fato qualquer necessita da mediação tecnológica, adquirindo assim visibilidade pública e notoriedade que possibilitam obter reconhecimento social. Embora esteja inscrita no mundo objetivo, a ideia de atualidade, como dimensão imaginal, está perpassada pela subjetividade e se expressa no e pelo discurso.

1.2.3 Valores profissionais do jornalista

Uma importante dimensão que marca o trabalho dos jornalistas na cobertura dos acontecimentos e na construção dos fatos é a ideologia profissional. Mark Deuze (2005) conceitua o jornalismo como uma ideologia ocupacional, buscando entendê-lo em termos de como os jornalistas atribuem significado ao seu trabalho. Jornalistas compartilham características similares e evocam valores semelhantes no contexto do seu trabalho diário. Seria possível admitir, pois, a existência de uma ideologia (no sentido de valores adquiridos), ou *habitus*, na qual muitos jornalistas baseiam suas percepções e práticas profissionais, mas que é interpretada, utilizada e aplicada de forma diferente entre os jornalistas através das diversas mídias.

A ideologia é vista aqui como um processo (intelectual) através do tempo, por meio do qual a soma de ideias e pontos de vista –, notavelmente em temas sociais ou políticos – de um grupo particular é moldado, mas é também um processo pelo qual outras ideias e pontos de vista são excluídos ou marginalizados. (DEUZE, 2005, p. 445).

Especialmente quando confrontados com a crítica pública, jornalistas costumam evocar valores da ideologia profissional para legitimar sua posição na sociedade. Deuze (2005) destaca cinco valores consagrados associados à prática jornalística: jornalistas crêem realizar um serviço de caráter público (serviço público); buscam se mostrar imparciais, neutros, objetivos, justos para terem credibilidade (objetividade); devem ser autônomos, livres e independentes no trabalho (autonomia); tem um senso de imediatismo, atualidade e velocidade (imediatismo); tem um senso de ética próprio que os legitima para atuar (ética).

Há uma profusão de estudos sobre perfil e ideologia profissional do jornalista, no Brasil e no exterior, inclusive no contexto mais recente de mudanças trazidas pela internet no jornalismo (PAULUSSEN, HARDER, 2014; HEDMAN, DJERF-PIERRE, 2013; DEUZE, 2005; FIDALGO, 2005; RUELLAN, 1992 e 2006; ZELIZER, 1993; BOURDIEU, 1997; PEREIRA, 2011 e 2013; TRAVANCAS, 1993 e 2014; TRAQUINA, 1993; KALUME, 2014). Novas tecnologias trazem novas práticas sociais, afetando as relações e os próprios campos sociais. Com a internet, a relação do jornalista com fontes e públicos vem passando por transformações. Novas práticas a partir da internet tem provocado o que Palacios (2007) identificou como “alargamento do campo do jornalismo” com a colaboração de novos agentes.

A forma como o jornalista se apresenta, constrói suas práticas e sua cultura própria, está delimitada pelos valores que o profissional detém sobre o que é o jornalismo. Assim, seja na manutenção de uma postura de desconfiança em relação às fontes, em especial as políticas, ou na imposição de um estatuto de mediador junto ao público, o jornalista está dialogando com a base simbólica/ideológica do jornalismo.

A ideologia profissional, inscrita num *habitus*, implica na construção de um *ethos*. A própria noção de *habitus* engloba a de *ethos*, como princípio que elege as condutas ou a ética realizada e perceptível como disposição geral de um grupo social. O *ethos* como princípio prático é uma moral que se instala no corpo transformando-se em *hexis* traduzida na postura corporal, nos gestos ou na competência linguística. Bourdieu considera a *hexis* corporal como mais uma das disposições constitutivas do *habitus*.

A noção de *ethos* está marcada por um antagonismo entre partidários de quem defende a existência de um *ethos* prévio, pré-discursivo, e os que defendem um *ethos* eminentemente discursivo. Ficamos com a posição defendida por Charaudeau (2006), que considera a pertinência de ambas as concepções. Ou seja, quando se fala do *ethos* é preciso considerar esses dois aspectos. Enquanto imagem que se liga àquele que fala, o *ethos* não é uma propriedade exclusiva dele. Seria, antes de tudo, a imagem de que se transveste o interlocutor a partir daquilo que diz.

O *ethos* relaciona-se ao cruzamento de olhares: olhar do outro sobre aquele que fala, olhar daquele que fala sobre a maneira como ele pensa que o outro o vê. Ora, para construir a imagem do sujeito que fala, esse outro se apoia ao mesmo tempo nos dados preexistentes ao discurso – o que ele sabe a *priori* do locutor – e nos dados trazidos pelo próprio ato de linguagem. (CHARAUDEAU, 2006, p. 115).

Em Aristóteles, *ethos* seria o convencimento por características pessoais, ao contrário de *logos*, o convencimento pela razão, e *pathos*, pela emoção. Na prática jornalística, o repórter ou apresentador é o enunciador. Ao produzir seu enunciado (texto, fala), ele o faz seguindo as regularidades dos textos jornalísticos. Se estes textos se caracterizam por uma linguagem neutra ou imparcial, esta característica faz parte do *ethos* jornalístico. Quem dá autoridade ao que é dito? O fiador da fala é a fonte enunciativa. Logo, a forma linguística adequada, ou a formação discursiva, é fator primordial para ser um legítimo sujeito daquele discurso. Para isso, precisa fazer parte de uma comunidade discursiva. É com esta comunidade que o jornalista constrói identidade. (MOTA, 2006; 2008; 2010; 2012).

A legitimidade é, pois, uma qualidade ligada à identidade social do falante (enunciador, locutor, orador). Já a credibilidade depende de uma construção discursiva própria e individualizada, que leva o orador a ser julgado “digno de crédito”. O jornalista tem estilo próprio, formas de entrevistar que marcam sua enunciação. No caso do rádio e da TV, ele se expõe fisicamente no ato de enunciação. Por outro lado, ele está no interior de uma máquina informativa e depende de um processo enunciativo próprio de cada media.

A identidade social do jornalista está ligada à sua condição de ser um narrador de acontecimentos, em forma de notícia. Esta condição, acrescida do espaço enunciativo - jornal, TV, rádio, revista - lhe garante legitimidade. Mas sua identidade psicológica (postura, seriedade, transparência) lhe dará maior ou menor credibilidade. É uma construção cuidadosa, ao longo dos anos de profissão.

Santi e Barichello (2008) discutem, com base em Muniz Sodré, as implicações de um *ethos* mediatizado no exercício do jornalismo em tempos de “tecnocultura”. Muniz Sodré (2002) considera que a mídia “[...] reestrutura a percepção e a cognição, funcionando como uma espécie de agenda coletiva” (2002, p. 26), o que acaba por criar uma nova cultura – a tecnocultura – e um novo lugar para essa cultura, chamado *ethos* mediatizado.

De um modo geral, o *ethos* é a consciência atuante e objetiva de um grupo social – onde se manifesta a compreensão histórica do sentido da existência, onde tem lugar as interpretações simbólicas do mundo – e, portanto, a instância de regulação das identidades individuais e coletivas (SODRÉ, 2002, p. 45).

Nesse sentido, segundo Sodré, não podemos compreender *ethos* sem compreender a cultura (tecnocultura) como lugar por natureza onde vão atuar as formas simbólicas que orientam o conhecimento, a sensibilidade e as ações dos indivíduos.

[...] o *ethos* de um indivíduo ou de um grupo é a maneira ou o jeito de agir, isto é, toda a ação rotineira e costumeira, que implica contingência, quer dizer, a vida definida pelo jogo aleatório de interesses, em oposição ao que se apresenta como necessário, como dever-ser. (SODRÉ, 2002, p. 46).

No capítulo seguinte discutiremos as relações entre jornalismo e política. Guazina (2015) entende que o *ethos* jornalístico favorece a prática de coberturas políticas baseadas na desconfiança na política e nos políticos, “e é expressa na constante busca de denúncias ou na ênfase em escândalos” (2015, p. 60). Os meios de comunicação praticam o que Guazina

chama de “cobertura adversária”, baseada na oposição entre os campos jornalístico e político, através da desqualificação sistemática de seus principais atores e instituições representativas, como forma de reafirmar a legitimidade dos meios de comunicação.

1.2.4 Novas configurações do jornalismo?

Novos atores emergiram no cenário da comunicação de massa a partir da proliferação de espaços, canais e dispositivos de produção de conteúdo informativo, em especial na última década. As mídias tradicionais (jornais, revistas, rádios e TVs) estão presentes no ambiente da internet, direcionando os públicos aos seus conteúdos e produtos e sendo direcionados por sites, blogs, portais institucionais, redes sociais. Jornalistas estabelecem relações de disputa ou convergência com outras categorias de *mediaworkers* que atuam na construção dos acontecimentos mediáticos e sociais.

Além de profissionais ligados à comunicação social, incluindo marketeiros, publicitários, analistas de mídia, relações públicas e mesmo jornalistas de assessorias de imprensa, também os indivíduos, organizados ou não, têm se apropriado das ferramentas de comunicação, seja como consumidores ou como cidadãos. Notebooks, tablets, smartphones foram incorporados ao dia-a-dia das pessoas e às suas práticas socioculturais. Há informações em grande profusão, mas que, por outro lado, carecem de credibilidade no emaranhado das redes na internet. Fala-se atualmente em pós-verdade, eleita pela Oxford Dictionaries, departamento da Universidade de Oxford, como a palavra do ano de 2016, referindo-se à força dos apelos à emoção e às crenças pessoais, mais do que a fatos objetivos na moldagem da opinião pública¹.

Diferentes autores vem discutindo o que se convencionou chamar de mudanças estruturais que atingem o jornalismo (BRIN, CHARON, BONVILLE, 2007; PEREIRA, MOURA, ADGHIRNI, 2012; PEREIRA, ADGHIRNI, 2011). Pereira e Adghirni (2011) situam essas transformações na esfera da produção, no perfil profissional e nas relações com os diferentes públicos, apontando para mutações na forma como será praticado no futuro.

A pressão do tempo sobre a produção das notícias aumentou dramaticamente. A consequência é uma sobrecarga de trabalho dos jornalistas, de quem são exigidas novas

¹Oxford Dictionaries. Disponível em: <<https://en.oxforddictionaries.com/definition/post-truth>>

competências, o que acaba acarretando na apuração apressada, com fontes de segunda e terceira mão, e no comprometimento da qualidade e da profundidade das informações apuradas. (PEREIRA, ADGHIRNI, 2011).

Alguns autores chegam a afirmar que a era da internet e o surgimento da mídia das fontes (SANT'ANNA, 2009) tem tornado a imprensa menos relevante. Nunca antes houve tanta informação sendo disponibilizada, e nunca houve tão grande necessidade por informação baseada em fatos ao invés de especulações (PATTERSON, 2013).

Informação fidedigna sobre as questões do dia-a-dia é uma *commodity* rara, afirma Patterson, e esses novos atores, os “cidadãos-enquanto-jornalistas”, não conseguem produzi-la todos os dias, como se o trabalho dos jornalistas profissionais pudesse ser suplantado por práticas amadoras. O autor defende uma transformação do modo de fazer jornalismo, como condição de sobrevivência para o negócio e como condição para a democracia, direcionando o viés de seus conteúdos para o conhecimento de base científica, como resposta para a crise de credibilidade que afeta a imprensa.

Os jornalistas vacilarão e, em última instância, fracassarão, se seu conjunto de ‘fatos’ for visto pelo público como pouco melhor do que aqueles oferecidos por apresentadores de talk show, blogueiros e spin doctors. O conhecimento oferece aos jornalistas sua melhor chance de entregar uma versão autorizada da notícia[...]. (PATTERSON, 2013, p. 143). [Tradução nossa]

Patterson defende ainda que há um potencial educativo no noticiário, que deve levar em conta os interesses e necessidades dos cidadãos, com informações confiáveis e aprofundadas. Luiz Martins da Silva (2012), ao propor a idéia de pós-jornalismo, afirma que já não basta se contentar com a oferta de acontecimentos transformados em notas, notícias e reportagens. O novo paradigma exige ir-se além dos fatos, recobri-los de contextos, de utilidade pública, transformando-se a função noticiosa numa espécie de serviço público.

Um mesmo acontecimento mediático, segundo Martins, pode gerar diferentes tratamentos, de acordo com os paradigmas do jornalismo ao qual esteja associado: sensação (protojornalismo), informação (jornalismo de referência) e comunicação (pós-jornalismo). Assim, um determinado fato – o autor usa o exemplo da violência nas escolas –, pode receber um tratamento de impacto/sensacionalismo, como pode ser bem noticiado e contextualizado (informação), como poderá ser objeto de uma “campanha jornalística” (comunicação).

No ambiente da internet, a construção do social e a prática do jornalismo se complexificam com o surgimento de novos atores e de novas práticas socioculturais, ao articular, por meio dos circuitos comunicativos (FLORIANI, 2005), as interações dos indivíduos entre si e destes com os produtos (discursos) e produtores dos meios de comunicação. A matriz social passa a ser aquilo que Martino (2009) define como “atualidade mediática”.

Para Martins da Silva (2012), o paradigma do pós-jornalismo, hoje, corresponde ao termo comunicação. O percurso da informação à comunicação está marcado historicamente e condicionado por mudanças estruturais do próprio jornalismo, enquanto prática social. Os veículos de comunicação, ainda de acordo com Martins da Silva, buscam atuar como “parceiros” sociais, utilizando todas as mídias disponíveis. Da mesma forma, as notícias ultrapassariam seu caráter primário, mercadológico, para se inserir num contexto de ética discursiva.

Brin, Charon e Bonville (2007) caracterizam quatro tipos de jornalismo que se desenvolveram ao longo da história. Seriam eles o *jornalismo de transmissão*, associado aos primeiros jornais surgidos ainda no século 17; o *jornalismo de opinião*, a partir do século 19; o *jornalismo de informação*, que nasceu a partir do fim do século 19 e início do século 20, tornando-se dominante a partir dos anos 1920, sobretudo nos Estados Unidos; e a partir das décadas de 1970 e 1980, o jornalismo entra em nova fase de transformação, aproximando-se do que os autores definem como *jornalismo de comunicação*.

O jornalismo de comunicação teria surgido num contexto de inovações técnicas, desregulamentação e liberalização dos mercados, que favoreceram a multiplicação dos suportes mediáticos e dos serviços de informação. Para Brin, Charon e Bonville, o mercado dos *media* passa a se caracterizar por uma grande diversificação e por uma superabundância de oferta. A imprensa escrita e as redes de TV, dominantes na indústria, perdem terreno para novos *media*, mais especializados, inovadores e “menos respeitadores das normas estabelecidas”.

Com a multiplicação e a miniaturização dos equipamentos, ainda de acordo com os pesquisadores canadenses, o desenvolvimento das telecomunicações e, mais recentemente, a implantação da internet rápida, coloca-se em questão as normas e as práticas usuais de produção, de difusão e de consumo da informação. Empresas e profissionais do jornalismo e da comunicação buscam uma aproximação e um estreitamento dos vínculos com os seus

públicos. Mesmo a notícia, gênero ligado ao jornalismo informativo, incorpora comentários e avaliações no ambiente virtual.

O discurso da imprensa passa a se hibridizar com outras formas de discurso mediático: ficção e realidade, informação como entretenimento e mesmo o apelo promocional e publicitário impregna o discurso jornalístico. Ao designar um jornalismo de comunicação, os autores utilizam a palavra “comunicação” na perspectiva do modelo de Jakobson sobre as funções do discurso. Um jornalismo é de comunicação porque tenderia a ativar todas as seis funções do discurso no objetivo de estabelecer com o público uma comunicação “total” (ainda que simulacro, advertem) inspirada pela comunicação interpessoal. Os autores salientam que os conceitos de jornalismo de transmissão, de opinião, de informação e de comunicação são tipos ideais, na perspectiva de Max Weber, e não a descrição das práticas jornalísticas reais, com toda a sua complexidade. De fato, o jornalismo nunca esteve conformado, na sua história, a nenhum dos modelos teóricos puros.

A noção de paradigma é tomada de Thomas Kuhn, a partir de sua teoria das revoluções científica, sugerindo a idéia de um sistema normativo de referência. O paradigma é constituído pelo código de produção discursiva incorporado pelos jornalistas e do repertório de esquemas cognitivos adquiridos pela experiência e que condicionam o olhar e a interpretação do real.

O jornalismo é produzido e reproduzido a cada dia pelos jornalistas. Um paradigma jornalístico seria, portanto, um conjunto de regras suscetíveis de se transformar sucessivamente até que os jornalistas adaptem a prática às mudanças dentro das condições concretas dessa prática. Por efeito do acúmulo e aceleração da mudança, os componentes essenciais do paradigma são suscetíveis de se transformar rapidamente, estabelecendo uma crise paradigmática que leva a uma mudança de paradigma. Paradigma entendido como sistema coerente de regras, de valores, de representações que entram em crise.

Com a noção de hiperconcorrência (BRIN, CHARON, BONVILLE, 2007), os autores enfatizam ainda, como um aspecto marcante dos tempos atuais, a intensificação do jogo concorrencial e o alargamento do campo de disputa entre o sistema midiático, o que também contribui para a transformação das práticas jornalísticas. Mais do que a concorrência entre as empresas, o que preocupa os jornalistas seria a concorrência com seus colegas.

No contexto de hiperconcorrência, no entanto, o jornalista precisa disputar a atenção do público, inovando para adaptar seu discurso o mais próximo à preferência dos consumidores. Não se trata apenas de mostrar o mundo, mas de projetar um certo olhar sobre o mundo. A valorização da subjetividade do olhar jornalístico vai parilha com a valorização da subjetividade do próprio público. (BRIN, CHARON, BONVILLE, 2007). Na sequência, faremos a discussão sobre o campo político e suas relações com o jornalismo e a instância da cidadania.

1.3 O campo da política

Pierre Bourdieu (2011), no evento Grandes Conferências de Lyon, Universidade Lumière-Lyon 2, em fevereiro de 1999, retoma o conceito de “campo” para analisar a política. Ele pergunta: Por que falar de campo político? E responde: “a noção de campo político tem muitas vantagens: ela permite construir de maneira rigorosa essa realidade que é a política ou o jogo político”.

A noção de campo político é considerada útil por ele, pois permite comparar a realidade da política construída com outras realidades como o campo religioso, o campo artístico, pois a comparação é um dos instrumentos mais eficazes de construção e de análise nas ciências sociais. Bourdieu chama a atenção para a dificuldade em pensar a política, pois “ouve-se falar sobre ela todos os dias nos informativos, somos banhados em uma espécie de familiaridade com a política, o que é o principal obstáculo ao conhecimento do mundo político”. Daí a utilidade do conceito de campo político porque permite controlar essa suposta familiaridade “que faz com que se compreenda tudo sem nada compreender”.

Orientado pela já realizada produção do conceito de campo, ilustrado, sobretudo na análise do campo científico, Bourdieu fala do campo político como um microcosmo, isto é, um pequeno mundo social relativamente autônomo no interior do grande mundo social. Nele se encontrará um grande número de propriedades, relações, ações e processos que se encontram no mundo global, mas esses processos, esses fenômenos, se revestem aí de uma forma particular. É isso o que está contido na noção de autonomia: um campo é um microcosmo autônomo no interior do macrocosmo social.

Ao falar de autonomia refere-se ao fato de que como qualquer outro campo obedece às suas próprias leis, regras de funcionamento, critérios de avaliação, princípios de

classificação diferentes dos outros campos. Uma das afirmativas de Bourdieu na Conferência de Lyon (1999) foi que a política pertence aos políticos. Disse também que cada campo é possuidor de certa autonomia:

Quem quer que entre para a política, assim como alguém que ingresse em uma religião, deve operar uma transformação, uma conversão. Mesmo que esta não lhe apareça como tal, mesmo que não tenha consciência disso, ela lhe é tacitamente imposta, e a sanção em caso de transgressão é o fracasso ou a exclusão. Trata-se, portanto, de uma lei específica e que constitui um princípio de avaliação e eventualmente de exclusão. (BOURDIEU, em Lyon, 2011).

Em comparação ao campo religioso, que se sustenta na separação entre laicos e clérigos, o campo político repousa sobre a dicotomia profissionais e profanos. Bourdieu pergunta: quais são os fundamentos da fronteira, muitas vezes invisível, entre os profissionais e os profanos? E afirma que para responder a pergunta é suficiente levar em conta a distribuição estatisticamente observável dos meios de acesso ao microcosmo político. Para entender a lógica de acesso considera que:

Isso é algo que se sabe suficientemente bem por meio da análise estatística do uso do voto ou da propensão a votar, ou da distribuição estatística da propensão a responder, por exemplo, a uma questão de opinião política, notadamente em uma sondagem. Sabe-se que essas propensões, essas aptidões, essas capacidades são muito desigualmente distribuídas, não por natureza (não há pessoas que estariam dispostas a fazer uso dos poderes políticos ou dos direitos de cidadania, e outras que, por natureza, seriam desprovidas de semelhante disposição, mas porque existem condições sociais de acesso à política. (BOURDIEU, em Lyon, 2011).

Portanto, a dicotomia entre profissionais e profanos se relaciona às condições sociais que produzem desiguais possibilidades de acesso a esse microcosmo social denominado campo político. Essas condições sociais do funcionamento do campo político configuram-se “como um lugar em que certo número de pessoas, que preenchem as condições de acesso, jogam um jogo particular do qual os outros estão excluídos. É importante saber que o universo político repousa sobre uma exclusão, um desapossamento (BOURDIEU, 2011). Frente a esta exclusão, profissionais no campo político tendem a legitimar-se pelo argumento da competência. O autor chama a atenção para o fato de que o campo político, como qualquer outro campo, é o lugar de produção e operação de uma competência específica, de um sentido do jogo próprio de cada campo.

Uma das virtudes dos que tentam entrar no campo da política sem a devida competência é a de evidenciar um pressuposto tácito da ordem política, a saber, que dela estão excluídos os amadores, que Bourdieu chama de profanos. Só os políticos têm competência (uma palavra muito importante, simultaneamente técnica e jurídica) para falar de política. Eis uma proposição tácita que está inscrita na existência do campo político. São os membros permanentes do campo, os políticos, que têm interesses em sua perpetuação. Esses interesses são muitas vezes representados como a expressão dos interesses dos cidadãos que deram aos políticos a delegação para representá-los.

A afirmação da existência do campo político exige considerar que os agentes sociais que atuam hierarquicamente em seu interior têm autoridade para dizer ou fazer coisas não simplesmente pela relação direta com os eleitores, mas pela relação interna com os outros membros do campo. A compreensão da noção de campo relativamente autônomo sinaliza que para compreendermos quem é o agente ou o político, ou o que diz e que faz, é necessário investigar a posição que ele ocupa no microcosmo.

Assim, o fato de o campo político ser autônomo e ter sua lógica própria, lógica que está no princípio dos posicionamentos daqueles que nele estão envolvidos, implica que existe um interesse político específico, não automaticamente redutível aos interesses dos outorgantes do mandato. Há interesses que se definem na relação com as pessoas do mesmo partido ou contra as pessoas dos outros partidos. (BOURDIEU, em Lyon, 2011).

No campo político, ou em qualquer outro campo, as condutas dos agentes são determinadas por sua posição na estrutura da relação de forças característica desse campo no momento considerado. Os antagonismos, as cumplicidades, as tensões são perpassadas pela “cultura” que circula no seu interior, adquirida em termos de aprendizado de conhecimentos, saberes, habilidades que possibilitam ao agente desenvolver suas práticas e entrar no jogo político.

Essa percepção do jogo político é o que faz com que se possa negociar um compromisso, que se silencie a respeito de algo que habitualmente se diria, que se saiba proteger discretamente os amigos, que se saiba falar aos jornalistas... É preciso aprender a usar de evasivas ou subterfúgios, aprender os artifícios, as relações de forças, como tratar os adversários... Essa cultura específica deve ser dominada de forma prática. Não se trata apenas de uma cultura acadêmica, mas de uma cultura que, por um lado, é cultivada e se aprende, sobretudo atualmente, mas também na prática, através das confrontações. (BOURDIEU, em Lyon, 2011).

Bourdieu considera que uma das mais importantes transformações da política, nas últimas décadas, é a entrada de um certo tipo de profissional, antes considerado espectador do campo político e que se tornou agente em primeira pessoa: o jornalista. Destaca duas categorias em particular: os jornalistas de televisão e, também, os especializados em pesquisa de opinião. O acesso ao espaço público é controlado quase completamente pelos jornalistas. Para descrever o campo político atualmente, é preciso incluir essas categorias de agentes, pela simples razão de que eles produzem efeitos nesse campo. “Perguntam-me frequentemente o que me faz reconhecer que uma instituição ou um agente faz parte de um campo. A resposta é simples: reconhece-se a presença ou existência de um agente em um campo pelo fato de que ele transforma o estado do campo”. (BOURDIEU, 2011).

Ainda que os agentes comprometidos com o campo jornalístico e com o campo político estejam em uma relação de concorrência e de luta permanentes e que o campo jornalístico esteja, de certa maneira, englobado no campo político, em cujo interior exerce efeitos muito poderosos, esses dois campos têm em comum estarem muito direta e muito estreitamente situados sob a influência da sanção do mercado e do plebiscito. Daí decorre que a influência do campo jornalístico reforça as tendências dos agentes comprometidos com o campo político a submeter-se à pressão das expectativas e das exigências da maioria, por vezes passionais e irrefletidas, e frequentemente constituídas como reivindicações mobilizadoras pela expressão que recebem na imprensa. (BOURDIEU, 1997, pp. 114-115).

Bourdieu incorpora em sua análise os juristas, que buscam perpetuar a crença de que seus vereditos estão livres de restrições externas, sobretudo econômicas.

O campo jurídico não é o que acredita ser, isto é, um universo puro de todo comprometimento com as necessidades da política ou da economia. Mas o fato de que consiga fazer-se reconhecer como tal contribui para produzir efeitos sociais inteiramente reais e, em primeiro lugar, sobre os que têm por profissão dizer o direito. Mas o que será dos juristas, encarnações mais ou menos sinceras da hipocrisia coletiva, caso se torne de notoriedade pública que, longe de obedecer a verdades e a valores transcendentais e universais, eles estão trespassados, como todos os outros agentes sociais, por restrições como as que exercem sobre eles, subvertendo os procedimentos e as hierarquias, a pressão das necessidades econômicas ou a sedução dos sucessos jornalísticos? (BOURDIEU, 1997, p. 116).

O campo político é permeado por disputas e lutas simbólicas nas quais os agentes se confrontam com posse de capitais desiguais, de poderes simbólicos desiguais. O poder

político relaciona-se à posição do agente em termos do *quantum* de capital acumulado que expressa legitimidade ligada ao fato de ser conhecido e reconhecido, notável. O capital político é, portanto, uma espécie de capital de reputação, um capital simbólico ligado à maneira de ser conhecido. Bourdieu compreende que, com o desenvolvimento dos partidos, a distribuição de papéis e tarefas políticas, a divisão do trabalho político, aparece um fenômeno muito importante: “[...] o capital político de um agente político dependerá primeiramente do peso político de seu partido e do peso que a pessoa considerada tem dentro de seu partido” (BOURDIEU, 2011).

O autor considera que, atualmente, o partido é uma espécie de banco de capital político específico, e o secretário-geral de um partido é uma espécie que controla o acesso ao capital político, burocratizado, burocrático, garantido e autenticado burocraticamente pela burocracia de um partido. O campo político exige permanentemente um jogo no qual o que está em disputa é a imposição legítima dos princípios de visão e divisão do mundo social. As lutas políticas envolvem disputas intelectuais, princípios de visão e de divisão, os princípios de classificação. As lutas de classes são, em outras palavras, lutas de classificação. Transformar os critérios de classificação supõe não meramente uma ação intelectual, mas uma ação política. O que está em disputa no jogo político é o monopólio da capacidade de fazer ver e de fazer crer de uma maneira ou de outra.

Trata-se de uma luta entre ortodoxia e heresia. Ortodoxia significa visão reta e de direita. O herético, ao contrário, é aquele que escolhe, por oposição ao que não escolhe que acha que as coisas são como são que o mundo está bem como está, que não há nada a dizer ou dizer de outra forma, e que é suficiente deixar continuar. Para o herético, ‘isso não pode durar’. As disputas do mundo político são sempre duplas; são combates por ideias, mas, como estas só são completamente políticas se se tornam ideias-força, são também combates por poderes. (BOURDIEU, em Lyon, 2011).

As lutas pelo monopólio da legitimidade dos bens políticos colocam como adversários agentes dotados de poderes desiguais, de capitais desiguais, de poderes simbólicos desiguais. Cabe ressaltar que as lutas internas têm seus limites em função da própria necessidade de sobrevivência e reprodução do campo. Na disputa há um ponto comum entre os adversários, a conquista do poder sobre o Estado. Em relação aos excluídos do campo, Bourdieu considera que são irresponsáveis aqueles que não têm condições de

acesso, os movimentos que não podem, por sua própria força, serem reconhecidos e que necessitam inventar novas formas de manifestação, novas formas de mobilização política.

Quando se quer dizer algo ao campo político, pode-se colocar bombas como faziam os anarquistas do século passado, pode-se fazer greves ou manifestações. Mas é preciso força política para produzir manifestações políticas visíveis. [...] Surgiram manifestações de um novo tipo: manifestações com forte investimento de capital cultural, cujo símbolo, para mim, é o conjunto de manifestações dos estudantes americanos contra a guerra do Vietnã. Em virtude de seu capital cultural, que lhes é dado por uma experiência do *happening* artístico, esses estudantes souberam encontrar manifestações que não demandavam a mobilização de três milhões de pessoas e que, no entanto, podiam ter um efeito similar por atraírem o interesse dos jornalistas. Hoje, um dos problemas desses movimentos simultaneamente minoritários e sempre muito poderosos, exprimindo muitas pessoas, é o de poder aceder à existência política reconhecida no campo político. (BOURDIEU, em Lyon, 2011).

O campo da política é o lugar de especialistas ou profissionais que possam representar parcelas da população e que são capazes de interpretar os jogos de poder entre partidos e entre políticos e o governo central. Como citamos anteriormente, com base em Charaudeau (2006), “o ethos é bem o resultado de uma encenação sócio-linguagreira que depende dos julgamentos cruzados que os indivíduos de um grupo social fazem uns dos outros ao agirem e falarem” (CHARAUDEAU, 2006, p. 118).

Na política, assim como no caso do jornalismo, credibilidade é fundamental, em função da necessidade de persuadir o público ou mesmo de informar. Assim, o político adota estratégias discursivas distintas, conforme a situação exija, buscando construir ou reforçar sua credibilidade com um ethos de “sério”, de “virtuoso” e de “competente”.

Além dos éthé de credibilidade, no discurso político há os de identificação. Charaudeau destaca o *ethos* de “potência” (energia física), o de “caráter” (força espiritual), o de “inteligência” (valor pessoal), o de “humanidade” (compaixão e humildade), o de “chefe” (liderança) e o de “solidariedade” (estar junto). Para Charaudeau, os procedimentos discursivos que contribuem para a fabricação do *ethos* são numerosos e diversos. O “bem falar”, o “falar forte”, o “falar tranquilo”, o “falar regional” são procedimentos expressivos para construir um *ethos* adequado à situação de comunicação.

O ethos é uma faca de dois gumes. De um lado, para o político, pois ele pode perder por causa de seu próprio ethos; de outro, para o debate democrático, pois a força do ethos pode fazer com que os indivíduos

adiram por fascinação – e de maneira quase cega – a pessoas e não a ideias. O debate público, lugar de troca e de oposição entre valores racionais, dá lugar a uma confrontação entre imagens de personagens políticos. (CHARAUDEAU, 2006, p. 181)

Para surtirem efeito, lembra o autor, os *ethé* dependem da conjugação das estratégias empregadas pelo ator político com certa demanda social por *ethos*, de forma que esta última possa se reconhecer no espelho que lhe é mostrado. Em alguns momentos são os *ethé* de credibilidade que têm forte impacto, em outros, os de identificação. Difícil, pondera Charaudeau, é prever qual o tempo histórico adequado de um ou de outro.

1.3.1 Noções sobre a política em tempos de crise

De acordo com Carl Schmitt (1992) – autor clássico, porém estigmatizado por seus vínculos com o nacional-socialismo alemão –, o campo das relações do político encontra-se em constante alteração, conforme as forças e potências que se coligam ou divorciam para afirmar-se. Assim, as conceituações do político diferem conforme a época. Entendemos não ser necessário aos nossos objetivos discorrer acerca das diversas concepções sobre a política elaboradas desde Aristóteles. Buscamos a definição de Schmitt, que entende a política a partir de critérios que ele considera eminentemente políticos, representados pela distinção entre “amigo” e “inimigo”.

A diferenciação amigo e inimigo tem, para o autor alemão, o sentido de designar o grau de intensidade extrema de uma ligação ou separação, de uma associação ou dissociação. Quando esta diferenciação acaba, deixa de existir então a vida política em geral. Por conta desse antagonismo implícito ou manifesto, o mundo político seria um “pluriverso” ao invés de um “universo”.

A unidade política não pode, por essência, ser universal no sentido de uma unidade englobando toda a humanidade e toda a terra. Se um dia os diversos povos, religiões, classes e outros grupos humanos da terra estiverem todos juntos tão unidos que uma luta entre eles se torne impossível e impensável, e mesmo se no interior de um império que englobe toda a terra nem se considerasse jamais a possibilidade de uma guerra civil, e se então a diferenciação entre amigo e inimigo cessasse de existir mesmo enquanto mera eventualidade, então só existiria ainda ideologia, cultura, civilização, economia, moral, direito, arte, diversão etc., todas isentas de política, mas não existiria mais nem política e nem Estado. (SCHMITT, 1992, p. 80).

Em “O Conceito do Político”, Schmitt traça uma linha do tempo das áreas dominantes do pensamento na Europa dos séculos 16 ao 20, que vão do teológico ao metafísico, daí ao humanitário-moral e finalmente ao econômico, todos com impactos no desenvolvimento cultural da civilização européia e ocidental. Schmitt se refere ao fato de que:

[...] nesses quatro séculos de história européia as elites dirigentes se alternaram, na medida em que a evidência de suas convicções e argumentos se alteraram constantemente, assim como o conteúdo de seus interesses espirituais, o princípio de sua ação, o segredo de seu sucesso político e a boa vontade das grandes massas para se deixarem impressionar por determinadas sugestões. (SCHMITT, 1992, pp. 108-109)

A crença na técnica, característica marcante da época de Schmitt e hoje ainda mais disseminada por discursos que enxergam simetria nas relações proporcionada pela comunicação via internet, baseia sua evidência apenas no fato de que se poderia crer ter encontrado na técnica o solo absoluta e definitivamente neutro. Em comparação com as questões teológicas, metafísicas, morais e mesmo econômicas, sobre as quais se pode lutar eternamente, os problemas puramente técnicos possuem algo de agradavelmente objetivo; eles conhecem soluções que parecem evidentes, e se pode compreender que a gente procure salvar-se da problemática inextricável de todas as outras esferas na tecnicidade.

Aqui todos os povos e nações, todas as classes e confissões, todas as gerações e idades parecem poder chegar rapidamente a um acordo, porque todos, com a mesma obviedade, se servem das vantagens e das comodidades do conforto técnico. (SCHMITT, 1992, pp. 115-116).

A partir dessa “religião” da tecnicidade, Schmitt considera que “as massas” creem terem chegado à despolitização absoluta que se procura há séculos e com a qual a guerra deixa de existir e começa a paz universal. No entanto, afirma, a técnica nada pode fazer senão intensificar a paz ou a guerra. Pois é justamente da possibilidade da guerra que nasce o político, conforme Schmitt. A partir da necessidade dos homens de construir acordos ou oposições para defender determinados interesses é que começaria propriamente o jogo da política.

Carl Schmitt situa-se como um autor que pensa o fenômeno político a partir de uma ótica realista, procurando entender o político nos termos colocados pelo comportamento

concreto dos indivíduos. Crítico da obra de Schmitt, Almeida Filho (2014) considera que os textos clássicos, como o do autor alemão, estão em constante diálogo com o tempo. Portanto novos aspectos podem ser descobertos pelos estudiosos no compasso das mudanças históricas, sobretudo nos campos social, jurídico, político e jornalístico, foco principal desta tese. O pensamento de Schmitt, de caráter autoritário, estabelece um forte contraponto ao Estado Liberal, pois “[...] é avesso à irresolução que às vezes pode resultar de um sistema político com problemas de autoridade (legitimidade), e nos recorda, mesmo que de forma reflexa, que as soluções para as crises institucionais nem sempre são melhores do que elas.” (ALMEIDA FILHO, 2014, p. 114).

O antagonismo amigo/inimigo, como fundamento do fenômeno político, parte de uma perspectiva antropológica pessimista, considera Almeida Filho, ao ver os homens como criaturas naturalmente voltadas para o conflito, realidade que de fato por vezes se manifesta no dia a dia das relações políticas e sociais, em especial nos períodos de crise como a que o Brasil tem vivido nos últimos anos, levando ao impeachment da presidente Dilma Rousseff.

Por outro lado, comenta Almeida Filho, o antagonismo amigo/inimigo é incompatível com o Estado Constitucional – modelo de estado democrático sob o qual vivemos –, pois a legitimidade democrática, a potencial participação de todos os membros da comunidade política na formação do interesse e das decisões públicas ficariam inviabilizadas. Tomamos, portanto, o pensamento do autor alemão não como um modelo teórico aplicável aos regimes democráticos nos dias atuais. A contribuição do pensador alemão está em mostrar a belicosidade humana e acreditar na relação entre política e imposição. O realismo político de Schmitt pretende trazer uma perspectiva que possui certa força analítica, pois às vezes os homens realmente buscam o conflito radical e se enfrentam como amigos e inimigos. (ALMEIDA FILHO, 2014).

Ou seja, Schmitt não pode oferecer as bases para o modelo de vida social e política que buscamos hoje, onde o regime democrático e os direitos fundamentais procuram assegurar a dignidade dos seres humanos. No entanto, serve de alerta para os caminhos que nossas sociedades não devem seguir, em especial num momento de crise das democracias representativas, pois a história mostra as consequências do ódio e da intolerância levados às últimas consequências. É com preocupação que analistas e teóricos observam, atualmente, a emergência de discursos autoritários, xenófobos, belicistas e intolerantes.

Sempre que alguém ou algum grupo político tenta impor a sua vontade, sempre que a democracia e o Estado de Direito forem atropelados pela decisão do mais forte, viverá a ideia de que, em nome do poder, às vezes os homens optam por enfrentar-se como amigos e inimigos. (ALMEIDA FILHO, 2014, p. 23).

É, portanto, para buscar compreender um momento muito específico da história brasileira, ainda muito recente, marcado pelas crises ética, política e econômica que levaram ao impeachment de Dilma Rousseff, que consideramos válido o pensamento de Carl Schmitt como referencial para analisar o discurso político. Schmitt, porém, não consegue identificar o fenômeno político como de fato se apresenta, ou seja, como construção sociocultural para a organização da vida social em sociedades democráticas. Vale apontar, no entanto, que autores da ciência política identificam profunda crise no seio das democracias ocidentais.

Robert Dahl (2016) observa o fenômeno da crise da democracia sob uma perspectiva histórica. Mesmo após o colapso das monarquias centralizadas, dos regimes antidemocráticos do século XX (comunismo, nazismo e fascismo) e das ditaduras militares na América Latina, o autor norte-americano não considera que a democracia tenha conquistado o apoio pleno pelo mundo afora. A redução da confiança dos cidadãos nos líderes eleitos, nos partidos políticos e na burocracia estatal, em sua incapacidade de lidar com temas como o persistente desemprego, os programas de bem-estar, a imigração, a carga de impostos e a corrupção.

Para Dahl, apesar de entender a economia de mercado como única opção para as democracias, há um conflito permanente na coexistência de regime democrático com o capitalismo de mercado. Não pareça haver, para o autor, nenhuma correlação entre desenvolvimento econômico e o tipo de governo ou regime de um país. No entanto, democracia e capitalismo de mercado estão encerrados num conflito permanente em que cada um modifica e limita o outro. Há, nessa relação, aspectos positivos e negativos, obviamente. Um aspecto importante é que, pelo fato de criar desigualdades, o capitalismo de mercado limita o potencial democrático da “democracia poliárquica” (como seria a brasileira) ao gerar desigualdades na distribuição dos recursos políticos.

Variando com o tempo e o lugar, um número imenso de aspectos da sociedade humana pode ser transformado em recursos políticos: força física, armas, dinheiro, riqueza, bens e serviços, recursos produtivos, rendimentos, *status*, honra, respeito, afeição, carisma, prestígio, informação, conhecimento, educação, comunicação, meios de

comunicação, organizações, posição, estatuto jurídico, controle sobre doutrinas e convicções religiosas, votos e muitos outros. (DAHL, 2016, p. 195).

As desigualdades nos recursos políticos levam alguns cidadãos a adquirirem mais influência do que outros nas políticas, nas decisões e nas ações de governo. De acordo com Dahl, um critério essencial para os processos democráticos é a compreensão esclarecida, obtida por meio da educação cívica: “[...] cada cidadão deve ter oportunidades iguais e efetivas de aprender sobre as políticas alternativas pertinentes e suas prováveis consequências.” (DAHL, 2016, p. 204). Uma das formas de adquirir essa educação cívica se daria pelas mídias.

Devido aos custos relativamente baixos da comunicação e da informação, a quantidade bruta de informação disponível sobre questões políticas em todos os níveis de complexidade aumentou imensamente. Não obstante, essa disponibilidade maior da informação talvez não leve a uma competência maior ou maior compreensão – a escala, a complexidade e a maior quantidade de informação impõem exigências sempre mais pesadas às capacidades dos cidadãos. (DAHL, 2016, p. 207).

Dahl entende, assim, que a liberdade de expressão é um requisito para que os cidadãos participem da vida política. A livre expressão significa o direito de ouvir e de ser ouvido. Para adquirir a competência cívica, nas palavras de Dahl, os cidadãos precisam de oportunidades para expressar seus pontos de vista, “aprender uns com os outros, discutir e deliberar, ler, escutar e questionar especialistas, candidatos políticos e pessoas em cujas opiniões confiem [...]” (DAHL, 2016, p. 110).

Portanto, entende o autor, os cidadãos devem ter acesso a fontes de informação que não estejam sob o controle do governo ou que sejam dominadas por qualquer grupo ou ponto de vista. Para Dahl, portanto, está muito claro que não basta, numa sociedade democrática, apenas a liberdade de expressão. É preciso contar com pluralidade das fontes de informação e sistemas alternativos de produção da informação para assegurar uma cidadania inclusiva.

1.3.2 A cidadania como elo entre a política e o jornalismo

Para Hannah Arendt (1989), o valor da democracia vem do fato de que é o regime político onde os seres humanos podem revelar quem são através de ações e discursos. A autora entende a esfera pública como o mundo comum, como um espaço intermediário que ao mesmo tempo separa e estabelece uma relação entre os indivíduos. Qualquer lugar pode se tornar espaço público quando se torna espaço de poder, de ação comum coordenada por meio do discurso e da persuasão.

Arendt entende que a realidade do mundo é garantida pela presença dos outros, pois é aquilo que aparece a todos que garante a existência. Portanto, é aquilo que ela chama o “espaço da aparência” que precede a existência de uma esfera pública. Conforme Arendt,

O espaço da aparência passa a existir sempre que os homens se reúnem na modalidade do discurso e da ação e, portanto, precede toda e qualquer constituição formal da esfera pública e as várias formas de governo, isto é, as várias formas possíveis de organização da esfera pública. [...] Onde quer que os homens se reúnam, esse espaço existe potencialmente; mas só potencialmente, não necessariamente nem para sempre (ARENDR, 1989, pp. 211-212).

Ser visto e ouvido por outros é importante pelo fato de que todos veem e ouvem de ângulos diferentes. Somente quando as coisas podem ser vistas por muitas pessoas, numa variedade de aspectos, sem mudar de identidade, pode a realidade do mundo manifestar-se de maneira real e fidedigna. Pois o mundo comum acaba, ainda conforme H. Arendt, quando é visto somente sob um aspecto e só se lhe permite uma perspectiva. Daí a importância de a política reproduzir, mais do que um universo, um pluriverso, como escreveu Schmitt (1992).

Jürgen Habermas é outro importante autor que desenvolve o conceito de esfera pública como arena de formação da vontade coletiva, como espaço do debate público, do embate dos diversos atores da sociedade. Para o filósofo alemão, a opinião pública na sociedade de massas já não é produto de um discurso racional, mas sim fabricada com a ajuda da publicidade e da manipulação midiática. A esfera pública de legitimação democrática ruiu sob o impacto da mídia e do crescimento das corporações empresariais. O cidadão autônomo, cujo julgamento racional e participação eram condição da esfera pública, foi transformado em cidadão-consumidor de imagens e mensagens mediadas. (DAHLGREN, 1997; VIEIRA, 2001).

Embora não pretendamos aprofundar o conceito habermasiano de esfera pública discursiva, consideramos importante para os nossos propósitos assinalar a centralidade atribuída pelo filósofo alemão aos meios de comunicação de massa na sociedade moderna. Isso porque a comunicação e a informação trazem a importante questão da produção de sentido, essencial para compreender processos que afetam as sociabilidades e determinam o acesso dos cidadãos ao espaço público, na medida em que as formas simbólicas, distribuídas em profusão pelos meios técnicos, são os instrumentos por excelência da integração social, conforme Bourdieu (1989).

As diferentes classes e fracções de classes estão envolvidas numa luta propriamente simbólica para imporem a definição do mundo social mais conforme aos seus interesses, e imporem o campo das tomadas de posições ideológicas reproduzindo em forma transfigurada o campo das posições sociais. Elas podem conduzir esta luta quer diretamente, nos conflitos simbólicos da vida cotidiana, quer por procuração, por meio da luta travada pelos especialistas da produção simbólica e na qual está em jogo o monopólio da violência simbólica legítima, quer dizer, “do poder de impor – e mesmo de inculcar – instrumentos de conhecimento e de expressão (taxinomias) arbitrários – embora ignorados como tais – da realidade social” (BOURDIEU, 1989, pp. 11-12).

Por ter surgido do desejo e da necessidade de organizar a vida dos indivíduos em comunidade, a política se concretiza mediante várias atividades de regulamentação social: regular as relações de força, buscando relações igualitárias entre os indivíduos; legislar, orientando o comportamento dos indivíduos para preservar o bem comum; distribuir e repartir papéis e responsabilidades no sistema de delegação e de representação (por nomeação ou eleição). Esses três modos de regulação indicam que a política é um espaço de ação que depende dos espaços de discussão e de persuasão. (CHARAUDEAU, 2006).

É no espaço público, mas de forma mais restrita na dimensão da comunicação política, que o espaço político se manifesta, onde se trocam os discursos contraditórios dos três atores que têm a legitimidade para se exprimir publicamente sobre a política: políticos, jornalistas e a opinião pública conhecida por meio de pesquisas (WOLTON apud CHARAUDEAU, 2006, p. 24). Não haveria, portanto, decisão nem ação possível no campo político sem a consideração da opinião, para a qual os medias contribuem. Estabelece-se, assim, “um jogo em que todos mudam sob a influência dos outros: a opinião sob a influência

das mídias, as mídias sob influência da política e da opinião, o político sob influência das mídias e da opinião” (CHARAUDEAU, 2006, p. 25).

Com o desenvolvimento das tecnologias da comunicação e da informação, o conceito de espaço público revela-se, pois, mais complexo, contraditório e plural do que aqueles elaborados pelas grandes correntes teóricas, designadamente representadas por Arendt, Habermas ou ainda Wright Mills. Correia (2004) considera que muito do entendimento da forma como lidamos com os assuntos de natureza política e social está ainda condicionado por uma visão que tem suas raízes no espaço público clássico, racionalista, que enfatiza a possibilidade de reunião dos indivíduos numa situação de co-presença para discutirem assuntos acerca dos quais comunguem uma preocupação comum. A noção de espaço público hoje não pode perder de vista o caráter afetual das relações sociais, a importância do “imaginal”, e o impacto das tecnologias da informação e da comunicação na formação de socialidades eletivas (MAFFESOLI, 1997; 1998; 2000; 2001).

Com as mídias, é toda a concepção de política, de cidadania e de relação entre público e privado que conhece uma nova e profunda transformação. Os meios de comunicação modificaram a organização espacial e temporal da vida social, criando novas formas de ação, de interação e de exercício do poder. (THOMPSON, 2002).

Correia (2004) desenvolve a ideia de que o espaço público poderá cada vez mais dar lugar a uma pluralidade de espaços públicos mediatizados, onde a intervenção política e o exercício da cidadania passam também por hipóteses alternativas de uso dos media. Se pensarmos as mídias como lugar de passagem necessária para aquilo que Arendt denominou “espaço da aparência”, que precede a existência da esfera pública, concordamos com Correia quando ele afirma que

[...] as transformações verificadas na circulação de informação podem permitir a formação de media comunitários, ligados a comunidades, espaços públicos e movimentos de interesses específicos, elaborados por membros que procuram através deles obter mais força política, maior poder de negociação, mais impacto e visibilidade. (CORREIA, 2004, p. 38)

Para Charaudeau (2006), o espaço público não seria gerenciável se em seu interior não fossem distinguidos tipos de atividades definidas por desafios particulares, ou campos, distintos e relativamente autônomos, para retomarmos Bourdieu. Disso resulta uma estruturação em certo número de campos de ação social, que organizam as relações de força.

Podem ser determinados quatro principais: os campos jurídico, econômico, mediático e político. Os quatro setores interagem uns com os outros, encontrando-se, por vezes, em situação de interdependência. O campo mediático intervém e perpassa os outros setores ao mesmo tempo em que é invadido por eles.

[...] é bastante difícil raciocinar em termos essencialistas e pressupor a existência de um espaço público e de um espaço privado acabados, de uma comunidade política e de uma comunidade civil claramente circunscritas. Ainda mais na medida em que os recursos técnicos de transmissão da informação atravessam todos esses espaços operando transformações maiores ou menores: os domínios público e privado se confundem, os desafios dos diferentes setores se sobrepõem (como a lógica de mercado que invade as mídias e informação). (CHARAUDEAU, 2006, p. 31).

Certo, para o linguista francês, em consonância com Correia (2004), é que o espaço público não é homogêneo. É fragmentado em diferentes espaços que se entrecruzam e não têm a mesma finalidade. O discurso, como veremos no próximo capítulo, circula nesses meandros metamorfoseando-se ao sabor das influências que sofre de cada um deles.

Thompson (2002), por sua vez, mostra que o desenvolvimento das mídias criou novas formas de publicidade dos indivíduos e dos acontecimentos, que são bem diferentes do compartilhamento de um lugar comum em situação de co-presença. Ações e eventos podem se tornar públicos pela gravação e transmissão para outros fisicamente distantes no tempo e no espaço. Enquanto os laços comunitários tradicionais rompem-se, novas formas do “nós”, efêmeras, constituem-se, associadas às mídias, baseadas em experiências emocionais, em escolhas provisórias, em práticas pessoais sem compromisso formal.

Aldé (2004) entende que quanto maior o consumo regular de informação jornalística sobre a política, e quanto mais diversificado for, mais próximo o cidadão estará da esfera pública. Por outro lado, “se é nos próprios que se constroem as representações dos sujeitos sobre a política, a mídia torna-se, em importante medida, a própria arena de constituição – e negociação – da legitimidade política” (ALDÉ, 2004, p. 203).

O caráter público, portanto, começa a ser percebido em sua dupla relação, com os âmbitos da cultura e da comunicação. Pois é próprio da cidadania hoje estar associado ao “reconhecimento recíproco”, isto é, ao direito de informar e ser informado, de falar e ser escutado, imprescindível para poder participar das decisões que concernem à coletividade.

Assim, pode-se estabelecer uma aproximação entre a ideia de “espaço da aparência” como condição para a esfera pública, como vimos em H. Arendt, e a ideia de uma cidadania de natureza simbólica-cognitiva. Conforme Martín-Barbero, uma das formas mais flagrantes de exclusão cidadã hoje se situa na destituição do direito de ser visto e ouvido, que equivale ao de existir/contar socialmente, tanto no terreno individual como no coletivo, no das majorias, como também no das minorias. De acordo com o autor, “direito que nada tem a ver com o exibicionismo estrelista de nossos políticos em seu perverso afã de substituir a capacidade perdida de representar o comum pela quantidade de tempo na tela” (MARTÍN-BARBERO, 2000, p. 45).

Martín-Barbero afirma também que é necessário repensarmos o privado não só em relação ao recolhimento dessocializador para o caseiro e o doméstico – com o consequente declínio do homem público e o crescimento de um narcisismo que fetichiza o eu, como observou Sennett (1988). Para Martín-Barbero, é preciso levar em conta o privado naquilo que tem de resistência à viscosidade com que o poder político e o do mercado atentam contra a autonomia do indivíduo.

Na rejeição ao coletivo e, especificamente, ao deixar-se representar, emerge hoje tanto o desapego ideológico às instituições da política, como a busca de uma ruptura com a massificação imperante e a uniformização – com a incapacidade de representação da diferença no discurso que denuncia a desigualdade (MARTÍN-BARBERO, 2000, pp. 29-30).

No mundo contemporâneo, em que as trocas simbólicas ocorrem de forma cada vez mais desterritorializada, as relações entre cidadania, subjetividade e comunicação mediada estão imbricadas. Os impactos transformadores da globalização atingiram em profundidade a cidadania democrática na sua dupla natureza, como modo de legitimação e como meio de integração social, como status legal igualitário de direitos e deveres dos membros da comunidade política e, simultaneamente, como identidade coletiva baseada no pertencimento à comunidade nacional de origem e destino (VIEIRA, 2001, p. 221).

Numa abordagem que se tornou clássica, Marshall (1967) define a cidadania como um status vinculado à condição de pleno membro de uma comunidade, atribuindo igualdade no que respeita aos direitos e deveres que lhe estão associados. Assim, sociedades diferentes atribuirão direitos e deveres diferentes ao status de cidadão. Três partes ou elementos de cidadania distintos que podem ou não estar presentes em qualquer

constituição de cidadania são identificados por Marshall: os direitos civis (primeira geração), os direitos políticos (segunda geração) e os direitos sociais (terceira geração).

Ramos (2002) defende o direito à comunicação como um novo direito social, que pode ser considerado de “quarta geração”, embora na prática ainda esteja longe de ser reconhecido como tal. O autor recorre ao Relatório MacBride² para dizer que esse direito é cada vez mais concebido como direito de comunicar, indo além do direito de ser informado. Ou seja, entende-se a comunicação como um processo bidirecional, em que o princípio do diálogo deve ser posto em questão, contraposto ao de monólogo.

Sem dúvida se requer uma informação mais abundante, procedente de uma pluralidade de fontes, mas se não houver possibilidades de reciprocidade, a comunicação não será realmente democrática. Sem uma circulação de duplo sentido entre os participantes, sem a existência de várias fontes de informação que permitam uma seleção maior, sem o desenvolvimento das oportunidades de cada indivíduo para tomar certas decisões baseadas no conhecimento completo de fatos heteróclitos e de alguns pontos de vista divergentes, sem uma maior participação dos leitores, dos espectadores e dos ouvintes na adoção de decisões e na constituição dos programas dos meios de comunicação social, a verdadeira democratização não chegará a ser uma realidade. (RAMOS, 2002, p. 127).

O direito de comunicar é, portanto, uma idéia e um ideal. A ausência de uma afirmação desse direito se deve – ao menos em parte – ao fato de ele ser considerado evidente por si mesmo. A exemplo do direito de existir, considera-se o direito de comunicar tão fundamental que não haveria necessidade de ele ser declarado. (FISHER, 1984).

O problema de quem pode exercer a cidadania, e em que termos, no entanto, não é apenas uma questão do âmbito legal da cidadania e da natureza formal dos direitos que ela implica (MARSHALL, 1967; BARBALET, 1989). É também uma questão de capacidades não-políticas dos cidadãos, derivadas dos recursos sociais e simbólicos que eles dominam e a que têm acesso. Assim, a suposta degradação da política e a descrença em suas instituições estariam contribuindo para fortalecer outros modos de participação, como as existentes nos ambientes virtuais da internet.

²A Unesco lançou em 1980 relatório da comissão presidida pelo jurista e jornalista irlandês Sean MacBride, intitulado *Um Mundo e Muitas Vozes – comunicação e informação na nossa época*, publicado no Brasil três anos depois.

Concebida somente como uma questão política, portanto, a cidadania é insuficiente para ser devidamente compreendida no mundo atual. A cidadania envolve antes de tudo, recursos simbólicos, que possibilitam o consenso a respeito do mundo social. E o que está em jogo na luta política são as categorias que tornam possível o conhecimento do mundo social (BOURDIEU, 1989).

Segundo Van Dijk (2010), falando sobre a situação na Europa, apesar de os jornalistas em geral se autodefinirem liberais, a falta de acesso das minorias à mídia é uma das propriedades mais visíveis da dominância simbólica das elites brancas. Isso também se expressa na composição étnica nas redações, resultando num quadro de pessoal composto por elementos brancos, acarretando consequências na produção de notícias, no acesso às fontes e no tipo de discurso jornalístico.

O acesso diferenciado das elites majoritárias e das minorias à mídia previsivelmente resulta também em acessos diferenciados às estruturas das reportagens/matérias jornalísticas. A seleção e a proeminência dadas às questões e tópicos das notícias são aquelas estereotipadas e negativas, preferidas pelas elites branca, política, corporativa, social e acadêmica e suas instituições. (VAN DIJK, 2010, p. 99).

Nesse sentido, aponta van Dijk, o acesso ao discurso é, atualmente, uma condição primordial à construção do consenso, e, assim, configura-se como o modo mais efetivo de exercer o poder e a dominação. Logo, o acesso ao discurso é condição primordial da democracia. Segundo Charaudeau (2006), a instância mediática é um elo que se vale de diferentes modos de mediação – incluindo os grandes veículos de comunicação – para unir a instância política à cidadã.

Os atores que compõem a instância midiática estão legitimados de antemão em seu papel de informantes, mas, ao mesmo tempo, estão em busca da credibilidade dos cidadãos (e dos políticos) – o que inscreve essa instância em uma lógica democrática – e de captação do maior número de adeptos, dada sua situação de concorrência com outros órgãos de informação – o que a inscreve em uma lógica de sedução comercial. (CHARAUDEAU, 2006, p. 62).

Assim, para Charaudeau, o discurso da instância mediática encontra-se entre um enfoque de cooptação, que o leva a dramatizar a narrativa dos acontecimentos para ganhar a fidelidade de seu público, e um enfoque de reforço permanente de credibilidade, buscando capturar o que está escondido sob as declarações dos políticos, a denunciar malversações, a

interpelar e acusar os poderes instituídos para justificar sua importância na construção da opinião pública. Ao forçar discursos de legitimação baseados no interesse público e na defesa da cidadania, a instância midiática e o campo jornalístico mascaram a lógica comercial pela lógica democrática, legitimando esta em detrimento daquela.

1.3.3 Interfaces entre os campos do jornalismo e da política

Miguel (2014) critica o fato de que a ciência política reconhece a existência dos meios de comunicação, mas, em geral, não vê neles maior importância. Se os cientistas políticos tendem a restringir a importância da mídia, os estudiosos da comunicação costumam exagerá-la (GOMES, 2004; RUBIM, 2000). O pensamento de Bourdieu torna-se útil, mais uma vez, para entender as relações entre a comunicação midiática e a política.

É necessário produzir um modelo para a compreensão da relação entre meios de comunicação e política, capaz de apreender a interconexão entre as duas esferas, a centralidade crescente da mídia no jogo político atual e, também, o fato de que a política não se tornou um ramo do entretenimento ou da publicidade, como muitos querem – em vez disso, é regida por objetivos e lógicas diferentes. Para tanto, é útil uma ferramenta conceitual retirada da sociologia de Pierre Bourdieu, a ideia de *campo* [grifo do autor]. (MIGUEL, 2014, p. 150).

Mídia e política podem ser entendidas, dessa maneira, como campos relativamente independentes, na medida em que retêm sua própria lógica, mas sobrepostos, já que interferem, em larga escala, um no outro. (MIGUEL, 2014; BOURDIEU, 2011; 1997).

A mídia é, nas sociedades contemporâneas, o principal instrumento de difusão das visões de mundo e dos projetos políticos; dito de outra forma, é o local em que estão expostas as diversas representações do mundo social, associadas aos diversos grupos e interesses presentes na sociedade. O problema é que os discursos que veicula não esgotam a pluralidade de perspectivas e interesses sociais. As vozes que se fazem ouvir na mídia são *representantes* [grifo do autor] das vozes da sociedade, mas essa representação possui um viés. O resultado é que os meios de comunicação reproduzem mal a diversidade social, o que acarreta consequências significativas para o exercício da democracia. (MIGUEL, 2014, p. 153).

A democratização da esfera política implica, portanto, tornar mais equânime o acesso aos meios de difusão das representações do mundo social, prossegue Miguel. O caminho

passa por mais pluralismo, permitindo que grupos sociais, em especial os dominados, participem do debate político. Retomando Bourdieu, o capital político é uma forma de capital simbólico, pois depende do reconhecimento dos próprios pares. Cada vez mais, a visibilidade nos meios de comunicação se torna condição essencial para a geração de capital político.

Para Miguel, no entanto, mídia e política formam dois campos diferentes, guardam certo grau de autonomia entre si, e a influência de um sobre outro não é absoluta, nem livre de resistências. A autonomia do campo do jornalismo é permanentemente tensionada por sua inserção no campo econômico, uma vez que os grupos de comunicação buscam a ampliação do faturamento e do lucro. Jornalistas e produtores culturais, no entanto, possuem capacidade de resistência e se esforçam por respeitar, mesmo que em grau mínimo, os códigos profissionais próprios do seu campo.

Em suma, é necessário reconhecer a persistência de certa autonomia do campo da mídia, o que faz que os padrões de conduta compartilhados por seus integrantes sejam uma força atuante dentro dele. No caso específico do jornalismo, isto inclui um compromisso com a ‘verdade’ e a ‘objetividade’, critérios para determinar sua competência e a respeitabilidade pelos pares. A violação dessas normas, notadamente em submissão a ditames econômicos ou políticos, é frequente, mas impõe ônus que não podem ser ignorados. (MIGUEL, 2014, p. 157).

Se o controle sobre a agenda e sobre a visibilidade garante centralidade aos meios de comunicação no processo político contemporâneo, os agentes políticos orientam suas ações para o impacto presumível das mídias. São os “pseudo-acontecimentos”, como definiu Daniel Boorstin (1971), referindo-se a acontecimentos que não são espontâneos, mas planejados com o objetivo de virarem notícia. A preocupação de Boorstin era com o jornalismo que teria se desviado de sua função de registrar os fatos, passando a produzi-los.

Os agentes detentores de maior capital político são capazes de orientar o noticiário e a agenda pública através de entrevistas e declarações. Segundo Miguel, por mais alto que seja o grau em que sua influência se faça perceber, as mídias se submetem às definições básicas do campo político. Mas não se pode reduzir essa relação ao predomínio de um sobre o outro. Trata-se, observa Miguel, de uma relação muito mais complexa.

O exame da microrrelação entre o jornalista e sua fonte permite observar o entrelaçamento de práticas distintas, de agentes que pertencem a

diferentes campos e, portanto, se orientam na direção de objetivos diversos. Contudo, devido à dinâmica própria de sua interação, precisam incorporar em alguma medida a lógica um do outro. Sob pena de perder a fonte, o jornalista deve ponderar aquilo que publica, calculando seus efeitos no campo político; e fazer concessões aos interesses do outro, divulgando informações que julga pouco relevantes ou ainda minimizando o destaque de certas notícias (mas nunca ao ponto de comprometer a própria credibilidade). Já a fonte, para manter seu acesso privilegiado à imprensa, deve reconhecer o material que é útil ao jornalista e, sobretudo, manter a própria confiabilidade diante dele, não transmitindo informações equivocadas em busca de benefícios de curto prazo. (MIGUEL, 2014, p. 166).

Ou seja, os dois agentes permanecem vinculados a seus próprios campos e procuram a ampliação de seus capitais simbólicos específicos. A relação envolve ajustes delicados. O discurso político precisa se adaptar ao novo ambiente gerado pelas mídias, bem como a prática política incorpora recursos das técnicas publicitárias e do marketing. A relação se torna mais complexa, pois, ambos os campos incorporam objetivos derivados do campo econômico.

A compreensão dessa rede de influências cruzadas permite entender a utilização da mídia como forma de pressão política em busca de objetivos econômicos, um fenômeno comum, por exemplo, em estados periféricos do Brasil, onde jornais ou emissoras de rádio e TV podem estar a serviço de empreiteiras ou concessionárias de serviços públicos, mas observável também em centros maiores ou em âmbito nacional. Neste caso, a colonização da empresa de mídia pela lógica econômica não ocorre na forma da luta pelo mercado, mas da perseguição deliberada de determinados resultados políticos. (MIGUEL, 2014, p. 170).

Assim, a tarefa de desvendar o jogo político atual passa pelo entendimento da inter-relação entre os três campos, numa complexa conjugação entre as influências mútuas, resistências, composições, ajustes delicados e anseios por autonomia que animam os diversos agentes de cada campo.

Assim como Ruellan e Miguel, Wilson Gomes (2004) reforça que, no jogo do poder, há permuta entre jornalistas e agentes políticos, que trocam informações e favores. Sem esse tipo de negociação, ambos teriam maiores dificuldades em obter prestígio em seus campos específicos. No caso dos jornalistas, lembra Gomes, sem acertos com as fontes perderiam possibilidades de furos³ e informações privilegiadas.

³ Informação importante e exclusiva, o “furo”, no jargão jornalístico, é o objetivo de todo o repórter.

Por isso é tão comum que fontes influentes, particularmente do governo, façam publicar informações negativas, falsas ou não, sobre os adversários, recurso conhecido nas redações como “plantar notícias” ou “circular rumores” contra os outros. Por este instrumento, faz-se chegar às redações rumores e histórias que servem para favorecer ou prejudicar imagens ou simplesmente funcionam como recados internos para demarcar posições nos jogos de compensações e força no interior do campo político. (GOMES, 2004, p. 158).

O agente político busca fazer com que sua pauta de interesse se transforme em pauta para o jornalismo. O mesmo ocorre de forma inversa. Quando as agendas coincidem há evidente benefício para o agente político, que ganha evidência e visibilidade. Gomes considera que há uma forma ativa e outra retroativa com a qual o agente político busca coincidir sua agenda com a das mídias jornalísticas. Na forma ativa, o mundo da política busca convencer o público da relevância dos seus temas, pois as agendas da população (audiência) tendem a ser as agendas dos meios de comunicação. Na forma retroativa, o campo político busca descobrir qual é a agenda prioritária da audiência, especialmente a “agenda latente”, guardada no imaginário social (GOMES, 2004, p. 159).

Quando a agenda já está explicitada, a concorrência interna entre os agentes políticos em disputa no campo é grande e a exposição tende a se repartir pela totalidade dos agentes ou todos acabam sendo envolvidos por uma aura de insinceridade (jornalismo e público passam a considerar a adesão à agenda como um ato movido apenas por perspectivas de ganhos). Quando a agenda é latente, aquele que a identifica e produz discursos, atos e fatos que a satisfaçam tem maior chance de sucesso, frequentemente conquistando o principal lugar de fala e podendo atribuir insinceridade a qualquer concorrente que queira ocupar o proscênio, enquanto dele próprio só se pode afirmar a autenticidade. (GOMES, 2004, p. 159).

Identificar uma agenda latente, obviamente, exige sensibilidade para o domínio da cena e dos artifícios cênicos, diz Gomes, planejamento e, frequentemente, pesquisa de opinião e estratégias de marketing e relações públicas. Já a lógica do jornalismo acaba produzindo um efeito de despolitização ou de desencanto com a política.

Pelo fato de que o essencial de sua competência consiste em um conhecimento do mundo político baseado na intimidade dos contatos e das confidências (ou mesmo dos rumores e dos mexericos) mais que na objetividade de uma observação ou investigação, eles [os jornalistas] tendem, com efeito, a levar tudo para um terreno em que são peritos,

interessando-se mais pelo jogo e pelos jogadores do que por aquilo que está em jogo, mais pelas questões de pura tática política que pela substância dos debates, mais pelo efeito político dos discursos na lógica do campo político (a das coligações, das alianças ou dos conflitos entre pessoas) que por seu conteúdo [...]. (BOURDIEU, 1997, p. 135).

Para o sociólogo francês, os jornalistas acabam produzindo e propondo uma visão cínica do mundo político. Isso também ocorreria por conta da ação dos conselheiros e consultores políticos, encarregados do marketing político.

Essa atenção exclusiva ao ‘microcosmo’ político e aos fatos e aos efeitos que lhe são imputáveis tende a produzir uma ruptura com o ponto de vista do público ou pelo menos de suas frações mais preocupadas com as consequências reais que as tomadas de posição políticas podem ter sobre sua existência e sobre o mundo social. (BOURDIEU, 1997, p. 137).

Para Miguel (2014), a representação política concede centralidade aos meios de comunicação de massa, como intermediários fundamentais do debate público e da produção da agenda política.

De fato, a mídia de massa modifica em profundidade nossa experiência no mundo, tornando-nos participantes de uma ‘realidade ampliada’, incorporando um fluxo permanente de vivências vicárias e conectando nossas circunstâncias locais a processos de abrangência muito mais ampla. (MIGUEL, 2014, p. 137).

Miguel considera que o jornalismo é um foro informal e cotidiano de legitimação ou deslegitimação dos diversos sistemas peritos. Ao utilizar o conceito de Giddens, Miguel lembra que o próprio jornalismo é um “sistema perito” que está sujeito a “provas de efetividade”. Uma característica distintiva do jornalismo está na relativa incapacidade que o público tem de comprovar a confiança depositada quanto à veracidade das informações, quanto à justeza na seleção e hierarquização do que é relatado e quanto à justeza dos critérios que levaram ao enquadramento de determinados fatos e não de outros. É a própria concorrência entre as empresas que funciona como mecanismo de controle, o que, obviamente, é insuficiente. A competição entre os veículos tem levado à uniformização dos conteúdos.

CAPÍTULO 2

FUNDAMENTOS DO DISCURSO

Como salientamos anteriormente, o presente trabalho adota a perspectiva teórica e metodológica da Análise Crítica do Discurso, de vertente inglesa, ou seja, a metodologia de análise de um tipo particular de discurso, o discurso jornalístico. Nesse segundo capítulo buscaremos incursionar pelas fundamentações teóricas que informam a análise crítica do discurso bem como a sua adequação para compreender o discurso jornalístico, conforme a configuração do objeto de pesquisa proposto pelo presente trabalho.

2.1 A análise de discurso

Todo discurso se constrói na intersecção entre um campo de ação, lugar de trocas simbólicas organizado segundo relações de força (Bourdieu), e um campo de enunciação, lugar dos mecanismos de encenação da linguagem. No caso do jornalismo, as modalidades enunciativas incorporam textos como notícias, reportagens, editoriais, opiniões, colunas, notas de serviço, locuções faladas no caso de rádio e TV, que conformam um tipo de discurso, o discurso jornalístico. Ele está relacionado dialeticamente a um *habitus* e inserido num campo social, como vimos no capítulo anterior.

A análise de textos considerou, por muito tempo, o conteúdo do que era dito ou escrito. Foi uma análise que dominou os estudos linguísticos no começo do século XX. Sua posição tradicional era observar o que o texto queria dizer. O conteúdo deveria saltar aos olhos, ter um sentido explícito. Reconhecia-se a impossibilidade de encontrar um sentido oculto, algo escondido atrás do texto. Hoje, na perspectiva da análise do discurso, busca-se um novo olhar, uma nova interpretação de textos. Eni Orlandi, que se filia à análise do discurso francesa, parte de três pressupostos: 1) não há sentido sem interpretação; 2) a interpretação está presente em dois níveis: o de quem fala e o de quem analisa; 3) o papel do analista não é apenas interpretar, mas compreender como um texto funciona, como ele produz sentidos (ORLANDI, 2001, p.19).

Desde suas origens, a linguística textual variou na forma como definir o que é um texto. Ora é concebido como uma unidade linguística superior à frase, ora uma sucessão ou combinação de frases, ora um complexo de proposições semânticas. De modo geral, a

linguística textual tratou o texto como um ato de comunicação unificado num complexo universo de ações humanas. Já no campo da semiótica textual, Umberto Eco apresenta a dualidade signo e texto. Para ele, o objeto fundamental da pesquisa é o signo, e este se expressa pelo texto: “Em um sistema semiótico bem organizado um signo já é um texto virtual e num processo de comunicação, um texto nada mais é que a expansão da virtualidade de um sistema de signos” (ECO, 1984, p. 4). Em seu trabalho em busca do conceito de texto, Eco aborda temas como conteúdo e plano de expressão e percorre minuciosamente o caminho que vai do semema ao texto.

Para os analistas de discurso, porém, o que ocorre é um processo inverso: é o discurso que se materializa no texto. Passa-se, através das mediações linguísticas, de um interdiscurso (que é o já-dito da memória) para a formulação textual. Conforme afirma Orlandi (2001), o sujeito da linguagem precisa de um enunciado, que surge a partir de um texto com começo, meio e fim, que é, no sentido semântico, falar com alguma finalidade e produzindo significados.

Do ponto de vista discursivo, não há um começo absoluto e nem um fim total. O texto se caracteriza por um episódio discursivo, uma contribuição a uma longa narrativa que é interdiscursiva. “Se a discursividade é incomensurável no seu real, o texto representa imaginariamente o dizer como uma extensão com limites, pausas e interrupções possíveis” (ORLANDI, 2001, p. 93).

Um conceito fundamental para entender a imbricação entre texto e discurso é o de “formação discursiva”, proposto por Foucault e utilizado igualmente nas abordagens francesa e inglesa da análise de discurso. Para Foucault, o sujeito social que produz um enunciado não é uma entidade que existe fora e independentemente do discurso, mas é, ao contrário, uma função do próprio enunciado. Ficam evidentes, aqui, as possibilidades de aproximação entre o pensamento de Foucault e o de Bourdieu, mostrando que a produção discursiva está em relação com determinado *habitus* de um certo agente inserido em um campo social específico.

Os enunciados posicionam os sujeitos – aqueles que os produzem e também aqueles para quem eles são dirigidos – de formas particulares. Assim, “descrever uma formulação enquanto enunciado não consiste em analisar as relações entre autor e o que ele disse (ou quis dizer, ou disse sem querer); mas em determinar qual é a posição que pode e deve ocupar todo indivíduo para ser seu sujeito” (FOUCAULT, 1987, p. 109).

Esta posição institui um novo caminho para o analista: não se visa mais o que o texto quer dizer, mas como o texto funciona, quais os seus sentidos, que não saltam à vista como pretende crer certa análise de conteúdo. A partir desta perspectiva, surge uma necessidade teórica de compreender o texto, qualquer texto, a partir do seu funcionamento, dos seus processos de produção, da sua inscrição social. Há uma passagem da noção de função para a de funcionamento, de acordo com os estudos de discurso de Michel Pêcheux. Em outras palavras, Pêcheux propôs que o objetivo da análise de discurso seria descrever o funcionamento de um texto, explicitar os mecanismos de significação do texto. Como reforça Orlandi, não há um conteúdo e, sim, um funcionamento da linguagem.

A análise de discurso inaugura, portanto, novas maneiras de ler. De interpretar. Esta posição liga o texto ao discurso, ou seja, liga o texto à sua prática social. Courtine (1985), ao trabalhar o texto político, propôs que o analista devesse tornar visível a textualização do político, ou como ele simboliza as relações de poder. Esta posição significa que não se busca só o conteúdo do que é dito ou relatado, mas leva o analista a compreender a relação do texto com o discurso, este em relação com a formação discursiva e esta com a ideologia.

2.1.2 A abordagem crítica do discurso

A análise do discurso desenvolveu-se originariamente na França. Noções como de “enunciação”, de corpora de textos (e não apenas de frases), de contextos, de condições de produção permitiram aos estudos linguísticos descobrir e determinar um novo campo de análise da linguagem, que não remetia mais à língua, ao estudo dos sistemas da língua, mas ao discurso, isto é, aos atos de linguagem que circulam no mundo social e que testemunham, eles próprios, aquilo que são os universos do pensamento e de valores que se impõem em um tempo histórico dado. Já a partir dos anos 1980 o holandês Teun A. van Dijk definiu e desenvolveu a Análise Crítica do Discurso.

[...] Esta, em suas próprias palavras, inscreve-se em diversas filiações: na neomarxista de Adorno a Habermas, na Escola de Chicago, na sociolinguística inglesa com Bernstein e Halliday, na análise do discurso francesa sob a influência de Foucault e Pêcheux, e no pensamento de Gramsci, na Itália. (CHARAUDEAU, 2006, p. 38).

A Análise Crítica do Discurso (ACD) é um tipo de investigação que estuda principalmente o modo como o abuso de poder, a dominação e a desigualdade são representados, reproduzidos e combatidos por textos orais e escritos no contexto social e político. O analistas críticos do discurso, por sua vez, adotam posicionamento explícito que objetiva compreender, desvelar e, em última instância, opor-se à desigualdade social. (VAN DIJK, 2010).

A perspectiva da Análise Crítica do Discurso envolve, em primeiro lugar, dois focos que são complementares: o evento comunicativo em si e a ordem do discurso. Isto quer dizer que é preciso olhar para a prática discursiva, ou seja, os textos que a prática gera, observando também a prática social e cultural na qual o discurso emerge. A expressão destas práticas se dá por meio de textos, escritos, falas ou imagens.

Vale lembrar Hall (1997), ao destacar que a cultura exerce importante influência na constituição da subjetividade, da própria identidade e do sujeito como ator social. Nossas identidades são formadas culturalmente. Equivale dizer que nossas chamadas subjetividades são, então, produzidas parcialmente de modo discursivo e dialógico. Ainda conforme Hall, “[...] a cultura não é nada mais do que a soma de diferentes sistemas de classificação e diferentes formações discursivas aos qual a língua recorre a fim de dar significado às coisas” (1997, p. 29).

O trabalho de Foucault influenciou fortemente a Análise Crítica do Discurso, de orientação anglo-saxã. Norman Fairclough, um de seus principais representantes, ao usar o termo “discurso”, propõe considerar o uso de linguagem como forma de prática social e não como reflexo de variáveis situacionais. Isto implica considerar o discurso um modo de ação, uma forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros, como também um modo de representação. Implica também uma relação dialética entre o discurso e a estrutura social. “O discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado”. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 91).

Ao salientar a importância da discussão de Foucault sobre a formação discursiva de objetos, sujeitos e conceitos, Fairclough afirma que o discurso é socialmente constitutivo. Ele contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente, o moldam e o restringem: suas próprias normas e convenções, como também relações, identidades e instituições que lhe são subjacentes.

A posição inglesa destaca a relação dialética entre discurso e estrutura social para evitar o determinismo de considerar o discurso como mero reflexo de uma realidade social mais profunda ou de idealizar o discurso como fonte do social. Esta perspectiva evita também uma ênfase indevida na determinação do discurso pelas estruturas discursivas – códigos, normas e convenções.

A perspectiva dialética considera a prática e o evento contraditórios e em luta, com uma relação complexa e variável com as estruturas. A prática social tem várias orientações – econômica, política, cultural – e o discurso pode estar implicado em todas elas, sem que se possa reduzir qualquer uma dessas orientações. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 94).

Uma outra abordagem crítica de análise do discurso se desenvolveu na França tendo como principal expoente Michel Pêcheux. Embasado no conceito marxista de ideologia de Althusser, Pêcheux adota o termo “discurso” para enfatizar a natureza ideológica do uso linguístico. Ele utiliza o conceito de aparelho ideológico de Estado, desenvolvido por Althusser, para conceber estes aparelhos como um complexo de formações ideológicas inter-relacionadas no interior das quais os sujeitos ocupam posições que incorporam uma determinada formação discursiva. Assim, a formação discursiva é “[...] aquilo que, em uma dada formação ideológica, determina o que pode e deve ser dito” (PÊCHEUX apud FAIRCLOUGH, 2001, p. 52).

Eni Orlandi, filiada à Análise de Discurso francesa, lembra que a noção de discurso se distancia do esquema elementar da comunicação que se constitui de um emissor, um receptor, o código, o referente e a mensagem. Para a análise de discurso, não se trata apenas de transmissão de informação e nem há esta linearidade na disposição dos elementos da comunicação. Há um processo complexo de constituição de sujeitos e produção de sentidos e não meramente transmissão de informação. São processos de identidade, de argumentação, de construção da realidade. No discurso, o que ocorre são relações de sujeitos e de sentidos, daí a definição da autora: “o discurso é efeito de sentidos entre locutores” (ORLANDI, 1999, p. 21).

Não há uma oposição “fala” versus “sistema”. O funcionamento discursivo se assenta em sistematicidades linguísticas, que são a base material que permite as trocas discursivas. Pêcheux desenvolve a ideia de que a linguagem é uma forma material da ideologia: “o discurso mostra os efeitos da luta ideológica no funcionamento da linguagem

e, de modo inverso, a existência da materialidade linguística na ideologia” (PÊCHEUX apud FAIRCLOUGH, 2001, p. 52).

Ao contrário do subjetivismo proposto por Benveniste, na perspectiva de Pêcheux o que ocorre é um “assujeitamento” que ocorre pela ideologia, determinado pela relação do sujeito com a língua e a história, ou seja, pela experiência simbólica do mundo através da ideologia. Este “assujeitamento” produz dois tipos de esquecimento no discurso (PÊCHEUX, 1975). O esquecimento número dois é da ordem da enunciação e cria a ilusão do falar livremente, quando, na verdade, se fazem escolhas linguísticas que reforçam certo dizer sobre outro. Já o esquecimento número um é também chamado de esquecimento ideológico. Ele é da instância do inconsciente e pré-existe em relação ao sujeito. São sentidos já construídos e nos tornamos porta-vozes deles sem perceber que eles já existem na língua e na história e nós nos constituímos como sujeitos ao retomar sentidos já determinados ideologicamente. Como afirma Orlandi,

[...] o dizer não é propriedade particular. As palavras não são só nossas. Elas significam pela história e pela língua. O sujeito diz, pensa que sabe o que diz, mas não tem acesso ou controle sobre o modo pelo qual os sentidos se constituem nele. (ORLANDI, 1999, p. 32).

Há um já dito que sustenta a possibilidade mesma de todo dizer e que permite remeter um certo dizer a uma filiação, ou uma memória, identificando-o na sua historicidade, na sua significância, levando-nos a compreender seus compromissos políticos e ideológicos. São como dois eixos que se cruzam: o eixo vertical, uma estratificação de enunciados onde teríamos todos os já ditos – o que Orlandi chama de interdiscurso – e o eixo horizontal, ou eixo da formulação, os enunciados que estão sendo ditos num dado momento, em determinadas condições. A este eixo, Orlandi (1999) chama de intradiscurso. Todo dizer, na realidade, se encontra na confluência dos dois eixos: o da memória (constituição) e o da atualidade (formulação). E é desse jogo que os dizeres tiram seus sentidos. O que já foi dito pertence à memória, e a cada novo dizer novas possibilidades de ressignificação ocorrem. Segundo Orlandi, ocorre uma tensão entre os processos parafrásticos e polissêmicos.

Enquanto a paráfrase é o retorno aos mesmos espaços do dizer, e isto ocorre sempre que se trabalha o discurso da identidade, por outro lado existem novas formas de se dizer. Este jogo em que o sujeito se movimenta

no interior do discurso, cria a possibilidade de fazer surgir novos significados. (ORLANDI, 1999, p. 33)

Esta possibilidade de polissemia é destacada também por Pêcheux, que afirma que “tomando-se o texto como contrapartida do discurso, é nele mesmo, no modo como ele manifesta o discurso em sua materialidade concreta, que podemos observar a relação entre paráfrase ou polissemia” (PÊCHEUX apud ORLANDI, 2001, p. 92). Ou como interpreta Orlandi, a relação dialética entre texto e discurso coloca em questão a forma material, ou seja, a projeção do real da discursividade (ordem do discurso) sobre o texto e os seus efeitos imaginários na organização. É uma posição que se afirma contra análises formais e fechadas que observam a língua como sistema neutro, e contra o empirismo positivista, que desloca o autor do texto da sua historicidade.

2.2 Discurso e enunciação

Foi a partir dos estudos teóricos sobre a enunciação, como os de Benveniste e Ducrot, que se abandonou a ideia de que há uma relação direta entre sentido e referência, ou seja, entre linguagem e mundo, sendo a primeira o espelho do segundo. A contribuição importante de Benveniste é o enfoque da subjetividade como propriedade fundamental da linguagem. Segundo o linguista francês, “[...] é na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito; porque só a linguagem fundamenta na realidade, na sua realidade que é a do ser, o conceito de ego” (BENVENISTE, 1988, p. 286).

A ideia é que o sujeito enunciador constrói sentido no seu enunciado porque utiliza estruturas da língua nas quais inscreve a subjetividade, ou a possibilidade de, como sujeito, se apresentar como o eu. Assim, parte integrante da subjetividade é a condição de diálogo constitutiva da pessoa, ou seja, a consciência de si só é possível pelo contraste com o outro, pelo fato de o locutor remeter a si mesmo como “eu” no discurso e, em consequência, construir o “tu” no outro.

Benveniste define o “eu” e o “tu” – as duas primeiras pessoas pronominais como “pessoa-eu” e “pessoa não-eu”. Segundo o linguista, quando falo, o faço para um *tu* com quem estabeleço um diálogo. É a mesma visão dialógica que Mikhail Bakhtin (1992; 1981) propunha ao se referir ao diálogo implícito na linguagem. Para Grigoletto, o mérito da concepção de Benveniste acerca da subjetividade na linguagem está

[...] em deslocar a visão da linguagem como objeto que pode ser analisado separadamente do indivíduo enunciador (uma perspectiva que era adotada pela ciência linguística tradicional) para uma análise linguística realizada a partir da situação de enunciação. (GRIGOLETTO, 2002, p. 49).

Anos mais tarde, Pêcheux critica Benveniste e seu modelo de sujeito livre e uno, dissociado da prática social e da história, desenvolvendo em contraposição a ideia de “assujeitamento” do enunciador a uma formação ideológica, como vimos. Benveniste é, porém, relevante pela sua contribuição às condições dos enunciados e dos processos reais de enunciação.

Um avanço importante também foi introduzido por Oswald Ducrot (1987), que contestou a unicidade do sujeito enunciador ao lançar a teoria polifônica da enunciação. Para Ducrot, a enunciação é polifônica em dois níveis. Num primeiro nível, a polifonia é atestada pela existência de diferentes personagens no discurso. Ele distingue o locutor, aquele que se apresenta como responsável pelo dizer, do enunciador, que representa o ponto de vista do qual se fala. Locutor e enunciador podem não coincidir, como acontece em textos de telejornal, onde o locutor expressa não o seu ponto de vista, mas o de um enunciador, ou enunciadore, que dão um testemunho. O segundo nível da polifonia, para Ducrot, é o de diferentes vozes num mesmo texto, ou seja, a presença de vários enunciadore com diferentes pontos de vista, apresentados por um único locutor, caso muito frequente no jornalismo.

Ao situar seu trabalho no âmbito de uma “pragmática semântica”, Ducrot considera-o uma extensão dos estudos de Bakhtin sobre polifonia. Segundo ele, há, porém, um avanço em direção à problemática da enunciação. O objeto de estudo deve ser dar conta do que, segundo o enunciado, é feito pela fala. Para isto, é necessário descrever sistematicamente as imagens da enunciação que são veiculadas pelo enunciado (DUCROT, 1987).

Para o autor de “O dizer e o dito” são três as acepções que podem ser atribuídas ao termo “enunciação”. A primeira é a atividade psico-fisiológica implicada pela produção do enunciado. A segunda é a enunciação como produto da atividade do sujeito falante. Mas ele prefere a terceira acepção, que designa como o “acontecimento constituído pelo aparecimento de um enunciado”.

A realização de um enunciado é, de fato, um acontecimento histórico: é dada existência a alguma coisa que não existia antes de se falar e que não existirá mais depois. É a esta aparição momentânea que chamo de enunciação. (DUCROT, 1987, p. 168).

Esta perspectiva histórica da enunciação vem sendo desenvolvida no Brasil por Eduardo Guimarães (1989; 1995), que busca pensar o sentido e o sujeito enunciador na sua historicidade. Guimarães filia-se a Benveniste, ao enfatizar a inscrição da subjetividade na língua, e a Ducrot, pela elaboração do conceito de sujeito polifônico e pela introdução da dimensão histórica na enunciação. É o caráter de acontecimento novo – o da aparição momentânea da enunciação, destacada por Ducrot – que é particularmente importante para Guimarães, que propõe um deslocamento para um conceito de enunciação que leve em conta as determinações históricas a que ela está submetida, ou seja, a enunciação como prática social.

A questão, para a análise do discurso francesa, é que o sujeito, para produzir novos sentidos no seu falar, tem que estar sujeito à história. Ou seja, tem que ser determinado, submetido à língua e à história para se constituir, falar e produzir sentidos. Em Foucault, o sujeito é pensado como “posição”. É a posição que deve e pode ocupar todo indivíduo para ser sujeito do que diz. Ou seja, “[...] são os enunciados que posicionam os sujeitos – aqueles que os produzem mas também aqueles para quem são dirigidos – e o fazem determinando que posição pode e deve ser ocupada, em que status social ou instituição.” (FOUCAULT, 1997, p. 60).

É importante perceber nas tradições francesa e anglo-saxã o papel fundamental do discurso na constituição dos sujeitos sociais e sua transformação na prática social. A posição da análise do discurso inglesa sobre o sujeito no discurso concorda com a ideia do posicionamento ideológico do sujeito, mas considera exagerada a versão althusseriana de assujeitamento (como vimos em Pêcheux), que, segundo Fairclough (1994; 2001), subestima a capacidade de os sujeitos agirem individual ou coletivamente como agentes ou mesmo serem capazes de agir criativamente no sentido de realizar conexões entre as diversas práticas e as estruturas que os posicionam. O discurso, assim como constitui os sujeitos sociais, pode estar em relação com mudanças e transformações no mundo social.

2.3 Conceitos de poder, ideologia e hegemonia na análise de discurso

Como Foucault (1971) acentuou na sua aula inaugural do Collège de France, as modalidades enunciativas significam falar o que pode ser dito dentro de uma determinada configuração social, seja de grupo ou institucional. O termo discurso se tornou chave para a compreensão do trabalho do filósofo francês. O lugar do discurso em Foucault pode ser descrito por meio de dois conceitos interligados. O primeiro é o de considerar o discurso como um fenômeno histórico. Para o pensador, não existe uma teoria geral do discurso ou da linguagem, apenas descrições historicamente fundadas dos vários discursos, ou do que ele chamou de “práticas discursivas”.

Estas práticas consistem numa certa regularidade de enunciados que definem um objeto – seja ele a sexualidade ou a loucura, estudadas por Foucault, ou a economia, a política, ou o jornalismo – e que delimitam o que pode ou não ser dito sobre o objeto, demarcando os sujeitos do discurso, quem pode ou não falar sobre o objeto. Esta regularidade que produz uma prática discursiva não deve ser confundida com uma coerência sistemática, porque Foucault lembra que o discurso ocorre num evento social e, portanto, histórico.

O outro componente do conceito foucaultiano de discurso é a negativa da ideia de que a linguagem é uma atividade expressiva, no sentido de expressar emoções ou ideias individuais. Como assegura Mota (2008), as diferentes práticas discursivas numa sociedade permitem a construção de várias posições de sujeitos, que levam a escrever ou falar dentro de determinadas perspectivas sobre determinados objetos. Uma posição de sujeito, afirma Mota, é a de sujeito-jornalista, a pessoa que está legitimada a narrar acontecimentos a partir de determinadas estruturas discursivas e sociais.

Na famosa aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970, Foucault lançou as bases do que chamou de “ordem do discurso”, propondo quatro noções que devem servir de princípio regulador para a análise: o acontecimento, a série, a regularidade, a condição de possibilidade. E define o que entende por discurso: “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que e pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (FOUCAULT, 1971, p. 10). Ou seja, o discurso está inscrito naquilo que Bourdieu (1989) chama de poder simbólico.

No discurso, o texto não é só um enunciado que se materializa num ato de fala com força ilocucionária, ou força de convencimento, no sentido pragmático da linguagem. Sua força de convencimento está na própria prática discursiva, ou seja, numa determinada formação discursiva, que conforma, constrói e mantém uma determinada relação social. O exemplo pode ser aplicado a textos publicados num jornal, cuja força de convencimento está no próprio espaço enunciativo e na prática discursiva “autorizada” a fazer a mediação social por meio de enunciados jornalísticos.

A partir do trabalho genealógico de Foucault, três pontos substantivos são destacados por Fairclough: 1) a natureza discursiva do poder – as práticas e as técnicas do poder, o qual inclui o biopoder, são discursivas em grau significativo; 2) a natureza política do discurso – a luta por poder ocorre tanto no discurso quanto subjacente a ele; 3) a natureza discursiva da mudança social – as práticas discursivas estão em mutação e são um elemento importante de mudança.

Este último ponto é enfatizado por Fairclough (1994; 2001), recorrendo a Foucault quando este afirma que as regras de formações discursivas definem não objetos e conceitos estáticos, mas os campos de suas possíveis transformações. Esta posição abre a possibilidade de se considerar a prática discursiva como dialética na sua relação com a prática social. As pessoas, na produção de enunciados em determinadas situações sociais, são sempre confrontadas em práticas reais, em relações concretas, e isso mostra que o discurso produzido é um processo permanente de construção do real, e não apenas um produto.

Um outro conceito importante adotado pela vertente inglesa do discurso é o de hegemonia, que reflete o caráter dialético e conflitual das várias posições de sujeito nos enunciados discursivos. Este conceito fornece um modo de teorização da mudança social que permite escapar ao determinismo ideológico da visão althusseriana.

Hegemonia, conforme Gramsci (apud FAIRCLOUGH, 2001), é o poder sobre a sociedade como um todo de uma das classes economicamente definidas como fundamentais em aliança com outras forças sociais, mas este poder nunca é atingido senão parcial e temporariamente, como um equilíbrio instável. Peça central da análise que Gramsci faz do capitalismo ocidental, o conceito de hegemonia, como construção de alianças e de integração de classes e blocos, não representa apenas um processo de dominação de uma classe pela outra, mas de cooptação de diferentes grupos sociais num processo ideológico que envolve busca de poder, seja econômico ou político.

Ao adotar o conceito, Fairclough (2001) incorpora a definição de Gramsci e considera a luta hegemônica em termos de articulação, desarticulação e rearticulação de elementos do discurso, e a concepção dialética da relação entre estruturas e eventos discursivos.

Pode-se considerar uma ordem de discurso como a faceta discursiva do equilíbrio contraditório e instável que constitui uma hegemonia, e a articulação e a rearticulação de ordens de discurso são, conseqüentemente, um marco delimitador na luta hegemônica. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 123).

Assim, a prática discursiva, que envolve a produção, a distribuição e o consumo de textos, assim como a interpretação deles, é uma faceta da luta hegemônica que contribui para a reprodução ou transformação não apenas da ordem de discurso existente como das práticas sociais e das relações sociais. O conceito de hegemonia é particularmente útil na análise de discursos políticos, onde formas híbridas se rearticulam. Mas ele pode ser utilizado também na análise do discurso jornalístico, especialmente para a percepção maior de conceitos em conflito que dizem respeito a relações de poder na sociedade, nos campos sociais, nas instituições, no governo.

Por fim, a ideologia constitui elemento fundante da análise de discurso. O ponto-chave da ideologia no discurso é o de que a linguagem não reflete a realidade, mas a significa, ou seja, a enquadra numa forma conceitual. Por meio do discurso, o papel da ideologia é o de fornecer conjuntos de crenças e valores que são relevantes para as pessoas em suas tarefas sociais. Assim, a ideologia não é redutível à subjetividade. Ao contrário, a ideologia é socialmente constituída. Eagleton (1997) lembra que os efeitos ideológicos mais poderosos são gerados por instituições tais como o parlamento, o governo ou por meio de processos políticos. Assim, a ideologia tem a ver mais com o discurso do que com a linguagem, e é produzida por efeitos discursivos.

Numa posição mais cognitiva, Van Dijk (1998) afirma que ideologias são crenças socialmente compartilhadas. No discurso, isto significa que elas podem ser pressupostas pelo falante e não precisam ser explicitadas. O linguista holandês afirma que especialmente os valores têm um papel central na construção das ideologias. Embora existam diferenças ideológicas entre grupos, poucas pessoas numa mesma cultura têm sistemas diferentes de valores – verdade, igualdade, felicidade são alguns deles.

Estes valores são compartilhados e utilizados pelos membros sociais numa grande variedade de práticas e contextos. Obviamente, o processo de seleção e construção pelo qual os valores são incorporados em ideologias depende de interesses de grupos. Ou seja, valores culturais gerais podem ser apropriados por um grupo em benefício próprio. Um exemplo clássico é como o valor de liberdade é incorporado pelo discurso mercadológico, na linha do ‘free-market’, como forma de garantir os interesses de grupos comerciais.

Também o senso comum tem um papel central nos estudos contemporâneos sobre ideologia. Sua origem é associada ao conceito de hegemonia de Gramsci, no sentido de que é pelo senso comum que uma dominação ideológica se completa, quando os grupos dominados são incapazes de distinguir entre seus próprios interesses e atitudes dos do grupo dominante. Pelo senso comum se naturalizam posições dominantes e visões de mundo, que refletem diferenças sociais e culturais num processo de dominação.

A utilização do senso comum no discurso é de natureza argumentativa. Muitos argumentos se baseiam no senso comum, a partir da observação direta da vida cotidiana. Van Dijk (1998) lembra que estes argumentos são encontrados em expressões como ‘nós todos sabemos’, ou ‘como todo mundo diz’. São expressões que ativam representações sociais, conhecimentos e atitudes, e fortalecem opiniões.

Fairclough sugere que as práticas discursivas são investidas ideologicamente à medida que incorporam significações que contribuem para manter ou reestruturar as relações de poder. As ideologias surgem nas sociedades caracterizadas por relações de dominação com base em classe, gênero social, grupo cultural. A partir de enunciados, argumentações, utilização do senso-comum, estes grupos constroem discursivamente a relação hegemônica.

Vale a pena destacar, porém, que a todo discurso hegemônico corresponde um contra-discurso, ou um discurso de resistência, e isto vale para as práticas sociais da vida cotidiana como para crenças e valores culturais. Lembrando que a discussão que viemos fazendo até aqui sobre o discurso serve para pensarmos a dinâmica dos campos sociais do jornalismo e da política e as formas como representam o jogo do poder.

2.4 A importância da intertextualidade

O texto redistribui a língua. Uma das vias dessa reconstrução é a de permutar textos, fragmentos de textos, que existiram ou existem ao redor do texto considerado e dentro dele

mesmo. Todo texto é um intertexto: outros textos estão presentes nele, em níveis variáveis, sob formas mais ou menos reconhecíveis. (BARTHES apud KOCH, 2003).

Como Barthes, Julia Kristeva afirma que “qualquer texto se constrói como um mosaico de citação e é a absorção e transformação de outro texto” (KRISTEVA, 1986, p. 60). A intertextualidade também foi estudada por Verón ao examinar a questão da produção do sentido do ponto de vista sócio-semiológico. Para ele, são três as dimensões da intertextualidade: em primeiro lugar, as operações produtoras de sentido são sempre intertextuais no interior de certo universo discursivo; em segundo lugar, a intertextualidade ocorre entre universos discursivos diferentes; em terceiro lugar, no processo de produção de um discurso há uma relação intertextual com outros discursos relativamente autônomos que, embora funcionando como etapas da produção, não aparecem na superfície do discurso produzido. Segundo Véron (1980), esta é uma intertextualidade profunda por se tratar de textos que embora participando do processo de produção de outros textos, não são consumados socialmente, ou seja, explicitados.

Koch (2003) afirma que os textos produzidos em determinadas culturas têm propriedades formais ou estruturais, comuns a determinados gêneros ou tipos, que são armazenadas na memória dos usuários sob a forma de esquemas textuais ou superestruturas. Estes esquemas – *schematas*, *frames*, na divisão proposta por van Dijk (1983) – são socialmente adquiridos e desempenham papel relevante na produção textual. Para Koch, é preciso considerar a intertextualidade como constitutiva dos esquemas, o que se realiza em dois sentidos: restrito e amplo. Em sentido restrito, ela se dá por conteúdo, como ocorre, por exemplo, entre textos científicos de uma mesma área do conhecimento, que se servem de conceitos comuns. Ou entre diversas matérias de jornais sobre um determinado assunto. Em sentido amplo, a intertextualidade é a condição de existência do próprio discurso, conforme afirma Maingueneau, que considera o intertexto um componente decisivo das condições de produção: “[...] um discurso não vem ao mundo numa inocente solitude, mas constrói-se através de um já-dito em relação ao qual toma posição.” (MAINGUENEAU, 1976, p. 45).

Em textos mais recentes, Fairclough (2003) lembra que a intertextualidade tem sido um tema central no foco que a Análise Crítica do Discurso coloca sobre os aspectos discursivos das mudanças sociais contemporâneas. Ele propõe, porém, que o conceito de intertextualidade deve ser combinado com uma teoria de poder, como a teoria da hegemonia, de modo a evitar um problema que foi identificado por Hasan: “[...] o círculo envolvente da

intertextualidade implica ter acesso ilimitado a qualquer voz. Não ficam claros os limites materiais para este tipo de intertextualidade” (HASAN,1994, p. 127).

O que Fairclough sugere é que se faz necessário perceber porque certas intertextualidades, e não outras, são possíveis numa determinada prática discursiva. Para melhor perceber estas diferenças é preciso olhar para as modalidades de poder e controle que atuam em contextos sociais específicos, determinando relações intertextuais também específicas. Um termo importante para esta análise é o da recontextualização. Para Fairclough, recontextualizar é o processo de apropriação seletiva e ordenamento de outros discursos, suprimindo o significado potencial de um discurso neste processo. Ou como diz Kristeva, é a absorção de outro texto no meu texto. A recontextualização reagrupa significados e transforma os diferentes textos num novo texto, eliminando as contradições que possam existir entre eles (FAIRCLOUGH, 2003).

Toda palavra comporta duas faces. É determinada tanto pelo fato de que procede de alguém, como pelo fato de que se dirige a alguém. Nas palavras de Bakhtin:

Ela constitui justamente o produto da interação do locutor e do ouvinte. Toda palavra serve de expressão a um em relação ao outro. Através da palavra, defino-me em relação ao outro, isto é, em última análise, em relação à coletividade. A palavra é uma espécie de ponte lançada entre mim e os outros. Se ela se apoia sobre mim numa extremidade, na outra apoia-se sobre meu interlocutor. (BAKHTIN, 1992, p.113)

Barros (1999), com base no autor russo, lembra que o diálogo é condição da linguagem e do discurso, mas os textos podem ser polifônicos ou monofônicos, segundo as estratégias discursivas acionadas.

Os textos são dialógicos porque resultam do embate de muitas vozes sociais; podem, no entanto, produzir efeitos de polifonia, quando essas vozes ou algumas delas deixam-se escutar, ou de monofonia, quando o diálogo é mascarado e uma voz, apenas, faz-se ouvir. (BARROS, 1999, p. 6)

Barros faz uma distinção entre discursos autoritários e poéticos. Discurso autoritário seria aquele em que se abafam as vozes dos percursos em conflito, em que o discurso se faz discurso da verdade única, absoluta, incontestável. Discurso poético é aquele que instala internamente o diálogo intertextual, a complexidade e as contradições dos conflitos sociais. Orlandi faz a mesma observação, ao comparar o discurso autoritário, a que chama de

parafrástico, com o discurso polissêmico, aberto a várias interpretações. O discurso jornalístico, em especial no gênero notícia, tende a ser autoritário ou parafrástico.

Foi Julia Kristeva quem, no contexto do estruturalismo francês dos anos 60, criou o conceito de intertextualidade, a partir da concepção do dialogismo expressa por Bakhtin. Fiorin (1999), um seguidor de Kristeva, cita que a intertextualidade é o processo de incorporação de um texto em outro, seja para reproduzir o sentido incorporado, seja para transformá-lo. Há, segundo o autor brasileiro, três processos de intertextualidade: a citação, a alusão e a estilização.

O primeiro processo, a citação, pode confirmar ou alterar o sentido do texto citado. Outro processo de relação intertextual é a alusão, em que são reproduzidas construções sintáticas em que certas figuras são substituídas por outras ou são figurativizações do mesmo tema. A estilização é a reprodução do conjunto dos procedimentos do discurso de outrem, isto é, do estilo de outrem. Pode ser polêmica ou contratual.

2.5 Discurso e hermenêutica

Pode-se dizer que a análise de discurso se completa com o estudo das condições culturais em que os processos linguísticos se realizam. A partir do pensamento de Heidegger e Gadamer, com as contribuições teóricas de Paul Ricoeur e Jürgen Habermas, o professor britânico John B. Thompson (1995) propõe um referencial metodológico para o estudo das formas simbólicas. A hermenêutica de profundidade adotada por Thompson tem como foco a análise da cultura e da ideologia a partir do estudo da construção significativa e da contextualização social das formas simbólicas.

Ao focalizar nossa atenção, porém, nas inter-relações entre significado e poder, nas maneiras pelas quais as formas simbólicas podem ser usadas para estabelecer e sustentar relações de dominação, a análise da ideologia assume um caráter distintivo e crítico. Ela levanta novas questões concernentes aos usos das formas simbólicas e às relações entre interpretação, auto-reflexão e crítica. (THOMPSON, 1995, p. 363)

Thompson afirma que o enfoque da hermenêutica de profundidade deve se basear, o quanto possível, sobre uma elucidação das maneiras como as formas simbólicas são interpretadas e compreendidas pelas pessoas que as produzem e as recebem no decurso de suas vidas cotidianas. As formas simbólicas, de acordo com o autor, são construções

significativas interpretadas e compreendidas pelas pessoas que as produzem e recebem, mas elas são também construções estruturadas de maneiras definidas e inseridas em condições sociais e históricas específicas. Dessa forma, o referencial metodológico da hermenêutica de profundidade compreende três procedimentos principais, que devem ser vistos como dimensões analiticamente distintas de um mesmo processo interpretativo complexo.

Thompson (1995) descreve as três fases do enfoque como análise sócio-histórica, análise formal ou discursiva e interpretação/re-interpretação. O objetivo da análise sócio-histórica é reconstruir as condições sociais e históricas de produção, circulação e recepção das formas simbólicas. Na análise formal ou discursiva, cabe identificar as características estruturais das formas simbólicas, que têm capacidade e objetivo de dizer alguma coisa sobre algo. Por fim, a hermenêutica em profundidade envolve a fase de interpretação/re-interpretação, que, embora facilitada pelos métodos de análise formal ou discursiva, é distinta dela.

A maneira como essas três fases de análise são mais eficientemente aplicadas na prática, dependerá do pesquisador. Embora eu queira recomendar e defender o referencial metodológico da HP, não desejo insinuar que questões referentes aos métodos mais adequados de pesquisa possam ser respondidas a priori. Dentro de cada fase do enfoque da HP, uma variedade de métodos de pesquisa podem estar à disposição, e alguns métodos podem ser mais adequados que outros, dependendo do objeto específico de análise e das circunstâncias específicas da investigação. (THOMPSON, 1995, p. 366)

O autor pondera que o processo de interpretação – como uma reinterpretação de um campo objetivo pré-interpretado – é necessariamente arriscado, cheio de conflitos e aberto à discussão. O conflito pode surgir não apenas entre interpretações divergentes de analistas que empregam técnicas diferentes, mas também entre uma interpretação mediada pelo enfoque, de um lado, e as maneiras em que as formas simbólicas são interpretadas pelos sujeitos que constituem o mundo sócio-histórico, de outro.

A interpretação da ideologia, para Thompson, se configura numa forma específica de hermenêutica de profundidade. A análise se apoia sobre cada uma das fases da HP, como descrito acima, mas busca realçar as maneiras como o significado serve para estabelecer e sustentar relações de dominação. Por conseguinte, a interpretação da ideologia, embora implementando as diferentes fases do enfoque da HP, dá uma inflexão crítica a essas fases, e

as usa com a finalidade de identificar o significado ao serviço do poder. (THOMPSON, 1995).

Reforçando esta perspectiva é interessante ressaltar que, para Thompson, estudar a ideologia “[...] é estudar as maneiras como o sentido serve para estabelecer e sustentar relações de dominação” (THOMPSON, 1995, p. 76). Relações de dominação, para o autor, não se limitam às relações de classe como preconizadas por Karl Marx. Relações entre homens e mulheres, entre grupos étnicos, nações hegemônicas e outras à margem do sistema global. Podemos falar de dominação, segundo Thompson, quando relações de poder são sistematicamente assimétricas, isto é,

quando grupos particulares de agentes possuem poder de uma maneira permanente, e em grau significativo, permanecendo inacessível a outros agentes, ou a grupos de agentes, independentemente da base sobre a qual tal exclusão é levada a efeito (THOMPSON, 1995, p. 80).

O sentido ideológico de um texto pode construir relações de dominação de diferentes modos. Thompson distingue, sem pretender esgotar o espectro de possibilidades, cinco modos através dos quais a ideologia pode operar: “legitimação” (por meio de racionalização, universalização, narrativização), “dissimulação” (deslocamento, eufemização), “unificação” (standardização, simbolização da unidade), “fragmentação” (diferenciação, expurgo do outro) e “reificação” (naturalização, eternalização, passivização).

Ao analisar a ideologia, ao procurar compreender a interação complexa entre sentido e poder, não estamos lidando com uma matéria que admita uma demonstração incontestável (seja ela qual for). Estamos no campo da mudança de sentido e das relativas desigualdades, da ambiguidade e do jogo de palavras, de diferentes graus de oportunidade e acessibilidade, da decepção e da auto-decepção, do ocultamento das relações sociais e do próprio processo de ocultamento. (THOMPSON, 1995, p. 94).

Embora interpretações sejam contestáveis, pondera o autor, não significa que sejam arbitrárias. Por isso mesmo, exige-se que, ao apresentar uma interpretação, devamos apresentar razões e fundamentações, evidências e argumentos que, do nosso ponto de vista, tornam essa interpretação plausível. Thompson afasta a proposta de Mannheim, que identifica a análise da ideologia com o estudo das condições sociais do pensamento, pressupondo que toda a análise da ideologia deva ser, ela própria, analisada ideologicamente.

No caso específico da análise das formas simbólicas mediadas pelos meios de comunicação de massa, Thompson destaca três enfoques (“enfoque tríplice”): produção e difusão das formas simbólicas, a construção da mensagem dos meios, a recepção e apropriação das mensagens. Os três enfoques podem ser analisados através de uma fase específica da hermenêutica de profundidade, combinada com a interpretação da doxa, buscando identificar o caráter ideológico das mensagens.

A análise da produção e difusão é essencial à interpretação do caráter ideológico das mensagens, pois lança uma luz sobre as instituições e as relações sociais dentro das quais essas mensagens são produzidas e difundidas, bem como sobre as afirmações e pressupostos dos produtores. O estudo da construção das mensagens é essencial porque ele examina as características estruturais em virtude das quais elas se constituem em fenômenos simbólicos complexos, capazes de mobilizar o significado.

Finalmente, o estudo da recepção e apropriação das mensagens é essencial porque ele toma em consideração tanto as condições sócio-históricas em que as mensagens são recebidas pelas pessoas, como as maneiras como essas pessoas entendem as mensagens e as incorporam em suas vidas. (THOMPSON, 1995, pp. 395-396)

Apoiando-se na análise desses três aspectos da comunicação de massa, define Thompson, o processo de interpretação pode começar a explicar o caráter ideológico das mensagens, isto é, as maneiras como o significado pode servir, em determinadas circunstâncias, para estabelecer e sustentar relações de dominação dos textos que constituem uma determinada prática de divulgação de acontecimentos.

2.6 Texto jornalístico: unidade significativa de análise

Como realizar os procedimentos da análise de discurso quando se examina um texto jornalístico? Em primeiro lugar, é considerar a linguagem como prática, isto é, como mediação necessária entre o homem e a sua realidade natural e social. Assim, o texto jornalístico, como qualquer outro texto, está ligado a um modo de produção que articula o linguístico ao social e ao histórico. Não se trata de historiografia, mas não deixa de ser uma inscrição do texto na história, ou seja, é a concepção de uma prática simbólica que vem sendo produzida por várias gerações.

Chega-se assim ao conceito de discurso jornalístico, ou seja, a existência de uma prática discursiva que envolve os processos de produção e consumo de textos de gêneros jornalísticos, que envolvem o relato de acontecimentos do campo social, não-ficcionais, tornados públicos pelas instituições jornalísticas. Surge do conceito de “ordem do discurso”, de Foucault, ou seja, uma formação discursiva própria que delimita as regularidades do dizer e do que pode ou não ser dito sobre o acontecimento, demarcando os sujeitos do discurso (MOTA, 2008).

Um dos primeiros autores, no Brasil, a estudar a linguagem jornalística foi Nilson Lage (2001; 2005; 2006). Segundo ele, a comunicação jornalística é, por definição, referencial, ou seja, fala de algo no mundo, exterior ao emissor, ao receptor e ao processo de comunicação em si, onde a invenção e a mentira são violações graves (LAGE, 2001; TRAQUINA, 2005). Não significa, no entanto, que o texto jornalístico reflita o mundo como ele é, como muitas vezes pretende o discurso ancorado na ideologia profissional e que resulta numa certa “teoria do espelho” (TRAQUINA, 2005).

Lage acentua que, por suas características, o texto jornalístico impõe o uso quase obrigatório da terceira pessoa. Para ele, a exigência é marcante em português, língua em que a impessoalidade se marca por pronome oblíquo (se) e não se confunde com forma de tratamento. “O domínio da referencialidade permite diferenciar a linguagem jornalística da linguagem didática, mesmo quando esta última se propõe à divulgação do conhecimento, ou divulgação científica” (LAGE, 2001, p. 39).

Na linguagem jornalística, as enunciações, ou seja, as notícias, formulam-se a partir de acontecimentos. A situação no jornalismo é a de um emissor falando a um grande número de receptores, seja no jornalismo escrito, como no televisionado, radiofônico ou mesmo no jornalismo digital. Ainda conforme explica Lage, o uso de adjetivos é evitável porque estes empobrecem o texto forçando uma redundância. A busca de enunciados mais referenciais, concretos, é o resultado de um trabalho rigoroso na apuração de notícias: hora do acontecimento, local, pessoas envolvidas, nome inteiro e profissão, ou até idade (no caso do texto impresso) contribuem para a verossimilhança da narrativa, constroem um efeito de realidade.

A relação do jornalista com o público é diferente da relação informal entre pessoas que conversam sobre acontecimentos. Existem restrições no código linguístico. A notícia não é um estudo científico, não tem sua profundidade e nem tem a superficialidade da

conversa informal. Por outro lado, impõe uma impessoalidade no relato textual. O repórter não é personagem do acontecimento, mas narrador. E não é onisciente, precisa de testemunhos para dar veracidade aos fatos. Por ser referencial, a retórica da notícia se opõe à publicidade. Enquanto na publicidade se usa o modo verbal imperativo, no jornalismo o modo verbal é sempre o indicativo. Lage lembra que os conceitos que expressam subjetividade devem ser excluídos: não é notícia o que alguém pensou, imaginou ou sonhou. A notícia também não é argumentativa ou hipotética. Não constrói silogismos: o que não é verdade é fraude, erro ou interpretação grosseira.

A referência ao mundo real marca a diferença entre um relato ficcional e um relato jornalístico. Mas, como no romance realista que surgiu no século XIX, a notícia também segue referenciais precisos de tempo e espaço, e utiliza a intriga, no sentido narrativo, para o desenvolvimento do enredo. De acordo com Barthes (1968), em sua análise estrutural da narrativa, a estilística descritiva cria o efeito de real. Se o romance realista se vale de uma narrativa que não se apoia em acontecimentos, a notícia se vale de elementos como *quem, quando, onde, como, o que e por que*, termos canônicos da informação.

No livro “Para entender as notícias”, a pesquisadora portuguesa Cristina Ponte (2005) lembra que existem alguns conceitos fundamentais para a compreensão do jornalismo, como “vida cotidiana”, “acervo social de conhecimentos”, “reificação”. Citando Berger e Luckmann em seus estudos sobre a realidade, a pesquisadora considera que “vida cotidiana” é sinônimo de um mundo vivido, organizado em torno de um aqui e um agora.

Será sobre esta realidade da vida cotidiana, percebida coletivamente como inquestionável e totalitária, que o jornalismo vai construir o seu campo lógico de intervenção discursiva, em diferenciação com os campos lógicos de outros mundos da experiência. (PONTE, 2005, p. 98)

Um outro conceito relevante para o relato jornalístico é o de legitimação. Berger e Luckmann distinguem vários níveis de legitimação: 1) legitimação pré-teórica, em que os fatos são assim porque são; 2) a legitimação com proposições teóricas e apoiada em lendas e provérbios; 3) a legitimação com quadros de referência no campo dos conhecimentos; 4) a legitimação por universos simbólicos que integram diferentes áreas de significação. No caso do discurso jornalístico, ele sustenta sua legitimação por um saber profissional, sustentado por códigos de conduta, e pela reivindicação de um lugar de mediação pautado por regras deontológicas que lhe garantem o controle sobre o acontecimento reportado.

Considerar o jornalismo como conhecimento singular leva a pensar menos no que o jornalismo tem de semelhante com outras formas de conhecimento e a pensar mais no que tem de único e de original. Um dos adeptos desta concepção é o pesquisador da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) Eduardo Meditsch, que afirma que “é o fato de operar no campo lógico da realidade dominante que assegura ao modo de conhecimento do jornalismo tanto sua fragilidade quanto a sua força enquanto argumentação” (MEDITSCH, 1997, p. 6). Segundo Meditsch, o jornalismo pode ser considerado frágil enquanto método analítico e forte por ser um conhecimento menos artificial ou esotérico do que o de qualquer ciência formal. Para o pesquisador,

O auditório universal que o jornalismo idealmente persegue refere-se a uma outra rede de circulação de conhecimento constituída pela comunicação para devolver à realidade a sua transparência coletiva. É na preservação deste auditório ideal que o jornalismo encontra uma de suas principais justificações sociais: a de manter a comunicabilidade entre o físico, o advogado, o operário e o filósofo. (MEDITSCH, 1997, p. 16).

Este processo interpretativo da realidade ocorre porque os jornalistas possuem um repertório de acontecimentos do passado que se constitui como modelo de apreciação das ações do presente. Segundo a investigadora norte-americana Barbie Zelizer (1994), os jornalistas se constituem em comunidades interpretativas e um dos seus conceitos máximos é o de “comunidade hermenêutica”, sustentada por caminhos interpretativos que têm em comum as representações ideológicas tendentes a dar legitimidade e reconhecimento social às práticas de intervenção na realidade.

Dentro desta perspectiva, os jornalistas adquirem também conhecimento pela experiência e o contato com a cultura da redação. Em Ericson et al (1991) estes conhecimentos se dividem em: saberes de reconhecimento, que levam a situar um evento como de interesse jornalístico; saberes de procedimento, com o que se aprende a desenvolver um tema, a decidir que fontes ouvir, que métodos usar para entrevistas; saberes de narração, que levam em conta como apresentar o relato de forma jornalística.

Esses saberes levaram Zelizer (1994) a propor a *performance* como o processo de negociação da comunidade interpretativa dos jornalistas. Em vez de estudar os textos, a proposta de Zelizer adota o estudo dos desempenhos a partir da compreensão das práticas. Consideradas como *performance*, as notícias são compreendidas como processos dinâmicos,

e não estáticos. Se as situações mudam, os jornalistas renegociam o seu poder de narradores dos acontecimentos.

2.7 A notícia como discurso

O termo “discurso” é usado em várias disciplinas, particularmente no campo linguístico, como vimos. No entanto, existem dois sentidos principais: um é discurso como ação social e interação de pessoas em situações sociais reais. O outro sentido é predominante na teoria social pós-estruturalista, de discurso como uma construção social da realidade, uma forma de conhecimento. No caso do discurso jornalístico, ele abrange os dois sentidos, tanto na construção social dos acontecimentos, como na prática de interação ampla, em espaço público.

Ao usar o termo “discurso”, estamos adotando aqui a concepção de Fairclough, segundo a qual “o uso da linguagem é uma forma de prática social e não uma atividade puramente individual” (2000, p. 90). Como prática social, o discurso é um modo de ação, uma forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros, tornando-se uma prática não apenas de representação do mundo, mas de significação, constituindo e construindo o mundo em significado. Existe, portanto, uma relação dialética entre o discurso e a prática social. Por outro lado, o discurso é socialmente constitutivo.

Os eventos discursivos variam em sua especificidade de acordo com o domínio social particular ou o quadro institucional em que são gerados. É o que Foucault chama de formação discursiva, ou seja, um determinado domínio social com suas regras de funcionamento e de atuação social tais que se explicitam em determinadas formas enunciativas, em texto determinados. “O fato de eu considerar o discurso como uma série de acontecimentos nos situa automaticamente na dimensão da história”. (FOUCAULT, 2005, p. 14).

Ao examinar o evento comunicativo, a análise considera como ponto de partida o estudo do texto. No caso do jornalismo impresso, os textos apresentam diversas modalidades enunciativas, como entrevistas, relatos ou notícias, colunas de notas, opinião, o editorial, além de manchetes e chamadas. Estes textos fazem parte de uma prática discursiva específica, que envolve os processos de produção e consumo, como a definição de pauta, busca de fontes, pesquisa de acontecimentos. São as etapas do processo de produção da

notícia que obedecem a regularidades produtivas, seus objetivos, seus constrangimentos ou limites profissionais e institucionais, as regras enfim do falar e escrever a partir de uma determinada instituição jornalística.

Uma primeira etapa da análise leva em conta o espaço de mediação entre jornalismo e público. É o que Maingueneau chama de enunciação. É a cena em que o texto será enunciado, colocado ao alcance do público. É este quadro cênico que define o espaço estável no interior do qual o enunciado adquire sentido. Conforme Maingueneau, “todo discurso, por sua manifestação mesma, pretende convencer instituindo a cena de enunciação que o legitima” (2001, p. 87). Ou seja, a cenografia não é apenas um quadro ou cenário ou ainda um espaço já construído e independente do discurso. Ela faz parte do ato de enunciação, ou ato de fala, como define Austin, em seu momento ilocucionário, e vai constituir e legitimar o espaço ou cena enunciativa.

Enunciados são produtos de uma determinada enunciação, ou uma cena enunciativa, que eles legitimam. Para que o enunciado produza o efeito de sentido para o qual foi construído, ele precisa de uma voz, de um enunciador encarnado, de uma pessoa ou sujeito do texto, de um orador, em suma. É por meio da enunciação que a personalidade do enunciador se revela. Barthes lembra que a enunciação destaca os traços de caráter que o orador deve mostrar ao auditório para causar boa impressão. “São os ares que assume ao se apresentar” (BARTHES, 1984), tornando-se assim parte da encenação, do ato de enunciação.

No caso do texto jornalístico voltado para notícias do campo político, pelo menos duas vozes estarão presentes no enunciado: a do autor do texto, o jornalista, e a do político que está sendo citado. São, portanto, pelo menos, dois enunciadores, cujos traços de caráter poderão ser mais visíveis ou até invisíveis. Se o espaço enunciativo é na televisão, estas características físicas serão visíveis e poderão influir na aceitação ou não do que está sendo enunciado. É o discurso que vai validar a própria enunciação. No caso do telejornalismo, a enunciação é o lugar físico e temporal onde se dá a transmissão de um programa televisivo dedicado à leitura de notícias e exibição de reportagens, e que tem nos âncoras ou apresentadores o seu enunciador principal. É, assim, um ato performático de anunciar os acontecimentos por meio do qual se legitima o discurso da notícia.

Maingueneau considera que a cena de enunciação integra de fato três cenas, as quais ele chama de ‘cena englobante’, ‘cena genérica’ e ‘cenografia’. A cena englobante

corresponde ao tipo de discurso, e confere ao discurso seu estatuto pragmático que, no caso aqui, é o jornalístico. A cena genérica é a do contrato associado a um gênero, como o editorial, a opinião, a reportagem, o *stand up* do repórter. Quanto à cenografia, Maingueneau emprega a palavra com um duplo sentido: o de cena e o de grafia, considerando que toda enunciação se caracteriza por uma maneira específica de se legitimar, de se inscrever.

No caso do telejornalismo, o estúdio de televisão com o seu cenário padronizado com um ou dois apresentadores sentados em bancadas, com imagens fixas ao fundo e um logotipo do telejornal, inscreve o tipo de enunciação que se dará naquele espaço. O estúdio de televisão com seus apresentadores de telejornal é, para usar a terminologia de Maingueneau, a cena globalizante que permite ao telespectador identificar o tipo de discurso que será enunciado. Em função desta forma de enunciação, pode-se dizer que o discurso do telejornal é mediado, ou seja, é apresentado através de um medium. O conceito de mediação considera, em primeiro lugar, a noção de comunicação através de um meio que tem propriedades específicas que intervêm no processo comunicativo. Os estudos da mediação levam em conta o meio para perceber até que ponto suas características técnicas interferem na informação.

Quando se trata de notícia impressa, a enunciação se dá em determinadas páginas de um jornal, reservadas a um determinado tópico editorial. No caso do noticiário político, cada jornal reserva páginas consideradas nobres e faz chamadas na primeira página. É bom destacar que o noticiário político, que se refere a acontecimentos ocorridos em outras cenas enunciativas, com enunciadores próprios como membros do Parlamento ou do governo, passa por um processo de recontextualização. É o processo de retirar um acontecimento ou fala do seu contexto para rerepresentá-lo em ato de enunciação próprio do veículo e seus cenários, onde editores e repórteres constroem narrativas coloquiais ou formais apoiadas em imagens referenciais, que se reportam ao fato político.

Para Hall (1978), a maioria dos discursos contemporâneos são, na verdade, discursos sociais mediatizados. Isso significa que o discurso do outro é representado em formatos e gêneros discursivos da própria mídia, como notícias, comentários, editoriais. Ao utilizar um formato discursivo diverso, os media traduzem o discurso oficial no discurso coloquial, dando popularidade às vozes oficiais. A tradução do discurso oficial num idioma público não só torna o primeiro mais compreensível ao público, mas também investe o discurso

oficial de ressonância popular, colocando-o no nível de compreensão dos mais variados públicos.

Uma das principais características do discurso midiático é o fato de se apresentar como um discurso acabado e de funcionar aparentemente sem intermitências nem vazios. O funcionamento dos discursos espontâneos, dos discursos que trocamos uns com os outros no decurso da vida cotidiana, é intermitente, pontuado por todo um conjunto de hesitações, de esperas, de rupturas, de silêncios, de derivas. “O discurso midiático, pelo contrário, flui de maneira constante e ininterrupta, encadeia enunciados que se apresentam habitualmente de forma acabada, escondendo seus processos de gestação” (RODRIGUES apud MOULLIAUD; PORTO, 2012, p. 227).

O efeito de completude, segundo Adriano Rodrigues, resulta da camuflagem do processo de enunciação, por meio do uso predominante da terceira pessoa, “que, como sabemos, é forma verbal da não-pessoa” (RODRIGUES apud MOULLIAUD; PORTO, 2012, p. 227). A delimitação das fronteiras do discurso mediático é uma tarefa muito difícil, por causa de sua capacidade de circulação por todo tipo de discurso e de sua capacidade de absorver outras modalidades de discurso. Essas características habilitam o discurso mediático na sua capacidade de exercer mediação.

Deste ponto de vista, a prática jornalística é eminentemente interdiscursiva. O discurso jornalístico se volta para outras práticas sociais, cujos discursos incorpora. São, assim, diferentes formações discursivas que afetam o texto jornalístico. O conceito de enunciação é particularmente importante na análise do discurso jornalístico porque é o momento em que o texto se torna público, seja no jornal impresso, seja na televisão ou no site. Ao ser apresentada aos leitores ou espectadores, a notícia cumpre sua condição social de enunciadora dos fatos ou acontecimentos. Ela se completa ao ser colocada no espaço público para o consumo dos leitores.

O lugar enunciativo pode ser uma bancada de estúdio de telejornal ou pode ser a primeira página de um jornal impresso. Tanto a bancada como o jornal, ao enunciarem os fatos, contribuem para a legitimação da prática social do jornalismo porque se apresentam ou se instauram como o lugar de fala institucionalizado onde notícias são difundidas segundo diferentes posições de sujeito. No caso do discurso jornalístico, a prática incorpora os diferentes discursos sociais, mas a notícia homogeneiza os diferentes significados. Assim,

pode-se dizer que a notícia constrói sua unidade textual a partir da dispersão interdiscursiva, apresentando enunciativamente um texto organizado e racional.

2.8 O caráter polifônico do texto jornalístico

O noticiário jornalístico, e em particular, o noticiário sobre política, é um espaço polifônico por excelência e é pela interação entre todos os falantes que os significados se realizam. O conceito de polifonia foi formulado inicialmente por Bakhtin. Para ele, todo enunciado contém papéis enunciativos distintos, unidos ou não por um sujeito narrador. Estes conceitos foram organizados na Teoria da Polifonia por Ducrot, para quem os enunciados contêm diferentes representações de sujeitos. O autor distingue pelo menos dois tipos de personagens: os enunciadores e os locutores, porque existem enunciados que apresentam uma pluralidade de responsáveis. Um locutor, para Ducrot, é alguém a quem se deve imputar a responsabilidade por um enunciado. Em enunciados polifônicos, Ducrot afirma que

[...] a representação que se dá na enunciação faz surgir vozes que não são as do locutor. São enunciadores considerados como se expressando através da enunciação. Se eles falam é somente no sentido em que a enunciação é vista como expressando seu ponto de vista, sua posição, sua atitude, suas palavras. (DUCROT, 1987, p. 188).

Este é o caso do jornalismo impresso, onde determinados personagens da notícia são enunciados pelo repórter, por meio de discurso indireto. No jornalismo, os personagens da notícia são enunciadores responsáveis por suas falas, editadas como parte de um enunciado geral apresentado por um sujeito locutor, seja ele o repórter ou o apresentador do telejornal. O linguista Eduardo Guimarães caracteriza o locutor como aquele que se representa como eu na enunciação, como responsável pela enunciação (GUIMARÃES, 1987). O repórter de jornal cumpre, no entanto, dois papéis: o de fonte do dizer e o de locutor-enquanto-pessoa.

O repórter é um locutor responsável pelo enunciado, ou seja, pelo texto da reportagem, e pelas vozes enunciantes que seleciona na sua reportagem. Ele é o autor de um ato de fala que, por sua vez, faz parte de um conjunto maior de enunciados que caracterizam uma notícia ou reportagem. Este é o grande enunciado resultante das práticas produtivas que transformam acontecimentos em relatos organizados em forma de notícias do mundo político.

O discurso do jornalismo apresenta uma interação entre três grandes categorias de participantes: os repórteres, os editores, fotógrafos e diagramadores, outros participantes como os vários entrevistados do noticiário político jornalísticos, e os leitores, desde o público em geral a políticos, membros do governo, e especialistas em várias áreas de diferentes campos sociais.

A presença do repórter numa narrativa jornalística, seja pela assinatura ou por características de diagramação, agrega ao enunciado as modalidades de fala. Além de fonte do dizer, o repórter é, portanto, também locutor-enquanto-pessoa. É pela noção de *ethos* que se pode compreender a função social do repórter em seu enunciado: “o *ethos* está ligado ao locutor como tal. É como origem da enunciação que ele se vê investido de certos caracteres que, em contrapartida, tornam essa enunciação aceitável ou recusável” (DUCROT, 1987, p. 189).

A força persuasiva do *ethos*, na Retórica de Aristóteles, está baseada em dois campos semânticos: um de sentido moral, englobando virtudes e atitudes, e outro de sentido objetivo, representando hábitos, modos, costumes. Estas duas concepções não se excluem e estão presentes em qualquer atividade argumentativa. Estas características do *ethos* se aplicam também ao segundo enunciador do texto, no caso um político ou dirigente de partido político. Como segundo enunciador, ele tem espaço limitado para fazer valer características pessoais da sua fala, que o identificam como um líder ou pessoa carismática diante do público.

Mesmo assim, a escolha de palavras e a forma de apresentá-las podem identificá-lo bem. Se as formas de expressão – o gestual, o tom de voz, a postura, a forma de se vestir e de se mover no espaço social – dependem de um *ethos* particular do orador, nem por isso ele está desvinculado do discurso que lhe dá origem. Seu texto é produzido no interior de uma formação discursiva e sua enunciação se volta para um enunciador jornalista, que deve ser persuadido ou convencido a adotar o significado dominante que o texto constrói.

CAPÍTULO 3

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo, vamos expor os caminhos metodológicos que serão seguidos para a análise crítica do discurso jornalístico sobre o impeachment da presidente Dilma Rousseff. Os textos selecionados são do jornal *Folha de S.Paulo*, entre os gêneros opinativos (editoriais) e enunciativos (notícias, manchetes). Este é um processo interpretativo que se insere no marco referencial metodológico conhecido como “hermenêutica de profundidade”, que coloca em evidência o fato de que o objeto é uma construção simbólica que exige interpretação, como preconiza John Thompson.

Segundo Thompson (2002), as instituições de comunicação de massa produzem formas simbólicas (palavras, imagens) para leitores que, geralmente, não estão presentes fisicamente no local de produção ou de transmissão. Esta mediação implica em um fluxo de mensagens de mão única, sem respostas diretas dos receptores. Compreender, portanto, esta produção é o caminho para a interpretação discursiva que é o objeto da análise.

3.1 O enfoque hermenêutico

A análise hermenêutica de textos mediados pelos meios de comunicação envolve diversos aspectos. O primeiro é o da produção e transmissão ou difusão das formas simbólicas. Este é um processo sócio-histórico, que diz respeito às características da produção de notícias políticas, como no caso em análise. O objetivo é compreender as circunstâncias dos acontecimentos políticos no país e de como foi sendo construída a cobertura dos fatos no que se convencionou chamar de notícia política.

Pode-se traduzir hermenêutica como ‘interpretação da compreensão cotidiana’. O conceito, inspirado na filosofia de Wittgenstein e na fenomenologia de Husserl e Schutz, leva em conta como as formas simbólicas são compreendidas e interpretadas pelas pessoas no contexto da vida cotidiana. Para Thompson, esta é a primeira etapa da análise sócio-histórica de um acontecimento e sua publicação como notícia. A análise leva em conta os campos sociais envolvidos, no caso o jornalismo e a política, assim como a interação entre eles. As formas simbólicas são produzidas, faladas, narradas, inscritas, e recebidas por

pessoas em locais específicos ou não. Inclui ainda as instituições sociais envolvidas e seus processos de produção de fatos ou de formas simbólicas.

Esta etapa se inicia com a compreensão dos campos, conforme descritos no capítulo primeiro deste trabalho. Compreender o campo jornalístico e o campo político é fundamental para a interpretação das notícias sobre um acontecimento histórico que foi o *impeachment* da presidente eleita. Que valores foram envolvidos no acontecimento e de que forma foram narrados pela *Folha de São Paulo*? Esta compreensão se tornou possível a partir do entendimento dos campos sociais envolvidos.

A segunda fase da análise hermenêutica é a da construção da mensagem comunicativa. Neste aspecto, dá-se prioridade à análise formal ou discursiva, como uma construção simbólica complexa de estrutura articulada. Nesta etapa, Thompson lembra que existem várias categorias analíticas, desde a sintaxe ao discurso propriamente dito.

Neste trabalho, adotamos a análise crítica do discurso para a interpretação das notícias selecionadas.

3.2 O enfoque discursivo

Na perspectiva da Análise Crítica do Discurso, de vertente inglesa, adotada neste trabalho, a metodologia de análise de um tipo particular de discurso, como o discurso jornalístico, envolve, em primeiro lugar, dois focos que são complementares: o evento comunicativo em si e a ordem do discurso. Isto quer dizer que é preciso olhar para a prática discursiva, ou seja, os textos que a prática gera, observando também os significados que emergem do próprio texto.

Ao examinar o evento comunicativo, a análise considera como ponto de partida o estudo do texto. No caso do jornalismo impresso, os textos apresentam diversas modalidades enunciativas, como entrevistas, relatos ou notícias, colunas de notas, além de manchetes e chamadas. Estes textos fazem parte de uma prática discursiva específica, que envolve os processos de produção e consumo, como a definição de pauta, busca de fontes, pesquisa de acontecimentos. São as etapas do processo de produção da notícia que obedecem a regularidades produtivas, seus objetivos, seus constrangimentos ou limites profissionais e institucionais, as regras enfim do falar e escrever a partir de uma determinada instituição jornalística.

Por prática sociocultural, Fairclough (1995) considera o contexto social mais amplo, o que traz para o discurso lugares de fala, visões de mundo e perspectivas culturais que envolvem atitudes, hábitos, costumes, valores, representações sociais e culturais que são o *background* dos textos, um mundo simbólico a que se tem acesso pela prática discursiva. Três aspectos, particularmente, estão embebidos na prática sociocultural: o econômico (com os valores de mercado produzindo efeitos de sentido), o político (que envolve relações de poder e posições ideológicas) e o cultural (que tem a ver com questões de valores, atitudes, ética e construção de identidades).

Considerando estas três dimensões, o arcabouço analítico deve envolver, conforme propõe Fairclough (1995), a análise linguística e intertextual dos textos, a análise da prática discursiva e a análise do contexto cultural em que o evento comunicativo ocorre. Estas três dimensões não distanciam o texto do contexto, ou seja, existe uma mediação entre a prática discursiva e a prática social e cultural. É no contexto que o texto produz sentidos. Um texto jornalístico tornado público vai projetar significados que podem representar costumes e valores sociais e culturais que vão repercutir nas pessoas, leitores e todos os que forem afetados pelo discurso.

Esta é uma relação dialética, porque a linguagem é socialmente moldada, recupera e incorpora valores e aspectos da vida social, produzindo significados que serão tornados públicos e devolvidos de forma ressignificada ao meio social, constituindo-se assim numa transformação ou não.

O uso linguístico é constitutivo tanto de maneira convencional, ajudando a reproduzir e manter identidades sociais, relações e sistemas de conhecimento e crença já existentes, como também de maneira criativa, levando a uma transformação tanto das identidades como das relações e dos sistemas (FAIRCLOUGH, 1995, p. 55).

A análise discursiva passa por etapas que vão desde a produção da notícia sobre o acontecimento até aos significados ideológicos.

3.2.1 Primeira etapa da análise discursiva: a enunciação

Uma primeira etapa da análise leva em conta o espaço de mediação entre jornalismo e público. É o que Maingueneau chama de enunciação. É a cena em que o texto será

enunciado, colocado ao alcance do público. É este quadro cênico que define o espaço estável no interior do qual o enunciado adquire sentido. Conforme Maingueneau, “todo discurso, por sua manifestação mesma, pretende convencer instituindo a cena de enunciação que o legitima” (2001, p. 87). Ou seja, a cenografia não é apenas um quadro ou cenário ou ainda um espaço já construído e independente do discurso. Ela faz parte do ato de enunciação, ou ato de fala, como define Austin, em seu momento ilocucionário, e vai constituir e legitimar o espaço ou cena enunciativa.

Enunciados são produtos de uma determinada enunciação, ou de uma cena enunciativa, que eles legitimam. Para que o enunciado produza o efeito de sentido para o qual foi construído, ele precisa de uma voz, de um enunciador encarnado, de uma pessoa ou sujeito do texto, de um orador, em suma. É por meio da enunciação que a personalidade do enunciador se revela. Barthes lembra que a enunciação destaca os traços de caráter que o orador deve mostrar ao auditório para causar boa impressão. “São os ares que assume ao se apresentar” (BARTHES, 1984), tornando-se assim parte da encenação, do ato de enunciação.

No caso do texto jornalístico voltado para notícias do campo político, pelo menos duas vozes estarão presentes no enunciado: a do autor do texto, o jornalista, e a do político ou políticos que estão sendo citados. Há um terceiro enunciador, invisível. É a empresa jornalística, que impõe sua visão do acontecimento de forma nem sempre clara. São, portanto, pelo menos, dois enunciadores, cujos traços de caráter poderão ser mais visíveis ou até invisíveis. Se o espaço enunciativo é na televisão, estas características físicas serão visíveis e poderão influir na aceitação ou não do que está sendo enunciado. É o discurso que vai validar a própria enunciação. No caso do telejornalismo, a enunciação é o lugar físico e temporal onde se dá a transmissão de um programa televisivo dedicado à leitura de notícias e exibição de reportagens, e que tem nos âncoras ou apresentadores o seu enunciador principal. É, assim, um ato performático de anunciar os acontecimentos por meio do qual se legitima o discurso da notícia.

No jornalismo impresso, a cena enunciativa é a do próprio jornal, colocado nas bancas de jornais ou reproduzido por meio digital. O enunciador repórter quando muito assina a reportagem. Outros enunciadores são citados de forma direta ou indireta. Maingueneau (2001) considera que a cena de enunciação integra de fato três cenas, as quais ele chama de ‘cena englobante’, ‘cena genérica’ e ‘cenografia’. A cena englobante

corresponde ao tipo de discurso, e confere ao discurso seu estatuto pragmático que, no caso aqui, é o jornalístico. A cena genérica é a do contrato associado a um gênero, como o editorial, a opinião, a reportagem, o stand-up do repórter. Quanto à cenografia, Maingueneau emprega a palavra com um duplo sentido: o de cena e o de grafia, considerando que toda enunciação se caracteriza por uma maneira específica de se legitimar, de se inscrever.

Quando se trata de notícia impressa, a enunciação se dá em determinadas páginas de um jornal, reservadas a um determinado tópico editorial. No caso do noticiário político, cada jornal reserva páginas consideradas nobres e faz chamadas na primeira página. É bom destacar que o noticiário político, que se refere a acontecimentos ocorridos em outras cenas enunciativas, com enunciadores próprios como membros do Parlamento ou do governo, passa por um processo de recontextualização. É o processo de retirar um acontecimento ou fala do seu contexto para reapresentá-lo em ato de enunciação próprio do veículo e seus cenários, onde editores e repórteres constroem narrativas coloquiais ou formais apoiadas em imagens referenciais, que se reportam ao fato político.

Para Hall, a maioria dos discursos contemporâneos são, na verdade, discursos sociais mediatizados. Isso significa que o discurso do outro é representado em formatos e gêneros discursivos da própria mídia, como notícias, comentários, editoriais. Ao utilizar um formato discursivo diverso, a mídia traduz o discurso oficial no discurso coloquial, dando popularidade às vozes oficiais. A tradução do discurso oficial num idioma público não só torna o primeiro mais compreensível ao público, mas também investe o discurso oficial de ressonância popular, colocando-o no nível de compreensão dos mais variados públicos. (HALL, 1993).

3.2.2 A análise textual: polifonia

O noticiário jornalístico, e em particular, o noticiário político, é um espaço polifônico por excelência e é pela interação entre todos os falantes que os significados se realizam. O conceito de polifonia foi formulado inicialmente por Bakhtin. Para ele, todo enunciado contém papéis enunciativos distintos, unidos ou não por um sujeito narrador. Estes conceitos foram organizados na Teoria da Polifonia por Ducrot, para quem os enunciados contêm diferentes representações de sujeitos. O autor distingue pelo menos dois tipos de

personagens: os enunciadores e os locutores, porque existem enunciados que apresentam uma pluralidade de responsáveis.

Um locutor, para Ducrot, é alguém a quem se deve imputar a responsabilidade por um enunciado. Em enunciados polifônicos, Ducrot afirma que

[...] a representação que se dá na enunciação faz surgir vozes que não são as do locutor. São enunciadores considerados como se expressando através da enunciação. Se eles falam, é somente no sentido em que a enunciação é vista como expressando seu ponto de vista, sua posição, sua atitude, suas palavras. (DUCROT, 1987, p. 188).

Este é o caso do jornalismo impresso, onde determinados personagens da notícia são enunciados pelo repórter, por meio de discurso indireto. No jornalismo, os personagens da notícia são enunciadores responsáveis por suas falas, editadas como parte de um enunciado geral apresentado por um sujeito enunciator. Nos editoriais, o enunciator se revela, age como um locutor, que fala em nome da empresa. O linguista Eduardo Guimarães caracteriza o locutor como aquele que se representa como eu na enunciação, como responsável pela enunciação (GUIMARÃES, 1987). O repórter de jornal cumpre, no entanto, dois papéis: o de fonte do dizer e o de locutor-enquanto-pessoa.

O repórter é um locutor responsável pelo enunciado, ou seja, pelo texto da reportagem, e pelas vozes enunciantes que seleciona na sua reportagem. Ele é o autor de um ato de fala que, por sua vez, faz parte de um conjunto maior de enunciados que caracterizam uma notícia ou reportagem. Este é o grande enunciado resultante das práticas produtivas que transformam acontecimentos em relatos organizados em forma de notícias do mundo político.

O discurso do jornalismo apresenta uma interação entre três grandes categorias de participantes: os repórteres, os editores, fotógrafos e diagramadores, outros participantes como os vários entrevistados do noticiário político jornalísticos, e os leitores, desde o público em geral a políticos, membros do governo, e especialistas em várias áreas.

A presença do repórter numa narrativa jornalística, seja pela assinatura ou por características de diagramação, agrega ao enunciado as modalidades de fala. Além de fonte do dizer, o repórter é, portanto, também locutor-enquanto-pessoa. É pela noção de *ethos* que se pode compreender a função social do repórter em seu enunciado: “o *ethos* está ligado ao locutor como tal. É como origem da enunciação que ele se vê investido de certos caracteres

que, em contrapartida, tornam essa enunciação aceitável ou recusável” (DUCROT, 1987, p. 189).

A força persuasiva do *ethos*, na Retórica de Aristóteles, está baseada em dois campos semânticos: um de sentido moral, englobando virtudes e atitudes, e outro de sentido objetivo, representando hábitos, modos, costumes. Estas duas concepções não se excluem e estão presentes em qualquer atividade argumentativa. Estas características do *ethos* se aplicam também ao segundo enunciador do texto, no caso um político ou dirigente de partido político. Como segundo enunciador, ele tem espaço limitado para fazer valer características pessoais da sua fala, que o identificam como um líder ou pessoa carismática diante do público. Mesmo assim, a escolha de palavras e a forma de apresentá-las podem identificá-lo bem.

Se as formas de expressão – o gestual, o tom de voz, a postura, a forma de se vestir e de se mover no espaço social – dependem de um *ethos* particular do orador, nem por isso ele está desvinculado do discurso que lhe dá origem. Seu texto é produzido no interior de uma formação discursiva e sua enunciação se volta para um enunciador jornalista, que deve ser persuadido ou convencido a adotar o significado dominante que o texto constrói.

3.2.3 A Intertextualidade

A análise da intertextualidade é importante na pesquisa sobre discurso jornalístico, que quase sempre se reporta a outras vozes de outros campos sociais, o que vale dizer, de outros discursos. É um conceito que aponta para a produtividade dos textos, para como os textos podem participar de novos enunciados. Por isso, os enunciados são inerentemente intertextuais, e ao reacentuar e retrabalhar outros textos o texto jornalístico contribui para a construção de novos significados. Por isso, Fairclough propõe que a intertextualidade deva ser um foco importante na análise do discurso. O pesquisador inglês propõe algumas modalidades de intertextualidade (FAIRCLOUGH, 2001, p. 152), a saber:

Intertextualidade manifesta: é o caso em que se recorre explicitamente a outros textos específicos; é o que se chama de discurso direto.

Intertextualidade sequencial: ocorre quando diferentes textos de diferentes discursos se alternam em um texto.

Intertextualidade encaixada: quando um texto está claramente contido dentro da matriz de um outro.

Intertextualidade mista: em que textos estão fundidos de forma mais complexa e menos facilmente separável.

Fairclough (2001) afirma também que no discurso jornalístico, uma característica de intertextualidade é o que chama de cadeias intertextuais, que podem apresentar intertextualidades manifestas, como um discurso presidencial, e formas de comentários ao discurso, com aspas e citações indiretas de falas do campo político. Este tipo de texto pressupõe vários significados que vão sendo construídos à medida que vão sendo apresentados e cabe ao jornalista produzir interpretações que simplifiquem ou condensem as manifestações diversas.

Fairclough chama a atenção para as leituras resistentes, em que diferentes personagens interpretam um determinado tema de forma diversa. As interpretações resistentes são um modo de luta hegemônica em que se tenta impor uma posição crítica ou diferenciada sobre um determinado assunto. Vale a pena prestar atenção a como o jornalista tenta lidar com tais posições divergentes, verificar se destaca a pluralidade das análises ou se tenta assumir uma determinada posição.

Considerando a análise intertextual como uma ponte entre o texto e a prática discursiva, Fairclough (1999, p.78) sugere que a análise do texto jornalístico investigue a representação discursiva, ou seja, procure evidenciar como as falas de outros são inseridas na notícia. Segundo o autor, um grande número de notícias consiste na mediação da fala e da escrita de pessoas proeminentes em vários domínios da vida pública, como políticos, polícia, advogados, especialistas em geral, representantes do poder central.

Esta presença de tantas vozes na notícia mostra como a polifonia estabelece contatos entre diferentes discursos. São diferentes formas de práticas sociais com suas diferentes práticas discursivas que entram em contato numa reportagem. Elas poderão expressar oposição, apoio, resistência, negação, e estas relações discursivas se estabelecem como relações de poder. É importante perceber que vozes estão representadas e quanto espaço é dado a cada uma delas. Vale observar também a hierarquização das vozes.

É a análise intertextual que vai nos permitir perceber as diferentes modalidades discursivas do texto. É preciso verificar se a intertextualidade é manifesta, ou seja, apresentada em discurso direto, ou é velada. Como as vozes políticas são relatadas no texto

noticioso? Como o autor do texto se refere a elas? Usa alguma forma de introdução da voz política? Algumas questões surgem: existe intertextualidade implícita? Esta modalidade se refere ao dado comunicativo já considerado aceito, ou de senso-comum. Pode-se dizer que é um “já-dito”.

Esta etapa é importante porque vai permitir a percepção da própria prática política que se manifesta na relação das posições contrárias. É importante observar que o conflito é uma característica de qualquer atividade política. É pelo conflito sobre formas de interpretar a realidade que o discurso político se manifesta. Identificar as falas em conflito vai permitir reconhecer a relação amigo-inimigo apontada por Carl Schmitt, os argumentos de cada lado, como cada lado é representado pelo repórter no texto. Vai ainda permitir perceber como o narrador repórter assume ou não a posição de alguns personagens e não de outros. O conflito se torna flagrante ou é trabalhado de forma implícita?

3.3 Os significados

Nesta etapa, utilizamos um componente analítico da análise do discurso para identificar palavras-chave. Elas podem ser objeto de título ou estarem soltas no texto jornalístico, mas são fundamentais para a compreensão dos significados que o texto vai construir. Elas podem ajudar a identificar os conflitos. Nem sempre estão no título ou na manchete, mas, por alguma estratégia discursiva do narrador, podem estar dispersas. Estas palavras-chaves costumam ser substantivas, nomes, mas, em algum momento, expressões verbais podem ser importantes de serem identificadas. A palavra-chave pode ser considerada como um identificador ideológico. Elas revelam posições antagônicas no campo da interpretação social e histórica. E ajudam a concluir a análise percebendo melhor os significados construídos.

Nesta última etapa da análise, vamos em busca da construção dos significados, olhando para aqueles elementos que constituem acontecimentos, os fatos em si narrados. Como são narrados, se adjetivados ou não, e se podem nos ajudar a perceber o ‘efeito de real’ que criam. São estes efeitos de real que podem se tornar efeitos de sentido. No entanto, os significados que ficam da narrativa estão para além do texto.

Os significados mais ocultos do jogo político, e que envolvem questões de poder, se tornam mais visíveis e emergem do texto jornalístico. Como os personagens reafirmam suas

posições de poder, em contrapartida a posições de adversários políticos? Que parte específica do texto jornalístico mostra isto? E como o narrador se coloca em relação ao jogo de poder: ele assume um lado? Estas relações de poder envolvem posições ideológicas, que reafirmam discursos mais amplos da vida contemporânea, como posições de apoio ao socialismo ou ao neoliberalismo, à privatização ou ao estatismo, ou populismo?

Diferente de outros métodos de análise de textos jornalísticos, a análise de discurso significa um mergulho profundo no texto, a partir da compreensão de que a linguagem não é transparente, mas opaca, e que é preciso caminhar por etapas para apreender tudo o que o texto pode nos informar. Por isso, a análise de discurso é eminentemente qualitativa e não precisa de quantidade, ou de muitos textos, para produzir resultados.

3.4 Corpus e procedimentos de análise

As notícias e editoriais selecionados da *Folha de São Paulo* são os seguintes:

- 1) “Seis dias após 2º turno, protesto em São Paulo pede saída de Dilma (02/11/2014)”
- 2) “Cunha ameaça o PT, que repensa apoio à cassação” (1º/12/ 2015)
- 3) Editorial: “Desalento e esperança” (1º/12/2015)
- 4) “Cunha retalia PT e acata pedido de impeachment contra Dilma” (03/12/2015)
- 5) Editorial: “O vício contra o vício” (03/12/2015)
- 6) “Ex-líder do governo liga Dilma e Lula à Lava Jato, e oposição pede renúncia” (04/03/2016)
- 7) “Ato em SP atrai 500 mil pessoas, supera Diretas e impulsiona impeachment” (14/03/2016)
- 8) “Atos atingem ao menos 121 cidades em todo o país” (14/03/2016)
- 9) “Presidente atuou para evitar a prisão de Lula, indica gravação” (17/03/2016)
- 10) Editorial: “É o fim” (17/03/2016)
- 11) “Dilma atuou para tentar evitar a prisão de Lula, indica gravação da PF” (17/03/2016)
- 12) “Maior ato do dia, na Paulista, reuniu 95 mil, diz Datafolha” (19/03/2016)
- 13) Editorial de capa: “Nem Dilma nem Temer” (03/04/2016)
- 14) “Com maioria contrária a Dilma, Câmara vota hoje impeachment” (17/04/2016)

- 15) Editorial: “Decisão da Câmara” (17/04/2016)
- 16) “IMPEACHMENT!” (18/04/2016)
- 17) “Assessores de petista já falam em levar caso ao Supremo” (18/04/2016)
- 18) “TEMER ASSUME E DEFENDE REFORMAS E GASTO SOCIAL”
(13/05/2016)

Os textos serão analisados de acordo com o quadro abaixo, organizado conforme os elementos descritos neste capítulo.

Episódio (evento comunicativo)

Título da matéria

1- enunciação:

modalidade enunciativa: (gênero: opinativo, noticioso)

espaço enunciativo: (local no jornal)

cena enunciativa: elementos gráficos do enunciado - texto, fotos, gráficos, etc.

enunciadores: (personagens citados, repórter, empresa)

conteúdo das citações: vozes diretas e indiretas

análise da polifonia: quantas vozes, quais campos, representando que discursos (político, economia, jurídico, etc).

2- elementos discursivos:

Palavras-chave: nomes, substantivos que carregam significados, ideologia.

Intertextualidade - as várias formas (manifesta, sequencial, encaixada, mista)

Cadeias intertextuais - observar como o texto incorpora afirmações, informações, comentários.

Tipo de discurso

3- construção de significados: o caminho interpretativo da notícia

Leituras parafrásticas ou resistentes. As primeiras reproduzindo significados dominantes, e as segundas, verificar a existência de possibilidades de mudar a interpretação do fato.

No capítulo a seguir, procederemos a análise dos textos jornalísticos da *Folha de S. Paulo* relacionados aos episódios do impeachment.

CAPÍTULO 4

O DISCURSO DO IMPEACHMENT DE DILMA NA FOLHA

Na sequência, adotaremos os procedimentos para a análise crítica do discurso aplicados a textos noticiosos e editoriais da *Folha de S.Paulo* relacionados ao cenário que resultou no impeachment da presidente Dilma Rousseff, processo que atingiu o ápice entre os meses de março e maio de 2016, culminando no afastamento definitivo em 31 de agosto daquele ano.

4.1 O impeachment como acontecimento no Brasil

O jurista Carlos Alberto Menezes Direito (2006) observa que todas as constituições brasileiras trataram do impeachment. Assim, a de 1891, no artigo 53; a de 1934, no artigo 58; a de 1937, no artigo 86; a de 1946, no artigo 88; na Emenda nº 1, de 1969, no artigo 83; e, finalmente na de 1988, no artigo 88, estabelecendo-se o processo constitucional a ser obedecido pela legislação infraconstitucional. Com a Constituição de 1946, veio a Lei nº 1079/50, que define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento. A Constituição de 1967 alterou, com relação à Constituição de 1946, apenas o quórum de votação, que da maioria absoluta passou a dois terços da Câmara dos Deputados, necessário para declarar procedente a acusação contra o Presidente da República, mantendo a competência do Senado para o julgamento.

Com a redação do artigo 86, observa o jurista, a Constituição de 1988 substituiu o papel reservado à Câmara dos Deputados para fazer julgamento de mérito. Com o novo texto, cabe à Câmara, apenas, admitir ou não a acusação, devendo o processo desenvolver-se no Senado Federal, ao qual compete proferir o julgamento. O que se quis estabelecer foi que a Câmara deve autorizar o julgamento do presidente da República pelo Supremo Tribunal Federal, nos crimes comuns, e pelo Senado Federal, nos crimes de responsabilidade, não sendo de sua alçada apreciar a procedência ou não da acusação. A procedência, ou improcedência, fica diretamente subordinada ao julgamento do Senado Federal ou do Supremo Tribunal Federal, conforme o caso. (DIREITO, 2006).

O jurista observa que o rito do processo de impeachment serve para evitar o “açodamento”. Isto significa que é contrário à Constituição condenar alguém por

emoção, por sentimento. A segunda observação é sobre fato de que o impeachment é uma pesada peça de artilharia à disposição do Congresso, e que, por isso, só pode ser usada em circunstâncias extraordinárias. Por fim, observa Carlos Alberto Direito, o impeachment é a arma do cidadão contra aquele que, tendo merecido a confiança para exercer um cargo público, age contra o interesse público, pondo em risco a existência das próprias instituições.

Na história recente do Brasil houve dois processos de impeachment que resultaram na cassação de presidentes democraticamente eleitos. Em 1992, Fernando Collor renunciou antes do julgamento no Senado, mas mesmo assim acabou tendo os direitos políticos cassados. Em 2016, Dilma Rousseff sofreu processo de impeachment, mas manteve os direitos políticos, mesmo afastada do cargo.

Sallum e Casarões (2011) discutiram a produção acadêmica de ciências sociais sobre o impeachment de Fernando Collor de Mello, ocorrido em 1992. O estudo revela que os trabalhos, na explicação do impeachment, enfatizam a relevância da personalidade do presidente, das instituições e atores políticos ou da mobilização da “sociedade civil”. O artigo tenta esboçar um quadro inteligível que articule os fatores apontados pela literatura acadêmica – ou por ela às vezes subestimados – como responsáveis pelo impeachment, quadro este que permita caracterizar a dinâmica política que o tornou muito provável.

O professor Antonio Fausto Neto (1995), no livro “O impeachment da televisão – Como se cassa um presidente” mostrou a influência da mídia na queda de Collor. O trabalho apontou como o telejornal se converte, através de originais regimes de discursividades, em dispositivos que não apenas narram, mas agem sobre o espaço político. Fausto Neto comprovou a hipótese de que as mídias, especialmente as televisivas, construíram, antecipadamente, o impeachment do presidente Collor. Mas recentemente, o professor reatualizou a discussão a partir da saída de Dilma.

De um impeachment a outro, – 1992/2016 – vinte e quatro anos separam e muitos fatores distinguem estilos de cobertura e da relação dos meios com acontecimentos complexos, como é o caso do afastamento do/a presidente. Pode-se dizer que eles se tecem em dois cenários distintos, do ponto de vista midiático. No impeachment de Collor as narrativas midiáticas se enunciam como um “discurso testemunhador e autorizador”. No impeachment de Dilma Rousseff, já no contexto da internet, é operado segundo cruzamentos de novas estratégias entre campos e atores sociais. Sofre, de modo específico, os impactos das afetações da midiatização em curso. Se no impeachment de Collor, as mídias foram, grosso modo, lugar de insuflamento dos demais campos sociais – como o jurídico e o político – no impeachment de Rousseff (na primeira e segunda fase) as mídias

rivalizaram com os campos político e judiciário operações de protagonismos. Com referência ao impeachment da presidente, mesmo que as competências e as modalidades de produção discursivas de cada um deles se manifestem de modo heterogêneo, são convergentes do ponto de vista dos seus objetivos. Há várias razões para explicar a emergência de um novo cenário de discursos que se manifestam convergentes – como é o caso dos discursos político, midiático e judiciário. (FAUSTO NETO, 2016, pp. 64-65).

O professor aponta a existência de novas configurações em torno das quais se estruturam as fronteiras e dinâmicas dos campos sociais diversos, que não são fixadas sobre seus próprios limites.

Suas rotinas e estratégias avançam na forma de circuitos sobre competências e operações de inteligibilidade de muitos deles. Ou então, os discursos destes campos se vêm permeados por “lógicas de terceiridades” ao produzir seus próprios dispositivos de construção e de interpretação dos fatos que são disponibilizados sob condições estratégicas, para circuitos organizados em torno de múltiplas complexidades. Registros da complexificação da sociedade via processos de midiaticização, explicam algumas destas mutações: de um modo específico, a inserção de instâncias de produção e de recepção de mensagens nas novas dinâmicas de processos de circulação discursiva, ensejadas pela emergência da internet, circunstância na qual intercambialidades de mensagens são produzidas segundo novos protocolos interacionais que retiram tais polos (produção e recepção) de um lugar pré-constituído de produção de sentidos. (FAUSTO NETO, 2016, p. 65).

A eleição, depois de um longo período ditatorial, de Fernando Collor de Mello para a presidência da República, em 1989, representaria um significativo momento no processo de redemocratização nacional. Eleito a partir de uma forte campanha de marketing, na qual os meios de comunicação de massa teriam efeito vital, a administração Collor, em pouco tempo, entraria em decomposição, exercendo a mídia, mais uma vez, uma função decisiva na derrocada do presidente. (LUZ, 2007)

Dilma Rousseff, por sua vez, ex-ministra do presidente Lula, veio a ser a primeira mulher eleita presidente na história do Brasil. Após cumprir seu primeiro mandato, sucedendo Lula, foi reeleita em 2014 por uma margem pequena de votos sobre o candidato do PSDB, Aécio Neves. Foi uma eleição disputada e que deixou dividida a sociedade brasileira, situação que ganharia contornos dramáticos nos meses subsequentes, a partir do aprofundamento da crise política que resultou no impeachment de Dilma, um ano e meio depois de sua eleição.

4.2 O impeachment de Dilma nas páginas da Folha

A pesquisa teve início com uma fase de pré-análise das capas da edição impressa da *Folha de S.Paulo* de 1º de novembro de 2014 até 13 de maio de 2016. A partir do conjunto formado pela manchete principal e sua linha fina (o subtítulo logo abaixo da manchete), buscamos identificar palavras que fizessem alguma referência à saída de Dilma do governo: impeachment; saída; queda; Fora, Dilma; cassação; novas eleições; golpe e renúncia foram expressões identificadas nas manchetes para construir o sentido da mudança no comando da Presidência da República.

Num primeiro momento, foram observadas 61 capas nos dois meses finais de 2014. No período, nenhuma manchete fez referência ao impeachment, no entanto, foram identificadas em três edições de novembro, mês subsequente à reeleição de Dilma, fotos com destaque na capa para manifestações na avenida Paulista, em São Paulo, duas delas pedindo a saída da presidente. A outra, reunindo integrantes de movimentos sociais, foi para contrapor o primeiro ato anti-Dilma após a reeleição, destacado pelo jornal na edição do dia 2 de novembro.

Ao longo 2015, foram observadas 365 capas. Identificamos, no período, um total de 30 menções diretas à saída de Dilma na manchete principal e ou na linha fina na capa da Folha (Quadro 1). As palavras utilizadas que deram significado à saída de Dilma do governo foram: impeachment (21 menções diretas), saída (3 menções), renúncia (1 menção), Fora, Dilma (1 menção); cassação (1 menção); novas eleições (1 menção); golpe (1 menção); e queda (1 menção).

QUADRO 1 – Menções à saída de Dilma na manchete principal de capa da FSP – 2015

MÊS	Impeachment	Fora, Dilma	Renúncia	Cassação	Saída	Queda	Novas eleições	Golpe	TOTAL
Janeiro	X	x	X	x	x	x	x	X	x
Fevereiro	X	x	X	x	x	x	x	X	x
Março	1	1	X	x	x	x	x	X	2
Abril	3	x	X	x	x	x	x	X	3
Maiο	X	x	X	x	x	x	x	X	x
Junho	1	x	X	x	x	x	x	X	1
Julho	1	x	X	x	1	x	x	X	2
Agosto	3	x	1	x	1	x	1	X	6
Setembro	1	x	X	x	1	1	x	1	4
Outubro	5	x	X	1	x	x	x	X	6
Novembro	X	x	X	x	x	x	x	X	x
Dezembro	6	x	X	x	x	x	x	X	6

Em 2015, houve **30 menções** diretas à saída de Dilma na manchete principal e ou na linha fina na capa da Folha em 2015 (21 para impeachment; 1 Fora, Dilma; 1 Renúncia; 1 Cassação; 3 saída; 1 queda; 1 novas eleições; 1 golpe).

Listamos, a seguir, as manchetes principais de capa relacionadas ao impeachment que identificamos na *Folha* ao longo do ano de 2015:

2015

MARÇO

10/03/2015 – **Não há razões para pedido de impeachment, afirma Dilma:** Presidente diz que '3º turno' seria 'ruptura democrática'; líderes da oposição rechaçam impedimento

16/03/2015 – **“Fora, Dilma” reúne 210 mil em São Paulo e multidões no país: ATO POLÍTICO É O MAIOR REGISTRADO NA CAPITAL PAULISTA APÓS DIRETAS JÁ * MILHARES FAZEM PROTESTOS EM TODOS OS ESTADOS E NO DF * GOVERNO DIZ ESTAR DISPOSTO A OUVIR ‘VOZ DAS RUAS’**

ABRIL

12/04/2015 – **Reprovação a Dilma estaciona; maioria apoia o impeachment:** Datafolha aponta que o vice Temer é figura desconhecida e que 75% são favoráveis a protestos

13/04/2015 – **Manifestantes voltam às ruas com menos força; ato em SP tem 100 mil:** Protestos ocorreram em várias cidades; organizadores cobraram da oposição empenho pelo impeachment

18/04/2015 – **Impeachment é desespero da oposição, diz governo:** Dilma monta operação para negar irregularidades em manobras fiscais

JUNHO

21/06/2015 – **Rejeição a Dilma atinge nível de Collor pré-impeachment:** Taxa de impopularidade da petista subiu de 60% em abril para 65%, revela pesquisa Datafolha

JULHO

07/07/2015 – **“Eu não vou cair”, diz Dilma:** Em entrevista à Folha presidente afirma que oposição é golpista e que não há base para pedido de impeachment

08/07/2015 – **Para a oposição, Dilma tenta inibir ação dos tribunais:** PSDB acusa presidente, que desafiou os que querem tirá-la do cargo, de buscar 'constranger' órgãos que a investigam

AGOSTO

05/08/2015 – **Cunha e oposição discutem impeachment e isolam PT:** Acordo exclui partido do comando das CPIs dos fundos de pensão e do BNDES

06/08/2015 – **Dilma passa a ser presidente mais impopular, diz Datafolha:** Reprovação da petista supera a de Collor pré-impeachment e é a maior da série histórica do instituto, iniciada em 90 (avaliação como ruim ou péssimo chegou a 71%)

07/08/2015 – **PT pede ajuda contra a crise e é alvo de novo painel:** Por governabilidade, Dilma reúne ministros; oposição quer novas eleições

17/08/2015 – **Novos protestos mantêm Dilma sob pressão; SP mobiliza 135 mil:** Atos em todos os estados pedem impeachment da presidente, prisão de Lula e elogiam o juiz Moro; Aécio discursa em BH

18/08/2015 – **Renúncia de Dilma seria um ‘gesto de grandeza’, diz FHC:** População considera governo ilegítimo, afirma ex-presidente; Planalto quer quebrar o ‘clima de pessimismo’

23/08/2015 – **Saída da presidente traria instabilidade, diz Setubal:** Para o presidente do Itaú-Unibanco, não há motivo para tirar Dilma do cargo

SETEMBRO

17/09/2015 – **Usar crise para chegar ao poder é golpe, diz Dilma:** Presidente dá recado a empresários que admitem sua saída

18/09/2015 – **Lula decide ir às ruas para defender pacote de Dilma:** Para ex-presidente, novo erro pode causar queda da sucessora

19/09/2015 – **Tucanos instam PMDB a liderar o impeachment:** Para Aécio, FHC e Serra, tucanos não devem estar à frente do processo, que beneficiaria peemedebistas

OUTUBRO

07/10/2015 – **TSE reabre ação que pede a cassação de Dilma e Temer:** Tribunal investigará campanha de reeleição; contas foram aprovadas em 2014, diz PT

13/10/2015 – **Pedido de impeachment incluirá novas pedaladas:** Alas do governo Dilma divergem entre tentar acordo com Cunha e atacá-lo

14/10/2015 – **Decisões do STF embaralham rito do impeachment de Dilma:** Tribunal suspendeu regras definidas por Cunha para encaminhar denúncias

15/10/2015 – **Cunha negocia impeachment para manter seu mandato:** Em troca de apoio do governo, deputado travaria pedidos

22/10/2015 – **Oposição pede impeachment de Dilma por atos de 2015:** Manobras rejeitadas pelo TCU foram mantidas, afirma documento

28/10/2015 – **Impeachment recebe aval da área técnica da Câmara:** Cabe a Eduardo Cunha, chefe da Casa, decidir se aceita pedido

DEZEMBRO

***1º/12/2015 – **Cunha ameaça o PT, que repensa apoio à cassação:** Deputado fala em deflagrar processo de impeachment de Dilma

***03/12/2015 – **Cunha retalia PT e acata pedido de impeachment contra Dilma:** Presidente se disse indignada e atacou peemedebista: “Não paira contra mim suspeita de desvio”

09/12/2015 – **STF suspende comissão com tendência pró-impeachment:** Fachin determina que Câmara só prossiga após tribunal analisar o caso, no dia 16

12/12/2015 – **Rito do impeachment opõe Renan a Cunha:** Para senador, afastamento de Dilma não cabe só à Câmara

14/12/2015 – **40 mil se reúnem no menor protesto anti-Dilma em SP:** Adesão diminui depois da deflagração do impeachment

18/12/2015 – **Dilma obtém vitória no STF sobre rito do impeachment:** Decisão de ministros anula votação secreta de comissão e dá mais poder ao Senado no processo

Das edições de 2016, foram analisadas 134 capas da *Folha de S.Paulo*, que resultaram em 31 citações diretas à saída de Dilma na manchete principal e ou na linha fina (Quadro 2). Do total de menções, foram 21 para “impeachment”; 4 para “golpe”; 3 “renúncia”; 1 “cassação”; 1 “saída”; e 1 para a expressão “anti-Dilma”, utilizada para caracterizar manifestação pró-impeachment.

QUADRO 2 – Menções à saída de Dilma na manchete principal de capa da FSP – 2016

MÊS	Impeachment	Anti-Dilma	Renúncia	Cassação	Saída	Golpe	TOTAL
Janeiro	1	x	x	x	X	x	1
Fevereiro	x	x	x	1	X	x	1
Março	3	1	2	x	1	2	9
Abril	15	x	1	x	X	2	18
Maió	2	x	x	x	X	x	2

Houve **31 menções** diretas à saída de Dilma na manchete principal e ou na linha fina na capa da Folha até 13 de maio de 2016. (21 para impeachment; 4 para golpe; 3 renúncia; 1 cassação; 1 saída; 1 para a expressão anti-Dilma).

Listamos a seguir, as manchetes e os subtítulos da *Folha* sobre o tema no período:

2016

JANEIRO

03/01/2016 – **O PT se lambuzou, diz Jaques Wagner, chefe da Casa Civil:** Para ministro, partido errou ao não fazer reforma política na gestão Lula e governo vai enterrar impeachment de Dilma

FEVEREIRO

23/02/2016 – **Moro decreta prisão de marqueteiro de Dilma, e cassação tem novo fôlego:** Lava Jato aponta repasses da Odebrecht a João Santana no exterior; governo nega elo entre pagamentos e campanha de 2014

MARÇO

***04/03/2016 – **Ex-líder do governo liga Dilma e Lula à Lava Jato, e oposição pede renúncia:** Delcídio diz que ambos atuaram para obstruir Justiça; eles negam e presidente crítica vazamento como ‘arma política’

***14/03/2016 – **ATO ANTI-DILMA É O MAIOR DA HISTÓRIA:** 500 MIL MANIFESTANTES FORAM À AVENIDA PAULISTA * JUIZ SERGIO MORO, DA OPERAÇÃO LAVA JATO, É SAUDADO COMO HERÓI * EM NOTA LACÔNICA, GOVERNO FEDERAL ELOGIA CARÁTER PACÍFICO

***17/03/2016 – **Presidente atuou para evitar a prisão de Lula, indica gravação:** DILMA DIZ QUE GRAMPO ‘AFRONTA DIREITOS DA PRESIDÊNCIA’ * PARA JUIZ SERGIO MORO, INTERESSE PÚBLICO JUSTIFICA DIVULGAÇÃO * MANIFESTANTES E OPOSIÇÃO PEDEM RENÚNCIA

18/03/2016 – **Reações em série ampliam isolamento de Dilma e Lula:** Na posse de Lula, suspensa na Justiça, presidente diz que uso de métodos escusos pode levar a golpe

***19/03/2016 – **Ato pró-governo reúne 95 mil na Paulista, calcula Datafolha:** Presente no evento, Lula adota discurso conciliador; no domingo (13), 500 mil pediram saída de Dilma

20/03/2016 – **68% defendem impeachment:** Segundo Datafolha, apoio dos eleitores do país ao impedimento da presidente subiu oito pontos desde fevereiro

22/03/2016 – **Dilma já prepara ação no STF contra impeachment:** Para governo, o processo que tramita na Câmara não tem ‘base legal’

28/03/2016 – **Câmara votará impeachment com fragmentação partidária recorde:** Casa dividida entre 25 partidos dificulta formação de maiorias e compromete governabilidade

30/03/2016 – **PMDB deixa governo, que lança ofensiva anti-Temer:** Para líderes do PT, vice articula golpe e não possui a ‘legitimidade do voto’

ABRIL

04/04/2016 – **Para salvar Dilma, Lula mira votos do Norte e NE:** Em resposta a editorial da Folha, presidente diz que não renunciará

05/04/2016 – **Pedido de impeachment é ‘golpe’ e ‘nulo’, diz Cardoso:** Na Câmara, advogado-geral da União nega que Dilma tenha cometido crime grave

08/04/2016 – **60% da Câmara diz ser favorável ao impeachment:** Segundo projeção do Datafolha, 308 deputados votariam contra Dilma, 43% a mais que no último levantamento, em dezembro

10/04/2016 – **61% defendem impeachment de Dilma, e 58%, o de Temer:** Apoio à deposição da presidente era de 68% em março; 60% querem hoje a renúncia de ambos

12/04/2016 – **Impeachment avança em comissão, por 38 votos a 27:** Se proporção de 58% se repetir no plenário, pedido de abertura do processo contra Dilma será arquivado

13/04/2016 – **PP e PRB apoiam impeachment; Temer é conspirador, diz Dilma:** pepistas entregam cargos no governo federal; votação é marcada para domingo (17), às 14h

14/04/2016 – **Com PSD, oposição afirma já ter votos para impeachment:** Partido do ministro Kassab orienta deputados a votar contra a presidente Dilma no domingo (17)

15/04/2016 – **Dilma perde no STF, e impeachment será votado pela Câmara no domingo:** Governo argumentava que relatório de comissão, com fatos estranhos à denúncia original, fria amplo direito de defesa

16/04/2016 – **A 48 horas da votação, governo lança última ofensiva contra impeachment:** No primeiro dia de sessão histórica da Câmara, Planalto diz ter revertido votos; Kassab, do PSD, deixa ministério

***17/04/2016 – **Com maioria contrária a Dilma, Câmara vota hoje impeachment: À BEIRA DA DECISÃO, OS DOIS LADOS AFIRMAM TER APOIO PARA VENCER * MANIFESTANTES REALIZAM ATOS PRÓ E CONTRA DEPOSIÇÃO * TEMER REBATE PRESIDENTE SOBRE CORTES SOCIAIS: ‘É MENTIRA RASTEIRA’**

***18/04/2016 – **SIM 367 x 137 NÃO (7 abstenções e 2 ausências) IMPEACHMENT!** Câmara autoriza processo contra presidente Dilma Rousseff; Planalto diz que lutará até o fim, e Temer fala em ‘grande responsabilidade’

19/04/2016 – **Dilma compara impeachment a tortura e indica que vai ao STF:** Um dia após Câmara autorizar processo, presidente chama Michel Temer de traidor e conspirador

22/04/2016 – **Temer lança ofensiva fora do país contra tese de golpe:** Entrevistas são publicadas no dia em que Dilma viaja para atacar impeachment na ONU

23/04/2016 – **Dilma repreende ministros do STF críticos à tese do golpe:** Nos EUA, presidente diz que brasileiros saberão impedir retrocesso do país

24/04/2016 – **Efeito impeachment amplia debandada de prefeitos do PT:** Com agravamento da crise política, 1 de cada 5 eleitos pela sigla em 2012 mudou sua filiação até a metade deste mês

25/04/2016 – **PT deixará de ser líder da esquerda, afirma Haddad:** Prefeito de São Paulo vê impeachment fundado em bases frágeis e critica agenda de eventual governo Michel Temer

26/04/2016 – **PSDB precisa participar da gestão Temer, defende FHC:** apoio ao impeachment torna tucanos responsáveis pelo pós-Dilma, diz ex-presidente

30/04/2016 – **Sob pressão, Temer reduz meta de cortar ministérios:** Vice tenta acolher aliados após acordos por impeachment de Dilma e futura base

MAIO

10/05/2016 – **Interino da Câmara tenta parar impeachment; Senado o ignora:** Waldir Maranhão alega vícios no processo contra Dilma; Renan prevê votação na noite de quarta (11)

11/05/2016 – **Senado deve afastar Dilma; governo recorre ao Supremo:** Ao menos 50 dos 81 senadores apoiarão impeachment, segundo levantamento da Folha; Temer prepara pronunciamento

***13/05/2016 – **TEMER ASSUME E DEFENDE REFORMAS E GASTO SOCIAL:** Afastada pelo Senado por 55 votos a 22, Dilma Rousseff afirma que resistirá até julgamento
* Interino exalta Lava Jato e fala em ‘governo de salvação nacional’ * Paulista de 75 anos é o 41º e o mais velho a chegar ao cargo

4.2.1 A análise dos episódios

A seguir, de acordo com a metodologia de pesquisa adotada, são construídos 11 episódios que sinalizam a lógica de interpretação dos acontecimentos no cenário político entre o final de 2014, após a reeleição de Dilma Rousseff, até a efetivação do afastamento e a posse de Michel Temer como presidente interino, em maio de 2016. Foram organizados em consonância com a questão que norteou o presente trabalho: como um jornal importante no âmbito do jornalismo brasileiro, como a *Folha de S.Paulo*, construiu significados sobre o jogo do poder que resultou no impeachment. Passaremos, a seguir, às análises dos textos da

Folha que foram selecionados a partir de acontecimentos políticos significativos sobre o tema, compondo 11 episódios, que serão apresentados e analisados a seguir.

4.2.1.1 Episódio 1: Ecos de uma derrota eleitoral

Menos de uma semana após a realização do segundo turno da eleição presidencial de 2014, vencida por Dilma Rousseff (PT) com uma pequena vantagem sobre o candidato Aécio Neves (PSDB), a *Folha de São Paulo* noticiou, com chamada de capa, manifestação exigindo a saída da petista do poder. Em matéria intitulada “Seis dias após o 2º turno, protesto em São Paulo pede saída de Dilma”, de 2 de novembro de 2014, o diário abria espaço para repercutir o ato, que teria reunido 2,5 mil pessoas na capital paulista.

Na foto de capa, lê-se um cartaz segurado por manifestantes: “Dilma sabia”, fazendo alusão ao escândalo de corrupção na Petrobras, e “a maior fraude da história”, remetendo ambigualmente ao governo petista e à reeleição de Dilma. Para contrabalançar, a chamada de capa diz que SP tem dia de manifestações contra Dilma e Alckmin. Também há foto em que manifestantes seguram faixa “Alckmin, cadê a água”, referindo-se ao racionamento em São Paulo. Haveria, segundo o jornal, 2,5 mil manifestantes contra Dilma e 300 contra Alckmin. Na mesma edição, o editorial “No Vermelho” pintava um quadro sinistro sobre a conjuntura econômica brasileira. Desde 2013 os números da economia indicavam piora nas contas públicas.

Texto 1.1

Título: “Seis dias após 2º turno, protesto em São Paulo pede saída de Dilma”

Subtítulo: Cerca de 2.500 pessoas foram às ruas para contestar resultado das eleições e criticar governo do PT

Autor: Gustavo Uribe de São Paulo

Menos de uma semana depois de a presidente Dilma Rousseff (PT) ser reeleita, cerca de 2.500 pessoas foi às ruas de São Paulo para protestar contra o governo petista e o resultado das urnas. O ato convocado por meio das redes sociais começou na avenida Paulista, em frente ao MASP (Museu de Arte de São Paulo), no início da tarde, e seguiu em caminhada escoltada pela Polícia Militar até o parque Ibirapuera. Do alto de um carro de som e com a bandeira do Brasil nos ombros, o cantor Lobão defendeu recontagem dos votos do pleito presidencial. O resultado foi o mais apertado da

história, com 51,6% dos votos para Dilma e 48,4% para Aécio Neves (PSDB). O protesto não teve episódios violentos, mas foi marcado por provocações entre os manifestantes e apoiadores da presidente. No percurso da caminhada, camisetas vermelhas e bandeiras da campanha petista foram estendidas nas janelas. “Vai para Cuba!”, gritavam de volta os integrantes da marcha, que contou com vendedores ambulantes oferecendo camisetas dizendo “Impeachment já!”. Os manifestantes carregavam faixas que acusavam Dilma de saber do esquema de corrupção na Petrobras, delatado pelo ex-diretor da estatal Paulo Roberto Costa, e pediam a saída da petista por meio de intervenção militar. “É necessária a volta do militarismo. O que vocês chamam de democracia é esse governo que está aí?”, questionou o investigador de polícia Sérgio Salgi, 46, que carregava cartaz pedindo “SOS Forças Armadas”. Sob aplausos, o deputado federal eleito Eduardo Bolsonaro (PSC-SP), filho do deputado federal Jair Bolsonaro (PP-RJ), foi apresentado ao microfone como “alguém de uma família que vem lutando muito pelo Brasil”. Em discurso, o parlamentar disse que, se seu pai fosse candidato a presidente, ele teria “fuzilado” Dilma. O perito Ricardo Molina também subiu no carro de som e disse que as urnas são “fraudáveis”. “Qualquer não analfabeto sabe”, disse. Ao fim do protesto, houve ameaça de fragmentação do movimento, entre favoráveis e contrários à intervenção militar. Cada bloco usou um carro de som e, após breve discussão, chegaram a acordo. “Todos aqui se respeitam, só queremos o bem do Brasil. Não podemos aceitar discórdia”, disse Paulo Martins, candidato a deputado pelo PSC no Paraná. Mais cedo, ele havia saudado o grupo com um “boa tarde, reações”.

Pelo país também houve pequenos protestos contra Dilma, com centenas de pessoas, em Curitiba, Brasília e Manaus, todos convocados pela internet.

Análise do texto 1.1

I - Enunciação

a) Modalidade enunciativa: chamada com foto no alto da capa.

Espaço enunciativo: a matéria foi publicada na capa e segunda página A2 da editoria de Poder.

Cena enunciativa: a foto da manifestação contra Dilma na capa ficou ao lado de outra foto, do mesmo tamanho, remetendo a uma manifestação contra o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, por conta da falta de água no estado. Nota-se a preocupação do jornal em mostrar equilíbrio, destacando manifestações contra o PT e contra o PSDB.

Enunciadores: o repórter que assina a matéria, Gustavo Uribe, dois repórteres auxiliares Daniela Lima, de SP, e Galeno Lima, da Editoria de Treinamento. Como enunciadores passivos são citados Dilma Rousseff e Aécio Neves. Enunciadores participantes: músico Lobão, deputado Eduardo Bolsonaro, Jair Bolsonaro, Paulo Roberto Costa (esquema

Petrobras), perito Ricardo Molina, investigador de polícia, candidato Paulo Martins (PSC-PR). Todos os enunciadores aparecem como opositores da presidente eleita.

b) Conteúdo das citações:

Vozes indiretas: “cerca de 2.500 pessoas foram às ruas de São Paulo para protestar contra o governo petista e o resultado das urnas”; “Do alto de um carro de som e com a bandeira do Brasil nos ombros, o cantor Lobão defendeu recontagem dos votos do pleito presidencial”.

Vozes diretas: deputado Eduardo Bolsonaro (disse que, se seu pai fosse candidato a presidente, ele teria “fuzilado” Dilma); investigador de polícia (“É necessária a volta do militarismo. O que vocês chamam de democracia é esse governo que está aí?”); perito Ricardo Molina (urnas são “fraudáveis”, “Qualquer não analfabeto sabe”); Paulo Martins, candidato a deputado pelo PSC no Paraná (“boa tarde, reações”, “Todos aqui se respeitam, só queremos o bem do Brasil. Não podemos aceitar discórdia”); vendedores ambulantes (camisetas “Impeachment já!”).

c) Análise da polifonia: a amostra de participantes da marcha contra a presidente inclui dois deputados (representantes de poder político), e as vozes de um cantor, de um policial, de um perito. Um deputado (Bolsonaro) faz um discurso de ódio (fuzilar), o outro deputado se posiciona de forma conciliadora (chama a multidão de “reação”, um motivo de orgulho para os manifestantes, e pede concórdia), o militar quer a volta do regime militar, o perito fala em fraude e o cantor pediu a recontagem dos votos.

As 2.500 pessoas, segundo a contabilidade do repórter, que se manifestaram contra o resultado das urnas, ficou sem voz. O que cantavam, ou gritavam? Como se vestiam? Que pessoas estavam presentes neste grupo? A reportagem não esclarece quem foi à avenida Paulista. Elas ficaram representadas no texto pelos quatro enunciadores citados e pelas cores, verde e amarelo, que foram usadas pelos eleitores de Aécio no dia da eleição, uma semana antes.

Interessante observar a descrição no texto de que vendedores ambulantes misturados aos manifestantes já ofereciam camisetas com a frase “impeachment”, informação trazida ao texto pelo repórter, claramente representando uma palavra de ordem contra a presidente reeleita Dilma Rousseff.

II - Análise discursiva

Esta análise busca ir além do texto para verificar as representações construídas e compreender os primeiros significados de uma manifestação que ganhou destaque nas páginas do jornal.

a) Palavras-chave: protesto, oposição, impeachment. Estas palavras apontam para a resistência ao resultado das urnas e apresentam um identificador ideológico entre os enunciadores citados. São pessoas vinculadas a uma posição de direita (o deputado Bolsonaro, o investigador policial) que permitem identificar uma relação de conflito entre os manifestantes e a presidente reeleita como representante do PT.

b) Intertextualidade: nesta reportagem, são incluídos textos que podem ser considerados uma manifestação de textos políticos, seja de representantes deste setor ou seja de setores mais populares. Existem discursos diretos, com manifestações entre aspas. Não existem discursos indiretos, ou seja, vozes citadas indiretamente. Não existem referências a uma defesa da vitória da presidente Dilma – nenhuma voz ligada ao PT ou a simpatizantes da presidente foi citada.

c) Cadeias intertextuais: o texto não intercala vozes dissonantes mas produz uma leitura hegemônica do fato narrado, ampliando a paráfrase – o mesmo sentido – a partir de vozes que se somam umas às outras. A voz dissonante aparece no texto apenas quando se refere a algumas bandeiras vermelhas do PT que apareceram em janelas.

d) Discurso jornalístico: a reportagem sobre a manifestação contra a reeleição parece seguir os cânones da prática discursiva jornalística de ser uma voz distante, alheia ao conflito, e de descrever tão somente o fato. Mas a inclusão de falas políticas de oposição ao governo de então não é seguida do contraditório, ou seja, da inclusão de falas de defesa contra as acusações de fraude nas eleições. Da mesma forma, o pedido de Impeachment não é rechaçado por nenhuma voz em defesa do governo. Isto não caracteriza uma adesão do jornal à campanha do Impeachment que começava nas ruas, mas mostra omissão em mostrar o outro lado da notícia.

e) Discurso político: a reportagem enfatiza as posições políticas de oposição a partir das falas que foram reproduzidas em discurso direto.

III - Significados construídos

O texto jornalístico produz o significado de que o resultado das eleições pode e deve ser questionado, a partir da manifestação de rua em São Paulo. Esta posição ganha adesão de

uns poucos participantes ouvidos e não há interpretações resistentes, não há contraponto de falas de apoiadores de Dilma. Ninguém do governo foi ouvido fazendo comentários contra o pedido de impeachment que foi jogado nas ruas.

Duas posições ideológicas parecem posicionar secundariamente o conflito: o deputado que chama o grupo de “reaças”, ou seja, pessoas de um posicionamento “liberal” ou de “direita”. E as pessoas da manifestação que deixam claro sua posição anticomunista com a frase “vai pra Cuba”, lançada contra apoiadores de Dilma. Este conflito ideológico sustenta ainda a luta política no Brasil apesar dos avanços existentes no mundo hoje. O anticomunismo como bandeira de luta para uma disputa de poder político no Brasil ainda gera frutos no imaginário popular, de tal forma que leva alguns brasileiros a pedirem a volta do regime militar, que se instalou no país com o pretexto de combate ao comunismo do presidente João Goulart.

4.2.1.2 Episódio 2: Cunha faz chantagem ao PT e ameaça Dilma

Em sua edição de 1º de dezembro de 2015, a *Folha de S.Paulo* abre manchete para o que foi chamado de chantagem de Eduardo Cunha, que ameaçou deflagrar processo de impeachment se o PT não o apoiasse no Conselho de Ética, que julgava sua cassação. Com o título “Cunha ameaça o PT, que repensa apoio à cassação”, a manchete principal vinha seguida por um selo “Brasil em crise”, tematizando em sua edição a crise ética, política e econômica do país.

A matéria, com foto de Eduardo Cunha, abriu a editoria de Poder do jornal. A matéria é sobre a possibilidade de aprovação do prosseguimento do processo de cassação de Cunha, mas traz a possibilidade do impeachment de Dilma para o mesmo contexto tematizado pelo jornal a partir do selo “Brasil em crise”.

Texto 2.1

Título: “Cunha ameaça o PT, que repensa apoio à cassação”

Sub-título: “Deputado fala em deflagrar processo de impeachment de Dilma”

Autoria: Marina Dias, Ranier Bragon, Gustavo Uribe, Valdo Cruz.

Na véspera da votação pelo Conselho de Ética de relatório preliminar sobre sua cassação, o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ),

ameaçou nesta segunda (30) deflagrar o processo de impeachment contra a presidente Dilma Rousseff, caso o PT não o ajude. Sob pressão do Planalto, os petistas, que vinham sinalizando votar contra Cunha, discutem a possibilidade de, “em nome da governabilidade”, rever a posição e votar para enterrar o processo. A ameaça de dar curso ao impeachment foi feita em almoço com o vice-presidente, Michel Temer, quando, segundo a Folha apurou, Cunha disse que iria esperar o comportamento dos três deputados petistas no Conselho para só então decidir o que fará com os pedidos de afastamento. Temer disse que “evitou a história de impeachment” no almoço. Cunha também nega ter discutido o tema.

Em conversas reservadas, o presidente da Câmara acusou o Planalto de estar por trás da acusação de que ele teria recebido R\$ 45 milhões do BTGP Actual para incluir mudança em uma medida provisória. Uma “armação”, diz.

O placar no Conselho de Ética, que se reúne nesta tarde, tende a ser apertado. Caberá aos 21 integrantes do colegiado dizer se há ou não indícios mínimos para prosseguir com o processo contra o peemedebista. O relatório de Fausto Pinato (PRB-SP) é pela continuidade do processo. O PT tem três deputados no Conselho, votos considerados cruciais para pender a balança para um dos lados. “Vamos analisar todo o cenário, sabemos tudo o que está em jogo e, naturalmente, sabemos que somos uma bancada de governo”, disse Zé Geraldo (PA), um dos petistas no conselho.

Ele lembra que o quadro de instabilidade política na Câmara e no Senado ameaça a votação de projetos importantes do ajuste fiscal, o que deve ser levado em conta. “Há instabilidade na Câmara, agora também no Senado. Temos apenas 20 dias para votar o Orçamento, então temos que analisar o que significará a nossa posição no conselho”, completou.

Outro petista do órgão, Léo de Brito (AC), afirmou, porém, que pretende manter a posição de votar pela continuidade do processo contra Cunha.

A bancada petista passou o dia em conversas com os ministros Ricardo Berzoini (Secretaria de Governo) e Jaques Wagner (Casa Civil) para definir uma posição.

O Palácio do Planalto pediu a deputados do partido que convençam os três petistas a não entrarem em conflito direto com Cunha. O receio é de que uma instabilidade nas duas Casas inviabilize a votação da meta fiscal de 2015 e a prorrogação da DRU (Desvinculação de Receitas da União), o que poderá agravar ainda mais a crise política e retomar a ameaça do impeachment.

O núcleo de ministros próximos a Dilma reconhece que, apesar do esforço do governo, a pressão da opinião pública sobre os três petistas poderá levá-los a se posicionarem favoravelmente ao prosseguimento do processo de afastamento de Cunha.

MATEMÁTICA

A contabilidade de aliados e rivais do peemedebista nesta segunda apontava que Cunha poderia receber 10 votos favoráveis, mas trabalha para obter os três do PT e o de Paulo Azi (DEM-BA). Caso consiga barrar o relatório de Pinato, aliados de Cunha podem tentar evitar que haja recurso ao plenário. Para isso, o novo relator do caso, a ser escolhido entre o grupo que votou contra Pinato, defenderia um texto pedindo punição branda, como censura escrita.

Análise do texto 2.1

1- Enunciação

a) Modalidade enunciativa: notícia com manchete principal e abertura da editoria de Poder, e o gênero é noticioso.

Espaço enunciativo: a matéria ocupa a página A4, do jornal que tem uma retranca geral chamada Poder. A matéria é o tema principal da página, e tem uma retranca própria, Brasil em Crise.

Cena enunciativa: há uma única foto de Eduardo Cunha, cujo rosto aparece semi-coberto por folhas de papel. Em torno dele, mãos seguram microfones. A foto legitima a matéria porque registra a entrevista com a imprensa. Existe ainda como elemento gráfico um quadro com os nomes dos deputados da Comissão de Ética e a sugestão de como cada um vota.

Enunciadores: vários repórteres assinam a matéria, mas suas vozes se misturam ao longo do texto e não se identifica quem ouviu quem. Entre os enunciadores citados em discurso direto estão Eduardo Cunha, o vice-presidente Michel Temer, o deputado Zé Geraldo (PT-PA). Discurso indireto: Deputado Léo de Brito (PT-AC), e Palácio do Planalto (sem identificação de voz oficial, mas como informação obtida em *off*). Citados com voz indireta: Dilma Rousseff, deputados do Conselho de Ética, Fausto Pinato (relator do processo contra Cunha), deputados petistas no Conselho, ministros Ricardo Berzoini e Jacques Wagner, BTG Pactual.

b) Análise da polifonia: Eduardo Cunha, presidente da Câmara, é o principal enunciador. Outra voz de poder: vice-presidente Michel Temer. Seu discurso direto parece ter sido transmitido por terceiros, já que ele não deu entrevistas em *on*. Ninguém fala pelo Palácio do Planalto, e pelo PT fala o deputado Zé Geraldo (PT-PA).

c) Análise da polifonia: o enunciado recontextualiza os lugares de fala que marcam posições de governo e de oposição, transformando o relato do acontecimento político em texto jornalístico. O texto jornalístico coloca como principal enunciador o deputado Eduardo Cunha e destaca suas ameaças de impeachment contra Dilma. A presidente é citada, mas não fala e não rebate as ameaças. O Palácio do Planalto aparece como entidade sem voz, e também ninguém fala pelo governo. Os deputados cujos votos são disputados por Cunha pertencem ao partido da presidente, mas ficam indecisos entre votar contra Cunha ou votar contra o impeachment. São vozes que mostram o jogo de poder, um jogo de perde-ganha.

II - Análise discursiva

a) Palavras-chave: impeachment, cassação, comissão de ética, votação.

Duas palavras chaves estão no jogo de significados do texto: a cassação do deputado Eduardo Cunha corresponderá ao impeachment da presidente Dilma Rousseff. São palavras fortes que representam o fim, a saída do poder, a interrupção do mandato.

b) Intertextualidade: ela é manifesta quando reproduz citações de vozes da política. São textos encaixados (um conceito de Fairclough), um na matriz de outro. Isto significa que a matriz reproduzida no texto jornalístico é política. São posições de confronto que se expressam por discurso direto e também pela cadeia intertextual construída pelos autores do texto. A construção textual abre com o fato principal, a véspera da votação que poderia cassar o deputado Eduardo Cunha, a posição do político e de suas ameaças usando o impeachment como arma, as posições do governo e do partido do governo.

c) Discurso jornalístico e discurso político: o texto jornalístico é eminentemente informativo, e se desenvolve com citações de lado a lado. Em dado momento, lembra que o texto é resultado de apurações (uma prática jornalística de buscar informações) ao citar a frase “conforme a Folha apurou”. Por outro lado, o texto político está presente nas falas dos políticos citados e nas posições divergentes, mostrando o conflito que é uma marca textual da política. A notícia política mostra assim como a textualização é uma materialidade de um determinado discurso, de uma determinada formação discursiva, por sua vez recontextualizado em outro campo discursivo. São dois campos sociais distintos dialogando no mesmo texto. Vale lembrar que todo texto é heterogêneo, conforme afirma Eni Orlandi. Segundo a autora, todo texto é “atravessado por diferentes formações discursivas” (ORLANDI, 2001, p. 115). Isto significa que o texto é afetado por diferentes posições de sujeito, em sua relação desigual ou contraditória com os sentidos. O espaço de interpretação do texto materializa o político projetando diferentes formações discursivas, embora no mesmo campo, mas representando grupos em conflito.

III - Significados construídos

Não há sentidos em si, mas efeitos de sentido produzidos ora pelo enunciador, ou enunciativos, ora pela construção textual. O texto não toma partido no conflito entre impeachment ou cassação de mandato, mas dá destaque ao fato de que o futuro da presidente Dilma Rousseff no poder depende da cassação do deputado Eduardo Cunha

votada ou negada pela Comissão de Ética da Câmara. O sentido da luta política une os destinos de Cunha e Dilma. É um significado profundo do que é a prática política, que nem sempre permite a coexistência dos contrários.

No texto da notícia em análise, é interessante observar que uma prática política comum é a da negociação. Em nome da “governabilidade”, vota-se de um jeito ou de outro. Como representantes do partido no poder, os petistas na Comissão de Ética poderiam votar a favor de Eduardo Cunha, num processo de troca. Por que ficaram em dúvida? Neste jogo de poder, entrou um sujeito discursivo, que veio sendo construído pelo discurso jornalístico e que se pode chamar de “opinião pública”. As investigações sobre as contas no exterior de Cunha, divulgadas amplamente durante o ano de 2015, construíram uma imagem negativa para o presidente da Câmara dos Deputados.

Para os deputados do PT, agir contra a opinião pública foi considerado um suicídio político. Pesou aí não a defesa do governo conquistado pelo Partido dos Trabalhadores, mas a defesa da imagem dos deputados e, por extensão, a defesa dos seus mandatos. O eco mais difuso da opinião pública exerceu o poder nas decisões que seriam tomadas. É interessante observar que os enunciadores do texto jornalístico não tomaram partido neste jogo de poder, mas tampouco ouviram vozes a favor do governo Dilma.

Texto 2.2 (editorial)

Título: “Desalento e esperança”

Subtítulo: Em pesquisa Datafolha, corrupção surge como principal problema do país, o que deve impulsionar mudanças de atitude

A pesquisa Datafolha publicada no final de semana mostrou, de maneira inequívoca, o quanto os brasileiros consideram abominável o atual quadro político do país. Já não se trata apenas de constatar a péssima avaliação da presidente Dilma Rousseff (PT). Tendo seu governo reprovado por 67% dos entrevistados — uma oscilação positiva em relação aos 71% de agosto —, a petista registra índice comparável somente aos 68% de Fernando Collor (então no PRN) às vésperas do impeachment. A rejeição ao governo federal é tamanha que não se contém na figura de Dilma; transborda para um ex-presidente Lula (PT) incapaz de refrear a contínua dilapidação de seu patrimônio eleitoral. Não há sinais da taxa recorde de aprovação (83%) com que Lula encerrou seu segundo mandato. Nas simulações de disputa presidencial, o petista luta pelo segundo lugar na preferência dos eleitores; em três hipóteses de segundo turno, se a votação fosse hoje, sofreria derrotas incontestáveis de Aécio Neves (PSDB), Geraldo Alckmin (PSDB) e Marina Silva (Rede).

Vão além das fileiras petistas, entretanto, as evidências de degradação política. O próprio Congresso vê-se tragado pela crise que ajudou a engendrar. Chega a 53% a fatia dos que julgam ruim ou péssimo o trabalho dos parlamentares, pior desempenho desde 1993. Há, ademais, o caso de Eduardo Cunha (PMDB-RJ), adversário declarado do governo Dilma. Acusado de corrupção, o presidente da Câmara deveria perder o mandato na opinião de 81% dos entrevistados. Uma deterioração dessa magnitude dificilmente seria produzida por um único fator. A depressão na economia decerto constitui parte da explicação. Não explica tudo, porém; o desemprego não voltou ao posto de principal problema do país, como acontecia antes de 2007 — quando foi superado pela violência e depois pela saúde. Pela primeira vez, essa lista é encabeçada de forma isolada pela corrupção, maior objeto de preocupação para 34% dos entrevistados pelo Datafolha. A saúde aparece em segundo lugar, com 16%. Nunca é possível dizer com certeza se a corrupção aumentou ou diminuiu; quando bem-sucedidas, as quadrilhas que assaltam os cofres públicos passam despercebidas. Pode-se afirmar, no entanto, que nunca se conheceram tantos e tamanhos esquemas de pilhagem como agora, quando as operações Lava Jato e Zelotes revelam a desfaçatez com que agiam os corruptos. A população nitidamente se cansou dessa indecência. Talvez, num sinal de amadurecimento democrático, ganhe corpo a percepção de que o dinheiro desviado saiu, afinal, do bolso do contribuinte. Seja como for, em meio ao desalento pode-se vislumbrar uma esperança. Como diz Sergio Moro, magistrado encarregado da Lava Jato, “o que o juiz pode fazer é muito limitado sem o apoio da opinião pública”. O Datafolha atesta que a Justiça jamais teve tanto apoio.

Análise do texto 2.2 (editorial)

I -Enunciação

a) Modalidade enunciativa: gênero opinativo.

Espaço enunciativo: editorial na página 2 com chamada de capa

Cena enunciativa: texto corrido, sem fotos ou gráficos.

Enunciadores: *A Folha de S.Paulo*, o Instituto Datafolha, a presidente Dilma Rousseff, o ex-presidente Collor, o ex-presidente Lula, os opositores Aécio Neves, Geraldo Alckmin e Marina Silva, Eduardo Cunha e Sérgio Moro. Os personagens são citados, mas não têm suas vozes reproduzidas (com exceção de Moro) no texto.

b) Conteúdo das citações: como gênero opinativo, não há citações diretas de nenhuma das fontes citadas. Ou melhor, só uma frase mereceu aspas. A do juiz Sérgio Moro, quando afirma que “o que o juiz pode fazer é muito limitado sem o apoio da opinião pública”. Os demais personagens do texto aparecem em citações da própria editoria da Folha, a partir de críticas generalizadas sobre a realidade política e econômica. A única fonte de informações da Folha foi a pesquisa do instituto Datafolha, com números sobre a avaliação do governo

em comparação com governos anteriores. O Datafolha forneceu também avaliações sobre o governo do ex-presidente Lula da Silva e sobre suas possibilidades como candidato presidencial para 2018.

c) Análise da polifonia: A *Folha de S. Paulo* é o principal enunciador. É um editorial crítico e duro contra o governo e contra o presidente da Câmara dos Deputados. A Folha assume que fala como voz da população, e afirma em nome da população que a situação política é “abominável”. Como texto opinativo, não há vozes contraditórias e nem o outro lado da informação. Como editorial, o texto é altamente argumentativo e soa como um basta à crise. É um texto parafrástico, porque assume ponto de vista negativo sobre a situação do país naquele momento, em dezembro de 2015. Não há vozes discordantes. E o editorial ainda se vale de dados estatísticos do Datafolha, considerados como valor de verdade, para a crítica do governo.

II - Análise discursiva

a) Palavras-chave: o editorialista usou as seguintes palavras para descrever a realidade de então: abominável, péssima avaliação, reprovação, rejeição, dilapidação, degradação, deterioração, depressão, corrupção, pilhagem, indecência. Sem dúvida, um retrato de uma crise tal que só o impeachment ou uma renúncia seriam as respostas possíveis. No entanto, a palavra impeachment não aparece ainda no texto da *Folha*.

b) Intertextualidade: o texto jornalístico parece beber nas falas e textos de investigações da Polícia Federal e do Ministério Público Federal quando assume que “nunca é possível dizer com certeza se a corrupção aumentou ou diminuiu; quando bem-sucedidas, as quadrilhas que assaltam os cofres públicos passam despercebidas. Pode-se afirmar, no entanto, que nunca se conheceram tantos e tamanhos esquemas de pilhagem como agora, quando as operações Lava Jato e Zelotes revelam a desfaçatez com que agiam os corruptos. A população nitidamente se cansou dessa indecência”. O discurso contra a corrupção reforça significados trazidos das investigações policiais, um discurso jurídico que, como aconteceu à época de Getúlio Vargas, havia sido usado politicamente. De novo, a corrupção passa a ser o fato a ser usado para a derrubada da presidente reeleita.

c) Cadeias intertextuais: o texto do editorial une duas cadeias intertextuais: a dos dados estatísticos da Data Folha, que são considerados científicos como lugar de fala de credibilidade, e usa estes dados para desqualificar o governo e a Câmara dos Deputados,

acrescentando nova cadeia de acusações baseadas em investigações policiais e do mundo jurídico.

d) Discurso jornalístico ou discurso político: o editorial faz parte da produção discursiva do jornalismo. Neste caso, ele se vale de informações estatísticas e de informações policiais e jurídicas, de outros campos discursivos, para criar um significado político forte. A *Folha* se posiciona contra o governo e as representações políticas e assume outro discurso, o da mudança. É um discurso ainda sem foco certo, mas que reproduz acusações dos estamentos jurídicos. Ao citar o juiz Sérgio Moro, que declarou que “o que o juiz pode fazer é muito limitado sem o apoio da opinião pública”, a FSP buscou mobilizar a opinião pública para dar carta branca ao juiz. Com isso, o jornal assumiu uma função política, numa operação discursiva de transferência de autoridade.

III - Significados construídos

O editorial da *Folha* construiu algumas representações importantes. Para o jornal, o juiz Moro representa a esperança do povo brasileiro na Justiça. Já a Presidente Dilma é comparada a Collor por conta de sua baixa popularidade no período pré-impeachment em 1992. O ex-presidente Lula perde pontos na campanha eleitoral atrás de candidatos opositoristas como Aécio Neves, Marina, Alckmin.

O presidente da Câmara dos Deputados, deputado Eduardo Cunha, é representado como a degradação, a rejeição e a deterioração da prática política no Brasil. A corrupção é representada como indecência e pilhagem de recursos. A crise é representada como um monstro a tragar políticos e população. O governo de Dilma é considerado péssimo. O texto tem viés moralista, condenando a corrupção na política, classificada como moralmente indecente, e representada por Dilma, Lula e, em papel secundário no texto, por Eduardo Cunha, também tratado como contraponto ao governo.

4.2.1.3 Episódio 3: Cunha aceita pedido de impeachment

A aceitação, para análise, do pedido de impeachment de Dilma Rousseff, foi destaque da edição de 3 de dezembro de 2015. Jornal deu manchete principal para o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB), que acatou pedido de impeachment. A *Folha de S.Paulo* abriu manchete em seis colunas, com foto da presidente e

assessores, dando o devido peso jornalístico ao caráter histórico do fato, ainda que resultado de vingança pessoal e manobra política.

Texto 3.1 (capa)

Título: “Cunha retalia PT e acata pedido de impeachment contra Dilma”

Subtítulo: Presidente se disse indignada e atacou peemedebista: “Não paira contra mim suspeita de desvio”

O presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), aceitou pedido de impeachment contra a presidente Dilma Rousseff (PT). Ele chantageava o Planalto, apontando que acataria a solicitação protocolada pelos advogados Hélio Bicudo, Miguel Reale Jr. e Janaína Paschoal caso os deputados do PT no Conselho de Ética da Câmara decidissem autorizar seu processo de cassação, o que ocorreu nesta quarta (2). Cunha é acusado de mentir sobre contas na Suíça. Os advogados defendem que Dilma cometeu crime de responsabilidade fiscal ao recorrer às chamadas “pedaladas”— o uso de bancos públicos para pagar dívidas e maquiagem as contas. Dilma disse ter recebido a notícia com “indignação” e atacou, ainda que sem citá-lo, o presidente da Câmara: “Não paira contra mim suspeita de desvio de dinheiro público, não possuo conta no exterior nem oculte a existência de bens pessoais”. O PT cogita ir ao STF contra a decisão de Cunha. Para o processo de impedimento ser aberto, é necessário apoio de dois terços da Câmara, ou 342 votos. É a quarta vez que um presidente sofre a ameaça de impeachment. Getúlio, em 1954, e FHC, em 1999, conseguiram bloqueá-la. Collor, em 1992, renunciou antes da votação, o que não evitou que o Congresso decidisse pela sua deposição. **Poder**

Análise do texto 3.1

I - Enunciação

a) Modalidade enunciativa: Gênero noticioso

Espaço enunciativo: Toda a metade superior da capa do jornal dedicada ao tema, com manchete principal e fotos. Manchete principal traz a cartola “Brasil em crise”.

Cena enunciativa: Além da imagem em que Dilma aparece acompanhada por ministros e assessores, séria e com ar altivo, a capa traz elemento gráfico para apontar como se dará a tramitação do pedido de impeachment. Há outras chamadas na capa remetendo para colunistas: “O Brasil está posto em uma encruzilhada, e o Brasil somos nós” (Janio de Freitas); “Novidade rompe a paralisia que deixou o Brasil refém de Brasília” (Bernardo Mello Franco); “Governo sabe que só conta hoje com 130 votos leais na Câmara” (Análise:

Igor Gielow); “ ‘Todos sabem que eu não sou ladra’, disse presidente a aliados” (coluna Painel).

Enunciadores: presidente da Câmara, Eduardo Cunha; deputados PT; presidente Dilma Rousseff; advogados Hélio Bicudo, Miguel Reale Jr e Janaína Paschoal; PT; STF; Getúlio; FHC; Collor

b) Análise da polifonia: há citação de vozes indiretas: Eduardo Cunha (aceitou pedido de impeachment; chantageava o Planalto; acusado de mentir sobre contas na Suíça); Hélio Bicudo, Miguel Reale Jr e Janaína Paschoal (advogados protocolaram solicitação acusando Dilma de cometer crime de responsabilidade fiscal ao recorrer às chamadas “pedaladas” — o uso de bancos públicos para pagar dívidas e maquiar as contas); Dilma Rousseff (atacou Cunha, ainda que sem citá-lo); PT (cogita ir ao STF contra de decisão de Cunha); Getúlio e FHC (conseguiram bloquear pedido de impeachment em 1954 e 1999); Collor (em 1992, renunciou antes da votação, o que não evitou que o Congresso decidisse pela sua deposição). Vozes diretas: Advogados (Dilma cometeu “pedaladas”); Dilma Rousseff (recebeu notícia com “indignação”; “Não paira contra mim suspeita de desvio de dinheiro público, não possuo conta no exterior nem ocultei a existência de bens pessoais”).

II - Análise discursiva

a) Palavras-chave: impeachment, chantagem, cassação, indignação, desvio de dinheiro

b) Intertextualidade: há no texto intertextualidades dos campos político e jurídico, que se mesclam em termos como deputados, impeachment, chantagem, advogados, processo de cassação, acusado de mentir, ir ao STF, crime de responsabilidade, suspeita de desvio, apoio de dois terços da Câmara. E também do campo econômico: bancos públicos, pagar dívidas, maquiar contas, contas no exterior, bens pessoais. Há ainda intertextualidades da história política brasileira ao citar dois outros presidentes que enfrentaram ameaça de impeachment (Getúlio, em 1954, e FHC, em 1999) e um terceiro que acabou cassado (Collor, em 1992).

III - Significados construídos

O discurso jornalístico, ao recontextualizar intertextualidades de campos distintos, evidencia a existência de um jogo político já na manchete, que sintetiza o texto: “Cunha retalia PT e acata pedido de impeachment contra Dilma”. A notícia deslegitima Cunha a partir de termos usados no texto (chantageava o Planalto; acusado de mentir sobre contas na

Suíça; enfrenta processo de cassação no Conselho de Ética da Câmara). O texto traz ainda citação de voz direta da presidente Dilma, que usa de ironia para atacar o presidente da Câmara, contribuindo com a sua desqualificação no texto analisado.

Há, no entanto, a presença de enunciadores no texto que fundamentam e justificam o pedido de impeachment, para além da suposta vingança de Cunha: os “advogados” Hélio Bicudo, Miguel Reale Jr e Janaína Paschoal. Os três pairam acima do jogo político evidenciado no texto. Tratados como especialistas do Direito (“advogados”) evocam sentido de Justiça, de isenção. O mesmo não ocorreria se Hélio Bicudo fosse qualificado no texto como ex-petista, Miguel Reale como ex-ministro de Fernando Henrique Cardoso e Janaína Paschoal como ex-parecerista do PSDB, o que os incluiria no jogo político.

Assim, para além da briga entre Cunha e Dilma, a presença dos três enunciadores, fundidos num só e representando a autoria da peça acusatória contra a presidente, evoca a possibilidade de existência de crime de responsabilidade, que justificaria a deposição do governo. O texto termina como uma contextualização histórica, referindo que pedidos de impeachment de presidente não são novidade no Brasil, ou seja, é do jogo político e vence quem tiver mais força.

Texto 3.2 (editorial)

Título: “O vício contra o vício”

Subtítulo: “Processo de impeachment se abre em meio à chantagem e às suspeitas em torno de Cunha, mas desfecho do caso poderá tirar país da paralisia”

Pelas mãos suspeitíssimas do presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), deflagrou-se o processo de impeachment de DilmaRousseff (PT). Às voltas com as ameaças que pesam sobre seu próprio mandato, Cunha já deixava claro, nas últimas semanas, o poder de chantagem que estava disposto a exercer. Esperava que o Planalto o apoiasse no Conselho de Ética da Câmara, que parece inclinado, em meio a dúvidas, hesitações e tratativas, a recomendar seu julgamento por quebra do decoro parlamentar. A pressão sobre os três petistas do conselho se fazia em sentidos opostos. A cúpula da agremiação, buscando alguma sintonia com a opinião pública, recomendava o rompimento com Cunha. O governo, temendo a retaliação que agora se concretiza, fazia esforços para contornar as flagrantes evidências contra o potencial algoz. Prevaleceu, nesse dilema, a orientação partidária, e poucas horas depois de o PT anunciar que votaria contra o peemedebista no Conselho de Ética chegou-se, com a decisão tomada por Eduardo Cunha, a um doloroso paradoxo. Em nome dos padrões de seriedade e ética que o petismo tem dado tantas mostras de desprezar, eis que o processo de impeachment de

Dilma se inaugura por obra de um político denunciado na Operação Lava Jato, acusado de corrupção e flagrado em pleno controle de contas bancárias na Suíça — a respeito das quais mentira de forma deslavada na CPI da Petrobras. Já se disse muitas vezes que a hipocrisia é uma homenagem que o vício presta à virtude. Aqui, rompeu-se por fim a hipocrisia, e é do vício contra o vício que se trata. Acuada entre o cinismo e a incompetência, entre a chantagem e o esbulho, entre a propina e a pedalada, a virtude parece silenciar-se, depois de ter ido às ruas tantas vezes nos últimos anos — para confundir-se, que seja dito, em meio a um tumulto de grupos que iam dos black blocs criminosos de 2013 aos embrutecidos defensores da ditadura militar de 2015. Talvez, entretanto, Eduardo Cunha tenha razão em uma das considerações com que acompanhou sua desesperada artilharia. O impasse político em torno do impeachment tem feito mal ao país. Que se decida de uma vez, renovando a legitimidade da presidente Dilma Rousseff, ou negando-a em favor de uma solução pacífica, institucional e democrática — por traumática que possa ser. A presidente Dilma reagiu, em pronunciamento curto, mas contundente, ao novo lance da crise. Seus argumentos, bem como os de quem pede o afastamento da presidente, haverão de ser debatidos pelos políticos e pela sociedade com mais vagar. O processo que ora se abre dará ocasião que todos examinem, com paixão, mas também com razão e prudência, os motivos concretos em torno do impeachment.

Análise do texto 3.2 (editorial)

I - Enunciação

a) Modalidade enunciativa: editorial (gênero opinativo)

Espaço enunciativo: Chamada de capa (“O vício contra o vício”, a respeito de abertura de processo de impeachment)

Enunciadores: Folha de S.Paulo; Eduardo Cunha; Dilma Rousseff; o governo; deputados do PT; operação Lava Jato; políticos; sociedade

b) Análise da polifonia: há apenas citações de vozes indiretas: Eduardo Cunha (mãos suspeitíssimas; ameaças sobre o próprio mandato; poder de chantagem; denunciado na Lava Jato; acusado de corrupção; mentira sobre contas na Suíça; talvez “tenha razão”); Dilma Rousseff (reagiu, em pronunciamento curto, mas contundente; legitimidade renovada ou negada); políticos e sociedade (devem debater “com mais vagar” argumentos contra e a favor do impeachment).

II - Análise discursiva

a) Palavras-chave: impeachment, chantagem, corrupção, crise política

b) Intertextualidade: o texto desqualifica o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, remetendo a suspeitas e acusação que sofre na Justiça (“denunciado na Operação Lava Jato”). Desqualifica também abertamente o partido da presidente Dilma, ao dizer que o petismotem dado “tantas mostras de desprezar” os padrões de seriedade e ética. E desqualifica a presidente Dilma, de forma mais velada, ao comparar a disputa pessoal que ela trava com Cunha a um jogo entre políticos sem virtude, ou seja, é uma batalha do “vício contra o vício”. Aqui, os conceitos de vício e virtude remetem ao filósofo grego Aristóteles, que estabelece os vínculos da política com a moral.

c) Discurso político: Cunha e Dilma, como exemplos do que representa o vício na política, segundo o jornal, são qualificados a partir de outras dicotomias tratadas pelo editorial da Folha: “cinismo e incompetência”, “a chantagem e o esbulho”, “a propina e a pedalada”. O texto afirma que ambos mataram a virtude, representada pela sociedade, que “parece silenciar-se, depois de ter ido às ruas tantas vezes nos últimos anos — para confundir-se, que seja dito, em meio a um tumulto de grupos que iam dos black blocs criminosos de 2013 aos embrutecidos defensores da ditadura militar de 2015”. Remete a elementos do discurso político (decoro parlamentar, orientação partidária, impasse político, vício e virtude) e jurídico (denunciado, acusado, flagrado, Operação Lava Jato), evidenciando aspectos do jogo do poder, para desqualificar a política.

III - Significados construídos

O editorial da Folha, apesar de carregar nos adjetivos contra Eduardo Cunha, coloca o presidente da Câmara e a presidente Dilma como exemplos do “vício” existente na política brasileira. Cunha leva certa vantagem e se aproxima da “virtude” ao fazer, segundo a Folha, o diagnóstico correto sobre a conjuntura brasileira: “O impasse político em torno do impeachment tem feito mal ao país”. É a partir desse ponto de reconciliação com Cunha, operado pelos elementos do texto, que a Folha constrói o significado dominante de que o impeachment, apesar de tudo, é uma ótima oportunidade para o país avançar: “O processo que ora se abre dará ocasião a que todos examinem, com paixão, mas também com razão e prudência, os motivos concretos em torno do impeachment”.

Ainda sem explicitar sua posição a respeito do processo, a Folha dá a entender que o impeachment é uma alternativa, “por traumática que possa ser”, pacífica, institucional e democrática para renovar ou negar “a legitimidade da presidente Dilma Rousseff”. A julgar

pela interpretação de que Dilma, assim como Cunha, representa o vício na política. Parece não haver dúvida de que o jornal já contesta a legitimidade da presidente da República antes mesmo de assumir editorialmente sua posição sobre o impeachment.

4.2.1.4 Episódio 4: Delcídio acusa, segundo a IstoÉ, diz a Folha

Em 04 de março de 2016, uma revelação atinge o Palácio do Planalto. A FSP dá manchete para suposto depoimento, resultado de delação premiada, do senador Delcídio do Amaral, ex-líder do governo, acusando Dilma e Lula de tentarem obstruir a operação Lava Jato. A FSP deu ampla cobertura para o caso, ocupando as páginas A4, A5, A6, A7, A8, A10.

Texto 4.1

Título: “Ex-líder do governo liga Dilma e Lula à Lava Jato, e oposição pede renúncia”

Subtítulo: “Delcídio diz que ambos atuaram para obstruir a Justiça; eles negam e presidente critica vazamento como ‘arma política’”

Em seu acordo de delação premiada, o senador e ex-líder do governo Delcídio do Amaral (PT-MS) afirmou que a presidente Dilma Rousseff e o antecessor Lula atuaram para tentar obstruir a Operação Lava Jato, que apura desvios na Petrobras. Trechos do documento foram publicados nesta quinta (3) pela revista “IstoÉ” e confirmados à **Folha** por pessoas próximas à investigação. O acordo com procuradores ainda precisa ser homologado pelo ministro do Supremo Teori Zavascki. Segundo Delcídio, Dilma tentou interferir três vezes na operação com ajuda de José Eduardo Cardozo, então ministro da Justiça. Numa delas, teria nomeado um ministro ao Superior Tribunal de Justiça com a missão de evitar punições a empreiteiros. O senador disse ainda que intermediou, a pedido de Lula, propina ao ex-diretor da Petrobras Nestor Cerveró para tentar evitar sua delação. Delcídio afirma também que o ex-presidente pagou pelo silêncio de Marcos Valério, um dos pivôs do mensalão. Em reação, opositores pediram a renúncia de Dilma, a Bolsa subiu (5,1%) e o dólar caiu (2,1%). As revelações devem dar força a protestos anti-Dilma, no próximo dia 13. Para juristas, vazamento de uma delação sigilosa é insuficiente para invalidá-la. A presidente negou as acusações e disse repudiar “o uso abusivo de vazamentos como arma política”. O ex-presidente Lula e José Eduardo Cardozo, atual advogado-geral da União, também negaram participação em irregularidades. **Poder**

Análise do texto 4.1

I - Enunciação

a) Modalidade enunciativa: Gênero noticioso.

Espaço enunciativo: Capa do jornal com manchete principal.

Cena enunciativa: Logo abaixo do texto da manchete principal de capa, há uma imagem centralizada na página com um close no rosto de Dilma, com expressão assustada.

Enunciadores: FSP, IstoÉ, Delcídio do Amaral, Dilma, Lula, José Eduardo Cardozo, Superior Tribunal de Justiça, Teori Zavascki, oposição, juristas, “pessoas próximas à investigação”, Operação Lava Jato, Lula, Nestor Cerveró, Marcos Valério.

b) Análise da polifonia: há citação de *vozes indiretas*: o principal enunciador, o ex-líder do governo Delcídio Amaral (“em seu acordo de delação premiada [...] afirmou que a presidente Dilma Rousseff e o antecessor Lula atuaram para tentar obstruir a Operação Lava Jato”), a revista IstoÉ (que publicou trechos do documento), a Folha de S.Paulo (que teve a confirmação por “pessoas próximas à investigação” e que assume o discurso de que “as revelações devem dar força a protestos anti-Dilma, no próximo dia 13”), procuradores (que fizeram o acordo de delação), o ministro do STF Teori Zavascki (que ainda precisa homologar o acordo), Dilma (que segundo Delcídio “tentou interferir três vezes na operação com ajuda de José Eduardo Cardozo, então ministro da Justiça”), José Eduardo Cardozo (que tentou interferir na operação com Dilma e negou irregularidades), ministro do STJ (que teria sido nomeado “com a missão de evitar punições a empreiteiros”), Lula (que segundo Delcídio pediu que intermediasse propina e Nestor Cerveró para evitar delação e “pagou pelo silêncio de Marcos Valério, um dos pivôs do mensalão”, e também negou irregularidades), opositores (que reagiram e “pediram a renúncia de Dilma”), juristas (que minimizaram a invalidação da delação por conta do “vazamento”). Há uma citação de *voz direta*: a presidente Dilma Rousseff (que repudiou “o uso abusivo de vazamentos como arma política”).

II - Análise discursiva

a) Palavras-chave: delação, obstrução, Lava Jato, renúncia, protestos, vazamentos.

b) Intertextualidade: É o discurso jurídico que se sobrepõe na notícia da FSP (delação premiada, obstrução, operação Lava Jato, homologação de acordo, investigação, procuradores, punição). Há elementos do discurso econômico (Bolsa subiu, dólar caiu) e do

discurso político (protestos anti-Dilma, nomeação, mensalão, opositores pediram a renúncia, vazamentos como arma política).

III - Significados construídos

Texto reforça significado de que não há saída para a presidente Dilma. Emparedada numa crise política sem fim, passa a ser associada como inimiga da Operação Lava Jato, que investiga desvios na Petrobras. O peso da voz de um enunciador como o ex-líder do governo no Senado atribui verossimilhança ao enunciado, que implica ainda o ex-presidente Lula, principal apoiador político de Dilma.

Chama a atenção o aparecimento de ambos no enunciado como implicados na tentativa de obstruir investigações da Operação Lava Jato nos “vazamentos” habilmente controlados por quem pretendia desestabilizar ainda mais o governo Dilma, eliminando do jogo seu principal aliado político, o ex-presidente Lula. O texto remete ainda às manifestações anti-Dilma marcadas para 13 de março, pressupondo e, ao mesmo tempo, instigando que as revelações sobre a suposta delação de Delcídio mobilizariam mais cidadãos a participar dos atos contrários ao governo.

4.2.1.5 Episódio 5: O maior ato da história, segundo o Datafolha

O dia 13 de março de 2016, um domingo, foi marcado por manifestações realizadas em todo o país e, segundo o Datafolha, foram pelo menos 121 cidades onde ocorreram os atos. Na edição de segunda-feira, 14 de março, o jornal *Folha de S.Paulo* distribuiu o acontecimento por diversas páginas da edição com a retranca de Poder e ocupou a primeira página, a capa, com fotos mostrando o ato na cidade de São Paulo, onde a manifestação foi na avenida Paulista e, ainda segundo o Datafolha, estiveram presentes 500 mil pessoas. Para o jornal, foi a maior concentração de toda a história do Brasil. Além disso, um editorial fez um balanço geral da situação do governo Dilma que já não se sustentaria mais. A análise da edição da Folha vai associar as várias matérias publicadas, completando a análise com a interpretação do editorial.

Com a manchete principal “ATO ANTI-DILMA É O MAIOR DA HISTÓRIA”, a capada *Folha* do dia 14 de março de 2016 trata de um só assunto: a manifestação contra o governo Dilma. O título em corpo garrafal é seguido de uma foto aérea que exhibe a avenida

Paulista em toda a sua extensão e que mostra a quantidade de pessoas que foram as ruas. Ao lado da foto, a página é preenchida pela chamada da matéria principal e chamadas de artigos assinados, além de um gráfico que mostra manifestações populares no país desde 1984, num comparativo com o ato de domingo.

Há um significado principal nesta capa: a representação do movimento como sendo o maior da história do Brasil. Esta interpretação é apoiada na contagem feita pelo Instituto Datafolha, além da comparação com as multidões que saíram às ruas em outros momentos históricos. Na capa, a foto reforça o significado dado pela Folha ao ato contra o governo Dilma: é o sentido de que todos estão contra o governo. Nas análises das páginas internas a construção discursiva dos textos será desenvolvida.

Texto 5.1

Título: “Ato em SP atrai 500 mil pessoas, supera Diretas e impulsiona impeachment”

Subtítulo: “Maior manifestação política já registrada pelo Datafolha aumenta pressão pelo afastamento de presidente; governo vê sinal de alerta, e tucanos recebem apoio e hostilidade”

Autoria: não há repórteres assinando a matéria.

O protesto na avenida Paulista contra Dilma Rousseff foi o maior ato político já registrado pelo Datafolha, superando inclusive o comício pelas Diretas-Já no vale do Anhangabaú, em 16 de abril de 1984. Segundo medição do instituto, participaram cerca de 500 mil pessoas na avenida e suas adjacências, mais do que o dobro do maior ato anterior contra Dilma, de março do ano passado, que reuniu 210 mil manifestantes. No meio da tarde, a Polícia Militar viu-se obrigada a limitar o acesso à região. A PM estimou em 1,4 milhão os participantes, mesmo número divulgado pelo Movimento Brasil Livre, um dos organizadores do ato. Nas demais capitais, houve mais de um milhão de manifestantes somados, segundo estimativas das polícias locais.

Ao todo, concentrações foram registradas em pelo menos 121 cidades. Ocorreram também alguns atos isolados em defesa do PT e do governo. Excetuando-se confrontos pontuais, os protestos foram, de forma geral, pacíficos.

O juiz federal Sérgio Moro, responsável pela Operação Lava Jato, foi saudado como herói em praticamente todos os locais. Em nota, pediu que os políticos “cortem na carne” contra a corrupção. Houve ainda críticas ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, alvo de ação da Polícia Federal no último dia 4. Referências aos pedalinhas do sítio que ele frequenta em Atibaia (SP) e a jararaca, animal com o qual se comparou no dia em que foi conduzido coercitivamente, foram recorrentes.

Em São Paulo, as principais lideranças da oposição, como o senador Aécio Neves (PSDB-MG) e o governador Geraldo Alckmin, foram à Paulista pela

primeira vez, mas acabaram sendo recebidos com um misto de apoio e hostilidade por alguns dos presentes.

O governo soltou nota lacônica, em que apenas saudou o caráter pacífico das manifestações. Mas o Planalto avalia que os protestos mudam a crise de patamar. Nesta semana, o Supremo dará a palavra final sobre a forma como deve ser composta a comissão na Câmara que dará prosseguimento ao processo.

Análise do texto 5.1

I - Enunciação

a) Modalidade enunciativa: é uma reportagem de página inteira, com caráter enunciativo, afirmativo.

Espaço enunciativo: a matéria abre as páginas que têm a retranca Poder e ocupa a página A-6.

Cena enunciativa: O texto da matéria ocupa o terço inferior da página. Ao alto, existe um gráfico comparando o número de manifestantes na avenida Paulista desde o ato pelas Diretas em 1984, quando 400 mil pessoas foram às ruas em SP, e outros atos menores. Os dados são do Datafolha. Abaixo do gráfico, entra uma imagem da manifestação focando dois bonecos gigantes mostrando o ex-presidente Lula como um “metralha”, com roupa de presidiário, e a presidente Dilma com uma faixa de “impeachment” e também com uma máscara negra e uma roupa vermelha com a estrela do PT. O texto da matéria entra por último.

Enunciados: “foi o maior ato político já registrado pelo Datafolha”. A frase não tem autoria manifestada. “Ocorreram atos isolados em apoio ao PT” foi outro enunciado também não atribuído a ninguém. Uma nota, atribuída ao juiz Sérgio Moro, pede que os políticos “cortem na carne”. Para o jornal, ele foi saudado como herói. Os líderes da oposição foram também citados por terem ido à avenida Paulista, e rejeitados. E no final, o texto informa que uma nota “lacônica” do Planalto elogiou o caráter pacífico do ato.

b) Análise da polifonia: a principal voz do texto é a do Datafolha, cujos dados estatísticos têm o objetivo de dar legitimidade à informação do jornal. Esta é uma voz hegemônica. Esta voz é referendada por informações da PM e do Movimento Brasil Livre, que registraram um número superior de manifestantes. Não há vozes de manifestantes que são representados pela foto em que os bonecos de Lula e Dilma estão em destaque. Não há também vozes em defesa do governo Dilma, representado no texto apenas por uma ‘nota’ sem autoria, atribuída a alguma fonte oficial do Palácio do Planalto. A única citação é atribuída a uma nota divulgada pelo juiz Sérgio Moro. Não há citações entre aspas e a nota do Planalto não é

hierarquizada e nem colocada entre aspas. O Instituto Datafolha aparece também como autor de informações do texto.

II - Análise discursiva

a) Palavra- chave: no texto, a palavra chave está no título: “impulsiona o impeachment”. Com este verbo, a Folha, ela sim, impulsiona o impeachment. Caracteriza o ato como um protesto decisivo para a derrubada do governo. Outra palavra chave pode ser o adjetivo de “herói” que o jornal atribui ao juiz Moro. O adjetivo não surge em cartazes ou na voz dos manifestantes, mas no texto do jornal.

b) Intertextualidade: o texto é jornalístico mas dialoga com o texto científico dos números estatísticos do Datafolha. A autoridade do segundo reforça a legitimidade do primeiro. Funciona como um argumento de valor, apoiado na lógica dos números. Esta é a cadeia intertextual que se estabelece ao longo do texto, em que os dados originários de uma matriz interagem com a matriz informativa da notícia.

c) Discurso jornalístico: características do discurso jornalístico são o ponto principal da matéria: não há uma voz autoral manifesta, o texto traz informações na terceira pessoa do singular, de caráter informativo. Pode-se supor que a Folha, como a enunciadora principal da notícia, quis dar um peso de “fala do dono” ao acontecimento. Neste caso, trabalhou o fato como grande acontecimento, destacado em várias páginas e na capa, e deu a ele elementos de veracidade, baseado nos números, sem levantar indagações ou buscar o contraditório. Tratou o fato como “um grande acontecimento desde o comício das diretas”.

III - Significados construídos

Ao comparar em números absolutos o comício das Diretas e a passeata do domingo 13 de março de 2016 não levou em conta a relatividade dos dois fatos. Cada um deles aconteceu em épocas diferentes, com uma densidade demográfica diferente. Certamente, a população de 1984 era bem menor do que a de 2016. Mas o argumento de protesto “maior da história” foi usado para pavimentar o caminho do impeachment e foi um reforço argumentativo a embasar as posições de partidos políticos de oposição ao governo Dilma.

Texto 5.2

Título: “Atos atingem ao menos 121 cidades em todo o país”

Subtítulo: Mais de 1,5 milhão foi às ruas segundo a PM, que não estimou público no Rio

Autoria do texto: FERNANDO CANZIAN, em São Paulo. Colaboraram MARCELO NINIO, de Washington, e LUCIANA DYNIEWICZ, de Buenos Aires

Os protestos contra o governo Dilma Rousseff atingiram todos os Estados do país, além do Distrito Federal. Foram registradas manifestações em pelo menos 121 cidades neste domingo (13). Assim como ocorreu em São Paulo, onde 500 mil pessoas se reuniram na avenida Paulista, na maioria das capitais brasileiras o juiz federal Sergio Moro foi a grande figura das manifestações. Além de defender a Operação Lava Jato, os manifestantes pediram o impeachment da presidente Dilma Rousseff e a prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

As manifestações foram pacíficas e não foram registradas ocorrências graves de violência ou confronto. No Rio de Janeiro, cerca de 1,5 milhão se reuniu na praia de Copacabana, segundo os organizadores. Não há um número oficial: o governo do Estado (PMDB) não faz estimativas de público em protestos de rua desde 2015. Nas cidades em que houve estimativa da Polícia Militar (com exceção da capital Paulista, onde houve medição do Datafolha), mais de 1,56 milhão de pessoas foram às ruas. As maiores concentrações foram registradas em Curitiba, onde o ato reuniu 160 mil pessoas, e em Vitória e Recife, com 120 mil manifestantes em cada cidade. As PMs de Porto Alegre, Campo Grande e Brasília contabilizaram 100 mil pessoas cada. Os números dos organizadores superam os da PM na maioria das cidades. No caso de Curitiba, cerca de 200 mil pessoas teriam saído às ruas de acordo com a organização. No Recife, 150 mil, e em Porto Alegre, cerca de 140 mil. Em Fortaleza, a PM chegou a divulgar o número de 150 mil manifestantes, mas à noite o governo de Camilo Santana (PT) fez uma correção e a estimativa caiu para 40 mil. Segundo a organização do protesto, foram 150 mil.

Em Brasília, os organizadores informaram que 200 mil pessoas participaram do protesto contra o governo na Esplanada dos Ministérios. Miniaturas do Pixuleco - bonecos infláveis de Lula e Dilma vestidos de presidiários, máscaras de Moro e bandeiras do Brasil foram vendidos durante os atos. “As coisas estão muito caras. É preciso protestar”, disse Alexandre Pinto de Souza, 37, um dos vendedores que trabalhou em Brasília.

O servidor público Fábio Freitas, 51, fez um cartaz contra o PT e o PSDB. “A corrupção está generalizada”, disse. Segundo ele, mesmo com forte oposição ao PT no ato, ele recebeu apoio de outros manifestantes na passeata.

Fora das capitais, o Estado de São Paulo foi onde mais manifestantes se reuniram. No interior paulista, 400 mil pessoas protestaram, segundo a Secretaria Estadual de Segurança Pública. As maiores concentrações foram em Ribeirão Preto e Campinas, com 100 mil cada uma. No Triângulo Mineiro, 22 mil pessoas se reuniram para protestar em Uberlândia, e 20 mil em Uberaba. Em Juiz de Fora também foram 20 mil.

Em Belo Horizonte, o número de manifestantes ficou entre 30 mil e 40 mil. Os protestos também foram volumosos nas cidades do Sul. A PM estimou 50 mil pessoas em Maringá (PR), 40 mil em Caxias do Sul (RS) e 10 mil em Cascavel (PR).

No exterior

Em Washington, brasileiros também pediram a saída de Dilma e defenderam o juiz Sergio Moro nas ruas. O ato reuniu cerca de 80 pessoas em frente ao consulado do Brasil na capital americana. Segundo a página na internet do grupo Vem Pra Rua, foram organizados protestos anti-Dilma em 30 cidades do exterior, sendo dez nos EUA, entre elas Nova York, Boston, Orlando e Los Angeles. Na Argentina, cerca de 80 manifestantes se reuniram diante do Obelisco, no centro da capital. “O problema não é só o PT, mas todos os políticos desonestos”, disse a estudante Isadora Boing, 17, que participou do ato.

Análise do texto 5.2

I -Enunciação

a) Modalidade enunciativa: pertence ao gênero informativo, com detalhes numéricos sobre quantidades de pessoas que participaram de atos contra o governo em todo o país. Nesta modalidade, os verbos estão no pretérito perfeito do modo Indicativo, e são afirmativos em voz ativa: reuniram, registraram, pediram, protestaram.

Espaço enunciativo: a matéria ocupou outra página com a retranca Poder no primeiro caderno, A-8. O texto ganhou duas colunas e as fotografias coloridas de manifestações em Brasília, Salvador, Belo Horizonte e Rio de Janeiro ocuparam os demais espaços.

Cena enunciativa: as fotos de multidões serviram de ilustração e para corroborar o texto escrito. São reforços argumentativos para a informação.

Enunciados e hierarquia de vozes: além dos relatos de manifestações e dos lugares onde ocorreram, não há enunciadores a não ser o repórter ou repórteres. Não há vozes políticas em citações diretas ou indiretas. O ex-presidente Lula e a presidente Dilma foram representados por bonecos vestidos de presidiário e com máscara de bandido, respectivamente. O juiz Sérgio Moro foi citado no texto: “foi a grande figura das manifestações”. O texto também afirma que “os manifestantes pediram o impeachment da presidente Dilma Rousseff e a prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva”. Não há depoimentos reforçando a afirmação. Em Brasília, um vendedor, Alexandre Pinto de Souza, afirmou que “é preciso protestar”. Um funcionário público, Fábio de Freitas, afirmou que “a corrupção está generalizada”. Poucas vozes, nenhuma representação de partidos políticos, poucas faixas marcaram as diferentes manifestações, que se destacou, porém, pelo uso das cores da Bandeira. Não houve representações de vozes de autoridades, com exceção das citações indiretas das PMs que contabilizaram a multidão.

b) Conteúdo das citações: o texto foi repetitivo e reiterou o argumento principal de que muitos brasileiros foram protestar contra o governo em várias cidades. Pelo texto jornalístico, foi um protesto sem gritos, sem palavras de ordem, sem xingamentos, sem discursos.

c) Polifonia: o texto construiu a paráfrase de que todos se manifestaram ordeiramente, e não houve vozes divergentes. Estas vozes, se ocorreram, não foram objeto de registro por parte do texto jornalístico da Folha.

II -Análise discursiva

a) Palavras-chave: manifestação, protestos.

b) Intertextualidade: o texto jornalístico não reproduziu textos de outros campos sociais ou políticos. O único intertexto verificado foi o da voz oficial das Polícias Militares, mesmo assim como citação indireta. Textos populares, em frases ou em cartazes, não foram reproduzidos. Houve a ênfase no texto curto e seco jornalístico, relatando os fatos sem maiores detalhes.

c) Discurso político: pode-se considerar como discurso político o pedido de impeachment para a presidente Dilma. Embora relatada de forma indireta, pelo texto jornalístico, a ameaça do impeachment pairou sobre todas as manifestações. Ficou implícita que esta era a vontade dos manifestantes.

III – Significados construídos

O texto constrói como significado uma grande festa democrática, nacional e de massa. O governo Dilma, Lula e o PT, associados à corrupção, são os alvos dos manifestantes, que têm em Sérgio Moro um herói nacional, capaz de livrar o Brasil dos políticos desonestos. A relação direta entre as manifestações e a aprovação do impeachment de Dilma pode ser feita, a partir da leitura do texto, por conta da pressão que será feita pela opinião pública junto aos deputados.

4.2.1.6 Episódio 6: Os grampos telefônicos de Dilma e Lula

Em 17 de março de 2016, a *Folha de S.Paulo* deu destaque na capa para a divulgação de áudio de conversa da presidente Dilma Rousseff com o ex-presidente Lula, que assumiria

a chefia da Casa Civil, numa tentativa do Planalto de virar o jogo do impeachment na Câmara dos Deputados. A manchete principal (“Presidente atuou para evitar a prisão de Lula, indica gravação”), é uma referência aos áudios de conversa telefônica que foi tornada pública pelo juiz Sergio Moro, insinuando proteção ao ex-presidente contra eventual pedido de prisão por conta de investigações da Operação Lava Jato. A divulgação dos áudios levou multidão ao Palácio do Planalto para protestar contra a presidente. Editorial da Folha decreta: “É o fim”. Diz o texto: “Associando-se em manobra cínica para fugir do alcance da lei, Dilma e Lula dão novos motivos para a oposição pedir impeachment”.

A capa apresenta ao alto uma retranca: “governo sitiado”. Logo abaixo, uma fotografia da presidente Dilma feita durante entrevista coletiva. A foto mostra Dilma com as mãos levantadas e o olhar esbugalhado, assustado. Do lado esquerdo da página, o diálogo do telefonema entre Lula e Dilma é reproduzido. Do lado direito, uma nova conversa entre Lula e Dilma, na qual Lula afirma que o Supremo está acovardado. E ainda, uma conversa gravada entre Lula e o ministro Jacques Wagner.

No centro da página, a manchete: “Presidente atuou para evitar a prisão de Lula, indica gravação”. Em forma de subtítulo, outra notícia: “Dilma diz que grampo afronta direitos da Presidência. Para juiz Sergio Moro, interesse público justifica divulgação. Manifestantes e oposição pedem renúncia”. A capa da Folha traz ainda chamadas de artigos e do editorial da página A2 intitulado: “É o fim”. Uma notícia no fim da página informa que Planalto afirma que Moro violou lei com vazamento.

Texto 6.1

Título: “Presidente atuou para evitar a prisão de Lula, indica gravação”

Subtítulo: “Dilma diz que grampo afronta direitos da Presidência. Para juiz Sergio Moro, interesse público justifica divulgação. Manifestantes e oposição pedem renúncia”

A presidente Dilma Rousseff (PT), em conversa telefônica interceptada nesta quarta (16) pela Lava jato, afirmou ao ex-presidente Lula que enviaria a ele um “termo de posse” de ministro para ser usado “em caso de necessidade”. Para os investigadores, a presidente agiu para evitar que Lula fosse preso antes de ser nomeado chefe da casa civil, cargo com foro privilegiado. O sigilo da gravação do diálogo entre Lula e Dilma, ocorrido às 13h32, foi retirado pelo juiz Sergio Moro às 16h19. A nomeação do petista foi oficializada em uma edição extra do “diário oficial” da união às 19h, minutos depois da divulgação dos áudios pela imprensa. Em outros diálogos, Lula afirmou à presidente que as cúpulas dos poderes judiciário e

Legislativo estão “acovardadas”. Ao ministro Jacques Wagner pediu a interferência do governo em ação de seu interesse no Supremo.

Especialistas ouvidos pela Folha dizem que Dilma pode ter cometido crime de responsabilidade ao obstruir a justiça. Outros questionam a legalidade das gravações.

Houve pedido em coro pela renúncia da presidente no plenário da câmara, gerando bate-boca entre oposicionistas e governistas, que falam em “golpe”. Protestos ocorreram em frente ao palácio do Planalto, na avenida Paulista e em outras cidades. O carro que levava o ex-presidente foi atacado ao sair do Instituto Lula, em SP. A entrada de Lula no governo foi considerada a última cartada para barrar o impeachment da presidente.

Com a decisão do STF sobre o rito do processo contra Dilma, o pedido volta a tramitar na Câmara.

Análise do texto 6.1

I -Enunciação

a) Modalidade enunciativa: o texto tem características informativas, mas é opinativo pelo conjunto da capa.

Enunciado: a manchete em negrito – “Presidente atuou para evitar a prisão de Lula, indica gravação”. Outros enunciados: “Grampos afrontam direitos da Presidência” (Dilma), “Interesse público justifica divulgação” (Moro). “É um termo de posse. Use em caso de necessidade” (Dilma a Lula).

Espaço enunciativo: página principal do jornal.

Cena enunciativa: um conjunto de foto, manchete, texto e chamadas. O objetivo foi destacar o fato como o mais importante do dia.

Enunciadores: a empresa Folha, articulistas, presidente Dilma, ex-presidente Lula, Sérgio Moro. Especialistas não-identificados.

b) Conteúdo das citações: vozes diretas e indiretas. Textos de Dilma foram retirados da gravação e se configuram como discurso direto. Texto de Moro não está entre aspas. É, portanto, atribuído a ele. Voz principal: a do próprio jornal, cuja edição deu tratamento de espetacularização aos grampos divulgados de conversas de Dilma.

c) Análise da polifonia: embora apresente a reação do Palácio do Planalto, como a voz de autoridade, o texto da capa recontextualiza o ato do juiz Moro, que liberou os grampos. O jornal incorporou assim o texto jurídico e as ameaças de prisão para Lula, que estariam sendo feitas pela Operação Lava a Jato. A voz da oposição é lembrada indiretamente, quando o texto afirma que Dilma, ao tentar dar posse a Lula, deu razão à Oposição, que está

encaminhando o impeachment. O jornal se associou assim ao movimento oposicionista que tentava afastar Dilma do governo.

II -Análise discursiva

a) Palavras-chave: prisão, grampos, interesse público, termo de posse, obstrução da Justiça, acovardado.

b) Intertextualidade: o texto do discurso jornalístico dialoga com textos do discurso jurídico e se constituem em uma espécie de intertextualidade mista (Fairclough, 2001), em que textos estão fundidos de forma mais complexa e menos facilmente separável. São partes do vocabulário da Operação Lava Jato, como prisão, obstrução, ameaças, reproduzidas na notícia, sem contestação.

c) Discurso: ao usar textos do discurso jurídico, o texto jornalístico opera na incorporação dos termos do outro campo e o faz trazendo para a notícia os significados que são construídos naquele campo e que se tornam hegemônicos. Há um tom de denúncia e de condenação à presidente Dilma, demolindo seu capital político. O jornal não constrói um contraditório entre os envolvidos e não destaca o conflito entre oposição e governo. Não mostra a acusação de Moro como parte do jogo de poder e representa o ato de divulgação ilegal da gravação como peça acusatória que estaria melhor se representada por falas políticas. Ao agir como agiu, Moro mostrou protagonismo político de oposição.

III - Significados construídos

A ênfase na condenação da presidente Dilma, baseada na revelação de uma conversa de um minuto entre Dilma e Lula, em que Dilma avisa que está mandando um termo de posse à Lula, já convidado oficialmente para assumir a Casa Civil da Presidência, mostra o grau de aguçamento do processo do impeachment já em curso. A tal ponto que a ilegalidade da gravação do telefone da presidente Dilma não tenha sido sequer questionada pela Folha.

A gravação foi feita quando já havia sido suspensa uma hora antes. Mesmo assim a conversa foi captada às 13h30. Ao chegar às mãos do juiz Moro, ele a divulga para a imprensa às 16h30 daquela tarde, sabendo que era uma ilegalidade, mas “por interesse público”. Seria interesse público ou político do juiz? No dia seguinte, o juiz do Supremo Tribunal Federal, Teori Zavascki, chama a atenção de Moro, que não poderia ter divulgado a

conversa telefônica. Mas o estrago já havia sido feito. Ao publicar o conteúdo da conversa, igualmente a Folha incorreu em erro, ao divulgar uma gravação ilegal.

Para os defensores do impeachment, a conversa seria uma prova de que Dilma queria evitar a prisão de Lula. Mas esta prisão não estava nem decretada e, naquele momento, Lula não estava sequer indiciado na Operação Lava Jato. Mas os ânimos estavam tão exaltados que o bom senso não prevaleceu. E Dilma, que havia tido seu sigilo telefônico quebrado numa divulgação ilegal, foi acusada de querer obstruir a Justiça. É importante esclarecer que dar cargo de ministro a alguém representa, no imaginário popular, tornar este alguém livre de acusação. Mas o foro privilegiado não impede ninguém de ser julgado ou acusado de um ilícito. A pessoa passa a ser julgada pelo Supremo e não mais pela primeira instância. Nesta instância, há possibilidade de apelações, uso de recursos. No Supremo não.

Pode-se considerar, portanto, que o episódio foi uma etapa praticamente condenatória para a presidente, pavimentando ainda mais o caminho do impeachment. E a Folha assumiu um protagonismo político de condenar a presidente antes mesmo de qualquer votação. E sem questionar sequer a legalidade da gravação.

Outras matérias do Episódio 6

A edição do dia 17 de março de 2016, havia sido dedicada à nomeação de Lula. Uma das matérias teve como título o seguinte: “Dilma nomeia Lula ministro às pressas”. Em outra página o destaque era para a entrevista de Dilma antes dos grampos. Uma terceira matéria era um exercício imaginativo de como seria Lula no Planalto. Estas matérias ficaram, no entanto, prejudicadas pelo episódio dos grampos, que provocou um editorial agressivo. É o que vamos analisar agora.

Texto 6.2 (Editorial)

Título: “É o Fim”

Subtítulo: Associando-se em manobra cínica para fugir do alcance da lei, Dilma e Lula dão novos motivos para a oposição pedir impeachment

A nomeação do ex-presidente Lula (PT) para o cargo de ministro-chefe da Casa Civil poderia expressar o estado de desespero terminal em que se encontra um governo com índices baixíssimos de popularidade e com escassa sustentação para evitar o próprio impeachment no Congresso. Há mais, entretanto. Logo após sacramentada a inclusão de Lula no ministério,

divulgou-se a gravação de uma conversa entre este e Dilma Rousseff (PT), na qual se escutam claras indicações de que não se resumiam a raciocínios políticos os objetivos da nomeação. Confirma-se aquilo que os mais exacerbados adversários do governo foram rápidos em considerar como essencial na manobra. Na iminência de ter decretada sua prisão por Sergio Moro, juiz federal que trata das decisões em primeira instância da Operação Lava Jato, o líder máximo petista queria se blindar, posicionando-se num cargo com foro privilegiado.

Pelo telefone, Dilma assegurava a Lula que seu termo de posse no ministério estava pronto; seria enviado para “caso de necessidade”. Como entender tal conversa se não como um verdadeiro acerto entre elementos interessados em fugir ao alcance da lei?

Será a palavra “cumplicidade” forte demais para aplicar a uma presidente da República e a um ex-presidente que se afobam em arranjar artifício desesperado para manter a corrupção impune, a Justiça paralisada e o privilégio intacto?

A dupla superou, com certeza, tudo o que já se tinha visto no PT e arredores em matéria de cinismo, de imprudência e provocação. Cinismo, porque poucas horas antes a presidente concedera entrevista refutando a tese de que Lula estava sendo nomeado apenas para escapar da polícia. Tratar-se-ia, na verdade, de obter novas energias políticas no enfrentamento da crise.

Mas não: o argumento elaborado vinha, ao que tudo indica, apenas disfarçar o que merece ser chamado de esforço de atrapalhar o livre funcionamento do Judiciário. Imprudência, portanto: às voltas com iminente pedido de impeachment, a presidente dá novos e escandalosos fundamentos a uma possível ação contra seu mandato. Provocação, acima de tudo. Dias depois de um protesto com dimensões jamais registradas na história do país, Dilma e Lula se associam para acender, de forma provavelmente irreversível, uma indignação popular ainda mais intensa. Mal anunciada a manobra, iniciou-se uma manifestação espontânea em frente ao Palácio do Planalto. A afluência popular repetiu-se em São Paulo e só fez crescer quando se teve notícia das gravações comprometedoras. No Congresso, a palavra “renúncia” é pronunciada aos brados pela oposição. Já se dizia que, com a nomeação de Lula, o governo Dilma Rousseff chegava ao fim. Talvez a frase deva ser encarada, a partir dos próximos dias, de forma mais literal do que se pensava.

Análise do texto 6.2 (Editorial)

1. Enunciação:

a) Modalidade enunciativa: gênero opinativo, sem autoria manifesta mas representando a posição da direção do jornal.

Espaço enunciativo: na página A2, que tem a retranca Opinião.

Enunciador: a direção do jornal, como suposto em todos os editoriais.

b) Conteúdo das citações: o editorial cita a repercussão no Congresso onde começa a circular a palavra “renúncia”, pronunciada pela Oposição, segundo o editorial, “aos brados”. Cita ainda a repercussão entre populares na porta do Planalto e em São Paulo.

c) Polifonia: o editorial tem uma voz dominante, a do dono do jornal, e reforça seu conteúdo usando referências a setores de Oposição no Congresso e construindo a argumentação tendo como pano de fundo a eminência de uma prisão do Lula a ser decretada pelo juiz Moro.

II - Análise discursiva

a) Palavras-chave: desespero terminal, escassa sustentação, indignação popular, imprudência, cumplicidade, renúncia.

b) Intertextualidade: o texto do editorial, que é uma representação de um discurso jornalístico, assume o tom de indignação e de rejeição como se fosse parte de um discurso político. É uma argumentação digna de uma oposição ao governo Dilma, e se fosse lida da tribuna do plenário estaria no seu lugar de fala adequado. É no plenário da Câmara ou do Senado que se encena o conflito político, as posições contrárias, as críticas ao governo. O editorial não se refere, porém, ao contraditório político, às manifestações da base aliada do governo. É uma voz oposicionista, num texto que remete a um discurso político, assumindo uma possível indignação popular que busca representar.

c) Discurso jornalístico/político: este editorial representa quem ou o que? O conflito amigo-inimigo de que fala Carl Schmitt, como típico da política, é sempre uma exacerbação da vida pública, onde se tenta destruir o adversário com agressões virulentas. Elas não faltaram ao texto da Folha. As palavras-chave citadas em (a) mostram o nível do ataque desferido contra o governo. São palavras fortes, como “cumplicidade”, “desespero”, e soam como socos que prenunciam um nocaute, como a representar uma luta de boxe em que o adversário é arremessado às cordas.

III - Significados construídos

Ao assumir uma posição antagônica ao governo, o editorial da Folha estimula os defensores do impeachment da presidente Dilma porque se torna uma representação destas vozes de oposição. As retrancas usadas, como “governo sitiado” e “é o fim” são metáforas para falar de uma guerra que já estaria perdida pelo governo. Como pano de fundo, paira a

Operação Lava Jato, como um carrasco a espera de recolher os cadáveres e os despojos da luta. A própria Folha pergunta: “será a palavra “cumplicidade” forte demais para aplicar a uma presidente da República e a um ex-presidente que se afobam em arranjar artifício desesperado para manter a corrupção impune, a Justiça paralisada e o privilégio intacto?”. Para a Folha, este seria o objetivo da nomeação do Lula, um alcance que não se justifica por uma simples posse como ministro. Dilma e Lula são associados à corrupção, ao privilégio e à obstrução da Justiça, condenados nas páginas do jornal, portanto, antes de qualquer julgamento nas esferas competentes. São deslegitimados como governantes e autoridades.

O próprio título do editorial, “É o fim”, já conduz a um significado de desfecho, de causa encerrada, de fim de jogo para o governo, para Dilma e para o que ela representa como pessoa ligada ao Partido dos Trabalhadores. A expressão “é o fim” tem duplo sentido. Tem o sentido mais literal, que é o de fim de governo, mas pode significar também fim de jogo, fim de algo que não se aceita, como se o telefonema, e não a sua gravação, representasse um jogo sujo, uma trama de bastidores, uma tentativa ilegal de dar foro privilegiado ao ex-presidente Lula.

Nenhuma palavra foi dita no editorial para a ilegalidade da divulgação dos grampos e pela própria gravação ilegal do telefone da presidente da República. A gravação ilegal se configurou numa jogada política na qual se envolveu o juiz Sérgio Moro, avançando sobre o campo político e alimentando o campo jornalístico, como um jogador decisivo e habilidoso, que procurou impedir ou desconstruir a nomeação de Lula, causando impacto público e a indignação contra o governo, jogada esta plenamente aceita pela Folha de S.Paulo.

Texto 6.3

Retranca: Governo sitiado

Título: “Dilma atuou para tentar evitar a prisão de Lula, indica gravação da PF”

Subtítulos: Conversa ocorre no dia em que ex-presidente é nomeado ministro da Casa Civil - PF admite que grampo foi feito após fim de prazo legal - diálogo causa protestos pelo país.

Em telefonema grampeado nesta quarta-feira (16) pela Polícia Federal, a presidente Dilma Rousseff diz a Luiz Inácio Lula da Silva que irá lhe enviar seu termo de posse como ministro da Casa Civil “para qualquer necessidade”, o que sugere um artifício para evitar que o antecessor fosse preso ou interpelado no âmbito da Operação Lava Jato, segundo os investigadores.

Com o documento, Lula poderia alegar foro privilegiado caso alguma autoridade sob a jurisdição de Sergio Moro o procurasse antes da posse como ministro, prevista para hoje. Ministro, Lula só pode ser investigado sob ordens do Supremo Tribunal Federal. A versão do Planalto para o episódio é que Dilma apenas havia enviado o termo para o antecessor, porque ele poderia ter problemas para comparecer à sua posse. O fato de o termo não ter assinatura da presidente seria prova de que não poderia ser usado para impedir uma eventual prisão.

A gravação foi feita fora do prazo definido pela Justiça, uma vez que ocorreu às 13h32, enquanto Moro, em razão da nomeação de Lula para o ministério, havia ordenado a interrupção da interceptação às 11h12. Às 16h19, contudo, o juiz tornou os áudios públicos. No fim da tarde, Dilma publicou a nomeação de Lula em edição extra do “Diário Oficial da União”.

Em outros áudios, fica clara a intenção de Lula de tentar influenciar autoridades em seu favor em procedimentos relativos à Lava Jato. Ele cita o ministro nomeado da Justiça, Eugênio Aragão, que deveria ter o “pulso” tomado. Afirma ainda que todo o Supremo está “acovardado”. A recondução de Lula ao governo gerou reações que pegaram o governo de surpresa, pois ultrapassaram a esfera da oposição e de aliados do vice Michel Temer (PMDB), herdeiro constitucional da Presidência em caso de impeachment. Ao fim do expediente, as discussões ásperas das redes sociais se materializaram em grandes protestos. Mais de 10 mil pessoas se manifestaram em frente ao Palácio do Planalto, e houve pequenos tumultos. Na Câmara dos Deputados, parlamentares fizeram coro pela renúncia da petista.

Em São Paulo, ocorreram manifestações na Avenida Paulista, reunindo cerca de 5.000 pessoas. Ato semelhante se repetiram em diversas capitais, além de panelaços à noite. Em SP, também houve ato de intelectuais de esquerda de apoio ao governo. Ao fim de um dos mais graves dias da crise político-econômica que engolfou o país, Dilma promoveu reunião de emergência com ministros para avaliar a crise.

No Supremo, foi ratificado o rito que o tribunal aprovou para o impeachment, possibilitando o começo do processo na Câmara. O presidente da Casa, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), pretende instalar a comissão especial sobre o tema já nesta quinta-feira (17).

Análise do texto 6.3

I - Enunciação

a) Modalidade enunciativa: é uma matéria jornalística, que informa o fato da gravação da conversa entre Dilma e Lula, e traz detalhes, como os horários e a informação de que a gravação foi feita fora do prazo. Mostra a repercussão da divulgação na Câmara dos Deputados, entre populares, e cita discussões nas redes sociais.

Espaço enunciativo: foi publicada na página A4, cuja retransmissão é Poder. Encimada por uma foto de manifestantes diante do Palácio do Planalto, a matéria ocupa o espaço principal da página.

Enunciadores: o principal enunciador é o repórter da matéria, que faz um texto detalhado dos fatos, citando indiretamente os personagens Dilma e Lula, e a decisão tomada pelo presidente da Câmara, Eduardo Cunha, de instalar ainda no mesmo dia a comissão especial do impeachment.

b) Análise da polifonia: há citação de vozes indiretas. Dilma disse, Lula falou, nas redes sociais houve discussão. Foi reproduzida a expressão usada por Dilma no telefonema, afirmando que usasse o termo de posse “em caso de necessidade”. A justificativa dada pelo Planalto para o envio do termo foi reproduzida: “O fato de o termo não ter assinatura da presidente seria prova de que não poderia ser usado para impedir uma eventual prisão”. A matéria reproduz ainda outro áudio gravado do ex-presidente Lula no qual este acusa o Supremo de estar “acovardado”. Não há reprodução de vozes do Congresso ou do Judiciário.

II - Análise discursiva:

a) Palavras-chave: artifício, gravação fora do prazo, debate áspero.

b) Intertextualidade: pode ser considerada sequencial, colocando os fatos em ordem cronológica dando coesão ao texto jornalístico, por meio da intertextualidade do campo jurídico e da política.

c) Discurso jornalístico: é um texto noticioso, escrito em terceira pessoa, que enfoca a gravação do telefonema entre Dilma e Lula, avisando do termo de posse, “sugere” que o envio do termo possa ter sido um artifício para evitar a prisão de Lula, dando a ele foro privilegiado. Mantendo o ritmo informativo, a notícia torna claro que a gravação do telefonema foi feita fora do prazo, porque o grampo já havia sido suspenso pelo juiz e informa que Moro tornou os áudios públicos às 16h32. A notícia não questiona a divulgação dos áudios.

d) Discurso político: ao contrário do texto publicado na capa do jornal sobre a conversa Dilma-Lula, a matéria na página A4 não assume um tom oposicionista em relação aos fatos relatados. Não assume o discurso político da oposição, cujos representantes, na Câmara, falaram em renúncia. Não reproduz igualmente a voz discordante das pessoas que se manifestaram contra o governo à porta do Palácio do Planalto. Não há, portanto, neste caso,

uma intertextualidade manifesta de posições políticas. A única voz política reproduzida foi a de Lula que acusou, num áudio, o Supremo de ter se acovardado. Na época, o governo e o PT temiam que Moro pudesse prender o ex-presidente. Não havia, porém, uma ameaça explícita.

III - Significados construídos:

A gravação da conversa de Dilma e Lula criou o sentido de que Dilma estava querendo garantir foro privilegiado à Lula. Embora o foro não impeça processos, este detalhe não foi sequer mencionado na matéria ou menos ainda no editorial ou na capa do jornal. No imaginário político, o conflito estava se dando entre Lula e Moro, ambos exacerbando a relação amigo-inimigo. Para os defensores do impeachment da presidente, Lula ministro ameaçava a Operação Lava Jato. Este o significado que perpassou a edição do jornal Folha de São Paulo no dia 17 de março. É significativo, porém, que a matéria da página A4 não assumiu o mesmo tom oposicionista adotado pela matéria de Capa e pelo editorial do jornal.

Outro ponto que vale ser destacado é a questão da legalidade dos grampos. Enquanto a matéria afirma que a gravação da conversa foi feita depois de o juiz ter levantado o procedimento, portanto tornando inválida qualquer gravação posterior, a notícia informa que, no entanto, o juiz Moro liberou os conteúdos. A matéria informa, assim, que as gravações não poderiam ter sido feitas. Uma primeira ilegalidade. Em consequência, a divulgação da conversa, portanto, não poderia ter ocorrido. Uma segunda ilegalidade. Mas a Folha de São Paulo não só desprezou a informação contida na página A4 como a ignorou no texto da capa e no editorial.

Ao assumir um tom altamente oposicionista contra o governo Dilma, a Folha deixou de lado a imparcialidade jornalística, deixou de lado os critérios noticiosos do seu Manual de Redação, e se aliou aos grupos que buscavam, naquele momento, por diferentes motivos, o afastamento da presidente Dilma Rousseff. Tornou-se uma voz pública a potencializar o impeachment.

4.2.1.7 Episódio 7: Manifestantes saem às ruas contra o impeachment

Em 19 de março de 2016, um sábado, a *Folha* noticiou as manifestações do dia anterior contrárias ao impeachment da presidente Dilma Rousseff. Apesar de dar a manchete principal “Ato pró-governo reúne 95 mil na Paulista, calcula Datafolha”, com foto aérea de uma avenida Paulista tomada por manifestantes de vermelho, a capa trazia mais acima outra manchete, ainda que em corpo de letra menor, rivalizando a atenção na capa (“Ministro do STF devolve caso de Lula a Moro”).

Texto 7.1

Retranca: GOVERNO SITIADO MANIFESTAÇÕES

Título da manchete: “Maior ato do dia, na Paulista, reuniu 95 mil, diz Datafolha”

Subtítulo: “Manifestações contra impeachment levaram milhares às ruas de ao menos 45 cidades, incluindo todas as capitais. No Rio, havia vários artistas presentes; juiz federal Sergio Moro foi alvo de protestos na maioria dos lugares”

Milhares de apoiadores da presidente Dilma Rousseff (PT) e do ex-presidente Lula, empossado ministro-chefe da Casa Civil, saíram nesta sexta às ruas do país em atos contra o impeachment e em defesa da democracia. Manifestações foram realizadas em ao menos 45 cidades, incluindo todas as capitais do país. A maior delas foi em São Paulo, na avenida Paulista. Segundo o Datafolha, 95 mil pessoas estiveram no local. Os organizadores calcularam que havia 500 mil participantes. A PM estimou o público em 80 mil. O pico de concentração de pessoas, segundo o Datafolha, se deu às 19h, quando 83 mil pessoas estiveram no local; 14 mil permaneceram do início ao fim. A contagem do instituto foi realizada das 16h às 20h30. Esses protestos pró-Dilma ocorrem menos de uma semana depois da maior manifestação política já registrada no país pelo Datafolha; no domingo (13), 500 mil pessoas foram à mesma avenida Paulista pedir a saída de Dilma. Para a contagem do público em aglomerações como a desta sexta e do último domingo, o Datafolha divide o trajeto em quadrantes. Em cada trecho, a partir da densidade do público, os pesquisadores aplicam uma metodologia de contagem. Paralelamente, em entrevistas feitas ao longo do protesto, os pesquisadores questionam desde que horas as pessoas estão em marcha. A combinação das duas técnicas possibilita medir a taxa de renovação e o público durante todo o ato. Houve brigas isoladas entre manifestantes contra e pró governo, mas não foram registrados incidentes graves até as 21h30. ARTISTAS No Rio, milhares se concentraram na Praça XV, no Centro. Os organizadores estimaram o público em 70 mil pessoas. A PM não fez estimativa. A reportagem presenciou a praça e as ruas laterais tomadas. Artistas, militantes e políticos se revezaram no palco, que teve apresentações de Tereza Cristina, Geraldo Azevedo, Otto, Pedro Luis e Serjão Loroza.

Atores da TV Globo como Osmar Prado e Letícia Sabatela também compareceram. A manifestação transcorreu de forma pacífica na praça e sem tumultos. Houve, no início da tarde, uma confusão no metro da Carioca, quando opositores hostilizaram quem chegava ao ato. Os manifestantes falavam palavras de ordem em favor de Lula, contra o juiz Sergio Moro e contra o presidente da Câmara, Eduardo Cunha. BRASÍLIA Em Brasília, os manifestantes percorreram a Esplanada dos Ministérios. Entre eles estavam membros de centrais sindicais, de uniões estudantis e do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). Segundo a Secretaria de Segurança Pública do DF eram cerca de 6.000 pessoas. Os organizadores estimaram em 20 mil. Por volta das 19h, os manifestantes se deslocaram para o Congresso Nacional para protestar, principalmente, contra o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ). Até a conclusão desta edição, a manifestação era pacífica e sem incidentes. Críticas ao juiz Sergio Moro e à TV Globo foram uma constante nas manifestações em outras capitais. Com bandeiras do PT e palavras de apoio ao ex-presidente Lula, os protestos foram mais intensos em Salvador, Recife, Fortaleza, Belo Horizonte e em Porto Alegre. Em muitas das cidades, as manifestações foram maiores que as do ano passado. Em Fortaleza, a PM divulgou que o ato reuniu de 5.000 a 7.000 pessoas. Para os organizadores, foram 100 mil.

Análise do texto 7.1

I - Enunciação

a) Modalidade enunciativa: gênero noticioso

Espaço enunciativo: manchete de capa. Página A6 da editoria Poder, no primeiro caderno do jornal.

Cena enunciativa: manchete de capa com foto aérea da avenida paulista tomada de manifestantes de vermelho. Matéria de página interna com gráfico explicando metodologia de contagem de público do Datafolha e duas fotos de manifestações no pé da página: em São Paulo e em Brasília.

Enunciadores: não há assinatura, portanto é a redação da Folha que assume a autoria (de São Paulo, do Rio, de Brasília e da Agência Folha); apoiadores da presidente Dilma; ex-presidente Lula; organizadores; PM; Datafolha; pesquisadores; manifestantes contra e pró; artistas, militantes e políticos; juiz Sergio Moro; presidente da Câmara, Eduardo Cunha; membros de centrais sindicais, de uniões estudantis e do MST; Secretaria de Segurança Pública do DF; organizadores; TV Globo

b) Análise da polifonia: não houve nenhuma citação de voz direta no texto. Vozes indiretas: o Datafolha (atribuiu estimativa de 95 mil pessoas na avenida Paulista); os organizadores (calcularam em 500 mil pessoas); a PM (também estimando público); a Folha

de S.Paulo (que explica a metodologia do Datafolha para estimar público); manifestantes (palavras de apoio a Lula e contra Sergio Moro, Eduardo Cunha e a TV Globo). O texto não registrou nenhuma fala dos manifestantes.

II – Análise discursiva

a) Palavras-chave: manifestação; democracia; protesto; metodologia.

b) Intertextualidade: além de intertextualidades do campo da política expressas em palavras como manifestação, democracia, protesto, há intertextualidade do campo científico em expressões como pesquisadores, metodologia, contagem, técnicas. Há também intertextualidades provenientes do discurso jornalístico como “a reportagem presenciou a praça e as ruas laterais tomadas”.

III – Significados construídos

Trata-se de um relato objetivo, seco, descritivo, pois não há citações diretas e nem descrições de uma festa democrática, como ocorreu em reportagens da Folha sobre as manifestações do domingo anterior (13), que teriam sido as maiores da história. Além disso, três parágrafos do texto são consumidor para explicar e justificar a metodologia do Datafolha para estimativa de público. Um quarto de página é utilizado para um infográfico com pesquisa do Datafolha traçando um perfil do público presente na avenida Paulista e mais explicações sobre a metodologia de estimativa de público.

O texto apontou que milhares de manifestantes também saíram às ruas contrárias ao impeachment em pelo menos 55 cidades. Mas a matéria não deixa de estabelecer o contraponto com a manifestação do domingo anterior (13), construindo o significado de que uma ampla maioria está do lado contrário.

4.2.1.8 Episódio 8: Folha defende novas eleições

Na edição de 3 de abril de 2016, um domingo, a FSP publicou editorial na capa em que defende a renúncia coletiva de Dilma Rousseff e de Michel Temer para a realização de novas eleições ainda em 2016. Caso ocorresse a saída de ambos naquele mesmo ano, o país teria eleições diretas.

Texto 8.1 (Editorial de capa)

Título: “Nem Dilma nem Temer”

A presidente Dilma Rousseff (PT) perdeu as condições de governar o país. É com pesar que este jornal chega a essa conclusão. Nunca é desejável interromper, ainda que por meios legais, um mandato presidencial obtido em eleição democrática. Depois de seu partido protagonizar os maiores escândalos de corrupção de que se tem notícia; depois de se reeleger à custa de clamoroso estelionato eleitoral; depois de seu governo provocar a pior recessão da história, Dilma colhe o que merece. Formou-se imensa maioria favorável a seu impeachment. As maiores manifestações políticas de que se tem registro no Brasil tomaram as ruas a exigir a remoção da presidente. Sempre oportunistas, as forças dominantes no Congresso ocupam o vazio deixado pelo colapso do governo. A administração foi posta a serviço de dois propósitos: barrar o impedimento, mediante desbragada compra de apoio parlamentar, e proteger o ex-presidente Lula e companheiros às voltas com problemas na Justiça. Mesmo que vença a batalha na Câmara, o que parece cada vez mais improvável, não se vislumbra como ela possa voltar a governar. Os fatores que levaram à falência de sua autoridade persistirão. Enquanto Dilma Rousseff permanecer no cargo, a nação seguirá crispada, paralisada. É forçoso reconhecer que a presidente constitui hoje o obstáculo à recuperação do país. Esta Folha continuará empenhando-se em publicar um resumo equilibrado dos fatos e um espectro plural de opiniões, mas passa a se incluir entre os que preferem a renúncia à deposição constitucional. Embora existam motivos para o impedimento, até porque a legislação estabelece farta gama de opções, nenhum deles é irrefutável. Não que falem indícios de má conduta; falta, até agora, comprovação cabal. Pedaladas fiscais são razão questionável numa cultura orçamentária ainda permissiva. Mesmo desmoralizado, o PT tem respaldo de uma minoria expressiva; o impeachment tenderá a deixar um rastro de ressentimento. Já a renúncia traduziria, num gesto de desapego e realismo, a consciência da mandatária de que condições alheias à sua vontade a impedem de se desincumbir da missão. A mesma consciência deveria ter Michel Temer (PMDB), que tampouco dispõe de suficiente apoio na sociedade. Dada a gravidade excepcional desta crise, seria uma bênção que o poder retornasse logo ao povo a fim de que ele investisse alguém da legitimidade requerida para promover reformas estruturais e tirar o país da estagnação. O Tribunal Superior Eleitoral julgará as contas da chapa eleita em 2014 e poderá cassá-la. Seja por essa saída, seja pela renúncia dupla, a população seria convocada a participar de nova eleição presidencial, num prazo de 90 dias. Imprescindível, antes, que a Câmara dos Deputados ou o Supremo Tribunal Federal afaste de vez a nefasta figura de Eduardo Cunha — o próximo na linha de sucessão —, réu naquela corte e que jamais poderia dirigir o Brasil nesse intervalo. Dilma Rousseff deve renunciar já, para poupar o país do trauma do impeachment e superar tanto o impasse que o mantém atolado como a calamidade sem precedentes do atual governo.

Análise do texto 8.1 (editorial de capa)

I - Enunciação

a) Modalidade enunciativa: editorial de capa, gênero opinativo

Espaço enunciativo: capa do jornal

Enunciadores: Grupo Folha, presidente Dilma, vice Michel Temer, presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, PT, PMDB, Congresso, Justiça, STF, TSE

b) Análise da polifonia: Grupo Folha se coloca como voz da sociedade e decreta o fim da linha para Dilma, elencando razões ao longo de 11 parágrafos para a necessidade de sua saída por meio de renúncia. Em três parágrafos, texto pede renúncia também de Temer e o impedimento, pela Câmara ou pelo STF, de Eduardo Cunha.

II – Análise discursiva

a) Palavras-chave: falta de governabilidade, crise moral e ética do governo, crise política e crise econômica, renúncia.

b) Intertextualidade: A intertextualidade envolve textos da economia, da política e do direito, elencando razões para a renúncia dupla de Dilma e Temer. O jornal defende a realização de novas eleições (Diretas-Já?).

III – Significados construídos

Presidente Dilma e o PT são representados como desmoralizados, corruptos, mentirosos (estelionato eleitoral), incompetentes (pior recessão da história) e responsáveis por um governo calamitoso. Para o jornal a saída seria a renúncia dupla para possibilitar novas eleições em 90 dias. Observa-se, na retórica do texto, um cuidado em externar a peculiaridade da defesa do jornal, que prega a renúncia da presidente e do vice ao invés de apoiar o impeachment. Seja porque não identifica a legitimidade do Congresso para levar o processo adiante, comandado pela “nefasta figura” de Eduardo Cunha, seja porque não identifica razões concretas para o impeachment, a FSP se apegua à defesa de novas eleições.

Preocupada em não contaminar seu discurso de imparcialidade e independência, num país dividido, a empresa chega a afirmar no editorial: “Esta **Folha** continuará empenhando-se em publicar um resumo equilibrado dos fatos e um espectro plural de opiniões, mas passa a se incluir entre os que preferem a renúncia à deposição constitucional.”

O texto põe em dúvida a validade do impeachment: “Não que faltem indícios de má conduta; falta, até agora, comprovação cabal. Pedaladas fiscais são razão questionável numa cultura orçamentária ainda permissiva.” Texto busca não implodir o contrato tácito de credibilidade com parte dos leitores que apoiava Dilma, ao mesmo tempo em que embarcava na onda que varreria o PT do poder. Ao defender novas eleições, buscava se blindar previamente a eventuais críticas de apoiadora do “golpe”, numa estratégia empresarial e política voltada a preservar algum capital de credibilidade.

4.2.1.9 Episódio 9: O Dia D na Câmara dos Deputados

No dia 17 de abril de 2016, um domingo, o Brasil pararia para acompanhar a votação em que os deputados decidiram pela continuidade do processo de impeachment contra Dilma. A FSP deu a seguinte manchete: “Com maioria contrária a Dilma, Câmara vota hoje impeachment”. Aparentemente, a FSP tentou estabelecer uma voz mais equilibrada, especialmente no editorial intitulado “Decisão da Câmara”.

Texto 9.1

Título: “Com maioria contrária a Dilma, Câmara vota hoje impeachment”

Subtítulo: A beira da decisão, os dois lados afirmam ter apoio para vencer * Manifestantes realizam atos pró e contra deposição * Temer rebate presidente sobre cortes sociais: ‘É mentira rasteira’

Pela segunda vez desde a redemocratização, a partir das 14h deste domingo (17), a Câmara dos Deputados decidirá o impeachment de um presidente da República. Dilma Vana Rousseff, primeira mulher eleita para o cargo no país, chega em situação difícil à sessão crucial, na qual são necessários 342 votos favoráveis para que o processo avance. Na véspera da definição, governo e oposição diziam ter apoio suficiente para vencer. Na última semana, a debandada de siglas antes aliadas da situação, como o PP e o PSD, acentuou o isolamento da presidente. Levantamento da **Folha** até encerrar-se esta edição indica que, dos 513 deputados, 347 defendem o impeachment e 130 são contra. Em caso de derrota de Dilma, caberá à maioria simples do Senado decidir se a presidente será afastada por até 180 dias. Nessa hipótese, assumiria o vice, Michel Temer, e os senadores se incumbiriam do julgamento final da mandatária petista. Na manhã deste sábado (16), Temer viajou a Brasília quando soube que o governo havia convencido parlamentares a mudar de posição. O vice rebateu a fala da presidente sobre corte de programas sociais. “Mentira rasteira. Mantereí os benefícios”, afirmou.

Para dedicar-se a buscar votos contra o impeachment, Dilma cancelou participação em ato de grupos de esquerda. **Poder A4**

Análise do texto 9.1

I - Enunciação

a) Modalidade enunciativa: é uma matéria jornalística, que informa, com caráter histórico, a decisão da Câmara dos Deputados sobre o futuro do processo de impeachment.

Espaço enunciativo: manchete principal, o tema ocupa toda a capa do jornal.

Cena enunciativa: Como ilustração da capa, consta um quadro (cujo título é “VOTO A VOTO Contagem da Folha aponta 347 a favor e 130 contra; 342 são necessários para a aprovação”) nominando cada um dos 513 deputados, seus partidos e as cores azul (indicando votos pró-impeachment) e vermelha (identificando deputados contrários ao processo de afastamento). Além da manchete principal, há chamadas secundárias para textos de opinião, buscando equilibrar as posições manifestadas contrárias e a favor de Dilma: “Se Câmara respeitar a Constituição, não haverá impeachment” (José Eduardo Cardozo); “Presidente Dilma foi omissa ou conivente, o que seria ainda pior” (Ives Gandra); “Plano governista de fritar o PMDB está no centro da crise atual” (Elio Gaspari); “Seguindo-se todos os ritos formais, falar em golpe será inaceitável” (Samuel Pessôa); “Brasil é historicamente inapto para viver sob regime democrático” (Janio de Freitas); “Sem junho de 2013, destino do governo teria sido diferente” (Antonio Prata).

Enunciadores: o principal enunciador é a Folha, já que ninguém assina o texto da capa, citando a Câmara dos Deputados, a presidente Dilma Rousseff, governo, oposição, PP, PSD, Senado, vice Michel Temer, grupos de esquerda.

b) Análise da polifonia: há citação de vozes indiretas: Câmara dos Deputados, a presidente Dilma Rousseff, governo, oposição, PP, PSD, Senado, grupos de esquerda. A única voz direta é a do vice Michel Temer, que “rebateu a fala da presidente sobre corte de programas sociais”, chamado-a de mentirosa e já falando como o novo presidente: “É mentira rasteira. Mantere os benefícios”. Não há nenhuma fala da presidente, de representantes do governo ou de deputados governistas contrários ao impeachment.

II - Análise discursiva

a) Palavras-chave: redemocratização, impeachment, primeira mulher, situação difícil, debandada, isolamento, mentira, benefícios.

b) Intertextualidade: pode ser considerada sequencial, ordenando as informações e dando coesão ao texto jornalístico.

c) Discurso jornalístico: é um texto noticioso, escrito em terceira pessoa, que destaca o dia histórico para o país, buscando mostrar as posições de ambos os lados, com vantagem para os opositores de Dilma. Não há menções à Lava Jato, nem à corrupção, nem a crise da economia.

d) Discurso político: o texto busca apresentar as informações destacando o caráter histórico da votação, “pela segunda vez desde a redemocratização”, fazendo referência ao processo contra Fernando Collor, em 1992, embora sem citar o ex-presidente. Traz intertextualidade da política, ao destacar aspectos do jogo do poder, como os votos a favor e contrários, a “debandada” de partidos, a busca pelo convencimento de parlamentares na última hora.

III - Significados construídos:

O texto busca apresentar as informações de forma objetiva, antecipando, no entanto, tendência de aprovação da continuidade do processo de impeachment na Câmara, conforme “levantamento da Folha até encerrar-se esta edição”. A apresentação da posição contrária ou a favor de cada um, além dos indecisos, não declarados e não encontrados, indica a maioria de 347 votos pelo impeachment, deixando pequena margem de esperança para a salvação de Dilma e sacramentando seu destino.

A citação direta do vice-presidente Michel Temer, no entanto, já falando como presidente da República, ao afirmar que “manterei os benefícios”, não é questionada pelo jornal, já que seria necessário, além da votação na Câmara, a decisão do Senado. As chamadas na capa para textos de opinião assinados por personalidades diferentes como o ex-ministro e advogado de Dilma, José Eduardo Cardozo (que ocupa o lugar mais alto na página), do jurista Ives Gandra, dos colunistas Samuel Pessôa, Janio de Freitas, Elio Gaspari e Antonio Prata, são apresentados em sequência vertical, intercalando posições e buscando agregar diversidade de vozes à capa do jornal, buscando construir um sentido de veículo plural, democrático e imparcial. Houve um rearranjo de posições. A bola estava, pois, novamente com o campo político, que recuperou temporariamente a legitimidade arranhada para concluir o serviço construído de forma conjunta com outros campos. Ao campo jornalístico caberia recuperar o ethos de credibilidade ao simplesmente relatar os fatos.

Texto 9.2 (Editorial)

Título: “Decisão da Câmara”

Subtítulo: Votação sobre impeachment de Dilma, seja qual for o resultado, não resolverá impasse político, moral e econômico do país

Seria exagerado dizer que a crise vivida pelo país neste momento é a mais grave de sua história. Para lembrar apenas dois exemplos, a que teve seu desfecho no suicídio de Getúlio Vargas, em 1954, e a que resultou em duas décadas de ditadura militar, em 1964, conheceram desdobramentos que, hoje, nem os mais pessimistas haveriam de prever. Em nenhum instante, contudo, foram tão grandes a impressão de complexidade, a carga de paradoxos, a variedade de alternativas e atitudes que a situação vem trazer aos olhos dos brasileiros. Neste domingo (17), a Câmara dos Deputados vota o impeachment da presidente Dilma Rousseff (PT). Já representa uma simplificação, entretanto, apresentar assim a decisão a ser tomada. Embora na prática seja disso que se trata, do ponto de vista jurídico e institucional a descrição é inexata. Trata-se de votar a autorização para a abertura de um processo por crime de responsabilidade da presidente, a ser ainda examinado, em caso de vitória da oposição, pelo Senado Federal — num prazo que deveria ser abreviado tanto quanto possível. Ainda que de ordem processual, o esclarecimento serve para indicar o grau de minúcia das discussões em curso — e que contrastam com a simples e precisa percepção da ampla maioria dos brasileiros: o governo Dilma Rousseff acabou. Está exaurido pela própria incompetência política, pelo incomparável desastre econômico que criou, pelo desvelamento de todo o sistema de corrupção que o PT instaurou no centro do poder. O país definha, e a presidente e seu partido são responsáveis por isso. O PIB recua, a inflação corrói salários, o desemprego aumenta, o crédito diminui; nenhum desses efeitos ocorreu sem que o dedo de Dilma estivesse entre as causas. Seu apetite intervencionista e sua inépcia gerencial arruinaram estatais como Petrobras e Eletrobras e afugentaram investidores. Se a certa altura da caminhada Dilma insinuou uma tímida correção de rumos, já era tarde. A oposição fez tudo para barrar suas esporádicas tentativas de reconduzir a economia na direção da boa administração das contas públicas. Entre os mais ferozes adversários da presidente contam-se figuras políticas notórias pelo envolvimento em diversos escândalos de corrupção, para não mencionar apenas a Operação Lava Jato. Tem-se o mais escarrado exemplo no presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ). Sobrevivendo no cargo por obra de expedientes que desafiam a credulidade, apaciência e a decência da sociedade, esse réu da Lava Jato surge, até segunda ordem, como um dos vencedores prováveis da batalha do impeachment. Enquanto isso, o vice-presidente Michel Temer (PMDB), com sua própria eleição contestada no Tribunal Superior Eleitoral e dirigindo uma agremiação habituada às mais rasteiras práticas políticas, prepara-se para assumir o poder. O quadro lembraria, para utilizar as palavras do poeta inglês Percy Bysshe Shelley (1792-1822), o da “hipocrisia cavalgando um crocodilo”, não fossem igualmente grotescos, mentirosos e reptilianos os protestos de inocência que Lula e seus coadjuvantes reclamam para si. Sem dúvida uma vitória do

impeachment neste domingo significará, para a expressiva maioria dos brasileiros, a justa punição de um governo que, na incompetência, na arrogância e no delírio de seu próprio isolamento, destruiu a economia, afundou-se na corrupção e escarneceu das instituições. Se o afastamento da presidente vier a ser confirmado, todavia, ele não representará de imediato a resolução da crise política, econômica e moral em que o país se acha. Fundado em premissas jurídicas em alguma dose contestáveis, o processo de impeachment é uma medida traumática, projetando para o futuro divisões e inconformismos que em nada contribuem para a travessia, a tudo crer longa, do grave momento econômico. Em vez desse recurso extremo, melhor seria a realização de eleições presidenciais ainda neste ano. Nos termos da Constituição, ela seria convocada em caso de renúncia da presidente e de seu vice — atitude dupla que esta **Folha** defende. São muitos os desafios que se oferecem ao país, seja qual for o resultado da votação na Câmara, e o governo precisará de renovadas doses de legitimidade para vencê-los. Salvar a economia é a prioridade, mas não será fácil. Alimentam-se, de um lado, resistências a medidas inadiáveis de restrição nos gastos públicos. De outro, promoveram-se ilusões demagógicas de que a sociedade não iria “pagar o pato”, sendo clara, no entanto, a necessidade de aumentar impostos a fim de restaurar finanças públicas que se aproximam do colapso. A corrupção, por sua vez, não será vencida num lance parlamentar. Cresce, além disso, o temor de que um governo peemedebista venha a tentar desarmar a máquina investigativa da Polícia Federal e do Ministério Público Federal, capaz de atingir muitos dos que hoje se pavoneiam na oposição. Nenhum desses desafios será superado a curto prazo, e de nada ajudarão um clima de exaltação partidária ou eventuais tentativas de abafar a Lava Jato — algo que os brasileiros jamais admitirão. A crise tem de ser encarada com equilíbrio, com espírito crítico e esperança construtiva — atitudes que esta **Folha**, ao longo de todo o processo, tem-se esforçado e se esforçará por manter.

Análise do texto 9.2 (Editorial)

I - Enunciação

a) Modalidade enunciativa: editorial, gênero opinativo

Espaço enunciativo: chamada de capa (“Decisão da Câmara”, “a respeito de votação que resolverá sobre a abertura do processo de impeachment e dos desafios que se apresentam ao país”) e página A2 do primeiro caderno do jornal.

Enunciadores: o principal enunciador é o Grupo Folha. São citados Getúlio Vargas, a Câmara dos Deputados, a presidente Dilma Rousseff, a maioria dos brasileiros, oposição, Senado, o PT, a Petrobras, a Eletrobras, investidores, oposição, PMDB (temor de que possa “abafar a Lava Jato”), Eduardo Cunha (PMDB-RJ), a sociedade, vice Michel Temer, o TSE, poeta inglês Percy Bysshe Shelley, Lula, Polícia Federal, Ministério Público Federal.

b) Análise da polifonia: há citação de vozes indiretas: Getúlio Vargas (suicídio), Câmara dos Deputados (decisão sobre o impeachment), a presidente Dilma Rousseff (crime de responsabilidade, incompetência política, desastre econômico, intervencionista, inépcia gerencial), PT (sistema de corrupção), PMDB (“agremiação habituada às mais rasteiras práticas políticas”), Lula (“grotescos, mentirosos e reptilianos” protestos de inocência), Michel Temer (tem sua eleição contestada no TSE), Eduardo Cunha (feroz adversário, “réu da Lava Jato” e “um dos vencedores prováveis da batalha do impeachment”), oposição (fez tudo para barrar suas esporádicas tentativas de reconduzir a economia na direção da boa administração das contas públicas). A única voz direta é a do poeta inglês Percy Bysshe Shelley (“hipocrisia cavalgando um crocodilo” para referir-se ao quadro com Temer na Presidência).

II - Análise discursiva:

a) Palavras-chave: crise, impeachment, incompetência, corrupção, Constituição, renúncia.

b) Intertextualidade: pode ser considerada sequencial, combinando diferentes textos e tipos de discurso de forma a ordenar as informações e dar coesão ao texto jornalístico.

c) Discurso jornalístico: de gênero opinativo, o editorial, representando a voz da empresa jornalística, utiliza-se de um metadiscurso para apresentar o quadro político que deve sacramentar o impeachment de Dilma, mas que não se esgotam aí os problemas, representados pela falta de credibilidade e de legitimidade da classe política como um todo. A operação Lava Jato aparece no discurso como se fosse a única instituição nacional digna de crédito e que conta com apoio da população. O jornal dá a receita para a superação da crise e se coloca como mediador equilibrado, “com espírito crítico e esperança construtiva” — atitudes que esta **Folha**, ao longo de todo o processo, tem-se esforçado e se esforçará por manter”.

d) Discurso político: cita o suicídio de Getúlio Vargas e a ditadura militar como crises mais graves na história do Brasil do que a atual, na iminência de resultar no impeachment de uma presidente. Cita escândalo de corrupção, batalha do impeachment, oposição, adversários ferozes, votação como termos do repertório político, além de atribuir incompetência política à presidente Dilma.

e) Discurso jurídico: processo do impeachment, crime de responsabilidade, Constituição, réu, Operação Lava Jato, premissas jurídicas, máquina investigativa da Polícia Federal e do

Ministério Público Federal são alguns dos termos do campo jurídico empregados pela FSP no editorial.

f) Discurso econômico: intervencionismo, inépcia gerencial, investidores, aumentar impostos, finanças públicas, PIB, inflação, crédito, desemprego.

III - Significados construídos:

O texto do editorial da *Folha* é produzido recorrendo a intertextualidades de diferentes campos sociais, organizando um metadiscorso (no sentido de Fairclough) sobre a realidade que busca analisar. Ainda que considere uma “justa punição de um governo que, na incompetência, na arrogância e no delírio de seu próprio isolamento, destruiu a economia, afundou-se na corrupção e escarneceu das instituições”, o impeachment, no discurso da *Folha*, está “fundado em premissas jurídicas em alguma dose contestáveis”. Diz ainda que “o processo de impeachment é uma medida traumática, projetando para o futuro divisões e inconformismos que em nada contribuem para a travessia, a tudo crer longa, do grave momento econômico”. O jornal propõe que, “em vez desse recurso extremo, melhor seria a realização de eleições presidenciais ainda neste ano”. Evoca a Constituição, que garantiria novas eleições, para defender “a renúncia da presidente e de seu vice”.

Há uma aparente dubiedade nos significados que o texto constrói, embora o sentido dominante seja o de que pelo impeachment ou pela renúncia Dilma deve sair, pois “seu governo acabou”. Apesar da ponderação de que o impeachment não resolverá os problemas do país, inclusive por conta de aspectos que pesam contra Temer e seu partido, mantém a esperança na Operação Lava Jato que continuará sendo a tábua de salvação do país, pois conta com o apoio dos brasileiros, independente dos políticos de plantão, que não resolverão os problemas num passe de mágica.

4.2.1.10 Episódio 10: Câmara autoriza o impeachment

Na edição do dia 18 de abril de 2016, uma segunda-feira, a *Folha de S.Paulo* saiu às ruas com a cobertura completa da aprovação do processo de impeachment pela Câmara dos Deputados na véspera: “IMPEACHMENT!”, estampou a manchete em letras garrafais. A foto principal mostrava deputados comemorando no plenário da casa. Alguns seguravam cartazes em verde e amarelo com os dizeres “Tchau, querida!”.

Texto 10.1 (capa)

Retranca: SIM 367 x 137 NÃO (7 abstenções de 2 ausências)

Título: IMPEACHMENT!

Subtítulo: Câmara autoriza processo contra a presidente Dilma Rousseff; Planalto diz que lutará até o fim, e Temer fala em ‘grande responsabilidade’

A Câmara dos Deputados autorizou neste domingo (17) a abertura do processo de impeachment contra a presidente Dilma Vana Rousseff (PT), 68, acusada de fraudar o Orçamento da União. Foram 367 votos a favor (72%) — eram necessários 342 — e 137 contra (27%). É a segunda vez que a Casa avaliza pedido de afastamento desde a redemocratização do país, em 1985.

A denúncia será agora remetida ao Senado, e a maioria simples dos 81 senadores decidirá em breve se instala o processo e a afasta por até 180 dias. Nesse caso, o vice, Michel Temer (PMDB), assume interinamente. À **Folha** 47 já declararam ser favoráveis ao impeachment.

O governo deve recorrer mais uma vez ao Supremo Tribunal Federal para tentar barrar a tramitação. Lideranças do PT defendem a convocação de eleições presidenciais. Dilma “não se curvará” e vai lutar até o fim, disse José Eduardo Cardozo, advogado-geral da União. Se o processo for instalado, os senadores se incumbirão de julgar a presidente.

São necessários 54 votos para a deposição, a suspensão por oito anos dos direitos políticos da petista e a efetivação de Temer no cargo, com mandato até 31 de dezembro de 2018. Ele seria o terceiro vice a governar o país em três décadas. José Sarney e Itamar Franco substituíram, respectivamente, Tancredo Neves, morto, e Fernando Collor, cassado.

A votação começou às 17h46, após 57 horas de sessão. Os 342 votos foram alcançados às 23h07, com Bruno Araújo (PSDB-PE). Só Mauro Lopes (PMDB-MG) mudou de posição e votou a favor do pedido. O último dos três dias foi marcado por alterações, críticas ao PT e ao presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), apoio à Operação Lava Jato e homenagens a familiares.

Nas ruas, a maior manifestação anti-Dilma reuniu 250 mil pessoas na avenida Paulista, segundo o Datafolha. Os simpatizantes da petista promoveram ato com 42 mil no vale do Anhangabaú, no centro de SP. O voto definidor foi saudado com panelaço e buzinaço.

Abandonada por aliados, a presidente atuou diretamente nas negociações para evitar o impeachment, com ajuda do ex-presidente Lula (PT). A ofensiva dos peemedebistas, porém, surtiu mais efeito. Primeira mulher a ocupar o cargo, Dilma foi reeleita em 26 de outubro de 2014 com 54,5 milhões de votos, 51,6% dos válidos, na vitória mais apertada desde 1989. Em agosto passado, já tinha a maior taxa de reprovação (71%) de um presidente em 30 anos. A economia se deteriorou após a reeleição. O desemprego (6,5% em 2014) saltou para 9,5% neste ano. Em 2015, o PIB teve a maior queda entre as 20 maiores economias do mundo. Neste ano, estima-se retração similar, de 3,8%. A inflação atingiu 10,7% em dezembro.

Nascido em Tietê (SP), Michel Miguel Elias Temer Lulia, 75, poderá tornar-se o 41º presidente. Foi professor de Direito Constitucional da PUC-SP, procurador-geral e secretário de Segurança de São Paulo e deputado federal por seis mandatos. Articulou o apoio do PMDB a Fernando Henrique Cardoso, do PSDB. Em 2006, negociou a aliança com o PT. Tem cinco filhos e a mulher, Marcela Temer, 32, está grávida do segundo do casal.

Chamado de golpista pela presidente, Temer passou as últimas semanas articulando a viabilidade política de seu governo. Aliados já discutem o eventual ministério. Entre os cotados para a Fazenda estão Henrique Meirelles e Armínio Fraga, ex-presidentes do Banco Central, e Paulo Hartung (PMDB), ex-governador do Espírito Santo. “O que nos espera é uma grande responsabilidade. Agora vem a parte mais difícil”, afirmou Temer à **Folha**. Tramitam no Tribunal Superior Eleitoral ações que podem resultar na cassação do peemedebista. **Poder**

Análise do texto 10.1

I - Enunciação

a) Modalidade enunciativa: Gênero noticioso

Espaço enunciativo: Toda a capa do jornal dedicada ao tema, com manchete principal e fotos.

Cena enunciativa: Dois fotos estampam a capa. Numa delas, a principal, deputados comemoram no plenário. Na outra, o vice Temer aparece sorrindo, braços cruzados, cercado por assessores.

Enunciadores: a Folha; a Câmara dos Deputados; o vice Michel Temer; Dilma Rousseff; o STF; José Sarney; Itamar Franco; Tancredo Neves; Fernando Collor.

b) Análise da polifonia: há *citação de vozes indiretas*: a Câmara dos Deputados (que autorizou a abertura do processo de impeachment), Dilma Rousseff (que vai responder o processo, “acusada de fraudar o Orçamento da União”), o Senado (que decidirá em breve o afastamento de Dilma), o vice Michel Temer (que deve assumir em breve), a Folha de S.Paulo (a quem 47 senadores admitiram votar pelo afastamento), o governo (que deve recorrer ao STF para barrar a tramitação), lideranças do PT (que defendem a convocação de eleições presidenciais), José Sarney e Itamar Franco (também do PMDB de Temer e que, como vices, assumiram a presidência na história recente pós-redemocratização, substituindo, respectivamente, Tancredo Neves, morto, e Fernando Collor, cassado), Bruno Araújo (PSDB-PE, que deu o voto 342 favorável ao impeachment), Mauro Lopes (PMDB-MG, que mudou de posição e votou a favor do pedido).

citações diretas: advogado da União José Eduardo Cardozo (para quem Dilma “não se curvará”), Michel Temer (“O que nos espera é uma grande responsabilidade. Agora vem a parte mais difícil”).

II - Análise discursiva

a) Palavras-chave: impeachment, afastamento, responsabilidade.

b) Intertextualidade: há o predomínio de intertextualidades da política, remetendo a outros episódios da história política, como a morte de Tancredo Neves, o impeachment de Fernando Collor, além de expressões do campo político, como lideranças, bancadas, votação. Também há intertextualidades do campo jurídico (“acusada de fraudar Orçamento da União”), do campo científico-midiático (o Datafolha atestando a existência de uma maioria nas ruas contra Dilma) e do campo econômico (desemprego, PIB em queda, retração, inflação). Todas essas intertextualidades combinadas justificam o revés de Dilma no plenário da Câmara.

III - Significados construídos:

A manchete, em caixa alta, utilizando a palavra “IMPEACHMENT!” dá a entender um veredito final do processo, o que resultaria no afastamento imediato de Dilma. Na verdade o que a Câmara autorizou foi a abertura do processo de impeachment contra ela, que seria ainda apreciado pelo Senado Federal. Ainda que o jogo de forças já estivesse resolvido contra a presidente, a Câmara havia votado apenas uma parte, ainda que importante, prevista no rito do processo. Portanto, objetivamente, o plenário da Câmara autorizou a abertura do processo contra Dilma. Essa seria a informação objetiva. A escolha do jornal, no entanto, construiu sentido de resultado final, o que só ocorreria no final de agosto de 2016 com a condenação de Dilma no Senado Federal.

A escolha do jornal deixa transparecer pressa na resolução do caso, na “retirada do bode da sala”, acelerando a saída de Dilma, vista pelo novo bloco majoritário instalado no Congresso Nacional, a partir de pressões do campo econômico, jurídico e mediático, como o grande empecilho para o desenvolvimento da economia do país. Ao referir a mobilização popular no importante dia, a Folha cita manifestação anti-Dilma, que “reuniu 250 mil pessoas na avenida Paulista”, segundo o Datafolha, enquanto os simpatizantes da petista promoveram ato com “42 mil no vale do Anhangabaú”, no centro de SP. Aqui o texto

reforça a legitimidade do processo de impeachment, como resultado do desejo da maioria da população brasileira, ainda que os números estejam circunscritos à capital paulista.

A notícia da Folha, construída como um relato objetivo, trata o impeachment como resultado da baixa popularidade de Dilma, do fraco desempenho da economia e do isolamento de Dilma, remetendo para aspectos da política relacionados também ao campo social, econômico e mediático (já que a popularidade está associada à sondagem da opinião pública). O texto termina apresentando Michel Temer, “chamado de golpista pela presidente”, como provável novo chefe da nação, na iminência de assumir o cargo, mas ressalva, na última frase, que o vice pode resultar também cassado por conta de ação no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) contra a chapa Dilma/Temer. A informação, ainda que importante do ponto de vista jornalístico, é utilizada na última frase e pode, também, ser interpretada como uma salvaguarda do jornal, zeloso de sua credibilidade, como forma de reforçar que não vai blindar Temer do noticiário negativo e que não considera a crise resolvida com a chegada do vice.

Texto 10.2

Título: “Assessores de petista já falam em levar caso ao Supremo”

Subtítulo: “Em entrevista após o resultado, ministro da AGU disse que a presidente ‘não se curvará’ à decisão da Câmara. Petista fará pronunciamento nesta segunda; PT discutirá lançar campanha por ‘Diretas Já’ ”

Autores: GUSTAVO URIBE, MARINA DIAS, VALDO CRUZ e MÔNICA BÉRGAMO

Confirmada a derrota, a equipe de Dilma Rousseff avaliou que a presidente “colheu o que plantou” na sua relação com a base aliada, mas disse que a petista pretende ir até o fim do julgamento no Senado e deve recorrer ao STF (Supremo Tribunal Federal) para questionar o mérito do pedido de impeachment. Assessores de Dilma classificaram a votação deste domingo (17) como totalmente política, e não técnica, um ato de vingança de deputados governistas que nunca se consideraram representados na gestão da petista. Para estes, a petista demorou muito para perceber que não bastava se considerar honesta para vencer a votação.

Em entrevista após a votação, o ministro José Eduardo Cardozo (Justiça) afirmou que “se alguém imagina que Dilma se curvará diante da decisão de hoje, se enganará”, acrescentando que a presidente, que fará um pronunciamento nesta segunda, “lutará para que o Brasil não sofra mais um golpe de Estado.” Já o ministro-chefe do Gabinete da Presidência, Jaques Wagner, disse esperar que o Senado faça “justiça” à petista. Ele

afirmou que a decisão “ameaça interromper 30 anos de democracia no país”.

O reconhecimento da derrota por parte da equipe de Dilma só ocorreu em meio à votação da Câmara, mas já havia uma avaliação durante o dia de que a situação era ruim. O ex-presidente Lula, que havia ido para São Paulo no sábado (16), voltou às pressas para a capital no domingo (17) depois de ser informado que Temer recuperava votos. Na biblioteca do Palácio da Alvorada, Dilma montou um núcleo de acompanhamento do dia com Lula, Wagner e Ricardo Berzoini (Secretaria de Governo), além do assessor especial Giles Azevedo.

O grupo também assistiu junto a votação da Câmara. Enquanto os deputados votavam, o ex-presidente passou boa parte do tempo calado e sentado, com aspecto tenso. Já a presidente estava mais agitada, andando e falando. “Como é que alguém consegue falar que quer acabar com a corrupção olhando para o Eduardo Cunha?”, comentou, ao ouvir o discurso de um deputado. Na hora do voto do ex-ministro dos Transportes Alfredo Nascimento (PR-AM), contrário à petista, Lula resumiu a frustração: “Decepção”. Nascimento foi um dos alvos da “faxina” ministerial do primeiro mandato da petista.

Depois da votação, a ordem do ex-presidente Lula é mobilizar o PT e a base social do partido para o cenário pós-impeachment. Ele afirmou que, caso o Senado aprove o processo, o PT não vai colaborar “de nenhuma maneira” como eventual governo do vice-presidente Michel Temer. O diretório do PT deve discutir na terça (19) que Dilma envie ao Congresso proposta de redução de seu próprio mandato e de convocação de eleições presidenciais ainda neste ano, junto das eleições municipais no país.

A ideia é que a presidente anuncie que abre mão de dois anos de mandato mesmo que chegue a ser inocentada de crimes de responsabilidade pelo Senado, que julgará se a petista é ou não inocente, consumando ou não o impeachment. O discurso do partido será o de que Dilma busca uma solução para a grave crise política que o Brasil atravessa, mas que não será resolvida por um presidente que não teria legitimidade por chegar ao poder por meio de um “golpe”.

Análise do texto 10.2

I - Enunciação

a) Modalidade enunciativa: Gênero noticioso

Espaço enunciativo: Editoria Poder, página A5

Cena enunciativa: Texto ocupa metade inferior da página, ilustrado por foto de Dilma pedalando sua bicicleta.

Enunciadores: Assessores, equipe de Dilma, Dilma, Lula, ministro José Eduardo Cardozo, ministro Jacques Wagner, PT.

b) Análise da polifonia: há citação de *vozes indiretas*: equipe de Dilma (ela deve recorrer ao STF para questionar o mérito), assessores de Dilma (classificaram a votação deste como totalmente política, e não técnica, um ato de vingança de deputados governistas que nunca

se consideraram representados na gestão da petista; Dilma demorou muito para perceber que não bastava se considerar honesta para vencer a votação), ex-presidente Lula, (voltou às pressas para Brasília no domingo depois de ser informado que Temer recuperava votos), diretório do PT (deve discutir que Dilma envie ao Congresso proposta de redução de seu próprio mandato e de convocação de eleições presidenciais ainda neste ano, junto das eleições municipais no país).

Vozes diretas: equipe de Dilma (“colheu o que plantou na sua relação com a base aliada”), ministro da AGU, José Eduardo Cardozo (“se alguém imagina que Dilma se curvará diante da decisão de hoje, se enganará”, a presidente “lutará para que o Brasil não sofra mais um golpe de Estado”), o ministro-chefe do Gabinete da Presidência, Jaques Wagner, (espera que o Senado faça “justiça” à petista; a decisão “ameaça interromper 30 anos de democracia no país”), Dilma (que, segundo a Folha, teria dito “como é que alguém consegue falar que quer acabar com a corrupção olhando para o Eduardo Cunha?”), Lula (“Decepção”, teria dito, segundo a Folha após o ouvir o voto do deputado Alfredo Nascimento, ex-ministro), Lula (PT não vai colaborar “de nenhuma maneira” com o eventual governo Temer).

II - Análise discursiva

a) Palavras-chave: impeachment, votação, luta, golpe

b) Intertextualidade: o discurso político predomina, com expressões como democracia, base aliada, luta, golpe de Estado, mobilização.

III - Significados construídos

O texto evidencia a intenção do governo Dilma de recorrer ao STF para contestar o avanço do processo de impeachment da Câmara para o Senado. Ou seja, significado é o de que haverá resistência de Dilma e do PT ao impeachment, que denunciam como sendo um golpe. A inconformidade petista com o processo, ao falar em luta, também evoca rebeldia, o que pode construir significados de insubordinação às regras e às leis. A notícia dá amplo espaço para vozes do governo, derrotado na Câmara, e mostra o seu isolamento por conta da tsunami do impeachment.

4.2.1.11 Episódio 11: Dilma é afastada e Temer assume

Após a votação no Senado Federal que autorizou a abertura do processo de impeachment, em 12 de maio de 2016, a presidente Dilma Rousseff foi afastada por 180 dias. Temer assumiu e empossou o novo ministério no mesmo dia, prometendo reformas e garantindo compromissos com programas sociais que foram a marca dos governos petistas. Na edição de 13 de maio, a Folha deu amplo destaque para o acontecimento político histórico.

Texto 11.1

Título da manchete: “TEMER ASSUME E DEFENDE REFORMAS E GASTO SOCIAL”

Subtítulo: Afastada pelo Senado por 55 votos a 22, Dilma Rousseff afirma que resistirá até julgamento - Interino exalta Lava Jato e fala em ‘governo de salvação nacional’ - Paulista de 75 anos é o 41º e o mais velho a chegar ao cargo

O vice-presidente, Michel Miguel Elias Temer Lulia, 75, assumiu a Presidência da República nesta quinta-feira (12), após o afastamento da petista Dilma Vana Rousseff, 68, pelo Senado Federal, por 55 votos a 22. É a segunda vez que a Casa instaura um processo de impeachment desde a redemocratização do país, em 1985. Após sessão de quase 22 horas, finda na manhã de quinta, Dilma foi afastada por até 180 dias. Em caso de condenação, o peemedebista será efetivado no cargo, com mandato até 31 de dezembro de 2018.

Em discurso na cerimônia de posse de seus 23 ministros, Temer afirmou que manterá programas sociais como Bolsa Família, Minha Casa, Minha Vida e Fies. O presidente interino prometeu reformas trabalhista e previdenciária, “democracia da eficiência” de gastos, corte de cargos políticos, reequilíbrio de contas públicas e melhoria do ambiente de negócios. Louvou a Operação Lava Jato e o combate à corrupção e pediu “um governo de salvação nacional”. Por fim, citou a atualidade do lema de sua gestão, “Ordem e Progresso”, presente na bandeira nacional.

Para reforçar a base aliada no Congresso, Temer nomeou 13 parlamentares (57%) para o ministério, que reduziu de 32 pastas para 23. Ex-presidente do BC na gestão Lula, Henrique Meirelles será o titular da Fazenda; o tucano José Serra, das Relações Exteriores. Nascido em Tietê (SP), Michel Temer é o 41º a chegar ao cargo e o mais velho ao assumir em 126 anos de República. Foi professor de direito constitucional da PUCSP e deputado por seis mandatos, entre outras funções.

O afastamento marca o fim da era petista no poder. De 2002 a 2016, a sigla venceu quatro eleições presidenciais, promoveu avanço social mas também desemprego recrudescente e protagonizou escândalos de corrupção. Dilma enfrentou crise econômica, acusações de fraude orçamentária (leia quadro abaixo) e as maiores manifestações de rua da

história. Em discurso, admitiu erros, mas não “crimes”, e chamou de “golpe” o processo chancelado pelo Supremo Tribunal Federal. **Poder**

Análise do texto 11.1

1. Enunciação

a) Modalidade enunciativa: Gênero noticioso

Espaço enunciativo: Manchete principal e toda a capa do jornal com destaque para repercutir a posse de Temer.

Cena enunciativa: A capa traz duas fotos: a principal, em que Temer discursa num púlpito com o brasão da República, cercado por uma multidão de políticos e apoiadores (cerimônia ocorreu num salão menor do Palácio do Planalto, talvez para provocar o efeito gerado pela imagem, de um grande número de apoiadores). Na outra foto, Dilma aparece na área externa em frente ao Palácio do Planalto discursando observada por Lula e cercada por apoiadores. Além das fotos, a capa traz um pequeno quadro, intitulado “ACUSAÇÕES A DILMA - Fundamentação jurídica do afastamento da petista”. O quadro busca justificar a legalidade do processo que levou Temer a assumir a Presidência, abordando aspectos interpretados da Constituição Federal (“É crime de responsabilidade atentar contra a lei orçamentária”); a Lei 1.079, que define os crimes de responsabilidade (“É vedada a abertura de créditos sem fundamento em lei ou sem as formalidades legais”); e a Lei de Responsabilidade Fiscal (“É proibida a operação de crédito entre instituição financeira estatal e o ente da federação que a controle”).

Enunciadores: presidente interino Michel Temer, Dilma Rousseff, Senado Federal, parlamentares, Lula, Henrique Meirelles, José Serra, Supremo Tribunal Federal.

b) Análise da polifonia: há citação de *vozes indiretas*: Michel Temer (que assumiu a Presidência da República; manterá programas sociais como Bolsa Família, Minha Casa, Minha Vida e Fies; prometeu reformas trabalhista e previdenciária, corte de cargos políticos, reequilíbrio de contas públicas e melhoria do ambiente de negócios; louvou a Operação Lava Jato e o combate à corrupção; citou a atualidade do lema de sua gestão, “Ordem e Progresso”, presente na bandeira nacional; para reforçar a base aliada no Congresso, nomeou 13 parlamentares para o ministério, que reduziu de 32 pastas para 23; é paulista e o 41º a chegar ao cargo e o mais velho ao assumir em 126 anos de República; foi professor de direito constitucional da PUCSP e deputado por seis mandatos, entre outras funções); Dilma Rousseff (afastada pelo Senado Federal por até 180 dias; enfrentou crise

econômica, acusações de fraude orçamentária e as maiores manifestações de rua da história; em discurso, admitiu erros, mas não “crimes”, e chamou de “golpe” o processo chancelado pelo Supremo Tribunal Federal); Senado Federal (pela segunda vez instaurou um processo de impeachment desde a redemocratização do país, em 1985); Henrique Meirelles (ex-presidente do BC na gestão Lula, será ministro da Fazenda); José Serra (tucano será ministro das Relações Exteriores); PT (venceu quatro eleições presidenciais; promoveu avanço social mas também desemprego recrudescente e protagonizou escândalos de corrupção). Há citação de *voz direta*: Michel Temer (“democracia da eficiência” de gastos; pediu “um governo de salvação nacional”).

II - Análise discursiva

a) Palavras-chave: afastamento; reformas; programas sociais; eficiência; Operação Lava Jato.

b) Intertextualidade: O texto de capa dá ênfase ao discurso proferido por Temer ao assumir a Presidência. As intertextualidades mostram elementos do discurso político, do discurso econômico e do discurso jurídico, compondo um quadro de referências amplo que dão suporte ao texto jornalístico e aos significados do acontecimento relatado.

III - Significados construídos

Chama a atenção a preocupação da *Folha* em justificar a pertinência jurídica do processo de Dilma. Isso fica evidente na cena enunciativa da capa do jornal, que traz um quadro para destacar a fundamentação jurídica do afastamento da presidente. Já o texto, destacando o caráter histórico do acontecimento, a posse de Temer (é o 41º a chegar ao cargo e o mais velho ao assumir em 126 anos de República), salientou trechos do discurso atribuído a Temer que buscam dialogar com amplos setores da sociedade brasileira. Para contemplar a população, afirmou que “manterá programas sociais como Bolsa Família, Minha Casa, Minha Vida e Fies”, além de defender o combate à corrupção e a Operação Lava Jato.

Para o campo econômico, prometeu reformas trabalhista e previdenciária, “democracia da eficiência” de gastos, corte de cargos políticos, reequilíbrio de contas públicas e melhoria do ambiente de negócios. Também fez um aceno para o campo jurídico

ao “louvar a Operação Lava Jato”. Para o campo político, pediu “um governo de salvação nacional”.

O texto decreta o fim da era petista no governo e, ao dar voz a Dilma, “que chamou de ‘golpe’ o processo chancelado pelo Supremo Tribunal Federal”, o jornal assumiu discurso utilizado por parlamentares da oposição que utilizavam o mesmo argumento para refutar a crítica petista. Se o STF chancelou, como pode ser golpe? A lógica do argumento e a estratégia discursiva, encampada pela Folha, portanto, evidenciam o objetivo de “limpar” o processo de impeachment contra a forte acusação de golpe parlamentar. Assim, a defesa do argumento do golpe passa a ser um discurso à margem da lei, contrário às instituições, portanto ilegal e ilegítimo.

4.3 Análise dos resultados

A seguir, passaremos a discutir algumas premissas que resultaram das análises dos textos acima.

a) O Datafolha, como enunciador, cumpriu o papel de atestar o desejo soberano e democrático da maioria contrária ao governo Dilma nos textos da *Folha*.

Dois episódios analisados foram marcantes para evidenciar o Datafolha, um dos braços empresariais do Grupo Folha, como importante enunciador a validar a expressão democrática legítima (representada por números e estatística) como fundamento do processo de impeachment. Em 14 de março de 2016 a Folha deu manchete para a manifestação “anti-Dilma” ocorrida no dia anterior na avenida Paulista. O “maior ato da história”, segundo o jornal, superava as manifestações pelas Diretas-Já e teria força para impulsionar o impeachment. “O maior ato político já registrado pelo Datafolha”, de acordo com o texto da notícia, levou “cerca de 500 mil pessoas” à avenida e “suas adjacências”. A autoridade científico-midiática do Datafolha reforça a legitimidade e a credibilidade do texto jornalístico que construiu o sentido de uma onda contra-hegemônica capaz de arrastar o governo. Ao referendar tantas vozes pedindo o impeachment da presidente Dilma, o jornal construiu como significado o caráter popular, democrático e, portanto, legítimo do processo para destituir um governo eleito pelo voto.

Um outro exemplo significativo da intertextualidade científica trazida pelo Datafolha, apresentado como importante enunciador numa notícia do jornal, foi a matéria de 19 de março de 2016 sobre as manifestações pró-Dilma e, portanto, contrárias ao impeachment, ocorridas na véspera. A FSP também deu sua manchete principal para o acontecimento: “Maior ato do dia, na Paulista, reuniu 95 mil, diz Datafolha”. Assim como havia dado manchete principal para o “maior ato da história”, a favor do impeachment, ainda que com destaque maior em sua capa, o jornal usou o mesmo critério, dando manchete para o outro lado do “muro”, que simbolizou a divisão política na sociedade desde a reeleição de Dilma por uma margem estreita de votos.

Ainda que o texto mostrasse a dimensão também significativa das manifestações contra o impeachment, que “levaram milhares às ruas de ao menos 45 cidades, incluindo todas as capitais”, o Datafolha atestou apenas 95 mil pessoas contra o impeachment. Muito pouco diante das 500 mil auferidas pelo instituto dias antes. Não se questiona a validade ou não dos números. Mas de fato a recontextualização discursiva feita pelo jornal expôs como uma queda de braço desigual.

Em sua defesa, o discurso do jornal poderá ser o de que cumpriu o seu papel ao dar espaço para os posicionamentos políticos distintos. Mas os significados produzidos foram muito distintos. O intertexto científico do Datafolha evidenciou, assim, quem gritou mais alto, ou seja, atestou a existência, ainda que num nível simbólico, de uma ampla maioria de cidadãos querendo a saída de Dilma e do PT. Nos campos político e midiático é sempre mais prudente ficar junto com “a maioria”.

Do ponto de vista empresarial, contar com um instituto como o Datafolha, é um diferencial na disputa com os concorrentes. Por meio dele, a Folha de S.Paulo tem a possibilidade de criar os acontecimentos, a partir das informações que produz, obtendo vantagem em poder antecipar cenários e tendências. Nesse sentido, interfere no cenário político.

b) Sobre os acontecimentos analisados, o jornal construiu discurso de deslegitimação da política, dos políticos e da presidente Dilma.

A partir de intertextualidades da política, da economia e do campo jurídico presentes nos textos noticiosos e nos editoriais da Folha analisados, o jornal construiu um discurso de

deslegitimação da presidente Dilma Rousseff, do ex-presidente Lula, que garantia a ela alguma sustentação política, e do Partido dos Trabalhadores. Vejamos alguns exemplos extraídos da nossa análise.

Em 3 de março de 2016, a manchete da Folha dava destaque para um acontecimento que fragilizaria ainda mais a posição de Dilma e do ex-presidente Lula: “Ex-líder do governo liga Dilma e Lula à Lava Jato, e oposição pede renúncia”. Por meio de intertextualidades da política e do campo jurídico, o texto implica diretamente a presidente Dilma e o ex-presidente Lula na operação que investigava o esquema de corrupção na Petrobras. Identificada como inimiga da Operação Lava Jato, a partir de um enunciador que garante verossimilhança ao enunciado jornalístico (por se tratar de petista ex-líder do governo), Dilma fica encurralada pelo texto, ainda que tivesse sua voz citada para denunciar “o uso abusivo de vazamentos como arma política”.

A cadeia intertextual que originou o texto na Folha, partiu de um suposto depoimento à Justiça, que foi noticiado pela revista *IstoÉ* e acabou reproduzido pelo diário paulista. O próprio texto da notícia projetou o próximo ato do jogo político: “As revelações devem dar força a protestos anti-Dilma no próximo dia 13”.

Na edição de 17 de março de 2016, a edição do jornal mostrava que a crise política ganharia contornos ainda mais dramáticos. A manchete “Presidente atuou para evitar a prisão de Lula, indica gravação”) trazia o que seria a prova definitiva da implicação de Dilma na obstrução da Justiça, a partir de áudios de escutas telefônicas entre Dilma e Lula liberadas pelo juiz Sergio Moro. Na mesma edição, em editorial, a Folha decretava: “É o fim”. A divulgação dos grampos telefônicos com o áudio de conversa entre Dilma e Lula, feita por um importante agente do jogo político do impeachment, o juiz Sergio Moro, Dilma e Lula dariam, segundo o jornal, “novos motivos para a oposição pedir impeachment”.

O campo jurídico explicitamente atuou no campo político, inviabilizando a nomeação de Lula como chefe da Casa Civil, numa tentativa de evitar que Dilma ganhasse fôlego contra sua cassação. Além de desqualificar Lula, como político em vias de ser preso, o texto, por meio de intertextualidade do campo jurídico, também sugeriu que Dilma possa ter cometido “crime de responsabilidade”, segundo “especialistas ouvidos pela Folha”. Já no editorial “É o fim”, o jornal bateu ainda mais forte: “a dupla [Dilma e Lula] superou, com certeza, tudo o que já se tinha visto do PT e arredores em matéria de cinismo, de imprudência e provocação”.

Nascimento (2007) já havia constatado a emergência dos procuradores e promotores do Ministério Público como importantes agentes atuando no campo jornalístico-midiático. O pesquisador identificou a dependência da imprensa brasileira à agenda do Ministério Público. Cabe lembrar que, assim como o Ministério Público, a Polícia Federal vêm tendo destaque nos meios de comunicação por meio de suas operações com nomes inspirados na mitologia ou na antiguidade, o que também pode ser o indício de um alargamento do campo.

Em outro texto analisado, do gênero notícia (“Cunha ameaça o PT, que repensa apoio à cassação”), o sentido da luta política une os destinos de Eduardo Cunha e Dilma Rousseff, a partir de um jogo que envolve ameaças e chantagens. Foco do noticiário por estar na mira do Conselho de Ética da Câmara dos Deputados, o protagonismo de Cunha como enunciador evidencia uma estratégia sua para virar o jogo e colocar os holofotes sobre Dilma.

O significado construído sobre PT, por outro lado, é do pragmatismo, seja livrando Cunha do processo no Conselho Ética para salvar Dilma, seja votando contra o presidente da Câmara para agradar a opinião pública. A polarização Cunha-Dilma, representada pela notícia da Folha como um jogo amigos-inimigos em que um busca eliminar o outro do tabuleiro político, constrói significado de que os destinos do país estão subordinados a interesses mesquinhos, de ambos os lados.

Além do gênero notícia, editoriais também construíram discurso de deslegitimação da política e dos políticos, envolvendo principalmente Dilma e Cunha. No editorial publicado em 1º de dezembro de 2015 (“Desalento e esperança”), a voz do jornal constrói o texto com base em intertextualidades do campo científico (pesquisas Datafolha), do campo político (crise política, baixa popularidade de Dilma, Lula perde pontos na corrida eleitoral, Eduardo Cunha representando a degradação da política), do campo econômico (depressão da economia, desemprego) e do campo jurídico (operações Lava Jato e Zelotes, juiz Sergio Moro). “O Datafolha atesta que a Justiça jamais teve tanto apoio”, diz a última frase do editorial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve início a partir de uma preocupação abrangente sobre as relações entre jornalismo e política. É senso comum afirmar que a prática jornalística contribui para promover mudanças sociais ou para favorecer determinados interesses e grupos sociais, econômicos ou político-partidários. A afirmativa instigou a realização de uma investigação mais específica do campo jornalístico. Orientado pelos estudos da Análise Crítica do Discurso, de vertente inglesa, e o conceito de campo desenvolvido por Pierre Bourdieu, o trabalho buscou pesquisar como o discurso jornalístico constrói significados sobre acontecimentos do campo político.

Mediante pesquisa bibliográfica e empírica, objetivou-se investigar um jornal impresso com legitimidade e reconhecimento no âmbito do jornalismo brasileiro – a *Folha de S.Paulo* – examinando textos dos gêneros noticioso e opinativo produzidos pelo jornal relacionados aos acontecimentos que resultaram no impeachment da presidente Dilma Rousseff em 2016. A escolha do acontecimento político – o impeachment da primeira mulher eleita presidente do Brasil – se deu pela sua relevância e impacto no cenário político brasileiro e internacional.

O problema de pesquisa, portanto, orientou-se no sentido de apreender, mediante a análise discursiva, como o principal jornal impresso brasileiro construiu significados sobre o jogo do poder que resultou no impeachment. Nosso objetivo geral foi analisar de que forma a *Folha de S.Paulo*, por meio de textos de notícia e editoriais, construiu um discurso político sobre o impeachment. Como objetivos específicos, buscamos verificar como o texto jornalístico da *Folha* incorporou intertextualidades do campo político sobre o impeachment, e, ainda, identificar como essa intertextualidade se expressou na (re)construção de um tipo particular de discurso sobre a realidade sociopolítica brasileira do período em questão.

A pesquisa utilizou o conceito de campo de Bourdieu para entender as dinâmicas em jogo no jornalismo e na política, e tomou a análise crítica do discurso, na ótica de Norman Fairclough, como o caminho para examinar textos e seus significados, com o auxílio da hermenêutica de profundidade (THOMPSON, 1995), que leva em conta os elementos sociais e históricos nos quais os acontecimentos estão inseridos, constituindo-se como construções simbólicas.

A tese foi estruturada em cinco partes: Introdução: os capítulos I (Os Campos do Jornalismo e da Política); II (Fundamentos do Discurso); III (Procedimentos Metodológicos); IV (O Discurso do Impeachment de Dilma na Folha); e considerações finais. O primeiro capítulo teve como objetivo fundamentar o conceito de campo como instrumento analítico das atividades do jornalismo e da política, configurando o modo de atuação dos seus agentes e a sua interdependência como elemento fundamental na dinâmica de sociedades democráticas como a brasileira, cuja dimensão cidadã está inserida no mercado das formas simbólicas mediatizadas.

No capítulo II, buscamos discutir fundamentações teóricas que informam a hermenêutica e a análise crítica do discurso, bem como sua adequação para compreender o discurso jornalístico, conforme a configuração do objeto de pesquisa proposto pelo presente trabalho. No capítulo III, detalhamos o processo metodológico com suas categorias de análise. E no capítulo IV realizamos a análise crítica do discurso aplicada a textos noticiosos e editoriais da *Folha de S.Paulo* relacionados ao cenário que resultou no impeachment da presidente Dilma Rousseff, processo esse que atingiu seu ápice entre os meses de março e maio de 2016, culminando no afastamento definitivo em 31 de agosto daquele ano.

Diversos episódios sociais e políticos, como as decisões no Parlamento e as manifestações públicas nas principais cidades brasileiras, marcaram o desenvolvimento do impeachment e foram a base para selecionar reportagens, a partir das manchetes de capa, e editoriais da *Folha de S.Paulo*, compondo um quadro dos principais acontecimentos relacionados ao impeachment, que se desenrolou entre dezembro de 2015 e agosto de 2016. Nosso recorte, no entanto, foi até a posse de Michel Temer como presidente interino, em 12 de maio de 2016.

As análises permitiram perceber como o campo jornalístico-midiático se estrutura a partir de interdependências com outros campos sociais, de onde busca extrair a universalidade apontada por Groth (2011) como uma das características de um jornal. Por conta da interdiscursividade e da intertextualidade presentes no discurso e no texto jornalísticos, o trabalho dos profissionais de imprensa envolve uma construção social, como o resultado de inúmeras interações entre diversos agentes sociais, especialmente do campo político, cujos representantes buscam participar da construção das notícias (TRAQUINA, 2005; COOK, 2011).

Bourdieu (2011) considera que uma importante transformação da política, nas últimas décadas, foi o ingresso dos jornalistas como agentes do campo político. O sociólogo francês constata que, de certa maneira, o campo jornalístico está envolvido pelo campo político, ambos situados sob a influência do mercado e da instância cidadã. Por outra perspectiva, numa cultura midiaticizada, podemos enxergar o campo jornalístico-midiático colonizando outros campos sociais, e o político em especial.

Mais do que uma fraqueza, a expansão do campo jornalístico-midiático para outros campos sociais pode revelar força do jornalismo como área do conhecimento que contribui ativamente para a construção da realidade (TRAQUINA, 2005). Por outro lado, a presença de profissionais do campo jornalístico atuando em outros campos sociais como a política, principalmente, contribui para a promoção de estratégias de comunicação como a criação de acontecimentos (RODRIGUES, 1994).

O emprego de estratégias para influenciar na construção das notícias é legítimo, em função dos inúmeros interesses de agentes atuando para participar do agendamento, buscar visibilidade ou influenciar o debate de ideias. Há sempre o risco, no entanto, de tentativas de manipulação, propagações de boatos ou mentiras, acusações sem provas, etc. Problemáticas colocadas pelo que se convencionou chamar de “pós-verdade” estão em discussão atualmente, em especial na sociedade norte-americana após a eleição de Donald Trump.

As empresas jornalísticas, além disso, também estão inseridas no campo econômico e, portanto, subordinadas às regras do mercado, o que já traz implicações para o processo produtivo, para a distribuição e o consumo dos produtos da mídia. Os interesses econômicos e empresariais dos grupos de comunicação impactam as relações da mídia com o campo político e social.

O campo jornalístico, por outro lado, sustenta sua legitimidade e sua autoridade por um saber profissional, amparado em códigos de conduta, e pela reivindicação de um lugar de mediação pautado por regras que garantem o controle sobre os acontecimentos reportados. O conjunto de discursos e de práticas sócio-discursivas intervém na constituição e ou transformação das condições de interação entre os sujeitos-agentes e na sua participação em situações de esfera pública, virtuais ou presenciais. Ao responder pela mediação, o campo jornalístico-midiático articula a instância cidadã ao campo político.

Assim como a mídia também articula o consumidor ao campo econômico. (TRAQUINA, 2005).

Na história recente do Brasil, a relação entre o jornalismo e a política pode ser compreendida a partir de algumas observações de Pierre Bourdieu. De acordo com o pesquisador francês, “o campo jornalístico produz e impõe uma visão inteiramente particular do campo político, que encontra seu princípio na estrutura do campo jornalístico e nos interesses específicos dos jornalistas” (BOURDIEU, 1997, p. 133).

Bourdieu defende que os mecanismos usados para chamar a atenção dos leitores acabam produzindo um efeito global de despolíticação ou, mais exatamente, de desencanto com a política. Considerando que todo discurso é poder, um poder que se exerce na relação entre quem fala e quem escuta, só a análise sistemática e rigorosa dos textos jornalísticos, sejam eles opinativos ou informativos, pode revelar o jogo de poder que se estabelece entre os grupos políticos.

A análise dos diversos episódios do grande acontecimento conhecido como O Impeachment, a partir das publicações de notícias, capas de jornal e editoriais impõe a questão: qual a contribuição da *Folha de S.Paulo* com seu protagonismo político para a concretização do impeachment? Como o discurso da Folha se caracteriza como um discurso político?

De acordo com Fairclough (1999), o poder do discurso político depende de sua capacidade de constituir e mobilizar forças sociais que são capazes de realizar mudanças. O autor chama a atenção para o fato de que o discurso político é hoje em dia mediatizado, representado pelo discurso jornalístico. Para muitos autores, a mídia jornalística passou a ser a instituição política e ideológica mais notável da contemporaneidade. E isto ocorre porque os gêneros discursivos não são mais políticos, mas são gêneros mediáticos. As práticas políticas tradicionais, como discursos em parlamentos, debates, são recontextualizados em seus significados sob a forma de editoriais, manchetes e notícias.

Para Fairclough (1999, p.198), o discurso político mediatizado, como uma nova ordem discursiva, deve ser observado como um campo de hegemonia cultural, constantemente aberto à luta por poder, não só entre instituições jornalísticas ou mediáticas, mas para esta luta na sociedade como um todo. O objetivo torna-se mobilizar um consenso hegemônico. Como afirma Ralph Milliband (apud MCNAIR 1995), a mídia, em todas as sociedades capitalistas, tem sido consistentemente e predominantemente agência de

doutrinação conservadora. E, como afirma Foucault (1973), o discurso não é somente aquele que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, senão aquele por meio do qual se luta.

As sociedades passaram a ser impulsionadas por uma lógica mediática. O processo político ficou inexoravelmente dependente e condicionado e passou a ser um prolongamento da mídia em geral e da imprensa em particular. É a imprensa que seleciona, tipifica, descontextualiza e recontextualiza, estrutura e referencia o real (MOTTA, 2002). É um paradoxo, porque se, de um lado, o discurso jornalístico defende uma posição de imparcialidade e de distanciamento no relato dos acontecimentos, de outro, não existe imprensa sem inserção política, como um instrumento do poder constituído ou de oposição a esse poder. O jornalismo é uma instituição política, ainda que de um tipo específico, como afirma Cook (2011).

As polarizações que surgiram na internet brasileira e nas ruas se aprofundaram a partir da campanha eleitoral de 2014, envolvendo direita e esquerda, discursos de ódio e manifestações de intolerância que podem indicar um alto grau de politização da sociedade brasileira, se pensarmos a divisão amigos-inimigos como o princípio elementar da política, tal qual preconiza Carl Schmitt (1992). Por outro lado, podem ser o sintoma de outro tipo de fenômeno sociopolítico, que deve merecer a atenção de pesquisadores e instituições sociais e políticas.

O discurso jornalístico da *Folha de S.Paulo* sobre o impeachment de Dilma Rousseff, em 2016, foi o objeto de estudo analisado na presente tese. Discurso esse presente nos textos de notícias e em editoriais, abordando aspectos da crise política que culminou na deposição de Dilma, após 13 anos de hegemonia petista. Uma conclusão importante das análises discursivas, portanto, mostra que, a partir de intertextualidades dos campos político, jurídico, econômico e científico-midiático, o discurso da *Folha de S.Paulo* deslegitimou o governo Dilma e legitimou o processo de impeachment.

Um editorial publicado em 03 de dezembro de 2015, na mesma edição dedicada à cobertura da aceitação da análise do pedido de impeachment por Eduardo Cunha, evidenciava o discurso de deslegitimação dos políticos, em geral, e de Dilma Rousseff e Eduardo Cunha, em particular. Intitulado “O vício contra o vício”, o editorial comparava Dilma e Cunha como exemplos da falta de virtude na política. São classificados no texto como representantes do “cinismo e incompetência”, “chantagem e esbulho”, “propina e pedalada”. O jornal considerou que o impasse político que ambos representavam fazia mal

ao país e que a aceitação da análise do pedido daria oportunidade ao país para superar de vez a crise.

Além de referendar, ao longo do processo, a existência de uma maioria a favor do impeachment de Dilma (expresso em textos analisados e em manchetes sobre pesquisas e sondagens de opinião do Datafolha), o que por si só, já enfatizava a existência de um desejo popular soberano e, portanto, legítimo de mudança no comando da nação, o discurso da *Folha* passou a legitimar o processo de impeachment, ainda que restassem dúvidas sobre a existência ou não dos tais crimes de responsabilidade necessários para afastar a presidente, que ainda hoje são motivo de controvérsia.

Em 13 de maio de 2016, jornal publicou a manchete “Temer assume e defende reformas e gasto social”. Ao lado do texto da chamada de capa, o espaço de enunciação mais importante de um impresso, havia um quadro com um resumo do que seria a fundamentação jurídica para o afastamento da petista. Essa intertextualidade jurídica, manifesta na citação às leis e suas definições, traziam autoridade ao texto jornalístico e ao acontecimento em si.

O texto trazia citação direta, dando voz a Dilma, “que chamou de ‘golpe’ o processo chancelado pelo Supremo Tribunal Federal”. Ao usar a palavra golpe entre aspas, a *Folha* construiu o mesmo discurso que vinha sendo usado por opositores da presidente para contestar a denúncia do golpe, feita pelos petistas e por parte da sociedade contrária ao impeachment. O significado construído pelo texto, portanto, buscava limpar o processo de qualquer eventual dúvida sobre a sua lisura. Se o STF chancelou, como pode ser golpe, é o outro sentido tomado do enunciado, empurrando o argumento de Dilma e dos petistas para a margem da lei, configurando-se como contrário às instituições democráticas, portanto, ilegal e ilegítimo.

Toda a análise leva à confirmação das características políticas do jornalismo da *Folha*. O jornal construiu discurso de apoio ao impeachment, sem que tenha havido comprovação da existência de crime de responsabilidade, enquanto, por meio de estratégias discursivas, a *Folha* buscou referendar seu “jornalismo crítico”, “apartidário” e “pluralista” (NOVO MANUAL DE REDAÇÃO, 1992). No entanto, a análise dos editoriais produzidos durante o processo do impeachment, enunciados que indicam a voz da empresa, mostram a desconstrução progressiva do governo Dilma com palavras fortes. O textos das notícias analisados também construíram significados, por meio das intertextualidades adotadas, que

deslegitimaram o governo Dilma e, por outro lado, legitimaram a chegada de Temer ao poder.

Explicitamente, portanto, a *Folha* não defendeu o impeachment de Dilma, embora a tenha atacado e pregado abertamente, em seus editoriais, a necessidade de saída dela do governo. O episódio polêmico gerado por um editorial da FSP, publicado em 17 de fevereiro de 2009, caracterizando a ditadura militar brasileira de “ditabranda”, talvez exigisse certo distanciamento em mais um momento-chave da democracia brasileira, já que, além disso, historicamente pesa contra o jornal o apoio explícito dado ao Golpe Militar em 1964.

Como vimos, a desconstrução da presidente Dilma e do PT, como resultado de um conjunto de fatores como a crise política, econômica e ética, pôde ser observada em textos noticiosos e em editoriais do período pré-impeachment. No editorial de capa “Nem Dilma nem Temer”, de 3 de abril de 2016, o texto da Folha diagnostica que Dilma perdeu as condições de governar (“É com pesar que este jornal chega a essa conclusão”) e afirma que a presidente “colhe o que merece” (“formou-se imensa maioria favorável a seu impeachment”). No entanto, o texto entende que o PT, “mesmo desmoralizado”, tem respaldo de uma “minorias expressiva” e o impeachment (“ainda que por meios legais”) tenderá a deixar um “rastro de ressentimento”. O editorial defende a renúncia de Dilma e de Temer para a realização de novas eleições em 2016. Como estratégia discursiva, o jornal evitou se comprometer com a defesa do impeachment, embora, de forma dúbia, já tenha condenado Dilma previamente à proscricção da história.

Em outro editorial publicado em 17 de abril de 2016 (“Decisão da Câmara”), dia da votação da admissibilidade do impeachment no parlamento, a FSP voltou a declarar que o governo Dilma acabou (“exaurido pela própria incompetência política, pelo incomparável desastre econômico que criou, pelo desvelamento de todo o sistema de corrupção que o PT instaurou no centro do poder”). Ao mesmo tempo em que coloca os argumentos que, para o jornal, justificam a necessidade de Dilma deixar a Presidência, a Folha também condena Eduardo Cunha (“o mais escarrado exemplo” de envolvimento com a corrupção) e levanta suspeitas sobre o vice Michel Temer (“com sua própria eleição contestada no Tribunal Superior Eleitoral e dirigindo uma agremiação habituada às mais rasteiras práticas políticas”). Lula, tampouco, foi poupado (com seus “grotescos, mentirosos e reptilianos protestos de inocência”).

Ao desqualificar a política e importantes lideranças, embora tenha poupado o PSDB, principal partido de oposição a Dilma, o texto da *Folha* afirmava que o impeachment não seria solução. Voltava a defender a realização de novas eleições presidenciais ainda em 2016 mediante renúncia dupla da presidente e do vice (“o governo precisará de renovadas doses de legitimidade” para vencer os desafios). O jornal se coloca, por fim, como mediador importante na superação da crise (que “tem de ser encarada com equilíbrio, com espírito crítico e esperança construtiva – atitudes que esta **Folha**, ao longo de todo o processo, tem-se esforçado e se esforçará por manter”).

O discurso da *Folha de S.Paulo* sobre o período estudado, do ponto de vista ideológico, teve viés moralista ao apontar a corrupção como marca da política. Na economia, a ideologia liberal prevaleceu na condenação das tais “pedaladas” de Dilma e na defesa da responsabilidade fiscal. Por meio de operações intertextuais, o texto jornalístico do diário paulista seqüestrou temporariamente a legitimidade da classe política, para transferi-la ao campo jurídico, que, no jogo dos significados construídos pelo texto mediático, passou a representar a esperança da população e, junto ao campo jornalístico, uma das únicas autoridades legítimas.

O campo jurídico, por sua vez, subverteu a ordem do discurso, produzindo interferência no jogo político de forma midiaticizada, como no episódio dos grampos telefônicos de Dilma e Lula. Os textos da *Folha*, autorizados por intertextualidades jurídicas e políticas, produziram a condenação prévia de Dilma, de Lula e do PT nas páginas do jornal. Restituíram, assim, a legitimidade parcialmente suprimida a uma parcela do campo político para o processamento do impeachment. Para que a complexa operação discursiva que instituiria uma “nova ordem” se completasse, a cobertura do jornal, com o referendo do Datafolha, reconciliou a “maioria” dos cidadãos, que saíram às ruas de verde e amarelo como a expressão legítima da democracia, ao novo bloco hegemônico, que nada mais fez, do ponto de vista discursivo estratégico, do que obedecer “a voz das ruas”.

Contribuições para outras pesquisas sobre o tema

No caso do jornalismo político, sabe-se que a busca por histórias, eventos e personagens dignos de virar notícia não favorece igualmente todos os agentes políticos em todas as questões (COOK, 2011). Num contexto de crise de legitimidade e de descrédito na

política e nos políticos, o Brasil passou a enfrentar uma conjugação de crises na economia, na política, com o acirramento da luta entre oposição e governo, em especial a partir da reeleição de Dilma em 2014, e de natureza ética, com a eclosão de denúncias de corrupção envolvendo agentes públicos.

O campo jurídico, representado pela Polícia Federal, Ministério Público e Justiça Federal, passou a ocupar o centro do espaço público, agendando o jornalismo, a política e a sociedade, que saiu às ruas pedindo um basta. Associados à corrupção, o PT, Dilma e Lula viraram o alvo da fúria coletiva alimentada quase que diariamente com revelações, antes de concluídas as investigações, de desvios e crimes.

O discurso jornalístico da *Folha* sobre o impeachment de Dilma, tomando por base os textos estudados, recorreu principalmente aos discursos produzidos em outros três campos sociais: o econômico, o jurídico e o político. A articulação dessas intertextualidades no texto do jornal, como é comum no gênero notícia, buscou assegurar um *ethos* de credibilidade, em especial a partir das intertextualidades do campo jurídico, combinadas com o discurso econômico crítico ao governo presente nos editoriais.

Episódios que revelaram vazamentos de investigações ou atuação política de agentes do campo jurídico construíram, a partir de textos do jornal, significados que implicaram a presidente Dilma e o seu governo em crimes de corrupção. A condenação da mídia e da sociedade, sabe-se, chega sempre antes dos ritos processuais da Justiça.

Os textos do jornal analisados permitiram identificar o jogo do poder que levou a uma virada radical no tabuleiro da política brasileira contemporânea, fora do período eleitoral, instaurando nova hegemonia no cenário nacional para levar adiante um novo projeto político e econômico, sob orientação liberal, com apoio da *Folha de S.Paulo*, o principal jornal diário do país.

O jornal, por sua vez, utilizou como estratégia discursiva não defender diretamente o impeachment, embora tenha passado a defender a saída de Dilma às vésperas da votação da abertura do processo de impeachment na Câmara dos Deputados. Para o jornal, o fato, que não ficou comprovado, de crime de responsabilidade da presidente, necessário para a consecução do impeachment, restou como algo secundário, como ficou evidente em especial nos editoriais analisados.

O discurso da *Folha* sobre o processo de impeachment incidiu na deslegitimação de Dilma Rousseff como autoridade em condições de ocupar a Presidência da República. Seu

noticiário apoiou-se no discurso jurídico, quase sempre anônimo, para associar Dilma, Lula e o PT à corrupção, comprometendo sua autoridade moral e sustentação política na figura do ex-presidente. Apoiou-se no discurso do mercado para denunciar a “irresponsabilidade” da presidente na condução da economia. Apoiou-se no descontentamento público com a classe política, no geral, e nas manifestações antipetistas, em particular, para construir significados de que a “maioria da população” respaldava o impeachment. Por fim, apoiou-se no discurso político da oposição para evocar a falta de liderança e de legitimidade da ex-presidente para superar a crise política, em boa dose alimentada por Eduardo Cunha, no comando da Câmara dos Deputados.

Mas por que, então, o jornal não defendeu abertamente o impeachment de Dilma, já que nos editoriais analisados o grupo empresarial passou a pregar explicitamente a saída da presidente, inclusive por meio de renúncia? Haveria dúvidas do jornal quanto à fundamentação jurídica do processo ou tratou-se de uma estratégia jornalístico-empresarial de evitar colocar-se ao lado de Temer? Essas questões permanecem em aberto e poderão ser exploradas em outros estudos e investigações.

As diferentes operações intertextuais conferem legitimidade e autoridade ao texto jornalístico, mas por si só não garantem transparência, que talvez passe a ser um valor cada vez mais necessário, num mundo em que há profusão de formas simbólicas mediatizadas, para reforçar ou mesmo repactuar o contrato de confiança com o conjunto da sociedade. Passar a explicitar os processos de produção e as formas de incorporação das diversas cadeias intertextuais aos textos jornalísticos pode ser uma estratégia discursiva que leve mais transparência à mediação operada pelos profissionais de imprensa e seja um fator determinante para o futuro do jornalismo.

Teorias democráticas atribuem centralidade à comunicação e ao jornalismo, a partir da necessidade de existência de fontes de informação diversificadas disponíveis aos cidadãos (DAHL, 2016; MIGUEL, 2014; RUBIM, 2004; ALDÉ, 2004; GOMES, 2004). Por conta da inserção do campo jornalístico em outros campos sociais, como o político, cabe a investigações futuras e às discussões no ambiente acadêmico voltado à formação de futuros profissionais, refletir sobre a pertinência do jornalismo reafirmar seus compromissos, refinar seus processos e métodos para torná-lo o mais transparente e plural possível.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Afonso de; HOLZBACH, Ariane Diniz. Metamorfoses do contrato representativo: jornalismo, democracia e os manuais de redação da Folha de S.Paulo. **Comunicação, mídia e consumo**. PPGCOM ESPM. V.5. n. 14. 2008. Disponível em: <<http://revistacmc.espm.br/index.php/revistacmc/article/view/141/141>>. Acesso em 18 Fev. de 2017.

ALSINA, Miquel Rodrigo. **A Construção da Notícia**. Petrópolis, RJ : Vozes, 2009.

ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. 4. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

BAKHTIN, Mikhail (Volochinov). **Marxismo e Filosofia da Linguagem: Problemas fundamentais do Método Sociológico na Ciência da Linguagem**. 6ª Ed. São Paulo: Hucitec, 1992.

_____. **The dialogical imagination**. trans. Emerson, C. and Holquist, M. , University of Texas Press, 1981.

BARBALET, J.M. **Teorias da cidadania**. In: A Cidadania. Lisboa: Editorial Estampa, 1989. pp 11-24.

BARROS, Diana Pessoa de; FIORIN, José Luiz (orgs.). **Dialogismo, Polifonia, Intertextualidade: Em torno de Bakhtin**. São Paulo: Editora da Universidade, 1999. (Ensaio de Cultura, 7)

BARTHES, Roland. **Elementos de semiologia**. Lisboa: Edições 70, 1984.

_____. **Mitologias**. São Paulo: Difel, 1985.

_____. **Análise estrutural da narrativa**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1968.

BECKER, Howard. **Segredos e Truques da Pesquisa**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

BENVENISTE, Emile. **Problemas de linguística geral**. São Paulo: Editora Nacional, 1988.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A Construção Social da Realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. 4ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1978.

BIRD, E. E DARDENNE, R. 'Mito, registro e estórias: explorando as qualidades narrativas das notícias'. In TRAQUINA, N.(org) **Jornalismo: questões, teorias e "estórias"**. Lisboa: Vega, 1993.

BLUMER, Herbert. **Symbolic Interacionism: Perspective and method**. Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice-Hall, 1969.

BOURDIEU, Pierre. O campo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 5, p. 193-216, July 2011. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-33522011000100008>>. Acesso em 27 Fev. 2017.

_____. **Sobre a Televisão**, seguido de A influência do jornalismo e Os Jogos Olímpicos. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1997

_____. **A Economia das Trocas Linguísticas: o que falar quer dizer**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1991.

_____. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. **Uma história social da mídia: de Gutenberg à Internet**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

BRIN, Colette; CHARON, Jean; BONVILLE, Jean. **Nature et Transformation du Journalisme: théorie et recherches empiriques**. Quebec: Les Presses de L'Université Laval, 2007.

BROUSTAU, Nadège; JEANNE-PERRIER, Valérie; LE CAM, Florence; PEREIRA, Fábio H. A entrevista de pesquisa com jornalistas – Introdução. **Sur le Journalisme**. Vol 1, n 1, 2012.

CANEZIN, Maria Tereza. **Introdução à teoria e ao método em ciências sociais e educação**. Goiânia: Ed. da UCG, 2001.

CARDON, Dominique; HEURTIN, Jean-Philippe; LEMIEUX, Cyril. **Parler en Public**. In: **Politix**. Vol. 8, No 31, 1995, pp. 5-19.

CASTELLS, Manuel. **Communication, Power and Counter-power in the Network Society**, 1. In: **International Journal of Communication**, n.1. 2010, p.236-288.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso Político**. São Paulo: Contexto, 2006.

CHOMSKY, Noam. **Manufacturing Consent**. Nova York: Pantheon Books, 1998. (com Edward Herman).

COOK, Timothy E. O jornalismo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 6, p. 203-247, Dec. 2011. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-33522011000200009>>. Acesso em 28 Fev. 2017.

CORREIA, João Carlos. **Comunicação e Cidadania: os *media* e a fragmentação do espaço público nas sociedades pluralistas**. Lisboa: Livros Horizonte, 2004.

COVRE, Maria de Lourdes M. **O que é Cidadania?** São Paulo: Braziliense, 1999.

DAHLGREN, Peter. El espacio público y los medios – una nueva era? In: VEYRAT-MASSON, Isabelle; DAYAN, Daniel (comps.). **Espacios Publicos en Imagenes**. Barcelona: Gedisa Editorial, 1997.

DEUZE, Mark. **What is journalism?: Professional identity and ideology of journalists reconsidered**. In **Journalism**, 6 (4), p. 442-464, 2005.

DIREITO, Carlos Alberto Menezes. **A disciplina jurídica do Impeachment**. Brasília, DF, 2006. Disponível em: <<http://bdjur.stj.jus.br//dspace/handle/2011/9109>>. Acesso em: 26Fev. 2017.

DUARTE, Teresa. A possibilidade de investigação a 3: reflexões sobre triangulação (metodológica). **CIES e-Working Paper** N. 60/2009.Lisboa.

EAGLETON, Terry. **Ideology: an introduction**. Londres: Verso, 1994.

ECO, Umberto. **Conceito de texto**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1984.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discourse representation in media discourse**. Lancaster: Lancaster University, Working Papers, 1988.

_____ **Language and Power**. Londres: Longman, 1989.

_____ **Discourse and social change**. Londres: Polity, 1994

_____ **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora da UnB, 2001

_____ **Media discourse**. Londres: Edward Arnold, 1995.

_____ **Language and globalization**. Londres: Routledge, 2006.

FAUSTO NETO, Antonio. “Tchau, querida”: leitura do impeachment-revista. **Animus** – Revista Interamericana de Comunicação Midiática. E-ISSN 2175-4977. V. 15, n. 30, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/animus/article/download/22726/pdf>>. Acesso: 26 Fev. 2017.

_____. Discurso Político e Mídia. In: RUBIM, Antonio A. Canelas. **Comunicação e política: conceitos e abordagens**. Salvador: Edufba, 2004. p. 105-126.

_____. **O Impeachment da Televisão: como se cassa um presidente**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1995.

FIDALGO, Joaquim. Jornalistas na busca inacabada da identidade. 4o Congresso da Sopcom. Universidade de Aveiro, out. 2005. **Livro de Actas...** Universidade de Aveiro, 2005.

FIORIN, José Carlos. **Introdução ao Pensamento de Bakhtin**. São Paulo: Ática, 1999, 2006.

FLICHY, Patrice. **Lo Imaginario de Internet**. Madrid: Editorial Tecnos, 2003.

FLORIANI, Adriano W. **Os Circuitos Comunicativos e a Construção da Cidadania no Ciberespaço: tramas do sentido em redes de weblogs**. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, UFRGS, 2005. 175 p.

_____; MORIGI, Valdir Jose. Circuitos comunicativos e construção da cidadania no ciberespaço: tramas do sentido em redes de weblogs. **Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia**, v. 1, n. 30, 2006.

_____; MOTA, Célia Ladeira. Telejornalismo e Política: o jogo do poder. In: EMERIM, Cárlica; FINGER, Cristiane; PORCELLO, Flávio. **Telejornalismo e Poder**. Coleção Jornalismo Audiovisual. Vol. 5. Florianópolis : Insular, 2016. Cap. 6, p. 123-137.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 3. ed. Rio de Janeiro : Forense-Universitária, 1987.

_____. **Microfísica do Poder**. 18. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2003.

_____. **O Que É Um Autor?** 4. ed. Lisboa: Vega, 2002.

_____. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987. 288 p.

_____. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

FREITAS, Antonio C.R. de. O desenvolvimento do conceito de intertextualidade. **Revista Icarahy**. Edição n. 06/2011. Universidade Federal Fluminense.

FSB PESQUISA. **Mídia e política 2016**: hábitos de informação e monitoramento político. 6 – Brasília : FSB Comunicação, 2016.

GALTUNG, J. e RUGE M. A estrutura do noticiário estrangeiro: a apresentação das crises do Congo, Cuba e Chipre em quatro jornais estrangeiros. In: TRAQUINA, Nelson (org). **Jornalismo: questões, teorias e estórias**. Lisboa: Veja, 1994, p.61-73.

GANCHO, Cândida Vilares. **Como Analisar Narrativas**. 7. ed. São Paulo: Ática, 2003.

GARCIA Canclini, Nestor. **Consumidores e cidadãos**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1996.

GOFFMAN, Erving. **A Representação do Eu na Vida Cotidiana**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985, 2003.

_____. **Manicômios, Prisões e Conventos**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1974.

GOMES, Wilson. **Transformações da política na Era da comunicação de massa**. São Paulo: Paulus, 2004.

GONZAGA MOTTA, Luís. 'Teoria da Notícia: as relações entre o real e o simbólico'. In MOUILLAUD, M, PORTO, S. (Org). **O Jornal da forma ao sentido**. Brasília: Paralelo 15, 1997

_____. **Narratologia: Teoria e Análise da Narrativa Jornalística**. Brasília: Casa das Musas, 2005.

GRIGOLETTO, Marisa. **A resistência das palavras**. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

GROTH, Otto. **O Poder Cultural Desconhecido: Fundamento da Ciência dos Jornais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

GUAZINA, Liziane S.; HERRMANN, Julián D.; PEREIRA, Fábio H. (Orgs.). **Novos Questionamentos em Mídia e Política**. Florianópolis: Insular, 2015.

GUIMARÃES, Eduardo. 'Enunciação e história'. In GUIMARÃES, E. (org) **História e sentido na linguagem**. Campinas: Editora Pontes, 1989.

_____. **Texto e argumentação**. Campinas: Editora Pontes, 1995.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança Estrutural da Esfera Pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HALL, Stuart. 'Cultural Studies: two paradigms'. In *Media, culture and society*, n. 2, 1980.

_____ 'Encoding and decoding'. In HALL, S. HOBSON, D. LOWE, D. e WILLIS, P (ORG) **Culture, Media, Language**. Londres: Routledge, 1978.

_____ 'Cultural identity and diáspora'. In RUTHERFORD, J. (org) **Identity – Community, Culture, Difference**. Londres: Lawrence e Wishart, 1990.

_____ A centralidade da cultura: notas sobre revoluções do nosso tempo. In **Educação e Realidade**, 22 (2): 15-45, 1997.

_____ **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1997.

_____ 'Quem precisa de identidade?' In SILVA, T.T. (org) **Identidade e Diferença**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 7ª. Edição, 2007.

HEDMAN, Ulrika; DJERF-PIERRE, Monika. The Social Journalist: Embracing the social media life or creating a new digital divide? In **Digital Journalism**, Vol. 1, No 3, 2013, 368-385, DOI: [10.1080/21670811.2013.776804](https://doi.org/10.1080/21670811.2013.776804)

HOHLFELDT, Antônio, MARTINO, Luís. e FRANÇA, Vera. **Teorias da comunicação: conceitos, estórias e tendências**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2001.

JESUS, Eduardo; TRINDADE, Eneus; JANOTTI JÚNIOR, Jeder; ROXO, Marco. Reinvenção comunicacional da política: modos de habitar e desabitare o século XXI, Edufba; Brasília, **Compós**, 2016. ISBN 978-85-232-1483-8

KALUME, A.C. **O jornalista brasileiro: análise das competências em um contexto de mudança no ambiente profissional provocada pela inserção das Tecnologias da Informação e da Comunicação**. Tese (Doutorado em Comunicação). Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UnB. Brasília: Universidade de Brasília, 2014.

KRISTEVA, Julia. **Introdução à Seminálise**. São Paulo: Debates, 1969, 1986.

LAGE, Nilson. **Estrutura da notícia**. 6ª ed. São Paulo: Ática, 2006.

_____. Teoria e técnica do texto jornalístico. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

_____. **Ideologia e técnica da notícia**. 3ª ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2001.

LE MASURIER, Megan. What is Slow Journalism? **Journalism Practice** 9 (2): 138–152. 2015. doi: 10.1080/17512786.2014.916471

LIMA, Venício de. Comunicações no Brasil: novos e velhos atores. In: LIMA, Venício de. **Mídia: teoria e política**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

LUZ, Thaíze Ferreira da. A influência da mídia na queda de um Presidente. **BIBLOS**, [S.l.], v. 16, p. 45-53, dez. 2007. ISSN 2236-7594. Disponível em: <<https://seer.furg.br/biblos/article/view/410/95>>. Acesso em: 26 fev. 2017.

MAFFESOLI, Michel. **A Transfiguração do Político**: a tribalização do mundo. Porto Alegre: Sulina, 1997.

_____. **O Tempo das Tribos**: o declínio do individualismo nas sociedades de massa. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.

_____. Mediações simbólicas: a imagem como vínculo social. In: MARTINS, Francisco Menezes; SILVA, Juremir Machado da (orgs.). **Para Navegar no Século XXI - Tecnologias do Imaginário e Cibercultura**. 2 ed. Porto Alegre: Sulina/Edipucrs, 2000.

_____. **A Violência Totalitária**: ensaio de antropologia política. Porto Alegre : Sulina, 2001.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso**. Campinas: Editora da Unicamp, 3ª edição, 1976,1997.

_____. **Análise de textos de Comunicação**. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

MARTINS, Luís. ‘Imprensa, Discurso e Interatividade’. In MOULLAUD, Maurice, PORTO, Sérgio. (org). **O Jornal da forma ao sentido**. Brasília: Paralelo 15, 1997.

MARSHALL, T.H. **Cidadania, Classe Social e Status**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

MARTÍN-BARBERO, Jesus. **Dos Meios às Mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. Trad. Roland Polito e Sérgio Alcides. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2000, 2003.

_____. O medo da mídia – política, televisão e novos modos de representação. In: DOWBOR, Ladislau; IANNI, Octavio; RESENDE, Paulo-Edgar A.; SILVA, Hélio (orgs.). **Desafios da Comunicação**. Petrópolis, RJ : Vozes, 2001.

MATTELART, Armand e Michele. **História das Teorias da Comunicação**. 5ª ed. São Paulo : Loyola, 2002.

MEDINA, Cremilda. **A Arte de Tecer o Presente**: narrativa e cotidiano. São Paulo: Summus, 2003.

MEDITSCH, Eduardo. **Jornalismo e Construção Social do Acontecimento**. In: BENETTI, M. e FONSECA, V. (org) **Jornalismo e Acontecimento**, mapeamentos críticos. Florianópolis: Editora Insular, 2010.

MICK, J; LIMA, S. **Perfil do Jornalista Brasileiro**. Florianópolis: Insular, 2013.

MIGUEL, Luis Felipe. **Democracia e Representação**: territórios em disputa. 1. Ed. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

_____. Os meios de comunicação e a prática política. **Lua Nova**, 2002, n. 55-56

MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell (orgs.). **O Jornal**: Da forma ao sentido. 3. ed. rev. ampl. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012.

MOTA, Célia Ladeira. 'O gesto e a palavra: representações sobre cidadania no telejornal'. In VIZEU, A, PORCELLO, Flávio, MOTA, Célia. (org) **Telejornalismo, a nova praça pública**. Florianópolis: Editora Insular, 2006.

_____. Tese **Representações da identidade nacional na notícia da TV**. Faculdade de Comunicação, UnB, 2008.

_____. **Jornalismo: discurso, narrativa e cultura**. In: PEREIRA, F., MOURA, D, ADGHIRNI, Z. **Jornalismo e Sociedade**. Florianópolis: Insular, 2010.

_____. GONZAGA MOTA, Luís, CUNHA, Jandyra (org). **Narrativas Midiáticas**. Florianópolis: Editora Insular, 2012.

MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana (Orgs.). **Ethos Discursivo**. São Paulo: Contexto, 2008.

MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell (orgs.). **O Jornal**: da forma ao sentido. 3ª. Ed. Brasília : Editora Universidade de Brasília, 2012.

MURTHY, Dhiraj. Digital Ethnography: An examination of the use of new technologies for social research. **Sociology**. Volume 42 (5): 837-855. Los Angeles, London, New Dheli and Singapore: Sage Publications, 2008.

NASCIMENTO, Solano. **Jornalismo sobre investigações**: relações entre Ministério Público e a imprensa. 216 f. 2007. Tese (Doutorado em Comunicação)-Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

NEVEU, Érik. **Sociologia do Jornalismo**. São Paulo : Edições Loyola, 2006.

NUNES, Jordão Horta. **Interacionismo Simbólico e Dramaturgia**: A sociologia de Goffman. São Paulo: Associação Editorial Humanitas; Goiânia: Editora UFG, 2005.

ORLANDI, Eni. **Discurso, imaginário social e conhecimento. Em Aberto**. Brasília, ano 14, n. 61, jan./mar. 1994.

_____. **Alingagem e seu funcionamento**. Campinas: Editora Pontes, 1987.

_____ (org) **Discurso fundador**. Campinas: Editora Pontes, 1996.

_____ **Interpretação:autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1996.

OROZCO-GÓMEZ, Guillermo. **La Investigación en Comunicación Desde la Perspectiva Cualitativa**. Instituto Mexicano para el Desarrollo Comunitario. Guadalajara: 2000.

PALACIOS, Marcos. Os blogs e o alargamento do campo jornalístico. **Seminário Cultura e Pensamento, MINC/MEC, Recife**, 2007.

PAULUSSEN, Steve; HARDER, Raymond. Social Media References in Newspapers: Facebook, Twitter and YouTube as sources in newspaper journalism. **Journalism Practice**, 8:5, 542-551. London, Routledge, 2014.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas: Editora da Unicamp, 1988.

_____ **O Discurso: estrutura ou acontecimento**. Campinas: Editora Pontes, 1975, 1990.

PEREIRA, Fábio H.; MOURA, Dione O; ADGHIRNI, Zélia L. (Orgs.). **Jornalismo e Sociedade**: teorias e metodologias. Florianópolis: Insular, 2012.

_____ ; ADGHIRNI, Zélia Leal. O Jornalismo em Tempo de Mudanças Estruturais. **Intexto**, Porto Alegre: UFRGS, v. 1, n. 24, p. 38-57, janeiro/junho 2011.

_____ ; **Jornalistas-intelectuais no Brasil**. São Paulo: Summus, 2011.

_____ ; NAVES, L.M.. A entrevista de pesquisa com jornalistas: algumas estratégias metodológicas. **InTexto** (UFRGS. Online), v. 29, p. 35-50, 2013a.

_____ ; A study on Brazilian web journalists Professional careers. **Comunicación y Sociedad** (Navarra) v. XXVI, p. 127-151, 2013b.

_____ ; El mundo de los periodistas: aspectos teóricos y metodológicos. **Comunicación y Sociedad**, v. 13, p. 101-124, 2010.

PERUZZO, Cicília Krohling. **Comunicação nos Movimentos Populares**: a participação na construção da cidadania. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

PEUCER, Tobias. Os relatos jornalísticos. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, 1 (2) 2004, p. 13-30.

PONTE, Cristina. **Para entender asnotícias**. Florianópolis: Insular, 2005.

POSTER, Mark. Cidadania, mídia digital e globalização. In: MORAES, Dênis (org.). **Por uma Outra Comunicação**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2003. pp. 315-336.

POUPART, Jean; DESLAURIERS, Jean-Pierre; GROULX, Lionel-H.; LAPERRIÈRE, Anne; MAYER, Robert; PIRES, Álvaro P. **A Pesquisa Qualitativa**: Enfoques epistemológicos e metodológicos. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

_____. A entrevista do tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. In POUPART, J.; DESLAURIERS, J.-P.; GROULX, L.H.; LAPERRIÈRE, A.; MAYER, R. et PIRES, A.P. **A Pesquisa Qualitativa: Enfoques Epistemológicos e Metodológicos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. pp. 215-253

RAMOS, Murilo César. Comunicação, direitos sociais e políticas públicas. In: PERUZZO, Cicília; BRITTES, Juçara (orgs.). **Sociedade da Informação e Novas Mídias**: participação ou exclusão?São Paulo: Intercom, 2002.

RIORDAN, Kellie. Does journalism still require impartiality? **The Guardian**, 5 setembro de 2014. Disponível em: <http://www.theguardian.com/commentisfree/2014/sep/05/does-journalism-still-require-impartiality?CMP=tw_t_gu>

ROBINSON, S. Traditionalists VS. Convergences: Textual Privilege, Boundary Work, and the Journalist-Audience Relationship in the Commenting Policies of Online News Sites. **Convergence: The International Journal of Research into New Media Technologies**, Vol. 16, p. 125-143, 2010.

RODRIGUES, Adriano Duarte. **Comunicação e Cultura**: a experiência cultural na era da informação. Lisboa: Presença, 1994.

RUBIM, Antonio A. Canelas (org.). **Comunicação e política**: conceitos e abordagens. Salvador : Edufba, 2004. 578 p.

_____. A Política na Idade Mídia. In: ALMEIDA, Jorge; CANCELLI, Vitória (org.). **Estratégia** - A luta política além do horizonte visível. São Paulo; Fundação Perseu Abramo, 1998.

RUELLAN, Denis. Corte e Costura do Jornalismo. In **Líbero**, número 18, dezembro 2006.

_____. Le professionnalisme du flou. **Reseaux**, 51, PP. 25-37, 1992.

SALLUM JR., Brasília; CASARÕES, Guilherme Stolle Paixão e. O impeachment do presidente Collor: a literatura e o processo. **Lua Nova**, São Paulo, n. 82, p. 163-200, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452011000100008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 26 Feb. 2017.

SANT'ANNA, F.C.C.M. **Mídia das Fontes**: um novo ator no cenário jornalístico brasileiro. Um olhar sobre a ação midiática do Senado Federal. Brasília: Edições Técnicas do Senado Federal, 2009.

SANTI, Vilso J.C.; BARICHELLO, Eugenia M.M. da Rocha. As implicações do ethos midiático no fazer jornalístico em tempos de tecnocultura. **Sessões do Imaginário**. Porto Alegre, n. 19, FAMECOS/PUCRS, agosto de 2008.

SANTOS, Hermílio. Cidadania interativa, comunidade e sociedade: uma análise com prelúdio e três atos. **Revista FAMECOS**: mídia, cultura e tecnologia. Porto Alegre, n. 23, abril 2004. pp. 128-139.

SARTORI, Ademilde; ROESLER, Jucimara. Narrativa, cidadania e o não-lugar da cultura. **Revista FAMECOS**: mídia, cultura e tecnologia. Porto Alegre, n. 23, abril 2004, pp. 70-76.

SCHMITT, Carl. **O Conceito do Político**. Coleção Clássicos do Pensamento Político. Petrópolis, RJ : Vozes, 1992.

SENNETT, Richard. **O Declínio do Homem Público**: as tiranias da intimidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SILVA, Gislene. Para pensar critérios de noticiabilidade. **Estudos em jornalismo e mídia**, v. 2, n. 1, p. 95-107, 2008.

SILVA, Luiz Martins. **Jornalismo e Pós-jornalismo, Trabalho e Sobretrabalho**. Brasília, 2012.

SIMMEL, Georg. **Questões Fundamentais da Sociologia**: indivíduo e sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

SODRÉ, Muniz. **Antropológica do Espelho**: uma teoria da comunicação linear e em rede. 4. ed. Petrópolis, RJ : Vozes, 2009.

STRAUSS, Anselm L. **Espelhos e Máscaras**: A Busca de Identidade. São Paulo: Editora da USP, 1999.

_____ ; SCHATZMAN, Leonard; BUCHER, Rue; EHRLICH, Danuta; SABSIN, Melvin. **Psychiatric Ideologies and Institutions**. London, The Free Press of Glencoe, 1964.

TEMER, Ana C.R.P. Fronteiras híbridas: o jornalismo e suas múltiplas delimitações. pp. 21-34. In: TEMER, Ana C.R.P.; SANTOS, Marli dos (orgs.). **Fronteiras Híbridas do Jornalismo**. 1. Ed. Curitiba: Appris, 2015. 288 p.

THOMPSON, John B. **A Mídia e a Modernidade**: uma teoria social da mídia. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

_____. **Ideologia e Cultura Moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis, RJ : Vozes, 1995.

TOURAINÉ, Alain. **O que é a Democracia?** Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo**: questões, teorias e “estórias”. Lisboa: Vega, 1993.

_____. **Teorias do Jornalismo**: porque as notícias são como são. Florianópolis: Insular, 2. ed., 2005.

TRAVANCAS, Isabel S. **O mundo dos jornalistas**. São Paulo: Summus, 1992.

_____. Journalists in Brazil. In: SOUSA, Jorge Pedro; LIMA, Helena; HOHLFELDT, Antonio e BARBOSA, Marialva (orgs.). **A History of the Press in the Portuguese-Speaking Countries**. Ramada (Lisboa) e Porto: Media XXI, 2014.

TREDAN, O. A construção dos públicos na internet, dos grupos de pares às novas legitimidades culturais. **Alceu**, Vol. 22, p. 5-25, 2011.

TUCHMAN, Gaye. 'Contando estórias'. In TRAQUINA, N (org) **Jornalismo: questões, teorias, estórias**. Lisboa: Vega Edições, 1993.

VAN DIJK, Teun A. **Discurso e poder**. 2. Ed. São Paulo : Contexto, 2010.

_____. **Discourse as structure and process**. Londres: Sage Publications, 1998.

VIEIRA, Liszt. **Os Argonautas da Cidadania**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

VIRILIO, Paul. **Velocidade e Política**. 2. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 1997. 137 p.

_____. O resto do tempo. In: MARTINS, Francisco Menezes; SILVA, Juremir Machado da (orgs.). **Para Navegar no Século XXI – Tecnologias do Imaginário e Cibercultura**. 2. ed. Porto Alegre: Sulina/Edipucrs, 2000. pp. 113-118.

WEBSTER, Frank. Information and restructuring: beyond fordism? In: **Theories of the Information Society**. Londres, Routledge, 1995. pp. 135-163.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. 7. ed. Lisboa: Editorial Presença, 2002.

WOLTON, Dominique. **Internet, e Depois?** Porto Alegre: Sulina, 2003.

ZELIZER, B. Journalists as interpretative communities. **Critical studies in mass communication**, 10(3), p. 219-237, 1994.

ANEXO
FOLHA DE S.PAULO